

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Carolina Luisa Fonseca Ribeiro

**INVENTÁRIO DINÂMICO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA
UFJF: um instrumento para ação reflexiva**

Belo Horizonte
2023

Carolina Luisa Fonseca Ribeiro

**INVENTÁRIO DINÂMICO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA
UFJF: um instrumento para ação reflexiva**

Versão final

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço

Linha de pesquisa: Produção, projeto e experiência do espaço

Orientador: Prof. Dr. Roberto Eustaáquio dos Santos

Belo Horizonte

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

R484i

Ribeiro, Carolina Luisa Fonseca.

Inventário dinâmico da produção do espaço urbano na UFJF [manuscrito] : um instrumento para ação reflexiva / Carolina Luisa Fonseca Ribeiro. - 2023.

189 p. : il.

Orientador: Roberto Eustaáquio dos Santos

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Política pública - Teses. 2. Espaço urbano - Teses. 3. Universidades e faculdades - Teses. I. Santos, Roberto Eustaáquio dos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.57



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

**Inventário dinâmico da produção do espaço universitário na UFJF:
um instrumento para ação reflexiva**

CAROLINA LUISA FONSECA RIBEIRO

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 16 de maio de 2023, pela Comissão constituída pelos membros:

Roberto Eustaaquio
dos
Santos:27642755600

Digitally signed by Roberto
Eustaaquio dos
Santos:27642755600
Date: 2023.05.16 11:58:04 -03'00'

Prof. Dr. Roberto Eustaaquio dos Santos – Orientador
EA-UFMG

Profa. Dra. Maria Lucia Malard
EA-UFMG



Documento assinado digitalmente
MARIA LUCIA MALARD
Data: 19/05/2023 09:56:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Klaus Chaves Alberto
UFJF



Documento assinado digitalmente
KLAUS CHAVES ALBERTO
Data: 16/05/2023 17:35:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcos Tanure Sanabio
UFJF



Documento assinado digitalmente
MARCOS TANURE SANABIO
Data: 16/05/2023 12:41:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Belo Horizonte, 16 de maio de 2023.

AGRADECIMENTOS

À minha família, por não medirem esforços para que tivesse acesso à melhor educação possível. Em especial, agradeço ao meu pai e minha irmã, por amarrarem as tantas pontas soltas do cotidiano que deixei pelo caminho durante esse processo.

Ao Prof. Dr. Roberto E. Santos (Ro), por toda disponibilidade, generosidade, respeito e amizade com que compartilhou seus conhecimentos, me orientou e, sobretudo, incentivou.

Aos professores membros da banca, Prof. Dr. Klaus Chaves Alberto, Profa. Dra. Maria Lúcia Malard e Prof. Dr. Marcos Tanure Sanábio, pelas valiosas contribuições.

Aos professores do NPGAU, pelo estímulo à autonomia e ao pensamento crítico. Em especial, à Profa. Dra. Ana Paula Baltazar dos Santos pelo trabalho desenvolvido comigo na minha primeira incursão no mestrado, pela generosidade com que me orientou e me ofereceu oportunidades de crescimento profissional e pessoal.

À Universidade Federal de Juiz de Fora, pela oportunidade de participação em seu Programa de Apoio à Qualificação. À Pró-Reitoria de Infraestrutura e Gestão, pelo incentivo e apoio fundamentais para a conclusão desta pesquisa. Em especial, agradeço aos amigos Eder e Vicente (como representantes da equipe do Plano Diretor e parceiros de trabalho) pelas importantes trocas e ajudas oferecidas. Agradeço a todos os amigos da Proinfra, que amarraram mais uma leva de pontas soltas e me possibilitaram realizar este trabalho. À Patrícia, Mariana, Juliana, Daniela pelo carinho com que frequentemente me emprestaram seus ouvidos e me ofereceram suporte.

À Beatriz Loures, por todo auxílio na coleta de dados e paciência para revirar o arquivo da Proinfra junto comigo.

À Raiane, pela ajuda com a montagem do projeto de pesquisa e pela preciosa coleção de conversas que compartilhamos nesses anos. Às amigas Fabiana e Camila (minha irmã de trajetória e sintonia), pela companhia e apoio lá no comecinho. Aos queridos amigos da faculdade, os sete de sempre, junto comigo mesmo de longe. À Andrea, por todas as “conversas orientativas”. Aos amigos que me deram apoio, torceram pelo meu sucesso ou me aguardaram para comemorar minhas conquistas, seja no primeiro *round* ou agora, todo meu amor.

O homem é um vivente com palavra. E isto não significa que o homem tenha a palavra ou a linguagem como uma coisa, ou uma faculdade, ou uma ferramenta, mas que o homem é palavra, que o homem é enquanto palavra, que todo humano tem a ver com a palavra, se dá em palavra, está tecido de palavras, que o modo de viver próprio desse vivente, que é o homem, se dá na palavra e como palavra. Por isso, atividades como considerar as palavras, criticar as palavras, eleger as palavras, cuidar das palavras, inventar palavras, jogar com as palavras, impor palavras, proibir palavras, transformar palavras etc. não são atividades ocas ou vazias, não são mero palavrório. Quando fazemos coisas com as palavras, do que se trata é de como damos sentido ao que somos e ao que nos acontece, de como correlacionamos as palavras e as coisas, de como nomeamos o que vemos ou o que sentimos e de como vemos ou sentimos o que nomeamos.

Jorge Larrosa Bondía

(Tradução de João Wanderley Galdi)

RESUMO

O atual processo de encolhimento dos investimentos do Estado nas políticas sociais (entre elas as de educação) se apresenta como um desafio para as universidades públicas em relação à manutenção de seu funcionamento autônomo e capacidade de financiamento, e suscita a busca por salientar sua relevância e defender sua permanência. Assume-se o pressuposto de que a ação de projeção e manutenção dos espaços universitários é um ponto de partida relevante para refletir academicamente sobre a atuação das instituições de ensino e sua relação com as cidades em que se inserem. A intenção é contribuir para resgatar caminhos voltados à proposição de pesquisa ativa, inserida na prática técnica, tanto no sentido de obter aprimoramento didático, quanto no sentido de melhoria do produto que resulta em seu território. A pesquisa se pauta no reconhecimento das universidades no entrecruzamento entre campos distintos, contraditórios e conflituosos (educacional, profissional, cultural e da pesquisa), e no registro sistematizado de ações voltadas ao planejamento e formação do território da Universidade Federal de Juiz de Fora (inventário) pensado com o objetivo de desenvolver uma estratégia para permitir o mapeamento dos dados, a estruturação das ações e o futuro retorno com intuito de aprofundamento (de forma dinâmica). Duas escalas de análise estão presentes: a de um contexto nacional, relacionado à formulação de políticas públicas voltadas para o ensino superior e à produção do campo profissional da Arquitetura e Urbanismo; e a escala da conformação institucional da UFJF (objeto da pesquisa). Para que o trânsito entre essas escalas se efetive, propõe-se duas bases de coleta de dados e duas ferramentas de sistematização. A primeira, fundamentada no procedimento metodológico de construção de uma linha do tempo, diz respeito à compreensão de forças externas e heteronomias que concorreram e interferiram ao longo desse processo, influenciando-o. A segunda, estruturada na operação conjugada entre a coleta de dados no arquivo próprio de licitações de obras da Pró-Reitoria de Infraestrutura e Gestão da UFJF e uma base cartográfica georreferenciada (compartilhada entre a pesquisa e a equipe de trabalho para elaboração de um novo Plano Diretor Físico-patrimonial para a instituição), estuda a evolução de sua conformação espacial observando o processo de organização do trabalho técnico sobre o território.

Palavras-chave: Produção do espaço. *Campus* universitário. Ensino superior.

ABSTRACT

The current process of shrinking State investments in social policies (including education) presents itself as a challenge for public universities in relation to maintaining their autonomous operation and funding capacity. It also instigates the quest to highlight their relevance and defend their permanence. The action of designing and maintaining university spaces is assumed to be a relevant starting point for reflecting academically on the performance of educational institutions and their relationship with the cities in which they locate themselves. The intention is to contribute to recovering paths towards the proposition of active research within the technical practice, both in the sense of obtaining didactic improvement and in the sense of improving the territory produced as a result. The research guides itself by the recognition of universities at the crossroads between distinct, contradictory, and conflicting fields (educational, professional, cultural, and research) and by the creation of a systematized record of actions directed to the planning and shaping of the Federal University of Juiz de Fora's territory (inventory) designed to develop a strategy that allows data mapping, action structuring, and future return for further studying (dynamical). Two analytical scales are present: that of a national context related to public policy formulations for higher education and the production of the professional field of Architecture and Urbanism; and that of UFJF's institutional conformation (object of the study). For the transit between these scales to take place, it proposes two databases for data collection and two systematization tools. The first one concerns the understanding of external forces and heteronomies that competed and interfered throughout this process (influencing it) based on the methodological procedure of constructing a timeline. The second, structured by the conjugated operation between data collection at the Pro-Rectorate of Infrastructure and Management of UFJF's bidding construction archives and a georeferenced cartographic base (shared between the research and the work team responsible for the making of a new Physical-Patrimonial Master Plan for the institution), studies the evolution of its spatial conformation by observing the organization process of technical work over territory.

Keywords: Production of space. University *campus*. Higher Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Resumo da ferramenta base (linha do tempo).....	45
Figura 2 - Exercício metodológico de contextualização - linha do tempo completa.....	79
Figura 3 - Localização das faculdades isoladas na área central do município.....	86
Figura 4 - Setorização do <i>campus</i> prevista no Plano Diretor Físico de 1973.....	91
Figura 5 - Perspectiva original da concepção de implantação dos institutos básicos.....	92
Figura 6 - Vista geral do <i>campus</i> na década de 1970.....	92
Figura 7 - Cronograma de complementação das obras para consolidação do <i>campus</i>	93
Figura 8 - Projeto Unidade-Padrão II (1970).....	99
Figura 9 - Unidade-Padrão II.....	99
Figura 10 - <i>Campus</i> da UFJF, anos 1970.....	101
Figura 11 - Centro de Línguas da UFJF (atual Instituto de Letras), construído por volta de 1988.....	101
Figura 12 - Recorte do Estudo Preliminar do Plano Diretor da UFJF (2004) com grifos manuscritos.....	110
Figura 13 - Exemplo da estrutura de arquivamento da Proinfra/UFJF.....	114
Figura 14 - Recorte / exemplo das notas registradas em diário durante a coleta de dados.....	115
Figura 15 - Recorte parcial da Planilha de Coleta de Dados - parte I.....	116
Figura 16 - Recorte parcial da Planilha de Coleta de Dados - parte II.....	116
Figura 17- Recorte parcial da Tabela de Atributos das Edificações - parte I.....	117
Figura 18- Recorte parcial da Tabela de Atributos das Edificações - parte II.....	118
Figura 19- Recorte parcial da Tabela de Atributos das Edificações - parte III.....	118
Figura 20 - Mapa representativo do progresso de implantação do <i>campus</i> - 1972.....	124

Figura 21 - Plano Diretor da UFMG, 1957	159
Figura 22 – Justaposição maquete Plano Cordeiro (1968) e implantação do Sistema Básico	161

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa de inserção urbana e setorização do <i>campus</i> -sede UFJF	82
Mapa 2 - Contextualização do <i>campus</i> em relação ao eixo Centro-Sudoeste de Juiz de Fora.....	84
Mapa 3 - Evolução da ocupação do <i>campus</i> por períodos	122
Mapa 4 - Comparação entre setorização original e mapa de evolução das construções	129
Mapa 5 - Comparação entre setorizações original e atual no mapa de evolução das construções	133
Mapa 6 - Comparação entre setorizações original e atual no mapa de distribuição por área de conhecimento.....	135
Mapa 7 - Mapa de potencial para expansão predial - Estudo Preliminar do Plano Diretor da UFJF (2004)	139
Mapa 8 - Comparativo entre o potencial de expansão identificado em 2004 e o crescimento efetivo da UFJF.....	141
Mapa 9 - Mapa atualizado em 2007 com identificação de áreas com potencial para ocupação.....	143
Mapa 10 - Comparativo entre o potencial de expansão identificado em 2004, 2007 e o crescimento efetivo da UFJF	145
Mapa 11 - Mapa ampliado da porção esquerda do território do <i>campus</i> - evolução das construções	147

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Área construída (m ²) por ano de contratação	123
Gráfico 2 - Área contratada (m ²) por ano de contratação.....	127
Gráfico 3 - Resumo das áreas contratadas (m ²) por período	128
Gráfico 4 - Contagem de edificações por gabarito	148
Gráfico 5 - Contagem de edificações por gabarito, período a período	149
Gráfico 6 - Proporção de edificações por gabarito no percentual da área total, período a período	150
Gráfico 7 - Proporção de edificações por gabarito no percentual da área total.....	150
Gráfico 8 - Resumo por período da participação das fontes de recurso nas áreas contratadas.....	151
Gráfico 9 - Área projetada por período, de acordo com a responsabilidade pelo projeto.....	155

LISTA DE SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAED	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da UFJF
CARPE	Comissão de Construção, Ampliação e Reconstrução dos Prédios Escolares do estado de Minas Gerais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CEBRACE	Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares
CEDATE	Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CEPES	Comissão Especial para Execução do Plano de Melhoramento e Expansão do Ensino Superior
CEPLAN	Centro de Planejamento da Universidade de Brasília
CFE	Conselho Federal de Educação
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CIS	Centro Integrado de Saúde
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COPLACIU	Comissão de Planejamento da Cidade Universitária
CPD	Centro de Planejamento e Desenvolvimento
CPO	Coordenação de Projetos e Obras
CRITT	Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CUB	Cidade Universitária da Universidade do Brasil
DAU	Departamento de Assuntos Universitários
DIFES	Divisão de Infra-estrutura Física

DIPLAN	Diretoria de Planejamento
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENBA	Escola Nacional de Belas Artes
EPES	Equipe de Planejamento do Ensino Superior
ETEC	Escritório Técnico da Comissão da Cidade Universitária
FADEPE	Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão
FAFILE	Faculdade de Filosofia e Letras
FAU-USP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FCT	Fundação Centro Tecnológico
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Instituto Central de Ciências
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IIAA	<i>Institute of Inter-American Affairs</i>
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação, Ministério da Educação e Cultura
MES	Ministério da Educação e Saúde
MOMA	<i>Museum of Modern Arts</i>
NAT-02	Núcleo de Assistência Técnica ao Planejamento de <i>Campi</i>
NUPLAN	Núcleo de Planejamento Estratégico
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional

PNE	Plano Nacional de Educação
PREMEN	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio
PREMESU	Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações do Ensino Superior
PROINFRA	Pró-Reitoria de Infraestrutura e Gestão
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RDC	Regime Diferenciado de Contratações
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAL	Seminários de Arquitetura Latino-americana
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SPATE	Sistema de Planejamento e Administração de Tempo e Espaço
UB	Universidade do Brasil
UEL	Unidade Executora Local
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB	Universidade de Brasília
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNE	União Nacional dos Estudantes
USP	Universidade de São Paulo
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	25
2	CONTEXTUALIZAÇÃO	43
2.1	Observações sobre o procedimento	44
2.2	Início - educação superior e identidade nacional	46
2.3	Transição – prelúdios da expansão	50
2.4	Expansão – criação de universidades no território nacional	56
2.5	Consolidação – amadurecimento e questionamento dos modelos	64
2.6	Reestruturação – novos paradigmas	70
3	A INSERÇÃO DA UFJF EM PERSPECTIVA.....	81
3.1	Caracterização institucional	81
3.2	Observações sobre o procedimento	113
3.3	Resultados	120
4	DESDOBRAMENTOS E DIÁLOGOS	157
4.1	Observações prévias	157
4.2	Livro Preto - O território universitário: proposta de modelo para um sistema ambiental	164
4.3	Livro Ocre – Proposta para um sistema ambiental	167
4.4	Reformulação – Territórios da Universidade: permanências e transformações	171
4.5	Síntese propositiva	174
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
	REFERÊNCIAS.....	183

1 INTRODUÇÃO

As universidades são instituições de grande importância para o desenvolvimento da sociedade – desenvolvimento compreendido não somente pelo viés do progresso econômico, como por vezes foi construído seu significado ao longo da história, mas também cultural e social. O atual contexto de encolhimento dos investimentos do Estado nas políticas sociais (entre elas as de Educação)¹, por um lado, traz consigo um horizonte de desafio para as universidades públicas em relação à manutenção de seu funcionamento autônomo e capacidade de financiamento, suscitando a busca por ações que visem salientar sua relevância e a defesa de sua permanência. Por outro lado, a crise também se configura como oportunidade para que as universidades repensem a forma com que exercem seu papel – particularmente, em como são afetados os procedimentos técnicos envolvidos na produção e manutenção do espaço.

Assume-se, então, o pressuposto de que a ação concreta de projeção e manutenção dos espaços universitários é um ponto de partida relevante para refletir sobre a atuação das instituições de ensino e sua relação com as cidades em que se inserem. O reconhecimento da universidade como entrecruzamento de vários campos – educacional, profissional, cultural e de pesquisa – autoriza a expandir a perspectiva e observá-la como um agente que produz espaço de determinada forma e sob determinadas regras. Além disso, pode-se especular sobre a possibilidade de que tais ações sobre o espaço se inter-relacionem com a pesquisa e o ensino visando a produção de conhecimento sistemático, reforçando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que caracteriza e qualifica o trabalho acadêmico.

No Brasil, por uma convergência de fatores, o modelo espacial “*campus*” se constituiu como a forma de organização do espaço físico universitário mais adotada, sendo inclusive incentivada e regulada por meio de políticas governamentais. Na prática,

¹ Este tema vem sendo amplamente debatido, tanto na mídia quanto em trabalhos acadêmicos. Cita-se, por exemplo, o artigo de 2019 de título “A Universidade pública em tempos de ajustes neoliberais e desmonte de direitos” (LUSA *et al.*, 2019). Nele, os autores argumentam sobre o fato de que o modelo de universidade brasileiro em processo de consolidação desde as décadas de 1960 e 70, enquanto resultado de ações governamentais, esteve sempre atrelado à formulação de respostas à crise estrutural do capitalismo - ainda que de formas diferentes em períodos específicos. No momento atual, o desenho de proposições como a Emenda Constitucional nº95/2016 (BRASIL, 2016) caracteriza uma postura de desmonte dos direitos sociais através do esvaziamento de recursos, em detrimento da priorização de um alegado equilíbrio fiscal, voltado à manutenção do funcionamento do mercado financeiro.

esses territórios se configuram como conjuntos urbanos bem delimitados, inseridos no tecido das cidades que os circundam, porém em certa medida apartados (seja por distância física, seja por contraste de desenho urbanístico). De modo análogo, sua existência impacta e é impactada pela dinâmica dos municípios – seja, por exemplo, pelo fluxo de usuários que movimenta, seja pelo crescimento econômico ou imobiliário que incentiva. Em muitos casos, constituem-se como importantes equipamentos simbólicos, paisagísticos, culturais e de lazer para as cidades que os recebem. Internamente, a gestão, manutenção e construção dos *campi* costuma estar sob responsabilidade de equipes técnicas multidisciplinares pertencentes ao corpo administrativo das universidades públicas. Ao longo da história, inclusive, experiências como as desenvolvidas pelas equipes da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) envolveram importantes debates e pesquisas em relação ao fazer arquitetônico, voltadas ao desenvolvimento de sistemas de projeção e construção².

O momento de principal consolidação tanto da organização pedagógica e administrativa da universidade enquanto instituição tal qual a conhecemos hoje, quanto do *campus*, localiza-se na década de 1960 – em especial no âmbito da Reforma Universitária de 1968. Esse foi um período no cenário político nacional em que se somava o desejo de superação do subdesenvolvimento à herança do pensamento urbanístico modernista, enquanto internacionalmente uma disputa ideológica polarizada direcionava para uma forte influência dos Estados Unidos na América Latina. Os *campi* universitários brasileiros, concebidos no escopo da atuação dos programas de assistência técnica norte-americanos, geralmente centralizam todo o leque de atividades acadêmicas e serviços oferecidos pelas instituições e apresentam-se setorizados por um zoneamento regido pela estrutura organizacional departamentalizada.

Em suma, os *campi* são infraestruturas de expressiva área urbanizada e construída, cuja produção é perpassada por dinâmicas diversas, refletindo a complexidade envolvida na configuração institucional das universidades – portanto um terreno fértil para desenvolvimento de pesquisa sistemática, produção de conhecimento e

² A esse respeito, conferir a seção 2.4 (que aborda o contexto de criação da UnB e seus aspectos inovadores) e o capítulo 4 (o qual discorre especificamente sobre a experiência da UFMG).

aprimoramento de desempenho profissional. O sociólogo e doutor em educação Luiz Antônio Cunha, cujas pesquisas são referência recorrente nos estudos acerca da história do ensino brasileiro, apresenta em seu texto “Autonomia universitária: teoria e prática” uma breve reflexão sobre a pertinência de se referir à existência de um chamado “campo universitário”, a partir da noção de campo proposta pelo sociólogo Pierre Bourdieu. O autor propõe considerar que as universidades não constituiriam propriamente um campo³, mas estariam na interseção de quatro campos distintos: o campo educacional, o campo profissional (relacionado ao mercado de trabalho), o campo da pesquisa e o campo cultural. Para ele, essa perspectiva agrega o seguinte entendimento:

Admitindo-se, provisoriamente, a hipótese acima, pode-se deduzir que a integração universitária depende de uma negociação complexa, pois são distintos os *habitus* e os capitais próprios a cada um dos campos de que a universidade participa. A dificuldade nessa negociação resulta na franqueza institucional da universidade, em sua tendência à desagregação, o que pode facilitar a atuação, no seu interior, de agentes do campo político-partidário. Ou, então, a presença precoce desse campo na conformação da universidade pode dificultar sua integração institucional. (CUNHA, 2006, p.23)

O objetivo de tomar por empréstimo essa reflexão acerca dos interesses múltiplos, contraditórios e conflituosos presentes nesse cenário, reside em ampliar a ótica sobre as instituições e sobre os agentes e fatores envolvidos na produção de seu espaço. Importa atentar para os diferentes campos de força e de disputa em torno da questão universitária: campos auto delimitados a partir do reconhecimento da pertença de seus integrantes a estruturas que tendem a operar trocas de capitais simbólicos e culturais segundo a lógica do capital econômico.

O desafio colocado internamente para a equipe técnica gestora do ambiente construído das universidades públicas passa, então, pela superação de barreiras burocráticas e político-administrativas no exercício de sua prática, além da costura entre determinantes externos, heterônomos, tais como políticas educacionais, discussões pedagógicas e programas de financiamento. O presente trabalho parte deste ponto – acrescido da motivação trazida pela participação da autora no cotidiano

³ Apesar da validade e contribuição desse conceito de campo (e da teoria a ele relacionada) para as pesquisas sociais, Cunha (2006) observa a possibilidade da existência de importantes atividades que não seriam exercidas dentro de nenhum campo delimitado, ou mesmo do fato de que atores sociais podem transitar entre campos diferentes ocupando posições que não sejam equivalentes. Ressalta ainda que o campo não seria correlato dos limites, por exemplo, de uma disciplina acadêmica.

de gestão e manutenção do espaço físico de uma dessas instituições, na condição de arquiteta e urbanista da Coordenação de Projetos e Obras (CPO) da Pró-Reitoria de Infraestrutura e Gestão (Proinfra) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

No período recente, com a adesão da UFJF ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) em 2007, a universidade passou por um crescimento expressivo e impactante tanto na oferta de vagas para ensino, quanto na infraestrutura física que o comporta. Ao longo do *campus* passam a ser notadas experiências construtivas que utilizam tipologias, sistemas e linguagens diversos dos tradicionalmente adotados desde sua implantação original (que remonta ao fim da década de 1960). Percebe-se, também, pontos de adensamento ou verticalização nos platôs existentes. O primeiro questionamento colocado a partir dessa observação diz respeito a: o quanto esse crescimento se pautou em uma reflexão crítica acerca do ambiente construído do *campus*, já consolidado, e de sua capacidade para expansão dada por seus limites e potenciais? Ou ainda, o quanto ele se configurou como expressão de intencionalidade através de um planejamento consciente e abrangente?

Essas respostas não se apresentam de forma imediata, o que sugere que tal expansão tenha acontecido de forma mais orgânica do que estruturada em um procedimento (até mesmo pela equação entre sua rapidez e volume) e que isso possa ser uma manifestação de fragilidade no que diz respeito ao trabalho técnico, institucional, sobre o território. Sendo assim, parece válido também questionar qual a diferença qualitativa entre o produto construído a cada período atravessado pela instituição? Há diferenças significativas na projeção, em cada etapa, que o impactem? As práticas de projeto foram institucionalizadas, padronizadas, ou sistematicamente discutidas? O corpo técnico teve clareza e tratou com uniformidade dos valores que o norteiam? E quanto à natureza da produção desses espaços, a universidade operou (ainda opera) em uma lógica de produção semelhante ao mercado imobiliário ou é capaz de propor alternativas? No entanto, neste momento, mais do que buscar um juízo de valor sobre sua qualidade, interessa à pesquisa compreender como e porque a universidade atravessou esse período de crescimento da maneira como o fez.

Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa foi a construção de uma perspectiva da trajetória histórica de consolidação institucional da UFJF no que diz respeito à produção de seu espaço, buscando considerar ao máximo possível a complexidade que a permeia.

Trata-se de um escopo muito amplo, no entanto, e por isso a estratégia para abordá-lo fundamentou-se inicialmente a partir das seguintes ações: recuperar a produção bibliográfica já sistematizada a respeito do *campus* da universidade; localizar o caso da UFJF dentro do contexto do ensino superior nacional; e mapear os acervos e fontes disponíveis para coleta de dados buscando identificar lacunas e desenhar perspectivas para o trabalho com o problema. A primeira dessas ações demonstrou que, dentre as pesquisas disponíveis, são menos frequentes as publicações que abordem a gestão urbanística ou a organização do trabalho técnico da instituição nesse sentido, em especial no recorte recente (a partir da década de 1990). Isso coloca uma demanda por compreender como se constituiu o Escritório Técnico da UFJF em sua criação, e como se deu sua transformação ao longo do tempo na Prefeitura do *Campus* e posteriormente na Pró-Reitoria de Infraestrutura (e Gestão) – e como essa mudança organizacional se reflete, em cada estágio, nos procedimentos projetuais e no próprio produto construído. A segunda das ações mencionadas diz respeito à compreensão de forças externas e heteronomias que concorreram e interferiram ao longo deste processo, influenciando-o.

Após o desenho deste panorama geral (primeira fase da pesquisa), entendeu-se a importância da criação de registros sistematizados – por isso a noção de inventário. Este trabalho não se propõe a esgotar as dimensões que aborda, mas sim oferecer uma estratégia de compilação e levantar questões a serem respondidas por incursões futuras de maior aprofundamento.

A partir disso, tem-se como objetivos específicos então: o desenho de um procedimento para tratamento dos dados com um grau de abertura e dinamismo que proporcione sua apropriação e amadurecimento durante as práticas de planejamento cotidianas; a construção de uma linha do tempo institucional de duplo caráter – da organização do trabalho sobre o território, e da evolução de sua conformação espacial documentando o processo de crescimento da UFJF.

O convívio cotidiano com o objeto do espaço público institucional demonstra que são muitas as limitações impostas, sejam advindas de contextos políticos e socioeconômicos, sejam advindas da complexa negociação interna entre as partes (como já mencionado). O aporte legislativo e burocrático que regulamenta o uso dos recursos públicos pode também tornar-se um limitador quanto à ação. É necessário, portanto, estar munido constantemente de um olhar crítico e atento às brechas para que se possa ultrapassar uma atitude responsiva e manter aquecida uma dimensão propositiva. São importantes os potenciais oferecidos pela atuação dentro das universidades no que diz respeito ao diálogo com a produção de conhecimento paralelamente produzido nas unidades acadêmicas. A intenção é contribuir para resgatar caminhos voltados à proposição de pesquisa ativa, inserida na prática técnica, tanto no sentido de obter um aprimoramento didático, quanto no sentido de melhoria do produto que resulta no território das universidades - por princípio, um ambiente propício à experimentação, diversidade, sustentabilidade e consciência social.

Em uma segunda fase o percurso de pesquisa partiu, então, da consideração de que seria necessário analisar os casos de experiências passadas nos quais a elaboração de projetos arquitetônicos e urbanísticos para os *campi* envolveu um amadurecimento conceitual, em conjunto com o desenvolvimento de práticas prospectivas. Esse estudo, quando confrontado com a concepção anteriormente citada acerca do posicionamento das universidades na interseção de diferentes campos, demanda o entendimento sobre as mudanças ao longo dos anos no panorama político-administrativo e cultural geral as quais tiveram impacto sobre este paradigma. A proposição do inventário dinâmico, objeto principal da dissertação, vem da necessidade de construir uma apreciação que articule o máximo possível das complexidades envolvidas.

Em suma, este inventário consiste em interrelacionar bases de coleta de dados e ferramentas de visualização das articulações possibilitadas pelas informações sistematizadas. Trata-se de um instrumento de análise permanente, porém dinâmico na medida em que se permite a capacidade de constante atualização e reconfiguração de suas interpretações. As etapas de operação metodológica que o compuseram serão melhor detalhadas durante a explicação de cada seção e subseção correspondente do texto. Resumindo, contudo, na fase inicial o panorama geral

resultante da revisão bibliográfica (primeira base de dados) foi analisado e organizado na forma de uma linha do tempo de contextualização (primeira ferramenta de visualização). Ao aproximar o foco para a inserção do caso da UFJF nessa base, levantaram-se dados operacionais e históricos relacionados a seu *campus*-sede e à estrutura contextual panorâmica previamente construída. Nesse ponto, teve-se em mente o objetivo específico de configuração de uma linha do tempo institucional de duplo caráter – da organização do trabalho técnico sobre o território, e da evolução de sua conformação espacial documentando o processo de crescimento da UFJF. Para a construção da segunda base de dados, foram levantadas informações presentes no arquivo próprio de licitações de obras da Pró-Reitoria de Infraestrutura e Gestão da UFJF e foi estruturada uma indexação com códigos e diários de coleta de dados que permitisse a rastreabilidade futura dessas. A operação de filtragem, complementação e conjugação entre as planilhas que resultaram desse processo e uma base cartográfica georreferenciada do *campus* compôs a segunda ferramenta de visualização – o mapa de evolução das construções – e seus gráficos e análises derivados. Finalmente, a correlação estabelecida com outro caso de abordagem do espaço construído de uma universidade resultou na abertura de um esforço imaginativo de derivações possíveis para o trabalho com o inventário.

Os capítulos seguintes tratarão de destrinchar a formulação e aplicação deste aparato metodológico para subsidiar a ação crítica. O capítulo “2 Contextualização” se volta à primeira fase do trabalho e à configuração da primeira das bases de dados e sua ferramenta interpretativa. Como o próprio título sugere, trata-se de uma composição narrativa panorâmica e multifacetada dentro da qual a trajetória da UFJF vai ser inserida. Configura-se como um trabalho de visita às fontes bibliográficas buscando recuperar fatos relevantes à interpolação de diferentes esferas em jogo na história do ensino superior brasileiro: político-administrativa, econômica e social, institucional e arquitetônica e urbanística. Tais informações são sistematizadas na definição de uma periodização através da construção de uma linha do tempo para que, no decorrer da pesquisa, a cada esforço de aproximação aos tópicos tratados sejam mantidas em mente as forças concorrentes sincronicamente naquela etapa do processo. Essa seção traz tanto uma descrição do procedimento metodológico de sua composição, quanto uma breve interpretação dos acontecimentos que resulta da formulação de sua ferramenta. Ela se divide, portanto, em subseções relacionadas a recortes

temporais. Observa-se, contudo, que não caberia a pretensão de esgotar todas as camadas envolvidas e nem de ser capaz de obter como resultado uma historiografia completa do período ou do tema.

O primeiro recorte, “Início - educação superior e identidade nacional”, fala do intervalo entre a transferência de sede da coroa portuguesa para o Brasil em 1808 (marco correlato do surgimento da noção de estado nacional na colônia e da necessidade de fundar um ensino superior para provê-lo) até o início da Segunda Guerra Mundial em 1939. Nos anos que antecederam esse conflito, a busca por expressões de modernidade se via refletida tanto no ensejo pela criação de universidades, quanto nas experimentações de uma arquitetura moderna brasileira. O segundo recorte, “Transição – prelúdios da expansão”, aborda o pós-guerra na década de 1940 e o início dos anos de 1960 (marcados pela construção de Brasília). Esse contexto trazia uma configuração político-econômica mundial diferente, um campo profissional no âmbito da arquitetura já mais consolidado e o início de uma influência dos EUA sobre a política educacional. O terceiro recorte, “Expansão – criação de universidades no território nacional”, foca especificamente no desenvolvimento da década de 1960, época conturbada pelo golpe militar em 1964 e a reforma educacional em 1968. O quarto recorte, “Consolidação – amadurecimento e questionamento dos modelos”, perpassa o “milagre econômico” da década de 1970 e segue até à redemocratização. Nesse momento formularam-se os programas para gestão do novo grande conjunto de infraestrutura universitária inaugurado na década anterior, bem como tinha início uma postura crítica frente à produção modernista do campo arquitetônico. O quinto e último recorte, “Reestruturação – novos paradigmas” volta-se para o conjunto das três últimas décadas (1990 a 2010), momento de restabelecimento dos governos democráticos e dos planos recentes de reestruturação da política educacional.

A análise desse último período permite perceber três importantes inflexões. Na fase que o precede, que vai da reabertura democrática na década de 1980 até a década de 1990, o quadro cultural, político e econômico se altera, provocando tanto o questionamento de modelos totalizadores, quanto o posterior esvaziamento dos investimentos nas instituições públicas (mesmo havendo o reconhecimento, pela primeira vez, da educação como direito de todos e dever do Estado na Constituição Federal de 1988). Apesar de essa transição ter tido início ainda no escopo de influência dos programas de assistência técnica firmados entre os governos brasileiro

e estadunidense, uma perspectiva crítica se consolidava, influenciada pelos debates em torno do pós-modernismo. Alternativas ao modelo urbanístico de *campus* chegaram a ser ensaiadas, mesmo que inseridas no contexto dos programas governamentais vigentes. O desmanche do modelo de coordenação do planejamento espacial das universidades centrado na atuação do Ministério da Educação (MEC) deu início a uma nova etapa. Daí em diante, cada instituição passou a ser responsável pela sua própria estrutura de gestão. Essa mudança teve consonância com o impulso de uma nova reforma na política educacional, centrada na promulgação da revisão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996.

Na segunda inflexão (virada para a década de 2000), a mudança de posicionamento político do governo (que prevalece até parte dos anos 2010) altera significativamente a abordagem de questões sociais, incluindo a política educacional e o ensino superior. O lançamento de plataformas como o “Programa Universidade para Todos” (Prouni) e o “Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais” (Reuni) foi responsável por um novo e expressivo crescimento da oferta de vagas no ensino superior e, por consequência, do conjunto de infraestrutura universitária pública. O Decreto 6.096/2007, que institui o Reuni, coloca como objetivo “criar condições para a ampliação do acesso e permanência no ensino superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existente nas universidades federais” e, na prática, foi responsável por um aumento do orçamento destinado a elas da ordem de 121% (BRASIL, 2007). Questiona-se, no entanto, que sua formulação tenha sido responsável por uma premência na atividade construtiva – seja de novos *campi* para universidades que surgiram sob sua vigência, seja de novos edifícios, reformas e ampliações no caso das universidades existentes – que por vezes não encontrou respaldo em discussões amadurecidas e tampouco em práticas de planejamento preparadas para responder de maneira adequada ao crescimento.

Finalmente, o golpe parlamentar em 2016 que resultou em novo realinhamento político marca o início de uma fase de crise econômica, políticas públicas austeras e combate explícito à ideia de universidade e à educação crítica. Em relação à infraestrutura de ensino, o resultado do período anterior de ampliação se coloca como desafio para a gestão universitária. Ao fim da vigência do Reuni, muitas das instituições participantes (e suas equipes técnicas) enfrentaram a dificuldade de lidar com estruturas

incompletas ou obras inacabadas, que foram paralisadas por questões burocráticas e administrativas. Soma-se a isso o panorama de grave crise econômica, com a consequente retração de repasses federais que afeta as perspectivas futuras próximas. Esse quadro acaba por suscitar, em última instância, perguntas sobre como abordar o planejamento do território universitário atual.

O capítulo “3 A inserção da UFJF em perspectiva” também tem por propósito apresentar tanto uma descrição do procedimento metodológico de composição da segunda base de dados, quanto uma descrição interpretativa dos resultados da formulação de sua ferramenta. Ao aproximar a escala da narrativa da inserção do caso da UFJF, surge a importância da configuração de um novo conjunto que subsidie o entendimento de suas particularidades: o mapa de evolução das construções do *campus*-sede, alimentado pela coleta de informações conduzida no arquivo próprio da Pró-Reitoria de Infraestrutura e Gestão (Proinfra). Sendo um desdobramento da ferramenta analítica da linha do tempo, a questão da temporalidade também foi colocada aqui como um fio condutor durante a obtenção e classificação dos dados. Ao ser de igual maneira referenciada por uma periodização, que conversa com a periodização da linha do tempo, ambas as ferramentas se complementam: conectam os fatos que contextualizam a circunstância ao produto espacial dos acontecimentos ou recortes elegidos para observação, através de leituras sincrônicas e diacrônicas.

Em relação ao percurso próprio dessa instituição dentro do panorama geral, a UFJF se vincula ao mencionado contexto de criação de universidades ocorrido na década de 1960. Ela nasceu enquanto entidade jurídica pela Lei nº 3.858 de dezembro de 1960, a partir da unificação e federalização de faculdades isoladas pré-existentes no município e dispersas por seu território, replicando um movimento comum no cenário nacional daquele momento (BRASIL, 1960). A construção do *campus* que viria a integrar a maior parte de sua infraestrutura física foi iniciada em 1966, tomando como base o partido idealizado pelo engenheiro Arthur Arcuri – o qual foi desenvolvido pela Comissão de Planejamento da Cidade Universitária (Coplaciu) e adaptado para atender aos requisitos da Reforma Universitária de 1968 (UFJF, 1973).

Nos anos seguintes, a instituição passou a figurar no rol dos programas de melhoramento da infraestrutura universitária financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como parte da política norte-americana de assistência

técnica. Especificamente, a UFJF veio a receber em 1983, pela adesão ao acordo MEC-BID III, um montante de recursos para concluir a transferência para o *campus* das faculdades e serviços que ainda funcionavam espalhados pelo tecido urbano central da cidade, bem como para finalizar a construção dos edifícios necessários ao atendimento das demandas institucionais. Na medida em que se avança para um período mais próximo do recente, a disponibilidade de registros sistematizados sobre o desenvolvimento do ambiente construído da UFJF se torna mais dispersa. Foram encontrados trabalhos acadêmicos e publicações que analisam aspectos diversos de seu território, porém são menos frequentes os registros que focam na gestão urbanística ou na organização do trabalho técnico.

O caso da UFJF não é particularmente singular em relação à forma como ele é influenciado pela política de ensino superior ou em como se dão os esforços para seu planejamento e construção, estando alinhado à tônica geral do contexto em que se insere quando de sua criação e consolidação. No recorte recente, no entanto, o desenho da política do Reuni se apresenta às instituições de forma mais aberta: o papel do Estado se localiza mais na escala da regulação e menos na escala da execução, e cada entidade irá estabelecer seu próprio plano de adesão e compactuar suas metas a serem verificadas pelo governo para liberação dos repasses. Ou seja, um cenário geral de maior diversidade de ação institucional. Além disso, tendo em vista o enfoque no espaço físico, as pesquisas que abordam o Reuni tratam com maior frequência dos casos de universidades novas, que tiveram a chance de se posicionar em relação aos paradigmas arquitetônicos e urbanísticos tradicionalmente aplicados ou explorar alternativas ao criar seus *campi*. Os desafios da expansão na ótica dos conjuntos consolidados, em que tensões maiores se estabelecem em relação às pré-existências, são menos abordados.

Entre os trabalhos voltados à ampliação da UFJF durante o Reuni, dois estudos de caso retratam particularmente algumas das dificuldades enfrentadas pela instituição no processo. Em consulta a um grupo selecionado de participantes (todos ocupantes de cargos de gestão), Silva (2013) observou que apesar da percepção de êxito trazida pelo cumprimento das metas estabelecidas e pelo crescimento real promovido,

contradições surgiram⁴. A liberdade conferida internamente às unidades acadêmicas para conduzir sua adesão à proposta geral da universidade levou a uma falta de equidade entre elas (havendo, inclusive, casos de unidades que optaram por não participar). Foi verificada, também, a relação entre participação e envolvimento da comunidade acadêmica com a percepção positiva de impacto. O curto prazo de implementação da política, porém, foi descrito como uma contribuição negativa para a realização de discussões amadurecidas a respeito da questão. Como resultado, é relatada a dificuldade por parte da gestão de adaptar-se às rápidas e expressivas mudanças – inclusive no recorte da estrutura física, sobre o qual é dito que “nos primeiros anos de implementação do Reuni, a Instituição não estava preparada para o grande volume de obras que foram feitas no *campus* de Juiz de Fora” (SILVA, 2013, p.74).

Outro estudo, realizado por Vicente dos Santos Guilherme Júnior⁵, trata da análise dos processos e rotinas de planejamento, contratação e execução de obras públicas sob a ótica de preceitos legais e normativos e pontua alguns desafios específicos ao tema. Segundo dados compilados pelo autor, a UFJF vivenciou um processo de expansão muito expressivo a partir da adesão ao Reuni – a oferta de vagas de graduação passou de 2.088 em 2007 para 4.648 em 2017, por exemplo, enquanto o número de docentes passou de 906 para 1.607 no mesmo período (no caso dos servidores técnico-administrativos o crescimento foi de 1.119 para 1.584), gerando alterações significativas nas despesas de custeio (crescimento de aproximadamente 130%). Além disso, foram necessários investimentos em reforma e ampliação do espaço construído para subsidiar esse crescimento, que se refletiram tanto na contratação de obras quanto na aquisição de terrenos e imóveis. Em seu levantamento foram contabilizadas a contratação de 114 obras - destas, 100 foram concluídas, enquanto outras permaneciam em execução, estavam paralisadas ou não haviam sido iniciadas. Embora esse número aparentemente indique um percentual alto de conclusão, o montante financeiro envolvido nas obras paralisadas é

⁴ Esse trabalho foi conduzido por Patrícia Aparecida da Silva em sua dissertação de mestrado, intitulada “O Reuni na UFJF: um estudo sobre os principais desafios enfrentados pelos gestores” e apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) da UFJF em 2013.

⁵ Dissertação de mestrado de título “Contratação e execução de obras públicas: estudo de caso da Universidade Federal de Juiz de Fora no contexto da expansão ocorrida a partir de 2007”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) da UFJF em 2019.

significativo, bem como o fato de que cerca de 80% das obras concluídas apresentaram atrasos de seis a trinta meses.

Acerca dos fatores que influenciaram negativamente o processo, Guilherme Júnior (2019), também em consulta a gestores e outros agentes envolvidos no corpo técnico, obteve relato de fragilidades: na questão do suporte técnico oferecido pelo MEC; no processo de elaboração de estudos de viabilidade, estudos preliminares e programas de necessidades; na viabilização financeira, no sentido de estabelecer contratos com valor de empenho corretamente equilibrados; na contratação de projetos básicos junto a escritórios externos e no desafio de executar adequadamente as demandas de fiscalização das obras em andamento frente ao dimensionamento da equipe disponível.

Alia-se aos fatores apresentados o fato de que a UFJF não conta com um Plano Diretor recente em vigência, ou qualquer outro instrumento de planejamento de seu território. Ao longo do ano de 2021 a instituição estabeleceu um esforço coletivo para aprovação de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), formulado para vigorar entre 2022 e 2027 (UFJF, 2022). Ainda que a elaboração desse tipo de instrumento seja parte de uma exigência legal, o texto apresentado pela UFJF explicita o propósito de fortalecimento institucional, especialmente em face à atual conjuntura adversa.

No que diz respeito à infraestrutura da universidade, o PDI 2022-2027 reitera a percepção já mencionada de que, apesar de suas inegáveis contribuições, a expansão vivida pela UFJF no contexto do Reuni ainda hoje impacta a instituição pela permanência de demandas não atendidas, obras paralisadas ou em degradação (UFJF, 2022, p.67). Quanto às atuais restrições orçamentárias, o plano pontua a necessidade de uma aproximação cuidadosa aos projetos de maior vulto e que, justamente por isso, importa que diretrizes estruturadas e elenco de prioridades façam parte de uma postura que se efetive através de um Plano Diretor. Portanto, a elaboração do Plano Diretor Físico-territorial e Patrimonial da UFJF se estabelece como primeira opção no âmbito das ações estratégicas em infraestrutura da instituição. A justificativa para essa necessidade, no PDI, está fundamentada da seguinte maneira:

Atualmente a UFJF não possui Plano Diretor para seus *Campus*. Há apenas um documento nomeado: Plano Diretor Versão Preliminar, datado de 2004. Tal documento por ser Preliminar é apenas uma fração de um Plano Diretor e pela distância temporal apresenta-se demasiadamente desatualizado. Por ser, o Plano Diretor, um instrumento fundamental para orientação do desenvolvimento da Universidade acerca de sua organização física-territorial e patrimonial, entende-se que ele deve ser incorporado como Ação Estratégica no PDI 2022/2026. (UFJF, 2022, p.319)

De fato, tendo em vista que um dos objetivos desta pesquisa é sistematizar registros de ações voltadas para o território da instituição, o levantamento conduzido vai ao encontro dessa justificativa. Levando em consideração o descrito até aqui, entende-se que o fato de o Plano Diretor Físico-territorial e Patrimonial constar entre as ações prioritárias de desenvolvimento institucional da UFJF coloca-se como uma importante oportunidade de reflexão crítica. Embora o escopo do plano ainda esteja em elaboração, as metas pactuadas no PDI apresentam alguns indicativos acerca da condução do trabalho (UFJF, 2022, p.315). O processo de desenvolvimento deve ser feito por um Comitê Técnico de Desenvolvimento e Planejamento, responsável por definir objetivos, princípios norteadores e temáticas a serem debatidos por Grupos de Trabalho, com participação da comunidade. A ação subdivide-se em uma etapa diagnóstica, em que é analisada e sintetizada a situação atual dos territórios da UFJF (*campus* sede localizado em Juiz de Fora, e *campus* avançado localizado na cidade de Governador Valadares), bem como de seus imóveis, territórios ou infraestruturas localizadas fora deles. Em seguida, procede-se à etapa prognóstica, voltada à elaboração de diretrizes e estratégias. Uma das submetas previstas, também, comenta a respeito do estabelecimento de grupos de trabalho voltados para eventos específicos em que se obtenha a participação da comunidade para indicar encaminhamentos ao Plano Diretor.

Ainda que o questionamento quanto à maneira de se formular e executar as proposições de um plano dessa natureza possa ser pertinente, acredita-se que melhor poderá ser sua utilização, quanto mais crítica e reflexiva for sua formulação⁶. Neste sentido, a intenção é que o resultado do presente trabalho possa contribuir para a construção dessa análise diagnóstica, bem como possa acrescentar uma dimensão

⁶ A pesquisa de Esteves (2013), por exemplo, realiza um levantamento das especificidades da gestão no âmbito da administração pública para em seguida elaborar três estudos de caso com escritórios técnicos de diferentes universidades estaduais e federais, e aponta para a baixa adesão ou aplicabilidade prática dos instrumentos de regulação e planejamento do uso do espaço físico (como os Planos Diretores), entre outros desafios.

que frequentemente se perde dentro da maneira como a produção do espaço universitário é hoje construída, que é a da prática prospectiva. O capítulo “4 Desdobramentos e diálogos” se propõe a revisitar uma das mencionadas experiências voltadas à pesquisa aplicada ao desenvolvimento de sistemas de projeção e construção realizadas dentro do contexto universitário.

O Decreto nº 63.341 de outubro de 1968, reiterando a conjuntura de expansão do ensino superior e lançamento da Reforma Universitária, condicionou a liberação de recursos para programas de financiamento de obras e equipamentos ao atendimento das diretrizes revisionistas e estabeleceu critérios para a construção de cidades universitárias (BRASIL, 1968a). Entre os critérios figurava, por exemplo, a prioridade a ser dada para a construção das unidades do chamado sistema básico (ciclo de estudos iniciais da graduação oferecido de forma comum a grupos de cursos afins). Em resposta a esse contexto, aliado à necessidade de conclusão da ocupação do novo *campus* da Pampulha iniciada na década anterior, a equipe técnica da UFMG desenvolveu um “modelo de projetamento sistemático” sintetizado na primeira versão de seu Sistema Ambiental (GUSMÃO, 1970, p.38). A proposta, publicada no chamado “Livro Preto”⁷ e que se tornou uma tese apresentada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil ao XIII Congresso Panamericano de Arquitetura em setembro de 1970 em Porto Rico, pretendia não a criação de uma abordagem globalista da universidade, mas sim um “meta-projeto”, elaborado a partir de um “meta-programa”. A raiz desses conceitos estava na estrutura de representação simbólica das exigências relacionadas ao projeto em uma forma mais voltada para evidenciar as interações complexas estabelecidas entre elas do que para buscar uma solução formal.

O meta-programa pretendia reproduzir, tanto quanto fosse possível, o confronto entre a estrutura social da universidade e a estrutura espacial, cuja resultante configurava a estrutura ambiental. Valores associados às atividades ou grupos, tais como privacidade, relacionamento, especialização, flexibilidade e crescimento, correspondiam a significados espaciais. A combinatória entre esses componentes resultava em um repertório de configurações e articulações possíveis, cujos arranjos espaciais configuravam as alternativas de projeto – sendo o meta-projeto o modelo de

⁷ GUSMÃO, Luciano Damazio de. **O território universitário**: proposta de modelo para um sistema ambiental. Belo Horizonte: Edição do Conselho de Planejamento e Desenvolvimento da UFMG, 1970.

síntese arquitetônica dessas redes (GUSMÃO, 1970, p.39). Em suma, um dos aspectos relevantes dessa abordagem residia justamente no pensamento do projeto a partir de um sistema gerador. A esse respeito, Maciel (2011) resume que:

O estudo de edifícios de grande escala que adquirem um papel de elemento estruturador do território devido a suas especificidades construtivas e a sua lógica de agenciamento das estruturas e infraestruturas exige o foco nos processos de projeto e suas repercussões no ambiente construído. No Sistema Básico, a inclusão de atributos urbanos na caracterização ambiental dos edifícios, a ampliação da escala dos conjuntos edificados promovendo uma organização territorial global, o planejamento de sistemas abertos com grande possibilidade de transformação e crescimento no tempo e a diluição das questões autorais em favor de uma ampliação da atuação de equipes multidisciplinares são aspectos conceituais que reforçam a contemporaneidade do conjunto edificado, lhe conferem relevância e justificam sua preservação. Suas virtudes e seus princípios constituem, por outro lado, os próprios limites da sua preservação. (MACIEL, 2011, p.2)

Ao longo dos anos, aspectos da fórmula inicial do Sistema Ambiental foram sendo revisados. No livro “Territórios da Universidade: permanências e transformações” os autores trazem duas principais atualizações relacionadas a: o momento, nos anos 2000, em que foi projetada a transferência das unidades ainda remanescentes no tecido urbano para o *campus* (Sistema Ambiental *Campus* 2000); e o momento atual em que é proposto o Sistema Ambiental Infraestrutural (MACIEL; MALARD, 2012).

No diálogo com essa experiência, interessam, sobretudo, dois aspectos: o primeiro deles, já mencionado, que é o da experiência de projeção via pesquisa ativa e sistemática; e um outro, que é o da metodologia de definição dos critérios e valores estruturantes para os sistemas. O encerramento deste capítulo do texto sugere uma experiência de extração de parte desses critérios como categorias de coleta de dados a ser incorporada no trabalho com o mapa interativo do *campus* da UFJF. O objetivo de propor um esforço desse tipo é o de tentar aprimorar a caracterização do espaço institucional da universidade para seguir no sentido de ampliar o amadurecimento na gestão urbanística do *campus* da UFJF.

O texto se encerra com o capítulo “5 Considerações finais” em que são discutidas as limitações e possíveis desdobramentos futuros da pesquisa. Em particular, nesta seção comenta-se o quanto o trabalho desenvolvido se aproximou ou não dos objetivos inicialmente delimitados – amplos em relação ao escopo viável para uma dissertação de mestrado – tendo ficado mais próximo do âmbito da coleta de informações de contextualização do que de uma análise que se aprofunde nos indícios

encontrados. Os dados obtidos em relação à configuração do ambiente construído da UFJF se restringiram, nesse primeiro momento, ao aspecto da licitação das obras tendo em vista a disponibilidade e rastreabilidade permitida pelo aparato burocrático e oficial das concorrências públicas, arquivadas tanto pela Proinfra quanto por bases de dados do Governo Federal. Outras inserções possíveis para alimentação das ferramentas delineadas são mencionadas ao longo do texto e fica premente o desenho futuro de estratégias de obtenção de informações que efetivamente caminhe no sentido de buscar o desejado entendimento sobre intencionalidade, autonomia e a capacidade de incorporar a pesquisa ativa na produção do espaço universitário.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

A ciência histórica não é a mera reprodução do que aconteceu. Não poderia sê-lo, mesmo a partir de um ponto de vista estritamente pragmático, pela impossibilidade de conter a totalidade dos fatos, objetos ou acontecimentos. Uma seleção é indispensável, ainda que apenas para reduzir a totalidade a uma dimensão compreensível. Em seguida virão a organização, as articulações, as valorizações, por meio das quais se tentará dotar de sentido o panorama traçado. Porque a história não é uma simples narração: é uma sucessão de juízos. (WAISMAN, 2013, p.3).

O ponto de vista inicial da pesquisa é o de que qualquer reflexão que se faça a respeito da produção do espaço nas universidades públicas hoje deve primeiramente levar em consideração que o quadro atual é resultado de um processo, e importa analisá-lo. Nesse sentido é que se propõe a abordagem histórica: para além do reconhecimento imediato dos fatos e acontecimentos que o compõem, almeja-se a análise dos eventos e seus significados de forma a entender quais são os agentes e fatores que se articulam constituindo o sistema de ensino superior tal como ele se apresenta. O inventário dinâmico, ferramenta que pretende o auxílio às decisões atuais de planejamento do espaço universitário, emerge do movimento descrito a seguir. A compreensão do sistema equivale a uma primeira aproximação, panorâmica. Uma segunda abordagem da questão situa o caso da UFJF, amadurecendo a periodização inicial para uma específica. A terceira incursão se volta para uma observação detalhada de como se deu a evolução do crescimento do *campus*.

A citação acima, parágrafo inaugural do livro “O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos” da arquiteta e crítica de arquitetura argentina Marina Waisman (2013), articula um posicionamento importante com o qual a presente reflexão pretende se alinhar – o de questionar visões totalizadoras e de delimitar os juízos adotados. Waisman buscava refletir sobre uma abordagem que fosse própria para a América Latina, e não construída a partir dos paradigmas europeus. Segundo a autora, a própria decisão de optar por determinado recorte temático já vem em si imbuída de reflexos dos interesses, interpretações ou instrumentos particulares ao momento presente da narrativa. Ou seja: a historiografia traz em si este caráter de dupla leitura em que consta o fato apresentado, mas também pode ser inserida uma crítica acerca do momento a partir do qual ele é contado.

Pesquisadores diversos já conduziram trabalhos a respeito do processo de constituição das universidades brasileiras (ocorrido por volta da década de 1930), bem

como sobre o processo de adoção do modelo de *campus* como configuração espacial preferencial (aproximadamente na década de 1960), e o amadurecimento e consequente questionamento nas décadas seguintes acerca do avanço do planejamento e tratamento desses espaços (décadas de 1970 e 1980). Esta seção propõe recuperar dados dessas pesquisas, ainda que já consolidadas e debatidas, de forma a ressaltar ou valorar pontos que contribuam para apresentar uma perspectiva de como os espaços universitários se colocam num recorte recente. Em especial, interessa a transição entre o momento de recuo da atuação do Estado (a partir do processo de redemocratização pós ditadura militar) e o novo modelo de política apresentado pelo Reuni (no contexto do governo Lula na década de 2000). Trata-se de um período de transformações rápidas, intensas e globais em toda a produção do espaço urbano, do conhecimento científico, das articulações políticas nacionais, em que possivelmente a proximidade temporal desafie a compreensão panorâmica.

2.1 Observações sobre o procedimento

Tendo em vista essas observações a respeito de como abordar o objeto de estudo, cabe dizer que as subseções a seguir se referenciam em um procedimento metodológico cujo resultado é a construção de uma linha do tempo que fundamenta a narrativa. Tanto a linha quanto a narrativa, no entanto, são composições feitas a partir de um ponto de vista particular, desenvolvido a partir do trabalho cotidiano com o objeto, e por isso podem (e devem) ser ininterruptamente revistas e reinterpretadas. O relato aqui apresentado é um instantâneo correspondente ao momento atual.

A linha do tempo está organizada segundo dois vetores complementares. De um lado, no primeiro vetor, temos um desenvolvimento diacrônico que faz o encadeamento temporal de eventos e processos, classificados segundo três faixas horizontais superpostas: a primeira apresenta marcos da dimensão político-administrativa governamental, somados a alguns indicativos econômicos e sociais relacionados; a segunda apresenta marcos do campo educacional; e a terceira apresenta marcos da atuação profissional associada à produção arquitetônica e urbanística. Por outro lado, o segundo vetor possibilita cortes sincrônicos, adicionando uma segunda camada de leitura. As referências temporais foram agrupadas com fundamento em um esforço interpretativo de periodização: cada período proposto corresponde a uma divisão de faixas verticais expressas em um diagrama representativo da ferramenta analítica.

durante a pesquisa bibliográfica em períodos, os quais serão descritos de forma sintética a seguir.

2.2 Início - educação superior e identidade nacional

A transferência da sede do poder metropolitano para o Brasil, em 1808, correlata ao surgimento do estado nacional, gerou a necessidade de modificar o ensino superior herdado da colônia, ou melhor, de fundar todo um grau de ensino completamente distinto do anterior. O novo ensino superior nasceu, assim, sob o signo do Estado nacional, dentro ainda dos marcos da dependência econômica e cultural, aos quais Portugal estava preso, respectivamente, à Inglaterra e à França. (CUNHA, 2000, p.153)

O início da trajetória do ensino superior no Brasil relaciona-se com a vinda da família real portuguesa ao país, mas foi apenas a partir das primeiras décadas da república que o modelo vigente, até então pautado em cátedras isoladas de ensino superior para atendimento às novas demandas da burocracia civil, militar e eclesiástica, começou a ser questionado⁹. Durante o período imperial, a criação e manutenção da educação superior deixou de ser clerical e passou a ser centralizada no Estado. Nas proximidades da transição de regimes a defesa pela liberdade de ensino foi suscitada por parte dos liberais, para os quais a criação de uma universidade no Brasil seria uma importante reivindicação. Nesse contexto de discussão pelo ensino livre, Cunha (2000, p.157-161) enfatiza o papel social da facilitação do acesso aos diplomas acadêmicos dado pelas reformas educacionais do período. Aliado às transformações na estrutura legislativa, burocrática e econômica quando da mudança para o modelo republicano, levou a uma importante expansão no ensino superior e conseqüente fortalecimento dos debates acerca da ideia universitária entre liberais e positivistas – avessos a tal instituição. A década de 1910 foi marcada por tentativas de criação de universidades em Manaus, São Paulo e Curitiba, sendo todas eventualmente dissolvidas por circunstâncias políticas ou econômicas. Foi apenas em 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro a partir da união de faculdades isoladas (em um modelo que veio a ser repetido em outros casos como o de Minas Gerais, em 1927), que uma instituição com a alcunha de universidade foi duradouramente criada no país (CUNHA, 2000, p.161-163).

⁹ A esse respeito, conferir Cunha (2000, p.152-156). O autor ressalta que mesmo a prosperidade da economia cafeeira não foi suficiente para mudar o panorama da estrutura de ensino, apesar de ter se relacionado indiretamente com a criação da Escola Politécnica no Rio de Janeiro e a Escola de Minas em Ouro Preto por conta da demanda pela construção de estradas de ferro.

O historiador e crítico de arquitetura Hugo Segawa comenta como, nesse período de transição entre séculos, a industrialização era vislumbrada como um objetivo a ser alcançado. Algumas capitais brasileiras tinham seu crescimento urbano impulsionado pelas exportações de produtos primários (café, cacau ou borracha, principalmente) e intervenções de teor sanitaria – pautadas por referências europeias, pela negação das estruturas urbanas coloniais ou por influência das cidades-jardim inglesas – configurariam o urbanismo como uma das “disciplinas instauradoras da modernidade do século 20” (SEGAWA, 2018, p.27)¹⁰. A esse respeito, o economista Marcio Pochmann diz:

Coincidindo com a Grande Depressão de 1929, a crise na economia agrária primário-exportadora encontra solução a partir do projeto desenvolvimentista de industrialização e urbanização nacional. Para atender à determinação de ordem interna, o papel do Estado no capitalismo brasileiro modificou-se profundamente, especialmente a partir da Revolução de 1930. (POCHMANN, 2017, p.317)

A superação das estruturas oligárquicas agrárias e a constituição de um novo mercado nacional, sobretudo com o impacto da quebra da bolsa de Nova Iorque na economia cafeeira ao final da década de 1920 e da consolidação do concreto armado no âmbito da construção civil (e sua relação com o exercício profissional regulamentado¹¹), fomentaram a busca pela construção de um discurso de identidade nacional moderna – marcante no período do governo Vargas. Essa questão também se fazia presente no âmbito cultural.

Enquanto a Semana de Arte Moderna de 1922 marcava a busca da vanguarda artística por uma renovação de valores, em especial pela rejeição ao passadismo e academicismo, “a introdução da problemática do nacionalismo como vetor de modernidade tornava mais evidente o descompasso da arquitetura com a vanguarda literária modernista” (SEGAWA, 2018, p.43). O autor demonstra a coexistência nesse momento de uma pluralidade de vertentes: a permanência do ecletismo; a aderência a uma estética racionalista que surgia relacionada ao uso do novo método construtivo do concreto armado, à consolidação da Escola Politécnica e à industrialização; e a “cruzada pelo neocolonial” como representação da “verdadeira” tradição brasileira

¹⁰ Trata-se da 3ª edição, 2ª reimpressão, do livro cuja data de publicação original é de 1998.

¹¹ A esse respeito, conferir a pesquisa de Roberto E. Santos consolidada na tese “A armação do concreto no Brasil: história da difusão da tecnologia do concreto armado e da construção de sua hegemonia”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: “Conhecimento e Inclusão Social”, da Faculdade de Educação da UFMG em 2008.

(SEGAWA, 2018, p.43). A ascensão de Getúlio Vargas ao governo em detrimento das oligarquias cafeeiras ressoou com o ingresso dos modernistas no ativismo político e com a “cooptação da linguagem moderna pelo Estado na década de 1930” (SEGAWA, 2018, p.49). A criação de ministérios como o da Educação e Saúde (MES) e a centralidade da temática educacional para o governo também fizeram parte desse contexto. Em relação ao papel de Vargas, Santos (2003) afirma:

A criação do MEC nos anos 1930 é um marco na Educação brasileira, assim como o edifício construído para abrigar esse ministério também é um marco na Arquitetura brasileira. Ambos foram emblemas ideológicos do que então devia ser *moderno*. E moderno era que o Estado assumisse o controle da Educação, fazendo dela uma área de política setorial e implantando essa política por meio de leis. Os códigos para a equiparação e a uniformização pedagógica necessários ao controle do Estado passam, então, a serem formalizados pela burocracia estatal e se tornarão naturais ao longo do tempo. Dentre esses códigos desempenha um papel fundamental o currículo que, para além da regulação do ensino, também amarra a formação dos arquitetos a um certo tipo de corporação profissional. (SANTOS, 2003, p.2)

Segundo o pesquisador Klaus Chaves Alberto, intelectuais de diversas áreas começaram a se articular em torno do debate sobre a questão universitária ao longo da década de 1920. Exemplos disso são a realização do Inquérito Nacional e do Congresso do Ensino Superior no Brasil promovidos pela Associação Brasileira de Educação (ABE), que tinham como propósito conceituar e discutir a estruturação das universidades. Francisco Campos, o primeiro a assumir o cargo de ministro dentro do novo MES, era ligado ao movimento reformador Escola Nova e instituiu em 1931 o Estatuto das Universidades Brasileiras – embora não harmonizasse totalmente com o ideal de universidade mobilizado pela intelectualidade (ALBERTO, 2003, p.30-39). Esse decreto, apesar de não transmitir plenamente o “espírito universitário” almejado e ainda não fornecer subsídios para superação completa da característica de simples aglomeração de cursos superiores, funcionou como um primeiro movimento no sentido de estabelecer parâmetros de organização institucional. Para Cunha (2000, p.165) ele foi um “desdobramento no campo do ensino superior da centralização político administrativa iniciada com a criação do Ministério da Educação”.

Quando, em 1934, Gustavo Capanema assumiu o MES, deu início a ações emblemáticas tais como a realização do concurso (em 1935) para construção de sua sede – o Palácio da Cultura. Após a polêmica atitude de premiar, mas optar por não prosseguir com o projeto vencedor, Capanema convocou Lúcio Costa para assumir o projeto. Este, por sua vez, montou uma equipe com a participação de Reidy e

Niemeyer (então seu assistente), entre outros. A experiência de sua construção (iniciada em 1937 e inaugurada em 1945) firma definitivamente “o ponto inicial de uma arquitetura moderna de feitiço brasileiro” (SEGAWA, 2018, p.92)¹². Segawa (2018, p.89-90) pontua, no entanto, que a prioridade do ministério, mais do que a construção de sua sede, teria sido a implantação de uma universidade modelo, a Universidade do Brasil. Alberto (2003) corrobora essa percepção mencionando o didatismo das empreitadas urbanísticas de Vargas – suas ações serviriam como modelos exemplares de como deveria ser o Brasil urbano, o que dialogaria com as tendências regeneradoras do urbanismo proposto nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM). Nesse sentido, o “tema ‘cidade universitária’, assim, coincide com o pensamento paradigmático de um urbanismo moderno e inovador e, ao mesmo tempo, serve de suporte a um governo que deseja afirmar valores sociais” (ALBERTO, 2003, p.41).

Durante o restante da década de 1930 e perpassando a década seguinte entremeada pela Segunda Guerra Mundial, o projeto da Universidade do Brasil e a respectiva construção de uma estrutura que a abrigasse (a Cidade Universitária da Universidade do Brasil – CUB) seguiu em desenvolvimento. Em 1935 era convocada uma comissão de professores cuja atribuição foi debater a organização da nova universidade, incluindo a estruturação física do conjunto construído que a abrigaria¹³. Em paralelo à experiência do Rio de Janeiro, outras universidades foram criadas em um processo semelhante de junção de faculdades pré-existentes – a Universidade de Minas Gerais, em 1927 (caso que será melhor abordado no Capítulo 4 do presente texto) e a Universidade de São Paulo, em 1934¹⁴.

¹² Em 1938, Lúcio Costa trabalhou novamente em conjunto com Niemeyer no pavilhão brasileiro da Feira Mundial de Nova Iorque, obra que os projetou ao sucesso internacional (SEGAWA, 2018, p.95).

¹³ Alberto (2003) detalha em sua dissertação o processo de construção da CUB – desde a decisão pela comissão de adotar um *campus* completamente novo como solução mais moderna e adequada, até aspectos como a localização e a autoria específica do projeto da Cidade Universitária. A elaboração do plano da CUB envolveu a disputa de diferentes versões, com as quais estiveram envolvidos nomes como Marcello Piacentini, Lúcio Costa, e finalmente Jorge Machado Moreira (autor da proposta construída, executada entre 1949 e 1965). Para Segawa (2018, p.90) o convite para que Le Corbusier realizasse uma série de conferências no Rio de Janeiro em 1936 teria sido um alibi, articulando o propósito principal da visita que era a consultoria do arquiteto tanto sobre o projeto para a sede do MES, quanto sobre a realização da CUB. Durante esse processo, em 1937, Getúlio Vargas sancionou a lei que transformou a Universidade do Rio de Janeiro em Universidade do Brasil.

¹⁴ A esse respeito, conferir a pesquisa apresentada no livro “Arquitetura e educação: câmpus universitários brasileiros”, de autoria do arquiteto Gelson de Almeida Pinto em conjunto com a historiadora da educação Ester Buffa, publicado pela EdUFSCar em 2009.

Este recorte de periodização que se encerra nas proximidades da Segunda Guerra Mundial foi configurado pela presença de cinco instituições universitárias em meio às muitas faculdades isoladas – além dos três casos apresentados, somaram-se a Universidade do Rio Grande do Sul e a Universidade do Distrito Federal (posteriormente dissolvida em 1939 e parcialmente absorvida pela Universidade do Brasil). O fim da década de 1930 trouxe também outras questões. Cunha (2000, p.168-170) comenta que, no curto tempo de existência da instituição “universidade” no país, essas continuavam sendo alvos de crítica por parte dos intelectuais e estudantes. O movimento estudantil, em especial, questionava a relação das instituições com o Estado e propunha um desenho alternativo de política educacional. Em 1938 foi criada a União Nacional dos Estudantes (UNE) em um contexto de repressão por parte do governo do Estado Novo, de caráter notadamente mais autoritário que os anteriores. O autor cita, também, o impacto das críticas promovidas por parte dos estudantes quanto ao posicionamento das relações diplomáticas brasileiras já na virada para a década de 1940, promovendo propaganda favorável ao rompimento com os países do Eixo quando o governo tardava para expressar claramente sua atitude em relação ao nazismo e fascismo. Apesar da impossibilidade de aprovação, nesse cenário, de uma reforma no ensino nos termos debatidos pelos estudantes, “ela abriu caminho para uma crítica mais radical do ensino superior brasileiro, que veio a ser retomada pelos estudantes nos anos 60, dessa vez ao lado de outros protagonistas – os professores e os pesquisadores” (CUNHA, 2000, p.170).

2.3 Transição – prelúdios da expansão

A transição para a década de 1940 foi marcada pela Segunda Guerra Mundial e pelo enfraquecimento do Estado Novo de Vargas. Segawa (2018, p.104) chama de nova geografia arquitetônica a mudança no panorama de influências culturais, o qual havia sido tradicionalmente protagonizado por países europeus como França, Itália ou Alemanha, e que se diversifica com o aparecimento de produções dos Estados Unidos (observada a grande migração de intelectuais europeus refugiados da guerra neste país), Japão e alguns países escandinavos e latino-americanos. Em termos geopolíticos, os EUA consolidavam sua posição e estabeleciam uma postura de intervenção em países periféricos com dizeres relacionados à assistência e cooperação enquanto buscavam delimitar sua esfera de influência – postura que perpassa todo o contexto da Guerra-Fria. Segawa (2018, p.100) comenta inclusive

que, ainda em 1943, a realização da exposição *Brazil Builds* pelo *Museum of Modern Arts* (MoMA) de Nova Iorque (e seu registro em livro-catálogo), importante acontecimento para o reconhecimento internacional da arquitetura brasileira, ressoava o teor da política de boa vizinhança desenhada sobre a América Latina.

Acerca da configuração geopolítica do momento, o sociólogo e professor de economia Ricardo Carlos Gaspar¹⁵ observa que o somatório das fortes tensões que motivaram os conflitos mundiais com a crise econômica da década de 1930 denunciava fraquezas nos padrões de conduta política e econômica e a necessidade de reforma no *modus operandi* do sistema capitalista (GASPAR, 2015, p.267-270)¹⁶. O autor menciona a linha de pensamento keynesiana como responsável por uma guinada na atitude até então preponderante de equilíbrio automático da livre oferta e procura (liberalismo), que se desgastava no contexto da quebra da bolsa em 1929. Nessa corrente, o Estado do Bem-Estar Social se coloca como um “mecanismo político comandado pelos respectivos estados nacionais, pelo qual foi estabelecida uma espécie de pacto social tripartite, englobando governo, empresários e trabalhadores” – nos países capitalistas centrais o Estado torna-se agente regulador e o gasto público exerce um papel fundamental na garantia de crescimento econômico, distribuição de renda e criação de um mercado próspero (GASPAR, 2015, p.270). Essa lógica era verificável em alguns países periféricos, como o Brasil, embora o alcance das medidas fosse impactado pela dimensão limitada do mercado formal de trabalho e uma característica de exploração da mão de obra herdada do passado colonial.

¹⁵ Seu artigo “A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos” apresenta um compilado panorâmico a partir da produção teórica de diversos autores de referência no campo da história, sociologia, economia e geografia, como Giovanni Arrighi, Fernand Braudel, David Harvey, Eric Hobsbawm, Milton Santos, Saskia Sassen, José Luís Fiori, entre outros.

¹⁶ Em 1944, na proximidade da conclusão do conflito, os acordos de Bretton-Woods caracterizaram-se como um esforço de negociação entre nações independentes para estabelecer uma ordem de cooperação internacional, do qual derivam a criação de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização das Nações Unidas (ONU). Esse plano voltado para um sistema multilateral, no entanto, seria adiado tendo em vista a assimetria de condições entre as principais economias capitalistas devastadas pelo conflito, por um lado, e a boa preservação do território, malha industrial e infraestrutura dos norte-americanos, por outro (GASPAR, 2015, p.267-269). Nesse contexto, o Plano Marshall colocou os EUA como grande credor global, direcionando recursos a fundo perdido para reconstrução dos países aliados. Em paralelo, o bloco de influência da União Soviética também consolidava seu poderio político através da incorporação dos países do leste europeu e da revolução comunista chinesa. Ao longo das décadas seguintes, ambos os polos buscaram fortalecimento bélico e compactuação de alianças militares, tendo o gasto público com a economia de guerra (e o desenvolvimento tecnológico consequente) servido como forte impulso à expansão da economia.

Acerca da América Latina, Gaspar (2015, p.271-273) menciona a importância da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). Esse organismo da ONU incorporava a lógica de Keynes para formular uma concepção particular acerca do subdesenvolvimento: a permanência da divisão em que os países centrais concentravam a produção em detrimento dos demais no papel de fornecimento de matérias primas não levaria à prosperidade, mas sim à concentração do progresso técnico em uns e do empobrecimento e atraso em outros. Para os economistas expoentes da Cepal, a saída viável para a situação crônica de dependência do centro capitalista seria a industrialização e, “na ausência de um empresariado nacional forte, caberia unicamente ao Estado a tarefa de comandar o processo” – apesar dessa diretiva, na prática o setor privado de origem multinacional, em muitos casos, atuou influenciando e complementando a ação do Estado (GASPAR, 2015, p.273). O nacional-desenvolvimentismo do segundo governo de Vargas e do mandato de Kubitschek teve raízes nessa teorização. Em paralelo, no campo político, o nacionalismo surgia com expressividade entre os países do “terceiro mundo” e misturava-se com atitudes de viés populista, por vezes representando programas de governo genéricos ou concepções ideológicas contraditórias, além de promessas ambiciosas de desenvolvimento (GASPAR, 2015, p.272). Em termos de articulação dos movimentos populares de esquerda, nos países centrais as “ameaças” eram suavizadas dado a melhor distribuição de renda, enquanto na periferia, como é o caso do Brasil, o questionamento por vezes se encaminhava para resistência por meio da luta armada, recebida com forte repressão (GASPAR, 2015, p.271).

No âmbito do ensino superior, Pinto e Buffa (2009, p.107) relacionam a mentalidade de desenvolvimento via industrialização com o entendimento de que a pesquisa – em especial a de viés tecnológico – seria uma das funções principais da universidade. A criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) data de 1948. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foram criados em sequência, em 1951. Segundo Cunha (2000, p.174), o surgimento da SBPC foi um importante articulador da intelectualidade brasileira, a qual passa a estar

presente desde então na formulação das políticas educacionais¹⁷. O autor também cita que a “criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA, em 1947, significou um grande avanço no ensino superior, marcado pela inovação acadêmica e profundamente influenciado pelos padrões de organização universitária dos EUA” (CUNHA, 2000, p.173)¹⁸. Para ele, a criação do ITA foi como um “animador” para os reformadores do campo educacional e relaciona com ela outra empreitada de inovação interessada em pesquisa – a criação da Universidade de Brasília (UnB) na década de 1960. A articulação intelectual da SBPC também se relaciona com a empreitada da UnB. O retorno de Getúlio Vargas ao poder, em 1951, consolidou um movimento que se iniciava ainda no Estado Novo: a equivalência dos cursos médios e profissionais ao nível secundário, aumentando a demanda por cursos superiores (CUNHA, 2000, p.171-172). A LDB de 1961 regulamentou definitivamente essa questão. Além disso, nesse período teve início a progressiva federalização de estabelecimentos até então mantidos por governos estaduais ou entidades privadas, processo que deu origem a uma parte importante das universidades federais atuais – a UFJF inclusive.

Retomando a questão da influência dos Estados Unidos, o arquiteto Fúlvio Pereira aborda o que chama de ideologia de exportação do progresso, promovida por parte dos norte-americanos na América Latina¹⁹. Ele relaciona o início da assistência técnica estadunidense ao período da Segunda Guerra Mundial na forma dos esforços do presidente Franklin Roosevelt e do empresário Nelson Rockefeller pela obtenção do fornecimento de suprimentos (por exemplo, minério e produtos agrícolas). Este empresário, por intermédio do instituto que presidia (*Institute of Inter-American Affairs* – IIAA), esteve relacionado à criação da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (atual Universidade Federal de Viçosa) em 1951, que visava a cooperação agrícola e a implementação de um sistema similar ao norte-americano. Tanto aqui,

¹⁷ O autor menciona que, desde o protagonismo da cafeicultura e dos primórdios da industrialização, São Paulo se configurava como importante centro de atração de cientistas e pesquisadores. A fundação da Universidade de São Paulo tinha em seu quadro docente professores estrangeiros de alta qualificação que emprestavam prestígio à instituição e ajudavam a fortalecer o novo perfil de docente-pesquisador. Desses pesquisadores paulistas surge a iniciativa de formação da SBPC.

¹⁸ Pinto e Buffa (2009, p.107-108) ressaltam a estrutura curricular inovadora, não mais voltada para o sistema de cátedras e que oferece uma formação básica – pontos convergentes com a discussão que viria a integrar, a seguir, a Reforma Educacional de 1968.

¹⁹ A tese, de título “*Exporting progress: os norte-americanos e planejamento de campus no Brasil*”, foi apresentada ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU/USP) em São Carlos, 2017.

quanto no caso do ITA (e também em relação à Fundação Getúlio Vargas), institutos e universidades dos EUA teriam participado dos programas de assistência colaborando com a estruturação das entidades brasileiras. Já nos anos 1960 e 1970, no contexto da Guerra Fria e com a necessidade de deliberadamente afirmar a hegemonia de seu modo de produção e cultura, a aproximação entre os governos brasileiro e americano é marcada pelo estabelecimento de acordos de cooperação firmados junto ao agora Ministério da Educação e Cultura (MEC) e à *United States Agency for International Development* (Usaid). Apesar dos desafios desse processo, que se caracteriza nos limites da transferência cultural, esse período foi significativo para a arquitetura e urbanismo, e para a “consolidação no país de uma cultura técnica de planejamento do *campus*” (PEREIRA, 2017, p.24).

A fim de completar o panorama, retorna-se à dimensão da produção arquitetônica e urbanística deste momento:

Contradições ideológicas parece ter sido o aspecto comum a vários países latino-americanos. Um fato marcante na implantação do movimento moderno no subcontinente latino foi o evidente patrocínio governamental: o grupo liderado por Lúcio Costa teve impulso inicial do presidente Getúlio Vargas – um ditador que tendia para o fascismo –, e seus desdobramentos posteriores tiveram forte impulso oficial para efetivar suas criações arquitetônicas; (SEGAWA, 2018, p.112)

Ao passo que a arquitetura moderna brasileira se projetava no cenário internacional, internamente se disseminava por diferentes frentes: pelo aumento da criação de periódicos especializados, por reformas curriculares, pelo reconhecimento federal dos diplomas concedidos, pela criação de novas faculdades e pela movimentação de profissionais migrantes ou imigrantes²⁰. Maria Alice Junqueira Bastos e Ruth Verde Zein (2015, p.24) pontuam que, apesar da aceitação da arquitetura moderna no cenário das vanguardas europeias no período entre as grandes guerras, o fim do segundo conflito consolidou um cenário em que a imigração de expoentes europeus e as necessidades de reconstrução abriram um terreno fértil para a profusão de experimentações diversas. O urbanismo moderno, à época, ainda havia sido pouco

²⁰ Segawa (2018, p.130-142) destaca, por exemplo: a criação das revistas “Habitat” (iniciada em 1950 e dirigida por Lina Bo Bardi) e “Módulo” (do grupo de Niemeyer, publicada a partir de 1955); a separação entre a Faculdade Nacional de Arquitetura da UB e a ENBA; o reconhecimento dos diplomas da Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais em 1946 e da Faculdade de Arquitetura Mackenzie em 1947; a criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP em 1948; a migração de profissionais relacionada à política nacional de ocupação do interior brasileiro a partir da década de 1960 e a imigração motivada pelo contexto da guerra e a repercussão de prestígio internacional alcançada pela arquitetura brasileira.

posto à prova, e prevalecia a crença em suas vantagens. Uma das experimentações dessa forma de urbanismo foi justamente a realização das cidades universitárias²¹:

Tanto no Rio de Janeiro como na Cidade do México e Caracas – capitais nacionais (e aqui poder-se-iam mencionar também outras realizações latino-americanas em não-capitais) –, as cidades universitárias constituíram intervenções de ocupação de vazios ainda não urbanos numa escala sem precedentes, organizando vetores de expansão para as cidades. Cidades ao lado das cidades, para se tornarem cidades dentro de cidades, os *campi* universitários foram laboratórios de urbanismo tratando da ocupação de territórios virgens – uma tema caro e distintivo do continente americano. Assim como os núcleos urbanos coloniais latino-americanos constituíram a aplicação das teorias das cidades ideais do Renascimento, as cidades universitárias de meados do século XX foram campos experimentais do urbanismo moderno, das doutrinas do CIAM e do planejamento norte-americano. Mas não se caracterizaram como mera transposição de preceitos urbanísticos modernos. Elaboraões peculiares, como o cuidado de espaços livres ou de transição no clima quente e úmido do Rio de Janeiro ou de Caracas, ou as referências espaciais pré-hispânicas mexicanas, introduziram novas denotações ao desenho dos núcleos universitários, diferenciados de seus congêneres europeus e norte-americanos. (SEGAWA, 1999, p.46)

Apesar das dissidências que começavam a se infiltrar no campo pela formação de diferentes vertentes arquitetônicas, a realização do concurso para elaboração do plano da nova capital do país teria sido um momento de aparente convergência, relacionada à mencionada “crença nas vantagens utópicas do urbanismo moderno” (BASTOS; ZEIN, p.63). O projeto de transferência da capital para Brasília foi uma das maiores realizações do nacional-desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, que tinha como outras metas de programa de governo, por exemplo, o incentivo ao transporte rodoviário (e à indústria automobilística), à geração de energia e à indústria pesada. Para o projeto dos edifícios públicos, Juscelino já havia convidado Oscar Niemeyer – com quem tinha colaboração desde o projeto da Pampulha na década de 1940. Por outro lado, a decisão a respeito do plano urbanístico ficaria a cargo de um concurso público – segundo Segawa (2018, p.123), motivada por pressões do Instituto de Arquitetos do Brasil e por nacionalismo, tendo em vista a sugestão por novamente contratar Le Corbusier. A proposta do plano-piloto de Lúcio Costa, vencedora da concorrência, trazia em seu sistema de eixos o “signo da hierarquia” – organização da dimensão pública e privada (eixo monumental e eixo residencial), setorização das atividades em zoneamento (setor hoteleiro, bancário, industrial, etc.), organização viária, unidades de vizinhança SEGAWA, 2018, p.125). (Tanto o cenário de influência

²¹ Segawa (2018, p.114-122) também comenta a influência das recomendações formuladas nos CIAMs para a instrumentalização dos programas de habitação popular. Para ele, as experiências habitacionais cariocas poderiam ser consideradas ensaios para a formulação de Brasília.

norte-americana na política educacional, quanto o de experimentações arquitetônicas e urbanísticas que culminam em Brasília, irão se consolidar e apresentar reflexos na produção dos espaços universitários brasileiros ao longo da seção seguinte – a qual abordará a complexa e marcante década de 1960.

2.4 Expansão – criação de universidades no território nacional

Em diálogo com a criação da nova capital, a década de 1960 é inaugurada, também, com a criação da inovadora Universidade de Brasília entre 1960 e 1962 (período entre o projeto de lei e a inauguração). Segundo Cunha (2000, p.175), a existência de uma universidade em um território no qual a demanda por ensino superior ainda não era significativa relacionava-se com dois desejos: o de fornecer uma reserva de especialistas qualificados junto à burocracia governamental, mas principalmente o de criar uma instituição descolada do paradigma existente uma vez que a capital estava sendo concebida sob o signo de um projeto considerado revolucionário. Esse intuito reflete-se, inclusive, no regime jurídico com o qual ela foi criada (a UnB nasceu como fundação, enquanto as demais universidades federais se caracterizavam como autarquias), na expectativa de que ela pudesse se manter como uma entidade pública, porém sem todas as amarras do serviço público federal. Alberto (2008, p.167-170) destaca um outro ponto de inovação da UnB: a reinterpretação do significado das cátedras, promovida por Darcy Ribeiro (seu principal idealizador), transformando-as de cargos para graus. Em sua substituição, por influência do modelo estadunidense, foi instituída a departamentalização que, em conjunto com a particularidade do regime jurídico, propiciaria a contratação de docentes pela legislação trabalhista em vigor evitando a realização de concursos tradicionais²².

Sobre a concepção da estrutura física da UnB, Alberto (2008, p.173) comenta a escassez de registros do projeto do *campus*, observando que são poucas as menções na literatura feitas à autoria de Lúcio Costa. Comparando os programas da

²² Alberto (2008, p.170) também comenta a inovação na oferta de estudos, a qual se abriria aos discentes em duas vias – alunos regulares e especiais. Os alunos regulares prestariam provas de aptidão e obteriam o grau desejado colecionando créditos, os quais poderiam ser cursados em diferentes departamentos, seja no ensino introdutório oferecido pelos Institutos Centrais (curso básico) ou no ensino especializado, já nas Faculdades. Por outro lado, os estudantes especiais não obteriam grau e não precisariam prestar exames de admissão ou cumprir pré-requisitos de escolaridade, apenas comprovar o conhecimento necessário às disciplinas pretendidas, em um modelo de reconhecimento do saber obtido fora da educação formal.

Universidade do Brasil na década de 1930, e da UnB em 1960, o autor observa o caráter sintético da proposta mais recente – por exemplo: dada a criação dos institutos centrais e de um projeto pedagógico de maior flexibilidade e interdisciplinaridade, a especificidade do programa das faculdades diminui. Além disso, ele ressalta a “missão civilizatória da Universidade em relação à nova Capital” preenchendo lacunas na oferta de equipamentos culturais, tais como museus e uma rádio universitária (ALBERTO, 2008, p.177). Finalmente, destaca-se também o impacto das relações de integração e da interdisciplinaridade na estrutura organizacional da universidade, visível através dos estudos desenvolvidos para demonstrar as relações entre unidades acadêmicas – cada vez mais complexos e buscando se afastar de uma concepção restrita à simples coexistência de cursos no mesmo território (ALBERTO, 2008, p.178-182)²³.

A mencionada promoção da industrialização brasileira por políticas de cunho desenvolvimentista refletiu-se, em alguma medida, no crescimento da discussão sobre as possibilidades de industrialização da construção civil²⁴. À época, iniciou-se na UnB um paradigma relevante de estudos e experimentações em pré-fabricação de elementos construtivos²⁵ e na concepção de edifícios de uso aberto, flexíveis, que respondessem à alteração na proposta pedagógica. O Centro de Planejamento da Universidade de Brasília (Ceplan) foi criado como órgão responsável pela elaboração dos projetos dos edifícios do *campus*, tendo na direção Oscar Niemeyer e contando, entre os colaboradores, com o arquiteto João Filgueiras Lima (Lelé). Em particular destaca-se a criação do Instituto Central de Ciências (ICC) e o papel de sua solução

²³ Esse tipo de visão relaciona-se com a formulação dos estudos que serão abordados no capítulo 4.

²⁴ Para ser tratado com o devido rigor crítico, esse tema precisaria de uma abordagem mais cuidadosa, não pertinente ao teor do texto. Comenta-se, por ora, a formulação inicialmente desenvolvida pelo grupo “Arquitetura Nova” (e aprofundada por Sérgio Ferro) a respeito da alta extração de mais-valia perpetrada pelo setor da construção civil como atividade produtiva fundamental para acumulação de capital dentro do sistema econômico do mercado, na medida em que este determina um processo de trabalho fundamentado no uso intensivo de mão-de-obra não qualificada. Nesse sentido, a construção só poderia ser chamada de indústria pela conotação da escala e da estrutura administrativa, já que na produção continua operando como uma manufatura. A falta de domínio sobre os códigos técnicos do desenho arquitetônico (e do concreto armado, a partir de sua adoção em detrimento dos sistemas produtivos tradicionalmente dominados pelos mestres construtores) aliena e limita as possibilidades de autonomia do trabalhador sobre o processo de produção.

²⁵ Um ponto a ser comentado sobre a pré-fabricação é a discussão que se estabelecia acerca da possibilidade de desenvolvê-la como tecnologia para a construção de escolas e habitações de interesse social – discussão essa que aparecerá também no âmbito da produção da arquitetura brutalista de São Paulo (BASTOS; ZEIN, 2015, p. 86).

estrutural²⁶. Alberto (2008, p.262-266) pontua que o ICC surge de uma modificação promovida por Oscar Niemeyer no plano original de Lúcio Costa, integrando os institutos de ciências em um único edifício – essa solução responde, por um lado, a “uma verdadeira quebra de paradigma projetual na temática universitária que só foi possível pela íntima afinidade entre o plano educacional e o arquitetônico”. O cunho utópico social dessas formulações seria animado e impactado pelo contexto político e econômico do momento. O golpe militar em 1964, por exemplo, promoveu a invasão da Universidade de Brasília com acusações de incitação da subversão e contribuiu fortemente para a desarticulação da proposta original, inclusive resultando no exílio político de intelectuais como Darcy Ribeiro.

Gaspar (2015), em relação à economia mundial, coloca os anos 1960 como um período turbulento no qual o crescimento anterior dos países capitalistas centrais começava a dar sinais de crise, fazendo emergir contradições até então obscurecidas pela aparência de prosperidade:

Os mercados davam sinais de saturação, a que se seguiam pressões de preços e de custos, num cenário de intensa competição. A insatisfação trabalhista desencadeava seguidas greves por majorações salariais, e essas, por sua vez, eram elementos adicionais a reduzir margens de lucros; caía o nível de investimentos. A eficiência marginal do capital se acercava de seu ponto de inflexão. Em especial, o mercado internacional de matérias-primas e insumos era alvo de uma forte pressão especulativa que ameaçava provocar uma explosão de preços. (GASPAR, 2015, p.275)

Culturalmente, a juventude se insubordinava em relação às “macrovisões modernistas”, ao consumo de massa e às iniquidades internacionais (GASPAR, 2015, p.275)²⁷. A essa altura, os EUA haviam passado de grandes credores a grandes devedores mundiais, principalmente por conta da exportação de capital em programas

²⁶ Bastos e Zein (2015, p.92) relacionam a concepção deste grande instituto, pautada no atendimento a um programa relativamente aberto, buscando uma resposta relativamente genérica, à caracterização de uma solução estrutural, em essência. O tipo de sensibilidade articulado nas soluções plásticas e estruturais (e na pré-fabricação) estaria em conformidade com as preocupações da vanguarda paulista da época – brutalista. Entre os arquitetos de destaque desse grupo constavam nomes como Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha e Ruy Ohtake, entre outros. Artigas, um dos professores relacionados à criação da FAU-USP em 1948, esteve também à frente da reformulação curricular da instituição em 1962.

²⁷ Esse período seria marcado por contestações: as manifestações artísticas pós-modernas que se iniciavam, o modo de vida alternativo dos hippies, as manifestações pacifistas acerca da Guerra do Vietnã, as grandes manifestações de protesto estudantil (dentre as quais a revolta de Maio de 1968 em Paris é um dos principais exemplos), além dos movimentos guerrilheiros de esquerda que buscavam ameaçar poderes consolidados – sem contar a descrença na liderança do modo de vida e dos valores norte-americanos como incontestáveis (GASPAR, 2015, p.276-278).

de ajuda e consolidação de poderio militar²⁸. No cenário brasileiro, Pochmann (2017) comenta que o processo de industrialização alavancado ao final da década de 1950 deu-se de forma selvagem e conservadora: esse crescimento, apoiado pelo Estado, se fundamentou na existência de alianças políticas internas majoritárias e conservadoras que, sacrificando o desenvolvimento social, buscaram o impedimento das reformas de base clássicas (agrária, tributária, social) e geraram “anomalias como o exacerbado poder dos latifundiários, a iníqua arrecadação do fundo público e a seletividade das políticas públicas para determinados segmentos sociais e setores econômicos privilegiados” (POCHMANN, 2017, p.317). O golpe militar de 1964, ao depor o presidente João Goulart (que inclusive tinha um pacote de reformas de base como parte do programa político) motivado por uma narrativa fantasiosa de ameaça comunista, dá continuidade e reforço a esses processos.

Os debates a favor de uma reforma universitária, promovidos pela mobilização estudantil que se organizava desde a década de 1940 sob a liderança da UNE, ganharam novo fôlego quando esta aparece no rol das reformas de base (CUNHA, 2000, p.175). Segundo o autor, a existência de correntes ideológicas distintas no movimento, no entanto, teria sido um fator que contribuiu para que o Estado se apropriasse da bandeira da reforma e modificasse o sentido original de maneira a se alinhar com seus propósitos. A reforma efetivamente promulgada pela Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 (BRASIL, 1968b) – ano de endurecimento da repressão pelo regime militar, no contexto do Ato Institucional nº 5/68, que previa ameaças à manutenção do emprego ou vaga dos professores e estudantes culpabilizados por atividades subversivas – incorporou parte da plataforma de reivindicações, alterou a estrutura da autonomia administrativa financeira, tornando-a mais restrita, enquanto contraditoriamente promoveu um impulso de crescimento e de desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica.

²⁸ Somava-se a isso, no sentido de fragilizar sua hegemonia, a perda de competitividade de seus produtos, a defasagem tecnológica que surgia frente às indústrias japonesa e alemã (principalmente) e desafios políticos por todos os continentes: revoluções cubana e nicaraguense no continente americano; derrota no Vietnã e mudança para o bloco soviético por parte de países asiáticos como Laos e Camboja; desgastes frente às populações árabes pelo apoio a Israel; rápido processo de descolonização de países africanos que se convergiram para o bloco soviético após a independência. Apesar do aparente triunfo, a União Soviética também se aproximava de seus limites econômicos, enfrentando dificuldades para elevar a produtividade, manter a qualidade de vida e enfrentar insatisfações populares – entre elas a Primavera de Praga, mais uma vez em 1968.

Dentre os pontos ressaltados por Cunha (2000, p.178) acerca da reforma estão atitudes autoritárias como: a aposentadoria compulsória e impedimento da progressão de docentes; a nomeação de interventores e o controle policial que se estendia das entidades estudantis a até mesmo os currículos e bibliografias propostos. Além disso, ela previa mudanças organizacionais já debatidas anteriormente como a reorganização do sistema de cátedras em departamentos²⁹ e a instituição do regime de matrículas por créditos, porém motivadas pela tônica da eficiência e racionalidade, de teor empresarial: os temas do momento envolviam a eliminação da “duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes” – o que se traduzia na formação de agrupamentos de ensino “básico” para os cursos (CUNHA, 2000, p.180). Uma outra questão comentada pelo autor é a contradição observada entre o texto da lei da reforma – que previa explicitamente a universidade como forma de organização por excelência do ensino superior – e a relação prática estabelecida entre o Conselho Federal de Educação (CFE) e as instituições privadas, majoritariamente organizadas em torno de estabelecimentos isolados, que viveram um momento de crescimento acelerado propiciado pelas ações daquele. Em relação à organização espacial, a redação dessa lei em particular não estabelece parâmetros a serem cumpridos, ficando essa sujeita ao texto do Decreto nº 63.341, de 1º de Outubro de 1968 (BRASIL, 1968a).

Cabe, neste momento, retomar a questão abordada na subseção anterior da estrutura de colaboração estabelecida entre os EUA e o governo brasileiro desde o contexto da Segunda Guerra Mundial. Pereira (2017, p.63) menciona que, desde o encerramento da Política de Boa Vizinhança por parte dos Estados Unidos (vigente entre 1933 e 1945), foi apenas em 1949 que o país volta a promover uma aproximação mais sistemática com a América Latina na forma do programa Point Four do presidente Harry Trumann. Este visava a assistência técnica aos países em desenvolvimento, já

²⁹ Em relação à estrutura da carreira docente, Cunha (2000, p.183-189) discorre sobre o impacto da abolição do sistema de cátedras no crescimento da pós-graduação promovido à época no país. Para o autor, esse crescimento foi um dos aspectos positivos que contrabalancearam a intervenção controladora, permitindo o aperfeiçoamento de docentes-pesquisadores no sentido de compensar a perda daqueles que foram compulsoriamente aposentados por razões ideológicas. A mudança fundamental foi a exigência pelo Estatuto do Magistério Federal de apresentação do certificado de conclusão de curso de pós-graduação como requisito para avanço na renovação de contrato ou promoção, aumentando muito a demanda por novos programas que oferecessem essa titulação. Além disso, a lei que instituiu a reforma também previa o ensino e a pesquisa como atividades indissociáveis na docência, incentivando a dedicação exclusiva e destinando vantagens salariais aos professores que efetuassem projetos de pesquisa aprovados pelos pares no departamento.

sob a influência política da Guerra Fria³⁰. O autor também relata que, frente à hostilidade com que o vice-presidente americano Richard Nixon havia sido recebido no Peru e na Venezuela em 1958 e levando em conta a Revolução Cubana em 1959, o presidente John Kennedy reformulou a política externa para lançar a “Aliança para o Progresso”, em 1961, visando “acelerar o desenvolvimento econômico e social dos países participantes da América Latina” (PEREIRA, 2017, p. 64). Em conjunto, foi criada uma agência para coordenar as ações internacionais dos Estados Unidos – a *United States Agency for International Development* (Usaid). Dentre outras agências americanas que atuaram no Brasil no período, a Usaid e o BID (braço financeiro da Aliança para o Progresso) foram as que tiveram maior relação com a trajetória do ensino superior. Ressalva-se que, no contexto dessa assistência técnica, a educação era vista sob uma perspectiva tecnicista de instrumento do desenvolvimento econômico, o que converge para o que já foi dito a respeito da abordagem da questão pelo governo ditatorial brasileiro.

Pereira (2017, p.69-81) também comenta a trajetória do consultor Rudolph Atcon – imigrante grego naturalizado nos EUA durante a Segunda Guerra para alistamento no exército do país. Em 1951, Atcon foi integrado ao *Institute of Inter-American Affairs* (IIAA) e posteriormente passou a assistir Anísio Teixeira na organização da recém-criada CAPES (entre 1953 e 1956). Em sequência, Atcon se relaciona à Organização dos Estados Americanos (OEA):

Em 1962, Atcon foi solicitado pela força tarefa em educação da OEA, juntamente a outros nove especialistas em educação (dos quais ele era o único norte-americano), para assistir na formulação dos princípios de desenvolvimento educacional da América Latina nas décadas seguintes. Suas ideias já estavam sintetizadas no recente ensaio “*The Latin American University*”, que se tornaria, segundo Levy (2005, p. 10), uma referência central nos círculos de assistência técnica da Aliança para o Progresso e teve ampla divulgação na região. (PEREIRA, 2017, p. 69-70)

A respeito dessa publicação, datada de março de 1961 e publicada originalmente em uma revista alemã, é dito que uma cópia dela teria sido compartilhada com Darcy Ribeiro por Anísio Teixeira quando da época da inauguração da UnB³¹. O consultor

³⁰ Faz parte deste programa o mencionado investimento no ensino superior agrícola que se relaciona com a criação da Universidade Federal de Viçosa.

³¹ Segundo Pereira (2017), o teor dessa proposta de Atcon se alinhava com os valores da Aliança para o Progresso e com a perspectiva mencionada de que a resolução da baixa escolaridade seria o caminho para o desenvolvimento econômico. Também é mencionado o teor anticomunista nas

pregava uma reforma estrutural da organização universitária que refletia ideias já em circulação internacionalmente – e que, inclusive, haviam sido parcialmente adotadas no projeto da UnB. A ideia de racionalização dos recursos visando a eliminação de duplicações, a eliminação do sistema de cátedras e da organização da universidade voltada para faculdades isoladas, assim como a proposição da departamentalização, eram todos preceitos sistematicamente presentes na fala de Atcon.

A conjunção entre o golpe militar e a mudança de governo nos EUA que reforça a dotação orçamentária tornando o Brasil o principal beneficiário de um conjunto de acordos firmados entre o MEC e a Usaid (sendo dois deles especificamente formulados para o ensino superior) altera a receptividade brasileira em relação à Aliança para o Progresso, até então limitada (PEREIRA, 2017, p.107-109). O primeiro convênio MEC/Usaid é firmado em 1965 e previa a formação de uma Equipe de Planejamento do Ensino Superior (EPES) cuja vigência seria de dois anos e contaria com a participação de cinco educadores brasileiros e cinco assessores americanos³². Divergências em relação ao papel do Conselho Federal da Educação neste convênio, bem como protestos estudantis e a dificuldade de nomear membros para composição da equipe foram alguns dos motivos que levaram à sua reformulação. Em 1966 consolida-se o segundo convênio MEC/Usaid, de formulação mais bem-sucedida, que previa como executor brasileiro o recém-criado Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), no qual Atcon atuava como secretário executivo³³.

formulações, que possuem um caráter fundamentalmente disciplinador. O cunho disciplinador de suas proposições se refletia em falas voltadas à dificuldade de aplicação de sanções como fator relacionado à perda de eficiência, bem como à necessidade de desmobilização política (em especial dos estudantes). Além disso, era importante a prática de esportes, também vista sob um viés de produtividade na forma de “competição saudável”. Era igualmente desejável a competição como disciplinadora da liberdade docente. A universidade deveria ser autônoma em relação ao Estado no que concerne a questão financeira, estruturada sob o formato de fundação privada (o autor ressalta a esse respeito, inclusive, o conhecimento do consultor sobre a experiência de Brasília) e funcionando no sistema de cobrança de ensino que é comum nos EUA. Seria a autonomia financeira que manteria a universidade numa suposta posição de neutralidade política benéfica para a “estabilidade nacional e progresso” (PEREIRA, 2017, p.77).

³² Em preparação à formulação do primeiro acordo, um conjunto de quatro consultores vinculados à Usaid percorre o país com o objetivo de prospectar estratégias de adequação. Segundo Pereira (2017, p.108), em 1965, Atcon realiza para o MEC um estudo da realidade brasileira fundamentado na visita a doze universidades.

³³ Pereira (2017, p.110, p.143) cita que nesse mesmo ano a Universidade de Houston – não por acaso uma instituição que já tinha um relacionamento prévio no âmbito da pós-graduação com a UFRJ e a PUC-RJ – teria sido contratada para fornecer o trabalho de consultores e coordenar cursos para administradores universitários. Essa contratação teria feito parte de uma tentativa da Usaid de assumir uma postura mais discreta frente à oposição pública contrária à interferência norte-americana no

No âmbito do espaço físico, Atcon foi o grande propagador do modelo de *campus* como organização preferencial das universidades, avaliando que as cidades universitárias até então constituídas seriam custosas e ineficientes uma vez que simbolizavam a simples mudança de lugar das estruturas organizadas sob o modelo tradicional para um novo conjunto, sem reformá-las fundamentalmente (PEREIRA, 2017, p.78)³⁴. Em 1970, Atcon consolida a publicação de seu “Manual para o planejamento integral de *campus* universitário”. Pinto e Buffa (2009) analisam o manual de Atcon comentando como o *campus* por ele proposto deveria se constituir a partir de um projeto racional e define regras “que vão da aquisição do terreno à urbanização, à definição de gabaritos e tipologia dos prédios e à zonificação, ou seja, a disposição que ele aponta como a mais adequada para os diversos edifícios do câmpus” (PINTO; BUFFA, 2009, p.112). O documento previa a necessidade do acompanhamento de um urbanista comprometido com seus postulados (profissional considerado de escassa disponibilidade mundial) e o estabelecimento de um corpo técnico quando do início da ocupação de cada conjunto – posição que parecia ser de autonomia limitada, atuante apenas no sentido de referendar a aplicação das propostas orientadas pelo consultor.

O processo de expansão da criação de universidades pelo território nacional iniciado com o movimento de federalização da década de 1950 teve seu ápice, contudo, na transição para a década de 1960 e com a intensificação da discussão pela reforma universitária³⁵. Dado esse contexto, inicia-se em 1966 a montagem de um programa de empréstimo entre o MEC e o BID voltado ao melhoramento e expansão do ensino superior, inserido nos objetivos da Aliança para o Progresso. No ano seguinte é

contexto político daquele momento. Ressalta-se a preponderância de profissionais com formação nas áreas de administração, engenharia e economia, entre os consultores. O autor comenta que os relatórios elaborados no âmbito dessa atuação – “Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira” de 1966 (“Relatório Atcon”), e a “Íntegra dos Trabalhos da Equipe Americana” de 1968 – forneceram suporte para a reforma universitária, em conjunto com o relatório encomendado pelo governo militar à comissão especial presidida pelo coronel Carlos Meira Matos (“Relatório Meira Matos”) acerca da investigação de soluções para a questão das reivindicações estudantis.

³⁴ O autor chama atenção para o fato de que a redação do mencionado Decreto nº 63.341, de 01 de outubro de 1968 demonstra a incorporação dessa postura ante a organização territorial na política (*campus* como prática consolidada).

³⁵ Cabe ressaltar o levantamento apresentado na publicação “Novos *campi* universitários brasileiros: processos e impactos” organizada por Elaine Calderari e Joel Felipe em 2021, o qual demonstra o quão intenso foi o crescimento: iniciado pela federalização da Universidade Federal de Minas Gerais em 1949, é seguido pelo surgimento de outras cinco universidades até 1955, depois complementado por vinte e três novas universidades entre 1960 e 1969 (entre as quais figura a UFJF), em contraponto às quatro criadas na década de 1970 e uma na década de 1980 (CALDERARI; FELIPE, 2021, p.37-43).

formada a Comissão Especial para Execução do Plano de Melhoramento e Expansão do Ensino Superior (CEPES) que irá auxiliar a execução do convênio conhecido como MEC/BID I. Este compreendia a construção de instalações físicas, aquisição de equipamentos e prestação de assistência técnica a nove universidades: a UnB, as Universidades Federais do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco e Bahia, a Universidade de São Paulo, a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PEREIRA, 2017, p. 134).

Os acordos MEC/BID caracterizam uma nova fase na qual as universidades brasileiras caminharam para sua consolidação definitiva³⁶. No âmbito do setor privado, acontecia uma ampliação paralela ao contexto das universidades públicas. Cunha (2014, p.362) observa que, desde a LDB de 1961, colégios católicos tradicionais vinham sendo fechados em detrimento da abertura de novas escolas com caráter empresarial (por vezes de pequeno porte e em especial fora das áreas de atendimento da rede pública), as quais enxergaram no mercado uma possibilidade de ampliação da sua acumulação de capital através da abertura de vagas em cursos superiores noturnos, posteriormente originadores de universidades. De certa forma, essa expansão do setor privado colaborou para suprir parte da demanda reivindicada em 1968 por vagas nas universidades públicas, dando espaço para que elas concentrassem recursos nos programas de pós-graduação e pesquisa, além do investimento em infraestrutura física – reforçando, porém, uma estrutura discriminatória que favorecia o acesso ao ensino público para os estudantes de maior capital cultural, enquanto as instituições privadas especializavam-se em absorver o excedente.

2.5 Consolidação – amadurecimento e questionamento dos modelos

A passagem para a década de 1970, sob a perspectiva educacional, foi marcada pelo prosseguimento dos programas implementados pela reforma do ensino. Pereira (2017, p.136) pontua que “à medida que as nove universidades contempladas pelo MEC/BID I passavam pela expansão de suas estruturas físicas, as demais se detinham principalmente na ampliação da eficiência”. Em 1974, a CEPES foi ampliada

³⁶ O pesquisador Luiz Augusto Fernandes Rodrigues comenta que, em cerca de 20 anos de vigência das três versões destes acordos, quase 400 milhões de dólares foram aplicados no ensino superior brasileiro, sendo que raras foram as universidades participantes que tiveram um percentual menor do que cinquenta por cento dos recursos recebidos aplicados em obras (RODRIGUES, L., 2001, p.239).

transformando-se no Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações do Ensino Superior (Premesu), o qual passou a, mais do que gerir a execução dos acordos, assessorar o planejamento. Dessa reformulação veio a realização de um levantamento para identificar quais, dentre as 41 instituições de ensino superior, receberiam o foco das ações do governo – que foram distribuídas em mais dois acordos: o MEC/BID II, de 1976, mais voltado para as universidades do nordeste do país, e o MEC/BID III, de 1983, no qual a UFJF foi contemplada³⁷. Para o autor, a noção de “melhoramento” do ensino superior centrava-se no “máximo retorno em produtividade” dos recursos nele investidos através da modernização da estrutura que favorecesse a eficiência (mais uma vez, nos moldes da Reforma Universitária de 1968) e por isso as áreas de ciências básicas, tecnologia e agropecuária eram consideradas estratégicas, já que se relacionavam ao desenvolvimento econômico (PEREIRA, 2017, p.138).

Os recursos investidos através do MEC/BID deveriam privilegiar a infraestrutura física voltada ao atendimento da reformulação acadêmica (dada pela implantação do ciclo básico e da departamentalização), e da reformulação administrativa, promovendo o que o autor chama de “concretização seletiva do *campus*” na medida em que relega a programas específicos outros tipos de instalação (como hospitais, centros desportivos e cívicos, equipamentos culturais e alojamentos, por exemplo). Nesse sentido, o programa reproduziria uma contradição entre o discurso de apoio ao *campus* (enquanto conceito de *lócus* da integração) e a prática de financiamento que disciplinava a alocação do recurso (e do planejamento próprio). Somado a isso, a premissa de alienação do patrimônio imobiliário previamente sob sua posse para financiamento das construções promoveria a “desconstrução das universidades nos centros urbanos e, por extensão, do esmaecimento da memória da universidade e de sua presença cívica” (PEREIRA, 2017, p.139).

Retomando o panorama político econômico, no avanço da década de 1970 as mencionadas contradições latentes dadas pelo modelo de consumo e produção e a crise de hegemonia dos EUA chegaram a um ponto de inflexão importante. Gaspar

³⁷ Pereira (2017, p.137) relata que essa seleção teve por critério a noção de economia de escala por basear-se em restrições que excluía universidades rurais, particulares e faculdades isoladas, bem como limitava à participação de duas universidades por estado e de estabelecimentos com limite mínimo de dois mil alunos entre graduação e pós-graduação.

(2015, p.279-280) discorre sobre o momento em que uma crise estrutural do capitalismo emerge como um longo período recessivo no qual a dependência energética dos países centrais em relação aos países exportadores de petróleo fica evidente, causando uma explosão nos preços – até então artificialmente regulados, com mediação do Estado. A retração na atividade produtiva industrial que impacta a arrecadação, o aumento dos gastos com assistência e previdência públicas, a corrida armamentista, são fatores que promovem a queda de produto interno, a desvalorização do dólar e um excesso de liquidez que desmonta a estabilidade financeira do pós-guerra e culmina no fim dos acordos de Bretton Woods. Os Estados Unidos, então, rompem unilateralmente o acordo de paridade de sua moeda com o ouro instaurando o padrão de dólar flexível, o que leva à perda de estabilidade na taxa de juros e câmbio e à desregulação da competição capitalista, demarcando a financeirização da economia global. Para escoar o excesso de liquidez, novas “praças financeiras” foram buscadas entre os países socialistas e de “terceiro mundo”, injetando capital abundante a juros aparentemente baixos (porém flutuantes) em projetos de desenvolvimento energético e de infraestrutura (GASPAR, 2015, p.281).

O autor prossegue comentando a ascensão de Ronald Reagan nos EUA em 1979 (e de Margaret Thatcher na Inglaterra) a um movimento agressivo e conservador, de forte caráter militar-industrial³⁸:

Na esfera financeira, os Estados Unidos fizeram valer, a um só tempo, a propriedade da moeda universal e a liberdade de fixar seu valor. A liquidez global volta a ser absorvida pelos títulos do tesouro americano, único porto seguro ante as incertezas reinantes. O dólar se reafirmou de maneira implacável, ancorado no poderio político e militar da superpotência. O choque de juros imposto pela Reserva Federal norte-americana em setembro de 1979 representou uma aposta arrojada na recuperação da supremacia americana por intermédio da política do “dólar forte”, como uma imposição, mais uma vez unilateral, ao resto do mundo. Uma aposta – que se revelou bem-sucedida – na retomada da hegemonia global norte-americana.

O efeito da subida abrupta da taxa de juros e da conseqüente valorização do dólar foi dramático no mundo. A valorização da moeda americana reforçou sua função como meio de pagamento universal, unidade de conta nos contratos e preços dos mercados internacionais e principal reserva de valor. Às desvalorizações das outras moedas se somou um cenário de estagflação, especulação com ativos, contração da liquidez, estrangulamento fiscal do Estado e crise dos devedores, atingido especialmente os países que contraíram pesados empréstimos internacionais na década anterior. (GASPAR, 2015, p.282).

³⁸ Fazem parte desse contexto o programa de defesa espacial e o reforço de poderio militar no Panamá, Oriente Médio e Afeganistão.

Pochmann (2017, p.315) observa a perda de poder regulatório dos Estados nacionais dando lugar ao comando das grandes corporações transnacionais. No Brasil (um dos mercados para essa ampla injeção de crédito externo) os reflexos desse cenário são especialmente sentidos quando os limites da industrialização e da ditadura militar dão lugar à redemocratização e a crise da dívida externa se instaura.

O campo cultural experimenta reflexos desse cenário, em um movimento de reavaliação dos paradigmas da modernidade. A transição para a década de 1970 (em especial após anos críticos no contexto mundial, como o ano de 1968) trouxe consigo debates acerca da valorização de identidades e contextos individuais – inclusive numa perspectiva da diversidade e das minorias sociais em detrimento das grandes narrativas modernas – além de ressaltar a temática do diálogo com o contexto urbano, valorização do ambiente natural, de aspectos históricos ou regionalistas na preservação cultural, da reciclagem de edifícios, da colaboração entre arquitetos e usuários nos processos projetuais e do conservacionismo ecológico. Segawa (2018, p.190), no entanto, comenta a defasagem com que esse panorama de questionamento se transmuta do plano internacional para o nacional tendo em vista o contexto de endurecimento do regime ditatorial, da “repressão à manifestação individual e dissidente e da hipervalorização da tecnoburocracia estatal”. Efetivamente, enquanto ainda perduravam nacionalmente os anos do “milagre econômico” no início dos anos 1970, a profusão de grandes projetos desenvolvimentistas relacionados à infraestrutura de energia, transportes e indústrias contribuiu, somado à conjuntura repressiva, para adiar os debates ligados aos temas da pós-modernidade até o descortinar dos anos 1980³⁹:

A arquitetura brasileira desses anos do “milagre” também alimentou uma pretensão dessa natureza. É provável que nunca se tenha planejado e projetado tanto no país em tão pouco tempo; nunca se construiu tanto, também. Mas o signo da quantidade não autoriza uma equivalência da qualidade. O excesso de trabalho embaraçava a autocrítica. Os arquitetos encastelavam-se num isolamento de olímpica auto-suficiência ante as discussões em curso no mundo. A arquitetura brasileira dialogava menos com o exterior. E dialogava menos internamente [...]

³⁹ Nesse sentido, Bastos e Zein (2015, p.197, p.260) comentam que a corrente principal da arquitetura brasileira moderna (e sua linha de revisão brutalista) continuam realizando um número considerável de obras na esteira do milagre econômico, muitas vezes encomendadas pelo Estado como parceiro ideal dos projetos arquitetônicos simbólicos da “identidade nacional”. Como reflexo disso, são grupos profissionais mais “periféricos” ou “alternativos” que dão notícias sobre a crise da modernidade – seja por questionarem posturas projetuais, advirem de regiões menos centrais, atuarem em segmentos mais ligados a debates e questionamentos ou por atuarem em demandas da iniciativa privada.

A ilusão do “Brasil-grande” desabou, trazendo a reboque um grave quadro institucional. A arquitetura brasileira, no início dos anos de 1980, sentia mas não acusava as necessárias revisões no discurso e na prática arquitetônica. O debate da pós-modernidade somente alcançou alguma densidade tardia na segunda metade dessa década. (SEGAWA, 2018, p.191)

O ressurgimento de publicações periódicas relacionou-se com a instauração de uma nova crítica de arquitetura no Brasil – entre elas, as revistas “Projeto”, “AU – Arquitetura e Urbanismo” e “Pampulha” (essa ligada ao grupo expoente mineiro do qual participaram nomes como Éolo Maia, Maria Josefina de Vasconcellos e Sylvio Podestá) (SEGAWA, 2018, p.193-195). Em alinhamento com a renovação de valores anteriormente mencionada, situam-se proposições como: as obras de Lina Bo Bardi, as experimentações com tijolos (em questionamento à supremacia do concreto armado) do grupo de Sérgio Ferro e do arquiteto Joan Villà; as experimentações a partir de temas da construção tradicional ou regionalista, como algumas obras do grupo mineiro e de Severiano Porto; a aproximação à produção latino-americana, como no caso dos Seminários de Arquitetura Latino-americana (SAL); entre outros (BASTOS; ZEIN, 2015)⁴⁰.

Retomando o contexto universitário, o cenário pós expressiva ampliação da rede de universidades brasileiras se descortinava conforme relata Segawa (1998, p.175): “A crise econômica posterior deixou inúmeros desses *campi* como canteiros em aberto; todavia, os arquitetos brasileiros desenvolveram uma larga experiência em planejamento de espaços universitários no período”. Em 1981, o Premesu foi novamente reformulado através da incorporação do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEN) e do Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares (CEBRACE)⁴¹, passando a ser chamado de Centro de

⁴⁰ Uma outra questão, que tem início ainda na década de 1960, é a difusão dos Planos Diretores como prática de planejamento no escopo das discussões arquitetônicas e urbanísticas, bem como a difusão, pelo país, dos cursos de pós-graduação em planejamento urbano. A experiência bem-sucedida de Curitiba, em 1965, foi particularmente importante neste contexto. Segawa (2018, p.185) também pontua uma inflexão nesta temática a partir da transição para os anos 80, que seria a conformação de uma nova atitude perante as intervenções urbanas – a ideia que se chamou de “desenho urbano”. O trabalho de Carlos Nelson Ferreira dos Santos – “Quando a Rua Vira Casa” – foi particularmente relevante, em consonância com essa virada de atitude, no sentido de discutir a renovação urbana à base de “preservação e reciclagem dos espaços existentes sem a fragmentação do tecido social”.

⁴¹ Acerca do CEBRACE e das experimentações relacionadas à construção escolar, cabe a menção a marcos importantes do período da década de 1980, tais como a realização do concurso que premiou projetos relacionados à Comissão de Construção, Ampliação e Reconstrução dos Prédios Escolares do Estado de Minas Gerais (CARPE) e os empreendimentos de João Filgueiras Lima com a Escola Transitória de Modelo Rural, a Fábrica de Escolas do Rio de Janeiro e a Fábrica de Equipamentos Comunitários em Salvador.

Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação (CEDATE) – órgão com ampla estrutura de apoio técnico relacionado à liberação de projetos, execução de obras e publicação de manuais de procedimentos⁴². O pesquisador Márcio de Oliveira Resende Souza cita o envolvimento do Premesu com a realização, em 1975, do “I Seminário Nacional sobre Planejamento de *Campi* Universitários”⁴³. A partir de 1981, já no escopo do CEDATE, outros seminários foram realizados. Souza (2013, p.67) também comenta que a gerência do MEC/BID demandava das universidades participantes a criação de escritórios locais, e que a requisição de liberação de recursos para obras relacionava-se a com a aprovação técnica do CEDATE em relação aos projetos elaborados localmente. Esse momento de promoção dos seminários pareceu ser uma fase rica no que concerne à consolidação do conhecimento técnico adquirido junto às universidades em relação ao seu espaço físico⁴⁴, bem como de abertura para discussão de outras possibilidades.

Cunha (2000, p.183) comenta a presença hegemônica no MEC e junto à administração das universidades, no período, de arquitetos e urbanistas que questionavam as tensões relativas à inserção dos *campi* na malha urbana, bem como o aspecto da convivência. Rodrigues, L. (2001, p.303) especificamente relata que o “Seminário de conceituação de *campus* universitário” em 1981 teria sido “o primeiro momento onde certos padrões adotados indiscriminadamente para o *campus* são postos, publica e oficialmente, em dúvida”. Desses questionamentos derivam a experiência de proposição alternativa por parte do CEDATE para a estrutura da Universidade Federal de Goiás (1983) e da Universidade Federal do Maranhão (1984). Tais propostas não foram levadas à cabo, mas levantaram importantes reflexões acerca da relação entre *campi* e tecido urbano das cidades e a possibilidade de superação do isolamento desses. O caso do Maranhão, em particular, trazia uma proposta de integrar a implantação das estruturas universitárias no centro histórico da

⁴² Para Rodrigues, L. (2001), essa foi a organização do MEC mais forte entre as que atuaram nessa finalidade.

⁴³ A esse respeito, Pereira (2017) cita um dos trechos dos anais do seminário que conclui que “as universidades devem promover imediata realização de diagnósticos para apuração dos índices de utilização do espaço”, a fim de racionalizar seu uso (BRASIL, 1978, p.333 *apud* PEREIRA, 2017, p.176). Ressalta-se o uso dessa terminologia – índice de utilização do espaço – que parece relacionar-se com o contexto melhor explorado mais à frente no capítulo 3, do planejamento da UFJF na década de 2000 e o programa SPATE.

⁴⁴ Essa consolidação também se reflete na experiência de projeção do *campus* Pampulha, da UFMG e o estabelecimento de publicações e consultorias técnicas por parte desta, melhor abordadas no capítulo 4.

cidade, o que reflete a tônica do amadurecimento crítico em debate no campo geral da Arquitetura e Urbanismo.

O fato de que as mencionadas experiências de proposição de estruturas universitárias integradas aos tecidos urbanos, dissidentes das hegemonicamente preconizadas ao longo das décadas anteriores, terem surgido do próprio quadro técnico do CEDATE relaciona-se, na visão de Rodrigues, L. (2001, p.308), com a abertura política do processo de redemocratização em curso naquele momento. Segundo o autor, a partir do governo Collor o CEDATE foi desmontado e os procedimentos finais do acordo MEC/BID III passaram para a responsabilidade de um novo órgão – a Divisão de Infra-estrutura Física (DIFES). É mencionada, também, a elaboração de um estudo preliminar para um possível MEC-BID IV que, contudo, não chegou a ser encaminhado para avaliação do BID por conta da finalização do programa de empréstimos.

2.6 Reestruturação – novos paradigmas

O período que se inicia na reabertura democrática do país, por volta de 1985, e percorre as décadas de 1990, 2000 e 2010 é extenso e complexo, marcado por uma aceleração nas transformações da sociedade que se relaciona com as evoluções tecnológicas e a globalização. A proximidade temporal, também, implica em limitações quanto às possibilidades de análise e quanto à oferta de pesquisas científicas sistematizadas e referências bibliográficas. A abordagem desse período, então, certamente deixará lacunas a serem aprofundadas por pesquisas posteriores.

Conforme mencionado anteriormente, a transição entre as décadas de 1980 e 1990 é marcada pelo colapso do bloco socialista, o desmantelamento das economias de “terceiro mundo” pela dívida externa e a dominação do corolário neoliberal de defesa do livre mercado e do Estado mínimo. Gaspar (2015) comenta o efeito perverso dessas mudanças. O avanço vertiginoso da ciência acirra a pressão competitiva que já se instalava sobre a produção desde a crise energética dos anos 1970, demandando das empresas uma reorganização do trabalho objetivando a maximização da eficiência e a redução de custos. Os métodos produtivos flexíveis alimentados pela “economia do conhecimento” impactam não só o mercado de

trabalho, como a morfologia do espaço metropolitano, palco para as novas geografias da produção:

A metrópole da atualidade pode ser definida como o entrecruzamento do espaço de lugares e do espaço de fluxos, o núcleo territorial a partir do qual as redes de conexões físicas e virtuais são produzidas e coordenadas. A cidade industrial-fordista se caracterizava pela separação de usos, bem delimitados em termos de sua função residencial (de luxo, classe média e popular), industrial, comercial, lazer e de serviços. O eixo era a indústria: a circulação, as moradias, os corredores de abastecimento e distribuição, tudo girava em torno desse núcleo estruturador do espaço urbano. Imperava o planejamento modernista, com seu traçado de grandes vias retas de traçado ortogonal ou radiocêntricas e a priorização do automóvel. [...]

A emergência dos contornos da cidade “pós-moderna”, na esteira da reestruturação produtiva e da globalização das décadas recentes, desenha outra morfologia urbana, superposta ao ambiente construído herdado pelas metrópoles. Novas centralidades projetam uma cidade dispersa e multicêntrica. O espraiamento urbano alarga as dimensões municipais para âmbitos regionais, além de responder às novas necessidades locacionais das empresas – fugindo do alto preço do solo nas áreas centrais da cidade – e aos requisitos residenciais dos grupos de maior poder aquisitivo – os condomínios fechados de luxo – e das camadas populares, expulsas para localizações cada vez mais distantes das áreas valorizadas pelo mercado. (GASPAR, 2015, p.287-288)

Esse momento é também marcado por um aumento sem precedentes da concentração da riqueza, e pela conseqüente exacerbação de desigualdades. O autor segue observando como o mercado de trabalho responde à dispersão e à polarização de rendimentos: para equilibrar uma camada profissional de ponta, com altos salários, os segmentos de baixa renda formam um vasto contingente de pobreza urbana, cada vez mais marcado pelo desemprego e subemprego, pela precariedade e terceirização que implicam a flexibilização de direitos trabalhistas e pulverização dos movimentos sindicais⁴⁵. Forma-se um ataque político conservador a conquistas históricas do Estado de bem-estar social e aos serviços públicos, numa suposição de que o simples aumento do PIB poderia conduzir automaticamente ao bem-estar da coletividade (GASPAR, 2015, p.286). São ressaltados problemas de ineficiência, corrupção e burocratismo de serviços públicos, numa valorização da privatização.

A desregulamentação e privatização beneficiam sobretudo o capital financeiro que, em conjunto com os avanços tecnológicos, permitem uma multiplicidade de novos

⁴⁵ Da complexidade de dirigir unidades produtivas fragmentadas em diferentes localidades com seus contextos sociais e históricos, “decorre a necessidade de subcontratar os serviços legais, contábeis, administrativos, mercadológicos, de gestão de pessoas, entre outros, os quais, até então, estavam diretamente integrados à própria estrutura corporativa” (GASPAR, 2015, p.289).

produtos e a securitização de dívidas em uma lógica financeira especulativa, pautada pela efemeridade, pela “ideologia consumista e a mercantilização total da vida coletiva” – o barateamento da produção tecnológica em larga escala (como no caso de eletrônicos) permite a incorporação de novos mercados “até então à margem do consumo por falta de renda” (GASPAR, 2015, p.285-286). A exacerbação de acumulação de capital demanda formas de escoamento profundamente relacionadas à urbanização, e também a especulação de preços, segundo o autor, “provoca crises de superacumulação, endividamento e um espectro de inadimplências atrás de si” (a crise do *subprime* de 2008 com o estouro da bolha imobiliária sendo um dos principais exemplos):

Nesse sentido, pode-se afirmar que a alta rentabilidade dos projetos imobiliários constitui forte atrativo para inversões financeiras e investimentos estrangeiros diretos. As cidades competem entre si por esse tipo de inversão. A diminuição do papel do Estado e do interesse público eleva a critério central – quando não exclusivo – da viabilidade das aplicações imobiliárias de capital a mais-valia (valorização) fundiária, o verdadeiro parâmetro urbanístico na construção do espaço urbano da atualidade.

Ademais, os capitalistas estão sempre produzindo excedentes financeiros, os quais necessitam, por força da competição, encontrar saídas para sua absorção na forma de investimentos lucrativos. O problema é que essa expansão ocorre em ritmo composto, a uma taxa aproximada de 3% ao ano. Então se trata de encontrar aplicação rentável para massas crescentes de recursos, levando investidores a exercitar de forma frenética seus poderes de “destruição criativa” no sentido de sempre alavancar novas oportunidades de investimento (GASPAR, 2015, p.289)

Nesse cenário à beira do esgotamento (inclusive de recursos naturais e de desigualdades sociais que pressionam as ondas migratórias populacionais e seus decorrentes conflitos), tanto Gaspar (2015), quanto Pochmann (2017) são diretos ao mencionar o papel do Estado. Apesar da desqualificação liberal à qual foi submetido, na prática o poder público tem importante papel no socorro às instituições financeiras durante as crises especulativas, bem como no papel regulatório de arbitrar questões como, por exemplo, o controle da informação⁴⁶.

Em relação ao caso brasileiro, Pochmann (2017, p.319) menciona a criação do Mercosul na segunda metade da década de 1980 como um passo rumo à modificação

⁴⁶ Gaspar (2015, p.291) observa setores do Estado nacional assumirem a gestão de mecanismos monetários, cambiais, comerciais, fiscais e jurídicos resultando numa hipertrofia cujo peso ultrapassa o poder de outros eleitos por voto popular – como no caso dos Ministérios da Fazenda e Bancos Centrais. O exemplo do crescimento econômico da China que não passou pela implementação de políticas neoliberais, ameaçando a supremacia histórica dos EUA, põe à prova seus pressupostos.

da relação entre o país e os Estados Unidos. A implantação do Plano Real, viabilizada pela mobilização política majoritária favorável, se mostrou efetiva na contenção da superinflação, porém incapaz de promover crescimento econômico com inclusão social (POCHMANN, 2017, p.321). Segundo o autor, em aceitação ao programa neoliberal praticado nos países capitalistas centrais, a década de 1990 transcorreu com internacionalização do parque produtivo, privatização do setor público e desindustrialização que, mesmo com a estabilidade monetária, implicaram na ausência de crescimento, elevado desemprego e exclusão. A maioria política que sustentava essa posição, no entanto, é perdida na medida em que equívocos na condução política e econômica levaram a valorização da taxa de câmbio e inversão na relação entre importações e exportações.

Nos anos 2000, Pochmann (2017) observa que:

De certa forma, a experiência dos governos nos anos 2000 buscou, mesmo sem negar a existência da segunda onda de globalização capitalista, a condução própria de políticas econômicas e sociais nacionais. A reunião de uma base social heterogênea, constituída fundamentalmente por estratos da sociedade perdedores do neoliberalismo da década de 1990, teria sido o suficiente para o estabelecimento de políticas sociais inclusivas e de crescimento econômico sustentável.

Enquanto o país conseguiu aproveitar os ventos favoráveis da globalização, a maioria política negou o retorno do programa neoliberal. Com isso, os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) consagraram quatro vitórias eleitorais sucessivas, não obstante a oposição neoliberal minoritária e fragmentadamente articulada em torno de alianças políticas internas e externas. (POCHMANN, 2017, p.322)

Segundo o autor, a política externa praticada durante os anos 2000 afastou o Brasil de uma postura passiva e subordinada, estabelecendo outras relações com países do sul global. A ascensão do governo Temer em 2016, no entanto, foi reflexo da mudança na correlação de forças internas que culminou na reaproximação com os EUA, o enfraquecimento das articulações políticas sul-americanas e entre os BRICS, e o consequente comprometimento da soberania nacional (POCHMANN, 2017, p.320).

Nesse contexto, mesmo que talvez tardiamente, o governo Temer conseguiu se tornar, de forma rápida, a expressão de uma maioria capaz de não se opor claramente — por hora — ao retorno do receituário neoliberal. Com o esfacelamento político da barreira desregulatória anterior, as reformas neoliberais passaram a avançar velozmente, retomando ao que não conseguiu realizar nos anos 1990. (POCHMANN, 2017, p.322)

Pochmann (2017, p.323) discorre sobre como, apesar do baixo crescimento e do processo de desindustrialização que marcaram o Brasil no período da Nova

República, o Estado aumenta sua arrecadação sobre os estratos sociais médios e inferiores através do aumento da carga tributária que os incide. Enquanto isso, o topo da pirâmide beneficia-se de ganhos no mercado financeiro pela elevação das despesas com administração da dívida pública nas décadas de 1990 e 2000. Por outro lado, ressalta-se o crescimento expressivo do gasto social do Estado com políticas de inclusão social voltadas aos estratos de base durante os anos 2000. A recessão instalada a partir de 2015, no entanto, dificulta o processo de elevação tributária resultando na opção pela redução da despesa pública aplicada à essa mesma base, “passando a permitir novo espaço fiscal para a disponibilização de um montante seguro de recursos governamentais ao atendimento dos gastos financeiros, geralmente para o topo da sociedade” (POCHMANN, 2017, p.324).

Finalmente, Gaspar (2015, p.292) observa a perda de eficácia dos paradigmas que organizaram nossa apreensão de mundo desde o advento da modernidade e que “fixaram projetos de ação sobre a realidade concreta”. A incerteza posta em evidência perpassa o campo científico e cultural, em âmbitos diversos como, por exemplo, a teoria da relatividade, as manifestações de contracultura iniciados nos anos 1960 que fundaram postulados de lutas por direitos cívicos e identitários, entre outros. Para o autor:

Por mais que a economia contemporânea alargue o consumo do espaço eletrônico, as pessoas têm uma existência física e respondem a estímulos materiais, que precisam ser satisfeitos por bens e serviços concretos. Em suma, talvez uma das tarefas mais importantes que desafiam o futuro humano seja recuperar o sentido do público, a esfera coletiva da existência, o que impõe reformar o Estado, dotando-o de transparência, mecanismos de gestão participativa e descentralizada e do reforço dos instrumentos de regulação da economia e do mercado. (GASPAR, 2015, p.294)

A intenção de alongar essa contextualização esteve em identificar os pontos de contato ou inserção que se estabelecem entre as falas acima e as possibilidades de ação do Estado em relação à educação. A partir da metade da década de 1990, Cunha (2000, p.189) identifica uma “intensa atividade reformadora no campo nacional, em todos os níveis e modalidades”⁴⁷. O lançamento da revisão da LDB em 1996, mantém os padrões tradicionais de criação de universidades a partir de instituições pré-existentes, mas modifica as questões como o processo de credenciamento (que

⁴⁷ Pereira (2017, p.127) comenta que data de 1990 a publicação do Decreto nº 99.678 o qual é o primeiro a revogar as prerrogativas da Reforma Universitária de 1968.

introduz a possibilidade de execução periódica) e a constituição do regime jurídico (que se relaciona à maior participação do setor privado na constituição de um mercado de educação – em alinhamento ao pensamento neoliberal). O autor dá destaque a três aspectos de mudança: o processo de avaliação, a questão da autonomia e o mencionado regime jurídico⁴⁸. No âmbito da avaliação, destaca-se a possibilidade de rebaixamento à categoria de centros universitários por parte das universidades que oferecerem ensino de graduação de excelência, porém não alcançarem desempenho equivalente na pesquisa e pós-graduação (CUNHA, 2000, p.191)⁴⁹.

No contexto da transição de décadas (e de alinhamento de governo), após o mencionado período de enfraquecimento das instituições públicas, com esvaziamento de investimento, a retomada de políticas de inclusão social reflete-se também no âmbito da educação. Desde a implementação da Constituição de 1988, era prevista a promulgação de um Plano Nacional de Educação (através do art. 214) que efetivaria na forma de lei as diretrizes e metas a serem atingidas pelos entes federativos. O primeiro desses planos, cuja criação foi regulamentada pela LDB de 1996, foi aprovado em 2001 sob a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, ao fim do governo de Fernando Henrique (BRASIL, 2001).

A criação, em 2004, do Programa Universidade para Todos (Prouni) pretendia o aumento do acesso à educação através da concessão de bolsas de estudos de 50% a 100% voltadas ao exercício de graduações em instituições de ensino privadas.

⁴⁸ A respeito desse último, Cunha (2000, p.195) observa a possibilidade de diferenciação entre instituições comunitárias e privadas, o que leva as universidades confessionais a quererem se diferenciar das últimas legitimando o pedido de dotação de recursos públicos e estabelecendo através de seu regime jurídico o não pagamento de dividendos ou participações a sócios das entidades mantenedoras. Pela primeira vez a legislação tratou da fronteira entre as esferas pública e privada no ensino admitindo a existência de entidades mantenedoras de instituições que pudessem ter fins lucrativos, ainda que as instituições em si não pudessem, possibilitando mecanismo de transferência de recursos entre ambas. As entidades que optassem pelo regime mercantil passariam a pagar contribuições e impostos, enquanto as que se mantivessem sem fins lucrativos deveriam prestar contas das movimentações financeiras e empregar importante percentual da receita de mensalidades no pagamento de professores e funcionários.

⁴⁹ Na época dessa publicação, o autor já vislumbrava o possível aumento do número de instituições que obtivessem esse reconhecimento, bem como de universidades especializadas. De fato, em atualização Cunha (2014, p.366) observa que o número de estabelecimentos privados passou por importante crescimento durante o governo do presidente Fernando Henrique, dada “a complacência governamental diante da qualidade insuficiente do ensino ministrado nas instituições privadas”. Além disso, o autor relata que o status de universidade deixa de ser almejado pela maior parte dessas, tendo em vista a relação de custo-benefício observada na categoria de centro universitário – menos onerosa, mais flexível e adaptável e de maior prestígio que as faculdades e institutos – que se difunde amplamente pelo país.

Sobre esse programa, Cunha (2014, p.366) relata o desenvolvimento de uma “simbiose Estado-capital” na qual o ensino privado supria as demandas de ensino superior gratuito através das bolsas⁵⁰. Segundo o autor, apesar do crescimento do número de estudantes nas instituições públicas (o que se relaciona com a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni), o crescimento nas instituições privadas foi ainda maior, desvirtuando as previsões compactuadas no lançamento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2001/2011⁵¹. Um novo plano é lançado em 2014 pela presidenta Dilma Roussef na forma da Lei nº 13.005, de 25 de junho deste ano (BRASIL, 2014) e permanece vigente até 2024. Apesar da meta prevista no item 12.20, de expansão do Prouni, é necessária uma melhor compreensão de seus efeitos reais – especialmente tendo em vista a promulgação da Lei nº 14.350, de 25 de maio de 2022, pelo governo do presidente Jair Bolsonaro que alterou a operação deste programa (BRASIL, 2022)⁵².

No campo da produção arquitetônica e urbanística, algumas temáticas serão citadas superficialmente, carentes de maior aprofundamento futuro, no sentido de indicar relações entre todas as esferas trabalhadas no contexto geral. Entre elas, as parcerias público-privadas que substituem o Estado como grande parceiro da produção arquitetônica monumental, especialmente na realização de projetos de âmbito cultural ou de renovação urbana, demonstram uma convergência entre a postura pós-moderna de intervenção no espaço construído, com valorização e requalificação de áreas pré-existentes, e as mudanças na participação do capital privado sobre o

⁵⁰ Embora não houvesse repasses diretos de recursos públicos ao setor privado, a possibilidade de renúncia fiscal concedida aos estabelecimentos tampouco exigia dispêndios e atendia à alta capacidade ociosa desses.

⁵¹ Esse plano demonstrava a necessidade de crescimento da oferta de ensino superior, mencionando o fato de que à época o Brasil ocupava um dos índices mais baixos da América Latina. Embora pontuasse o papel histórico da atuação da União nesse nível da educação e do apoio imprescindível do Estado às instituições públicas, o texto também mencionava a necessidade de “racionalização de gastos e diversificação do sistema”, citando a controvérsia em torno do volume de gasto anual por aluno nesse setor (BRASIL, 2001). Dentre as diretrizes, era especificado que o setor público tivesse uma expansão de vagas na proporção mínima de 40% do total. Na prática, Cunha (2014, p. 367) observa que, em 2013 “ao invés da participação do setor público nesse nível de ensino ser de 40%, como projetado, não passou de 27,2%, menos da metade do início da ditadura (56,3% em 1965).

⁵² Ainda na temática da ampliação do acesso à educação superior, e da diminuição das disparidades sociais, menciona-se a adoção pioneira por parte da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) de cotas para estudantes de escolas públicas no ano 2000, seguida pela primeira implementação de cotas raciais por parte da UnB em 2004, que finalmente culmina na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como “Lei de cotas” (BRASIL, 2012).

financiamento de questões sociais transformadas pela lógica mercantil⁵³. Em contrapartida, relaciona-se com o papel da construção civil no escoamento do excedente de capital através do mercado imobiliário, mencionado anteriormente, um tipo de produção baseado na eficiência de custos e na repetição, responsável em grande parte pelo adensamento, verticalização e pobreza de integração com o tecido urbano de grandes cidades. A questão habitacional, por um lado, caminhou pelos anos 1990 a partir do questionamento às formas de intervenção, formação de “Laboratórios de Habitação” nas universidades e por proposições que discutem temas como participação popular. Por outro lado, no contexto da retomada das políticas de inclusão social, o lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida em 2009 reformulou a abordagem do déficit habitacional no Brasil. Esse programa teve forte impacto no mercado imobiliário, que passa a ficar responsável por boa parte da produção do período, fortemente alavancado pelo desenho dessa política social, mobilizando capital através de sua abertura para títulos de investimento no mercado financeiro⁵⁴.

Acerca dos espaços universitários, o conjunto de pesquisas compilado e organizado por Calderari e Felipe (2021) apresenta um recorte relevante sobre o estado atual das discussões que tratam dessa temática. Os trabalhos abordam desde casos em que a proposição de novos *campi*, criados a partir da implementação do Reuni, buscou modificar o paradigma historicamente consolidado, passando por casos de criação de universidades para interação com questões específicas (por exemplo, a Universidade da Integração Latino-americana ou a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) – conforme previsto por Cunha (2000). Além disso, estuda-se impactos sociais gerados pela implantação de universidades em contextos de cidades e comunidades desiguais, tais como os Observatórios Institucionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), e a incorporação das instituições de ensino superior a “novos desenvolvimentos urbanos especulativos, operando como

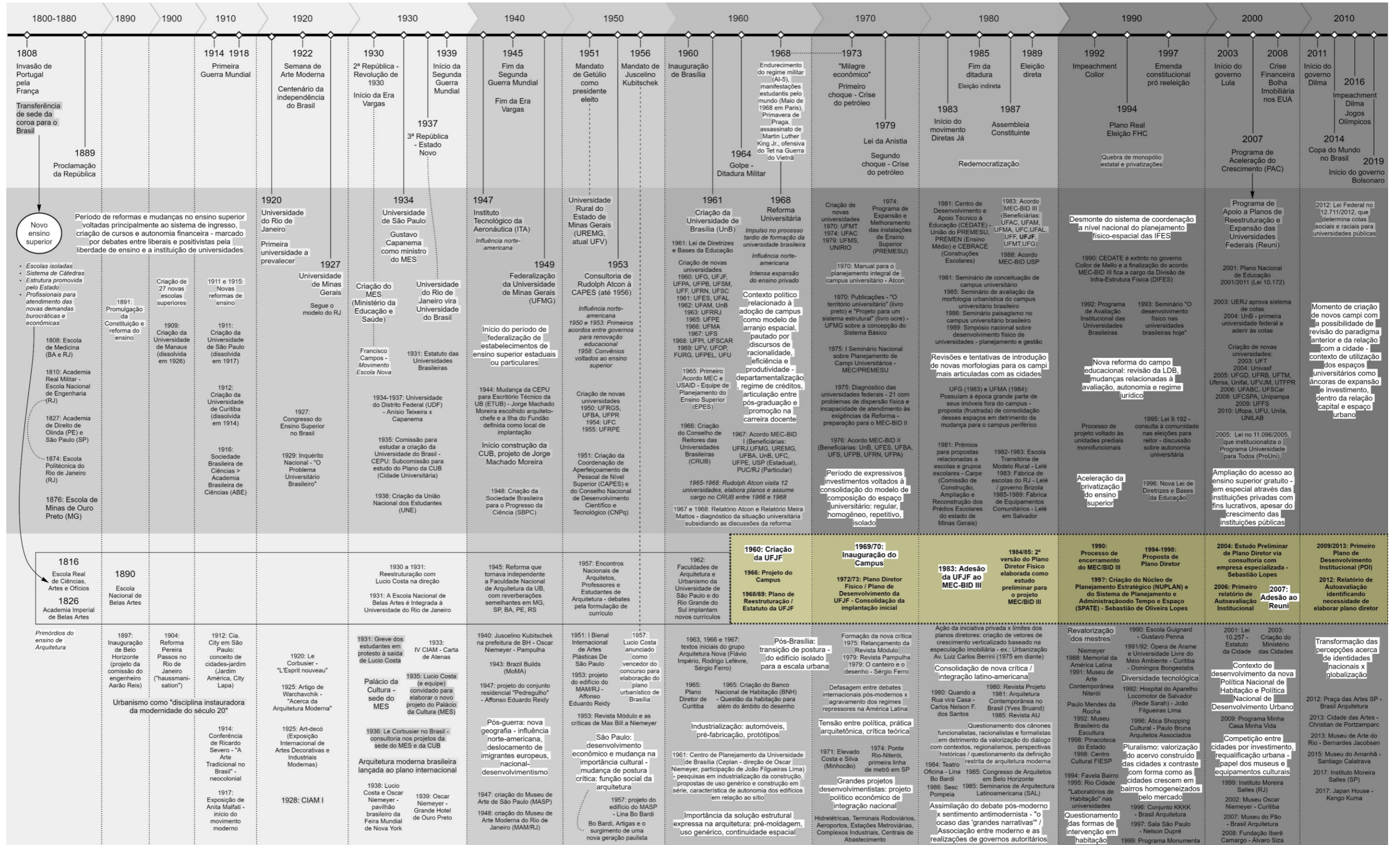
⁵³ Como exemplo dessa lógica, citam-se os centros culturais relacionados à bancos. A esse respeito, Bastos e Zein (2015, p.348) comentam que “o centro histórico de São Paulo conta com inúmeras instituições culturais instaladas em edifícios ecléticos reformados nos últimos anos do século XX e no início do XXI – Pinacoteca do Estado, Sala São Paulo, Centro Cultural Banco do Brasil, Museu da Língua Portuguesa, Museu do imaginário do Povo Brasileiro [...]”.

⁵⁴ A esse respeito, conferir o livro de Lúcia Shimbo escrito a partir de sua tese de doutorado (defendida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo), sob o título “Habitação social de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro”, publicado pela editora C/Arte em 2012.

âncoras culturais ou centros de ciência e tecnologia ligados a zonas empresariais” apresentada no caso do Reino Unido (CALDERARI; FELIPE, 2021, p.22). Apesar de essa reflexão em particular partir de um contexto internacional em que ressalvas precisam ser feitas quando em comparação com a realidade brasileira, o panorama global de rápidos e frequentes intercâmbios deve ser considerado. A questão de interação global também pode ser mencionada em outro contexto: o cenário de competição entre cidades, muitas vezes ligadas a eventos esportivos como os sediados pelo Brasil em 2014 e 2016 (Copa do Mundo e Olimpíadas, respectivamente), que movimentam grandes operações urbanas e projetos de equipamentos diversos – os quais, por vezes, também se relacionam com a presença e intercâmbio de arquitetos e grandes escritórios internacionais.

A fim de concluir este panorama, menciona-se por último a questão do regime de financiamento e contratação de obras, nos últimos anos influenciado pela tônica do menor preço, que parece ser crucial para compreensão dos limites da reformulação da atuação possível dentro da produção do espaço universitário. Tal reformulação faz parte de um desenvolvimento institucional amplo, que perpassa inclusive a estrutura de articulação política de governo e, por isso, mais uma vez reforça-se a importância do estabelecimento de uma discussão acerca dos planos e rumos, por mais incipiente que seu contorno possa parecer. Em síntese, entre os impactos diretos de tais eventos esportivos, menciona-se o lançamento de uma modalidade diferenciada de contratação de obras públicas especificamente imaginada para este contexto. Os contratos administrativos e processos licitatórios relativos a obras, serviços e compras executadas pelo governo, foram regulamentados durante a maior parte deste período pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – a qual, pelos parâmetros que postula, acaba por exercer influência na qualidade ou característica dos objetos construídos (BRASIL, 1993). No âmbito da contratação das obras relacionadas aos mencionados eventos esportivos sediados no país, a desburocratização e flexibilização das possibilidades contratuais era almejada sob o signo da modernização dos processos – de onde deriva-se o Regime Diferenciado de Contratações (RDC). Em 2021 foi promulgada uma nova legislação de licitações e contratos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021) cujo escopo e impactos ainda precisam ser melhor compreendidos (BRASIL, 2021).

Figura 2 - Exercício metodológico de contextualização - linha do tempo completa



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

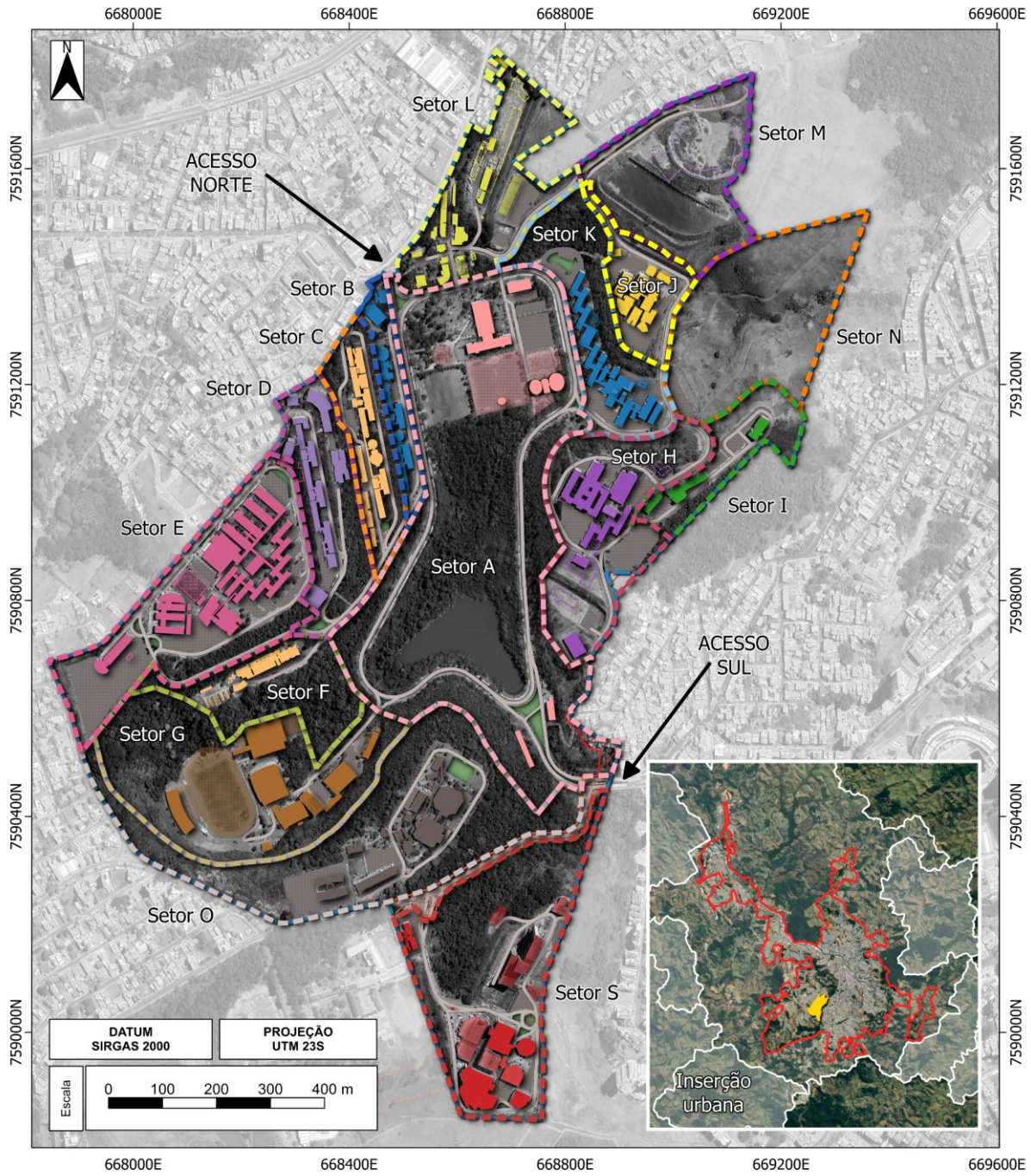
3 A INSERÇÃO DA UFJF EM PERSPECTIVA

3.1 Caracterização institucional

No intuito de caracterizar brevemente a Universidade Federal de Juiz de Fora em relação ao seu porte e à capacidade administrativa necessária para a gestão eficaz da infraestrutura de seu *campus*-sede, alguns dados podem ser elencados. Segundo a Pró-Reitoria de Infraestrutura e Gestão (Proinfra), a extensão territorial da universidade supera 130 hectares, subdividindo-se em quatorze setores com um total de 131 edificações (que somam aproximadamente 215 mil metros quadrados de área construída), conforme ilustrado no Mapa 1. A circulação no *campus* organiza-se a partir do anel viário que circunda o núcleo central, formando uma malha que gira em torno de 11 km. Esse anel é importante via da cidade e funciona como o principal eixo de interligação entre os bairros da região centro-sul e da região oeste – a “cidade alta”, onde a instituição se localiza (conferir Mapa 2).

Em termos do número de frequentadores que movimenta, em 2018 a UFJF tinha em torno de 18 mil alunos matriculados no ensino presencial (UFJF, 2018) e mais de 3500 servidores efetivos (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2018). Outro levantamento, de 2017, aponta que nesse ano o contingente de funcionários terceirizados superava a casa dos 900 (UFJF, 2017). O somatório desses números, desconsiderado o universo de usuários sem vínculo formal com a instituição que frequentam o espaço, já ultrapassa 20 mil pessoas - o que representa uma população maior do que a de 31 das 33 cidades que compõem a microrregião geográfica na qual Juiz de Fora está inserida, segundo censo de 2010 (ESTADO DE MINAS GERAIS, 2010). Em relação ao vulto de seu orçamento, o valor previsto para 2022 ficou na casa de R\$1,05 bilhão (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2022) - quase dez vezes o orçamento do município de Santos Dumont, segunda maior cidade dessa microrregião, que é de R\$109 milhões para o mesmo período (SANTOS DUMONT, 2021).

Mapa 1 - Mapa de inserção urbana e setorização do *campus-sede* UFJF



LEGENDA

- | | | |
|--|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> SETOR A
Reitoria, Praça Cívica SETOR B
Inst. Ciências Biológicas, Letras SETOR C
Inst. Ciências Biológicas SETOR D
Inst. Ciências Exatas, CGCO SETOR E
Engenharia, FAU, Inst. Artes e Design | <ul style="list-style-type: none"> SETOR F
Centro de Biologia da Reprodução SETOR G
Fac. Educação Física e Desportos SETOR H
Fac. Odontologia, Enfermagem, Farmácia SETOR I
Fac. Comunicação, Fac. Economia SETOR J
Inst. Ciências Humanas | <ul style="list-style-type: none"> SETOR K
Fac. Direito, Administração, Serviço Social, Educação SETOR L
Proinfra, Centro Pesq. Soc., APES, Moradia Estudantil SETOR M
Meteorologia SETOR O
CAEd, Embrapa SETOR S
Fac. Medicina, Fisioterapia, Hosp. Universitário (CAS) |
|--|---|---|

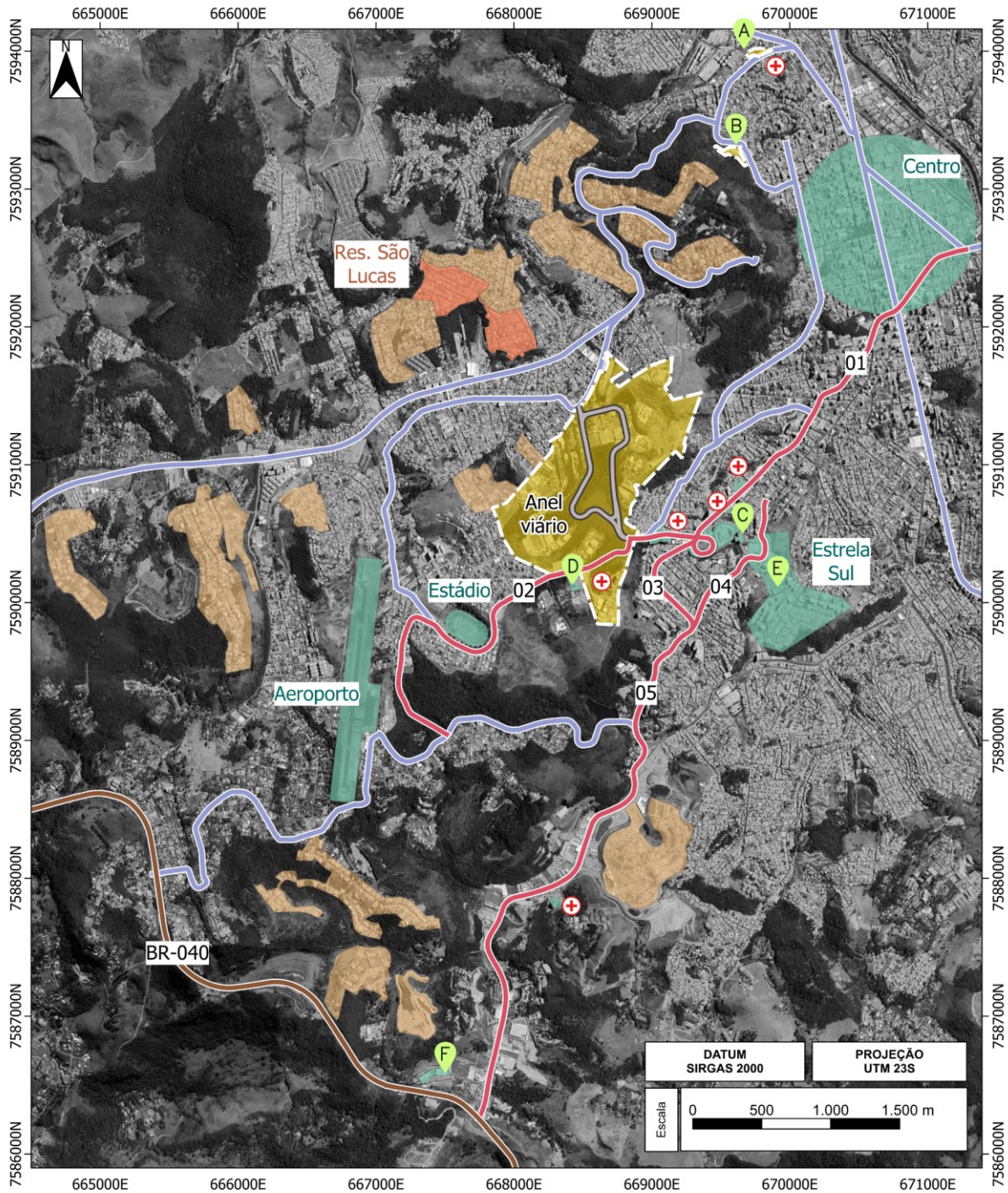
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Para além do suporte às atividades acadêmicas, o *campus* assume relevante papel como equipamento urbano para o município e região. O artigo de Rezende e Rezende (2009) identifica na concepção do projeto original da cidade universitária da UFJF uma preocupação ambiental – observável através da intervenção na topografia existente que foi proposta, bem como na criação das áreas livres e de lazer. Apesar de o projeto paisagístico ter sido contratado externamente em uma fase posterior à implantação inicial, os espaços originalmente planejados para esse fim foram preservados e consolidados, tornando-se, inclusive, importantes áreas para a prática de exercícios físicos, contemplação, atividades culturais e eventos, e contribuindo para a expansão urbana verificada nas imediações do conjunto. O trabalho comenta a importância das áreas verdes públicas urbanas (e da UFJF, nesse sentido, para a cidade), discutindo entre outras questões a contribuição da vegetação encontrada no *campus* para o índice de área verde por habitante nas regiões urbanas do entorno.

A respeito do impacto da presença do *campus* no município, a pesquisa de Andreia de Souza Ribeiro Rodrigues aborda o surgimento de novas centralidades em Juiz de Fora a partir da análise da produção do espaço urbano com foco na dinâmica imobiliária, em especial seu efeito sobre o eixo sudoeste. Esse trabalho menciona que a implantação da instituição na região do Médio Vale do Rio Paraíba do Sul na década de 1960 foi um “marco na atratividade demográfica motivada por educação superior” na região (RODRIGUES, A., 2013, p.159), e que a polarização regional atual do município é fortemente baseada na movimentação do setor terciário (com destaque para os serviços de educação e saúde). A abertura da Avenida Presidente Itamar Franco, ao final da década de 1960, ligando o recém-inaugurado *campus* ao centro-sul da cidade foi crucial para o desenvolvimento futuro de um dos eixos de maior crescimento imobiliário hoje, na direção do bairro Cascatinha e sua conexão com a rodovia BR-040. A consolidação atual do *campus* também se relaciona com a valorização e o aumento do número de residências na “cidade alta”⁵⁵.

⁵⁵ Entre 2004 e 2013 verificou-se o aumento de 5.312 unidades para 11.074, em conjunto com a proliferação de loteamentos fechados na região - o lançamento no mercado imobiliário do Residencial São Lucas I e II estimulou um aumento recorde no município no valor venal médio do metro quadrado no bairro Martelos, onde se situa a UFJF, de mais de 1.000% em um período de sete anos (RODRIGUES, A., 2013, p.215-218).

Mapa 2 - Contextualização do *campus* em relação ao eixo Centro-Sudoeste de Juiz de Fora



LEGENDA

- Campus UFJF
- Vias importantes
- Condomínio Res. São Lucas
- Condomínios / loteamentos residenciais fechados (médio/alto padrão)
- + Hospital / Equipamento de Saúde

- A HU-UFJF - Unid. Santa Catarina
- B Colégio de aplicação UFJF - João XXIII
- C Operação urbana - Independência Shopping
- D Centro de Engenharias - Fac. Doctum
- E Campus Arnaldo Janssen - UniAcademia (CES)
- F Fac. Ciências Médicas e da Saúde - Suprema

Eixo de Investimentos e Valorização Imobiliária - EIVI (Rodrigues, 2013)

- 01 - Av. Itamar Franco
- 02 - Av. Eugênio do Nascimento
- 03 - Av. Dr. Paulo Japiassu Coelho
- 04 - Ladeira Alexandre Leonel
- 05 - Av. Deusdedith Salgado

Fonte: Elaborado pela autora com base em RODRIGUES, A., 2013.

O Mapa 2 resgata elementos mencionados no trabalho da autora, representando a localização do *campus* enquanto conexão entre o eixo de investimentos e a região de crescimento imobiliário.

Em complementação, a autora se apoia na pesquisa bibliográfica voltada à dinâmica de produção capitalista do espaço para comentar o papel das cidades médias, como Juiz de Fora, na articulação em rede entre centros urbanos mais hegemônicos e pequenos centros. Conforme mencionado na descrição da periodização que fornece contexto às análises, em uma estrutura de acumulação flexível na qual novas centralidades são criadas a partir da distribuição desigual de investimentos e serviços no território gerando uma espacialização fragmentada, ganha relevância a noção de competitividade territorial. Rodrigues, A. (2013, p.46), nesse sentido, destaca a criação de tecnopolos para atrair projetos de pesquisa e desenvolvimento e estimular a implantação de empresas de alta tecnologia como estratégia, e comenta o alinhamento do projeto de implantação do Parque Tecnológico da UFJF com essa tendência⁵⁶. A obra planejada (porém não executada) para construção do Parque Tecnológico foi contratada no âmbito da adesão da UFJF ao Reuni.

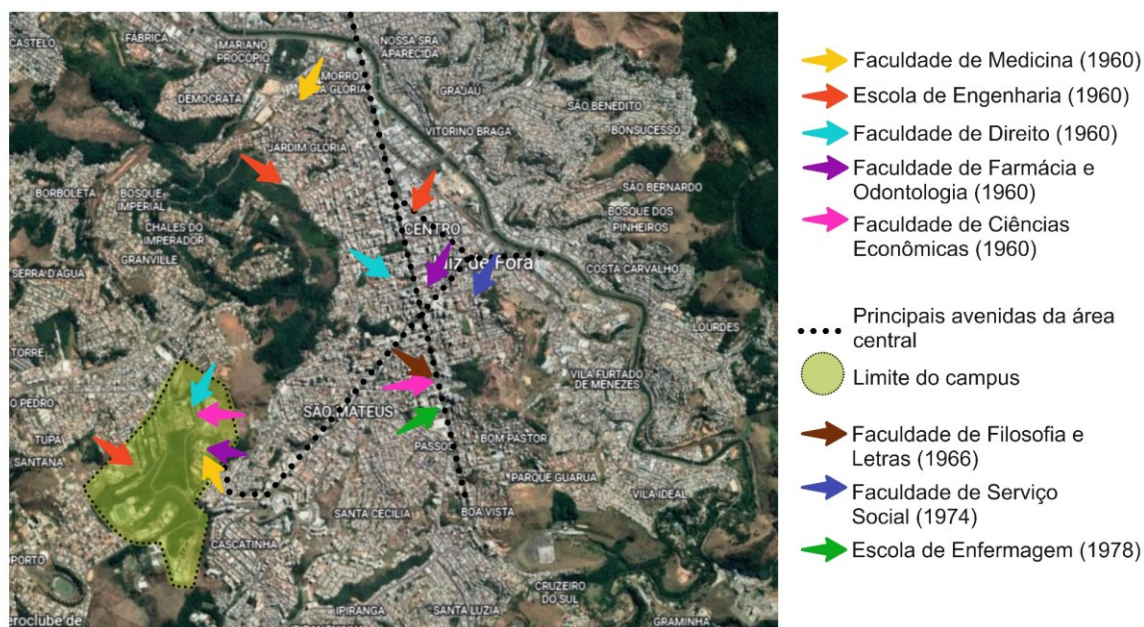
Aproximando o foco, neste momento, para a caracterização institucional no recorte do trabalho técnico sobre o território (em especial no âmbito da produção do espaço arquitetônico e urbanístico), retoma-se a perspectiva histórica proporcionada pelo capítulo anterior buscando algumas conexões.

Em primeiro lugar, é importante falar sucintamente sobre o processo de criação da universidade enquanto entidade, anterior à construção do *campus*, e como ele se relaciona com a conformação territorial posterior. As unidades federalizadas pela Lei nº 3.858 de dezembro de 1960 e integradas à UFJF foram: a Faculdade de Direito de Juiz de Fora, a Faculdade de Medicina de Juiz de Fora, a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora, a Escola de Engenharia de Juiz de Fora e a Faculdade

⁵⁶ Segundo UFJF (2020), desde a criação do Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia (Critt), em 1995, a temática da construção de um espaço para integração de empresas e núcleos de pesquisa vem sendo debatida internamente na instituição. Em 2007 houve a aprovação de uma área para execução do Parque Científico e Tecnológico de Juiz de Fora e Região (PCTJFR) e em 2012 aconteceu a licitação de uma obra para este fim, a qual foi embargada pelo Tribunal de Contas da União dando início a um período de entraves burocráticos que atrasaram para 2020 a retomada do projeto.

de Ciências Econômicas de Juiz de Fora (BRASIL, 1960)⁵⁷. Ao longo dos anos seguintes, foram incorporadas também as demais unidades que completariam o conjunto de cursos da fase de implantação inicial da universidade: a Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora (Fafile) em 1966; a Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora em 1974 e a Escola de Enfermagem da Fundação Hermantina Beraldo em 1978. A Figura 3, abaixo, ilustra a localização aproximada das sedes ocupadas por essas faculdades e escolas em imagem aérea atual do município, com o ano de sua incorporação à universidade.

Figura 3 - Localização das faculdades isoladas na área central do município



Fonte: Adaptado pela autora com base em GOOGLE MAPS, 2022.

A absorção dessas unidades pela UFJF abrangeu tanto a estrutura docente e funcional, quanto o patrimônio constituído por bens móveis e imóveis eventualmente

⁵⁷ Em 2020, a Diretoria de Imagem Institucional da UFJF promoveu o lançamento de um projeto comemorativo dos 60 anos de sua criação, cujo intuito foi compilar e compartilhar registros históricos, depoimentos e materiais jornalísticos. A partir da fala das diferentes fontes consultadas (em sua maioria professores e funcionários, ativos ou aposentados) é possível perceber que cada uma das faculdades e escolas que precedem a universidade possui uma trajetória particular, marcada às vezes por desafios de ordem política ou financeira, para as quais a mudança rumo ao status de universidade representava um passo importante. O processo de articulação envolveu diferentes atores, foi marcado pela atuação do movimento estudantil da cidade, e foi necessário um período de cerca de quase quinze anos até que a UFJF se mostrasse mais consolidada, tendo cumprido uma boa parte do seu propósito inicial de construção de infraestrutura para os cursos e transferência destes para o novo *campus* onde estariam unificados.

possuído por elas⁵⁸. Em depoimento à Produtora de Multimeios da atual Faculdade de Comunicação como parte do “Projeto Memória da UFJF”, o ex-servidor Antônio José Cedrola (funcionário da reitoria contratado pelo primeiro reitor, professor Moacyr Borges de Mattos) fala sobre a questão da ausência de patrimônio próprio como parte dos motivos para o atraso na incorporação das últimas unidades do primeiro conjunto à universidade. Em seu relato, Cedrola conta que a aquisição do prédio da Fafile foi parcialmente custeada pelos próprios professores, que abriram mão durante o período de um ano do repasse da subvenção do governo que pagava seus salários, somada a auxílio viabilizado pelo citado reitor (60 ANOS UFJF, 2022b). Sobre o caso da Faculdade de Serviço Social, o funcionário diz que a entidade mantenedora do curso na época (de ordem religiosa), tendo em vista a possibilidade de federalização, optou por vender o imóvel sede em troca da aquisição de outro de menor valor imobiliário – atitude que teria gerado um mal-estar político no contexto interno da UFJF e culminado em atraso no processo de incorporação. Finalmente, ele comenta sobre o caso do curso de Enfermagem, que à época da criação da universidade pertencia a uma fundação estadual e obtinha dela condições de financiamento mais favoráveis – apenas anos mais tarde, em um contexto econômico diverso, os interesses necessários à desvinculação do curso e sua federalização foram articulados.

Outro depoimento coletado em reportagem da UFJF é o do ex-Ministro da Educação e ex-diretor da Fafile, professor Murílio de Avellar Hingel, o qual comenta que a UFJF ter sido criada sem um curso de Filosofia e Letras feria o pré-requisito colocado pela legislação da época (UFJF - NOTÍCIAS, 2020b). O cumprimento dessa demanda, porém, esbarrava na questão da ausência de patrimônio próprio e no fato da Faculdade ter origem privada e confessional. Para além da questão da Fafile, o professor também menciona a Reforma Universitária de 1968. Em sua visão, o grande atrativo desta reforma, responsável pelo convencimento e aceitação por parte das universidades, teria sido a promessa de recurso para construção dos *campi* – apesar

⁵⁸ Conforme demonstrado pelo texto das leis: Lei nº 5.060, de 1º de Julho de 1966 que trata da incorporação da Faculdade de Filosofia e Letras (Fafile) de Juiz de Fora; Lei nº 6.139, de 11 de novembro de 1974 que trata da incorporação da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora; Lei nº 6.326, de 4 de maio de 1976 que trata da incorporação do patrimônio pertencente às primeiras faculdades unificadas; e, finalmente, a Lei nº 6.954, de 18 de novembro de 1981 que dispõe sobre o caso em particular da Escola de Enfermagem da Fundação Hermantina Beraldo, a qual passou por uma trajetória de vinculação diferente das demais por ser pertencente ao Estado de Minas Gerais.

das consequências que a conformação espacial e a reestruturação do ensino pela reforma pretendiam alcançar em termos de desmobilização estudantil.

O já mencionado Decreto nº 63.341, de outubro de 1968, que estabelece critérios para a expansão do ensino superior contemporânea à promulgação da lei da reforma universitária, versava que:

Art. 2º. No tocante à construção de cidade universitárias (*campus*), será observada a seguinte orientação:

I - Proceder-se-á a um levantamento geral, no País, dos projetos globais de implantação de cidades universitárias;

II - Far-se-á a seleção das Universidades que construirão o seu (*campus*) prioritariamente e, dentro de cada Universidade, será dada preferência à construção das unidades do sistema básico;

III - Para efeito de concessão do financiamento dos projetos, será estabelecido esquema pelo qual imóveis situados fora dos *campus* e liberados com a transferência das unidades, devem ser alienados, de modo a financiar parte substancial da construção da cidade universitária;

IV - Evitar-se-á a construção de novos Hospitais de Clínicas. Concluídos os estudos básicos, os alunos que se destinarem ao ciclo profissional de medicina, poderão prosseguir sua formação em unidades clínicas não necessariamente pertencentes às Universidades, mas por elas utilizadas - mediante convênio - para fins didáticos. Aos Hospitais de Clínicas já existentes, o INPS deverá reservar quota substancial de seus convênios. (BRASIL, 1968a)

Apesar da orientação disposta no inciso III acima, no caso da UFJF a transferência do funcionamento das unidades para as instalações do *campus* não implicou sempre na alienação dos imóveis, ficando os prédios localizados na área central disponíveis para abrigar atividades diversas. As instalações da antiga Escola de Engenharia localizadas na Rua Visconde de Mauá, por exemplo, hoje abrigam o Colégio de Aplicação João XXIII da Faculdade de Educação, enquanto as instalações originais da Faculdade de Serviço Social recebem o Centro de Psicologia Aplicada, entre outros, sendo importantes estruturas para aproximação entre as atividades de extensão e a população do município.

O caso do Hospital Universitário, criado entre 1968 e 1969, ocorreu conforme previsto no decreto. Segundo consta na página institucional da Faculdade de Medicina no website da UFJF, o curso começou a funcionar em imóvel temporariamente cedido pela Indústria Têxtil Ferreira Guimarães no bairro Santa Catarina, o qual foi adquirido posteriormente com recursos doados pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora

(FACULDADE DE MEDICINA DA UFJF, 2022). O Hospital Universitário iniciou suas atividades nas dependências da Santa Casa de Misericórdia, mas foi gradualmente passando para a unidade do bairro Santa Catarina na medida em que as atividades do ciclo básico do curso puderam ser transferidas para o novo *campus*. Somente na década de 2000 foi iniciado o processo de criação de um novo setor de saúde no *campus* para abrigar a transferência do Hospital Universitário e, posteriormente, a mudança de sede das faculdades de Medicina e Fisioterapia. Ainda hoje, no entanto, o imóvel do bairro Santa Catarina continua abrigando parte das atividades do hospital.

Em relação à área do *campus*-sede, quando da criação jurídica da UFJF a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora cedeu um terreno na região oeste do município para que fosse executada a nova cidade universitária, tendo como contrapartida a construção de uma escola de ensino básico para os moradores da região (UFJF - NOTÍCIAS, 2020a). A publicação do Plano Diretor Físico de 1973, pontua que desde 1962 a problemática do espaço físico surgia entre as deliberações do Conselho Universitário e que este julgava importante a existência de uma estrutura compatível para o pleno desenvolvimento da instituição (UFJF, 1973). No mesmo documento é comentado que o processo de planejamento do *campus* teve início em 1964, autorizado pelo conselho, e relata-se o recebimento de diferentes estudos que foram analisados e rejeitados em detrimento da preferência pelo “simples ‘partido de planejamento’” de autoria do engenheiro Arthur Arcuri (criador, então, do plano piloto da universidade), o qual passa a ser então desenvolvido na forma de projeto pela Comissão de Planejamento da Cidade Universitária da UFJF (Coplaciu) (UFJF, 1973, p.8). A autoria do Plano Diretor Físico de 1973 não fica clara em seu conteúdo, porém estima-se pelo teor do texto que ela seja da própria Coplaciu ou de uma parte da equipe do Escritório Técnico próprio da UFJF que tenha derivado desta. Acerca de Arcuri, é importante contextualizar que quando o engenheiro se envolveu na elaboração do plano original da universidade, sua carreira profissional já se encontrava estabelecida e sua obra já era reconhecida pelos pares e pela sociedade local por importante contribuição⁵⁹.

⁵⁹ O pai de Arthur – Pantaleone Arcuri – mestre construtor imigrante de origem italiana, foi fundador da Companhia Construtora Pantaleone Arcuri & Spinelli. A historiadora Dalila Varela Singulane recapitula a trajetória da família Arcuri no município de Juiz de Fora ressaltando que, “dos 190 bens protegidos na cidade, pelo menos 25 são assinados por um dos herdeiros de Pantaleone ou executados pela sua construtora, o que são quase 14% do total de patrimônios históricos e culturais da cidade” (SINGULANE, 2020, p.313). O irmão mais velho de Arthur, Raphael, já havia tido envolvimento com

No trabalho de Mauro Campello e demais autores sobre a forma arquitetônica do *campus* da UFJF é reproduzido o Memorial Justificativo redigido por Arcuri visando obter aprovação de seu estudo frente ao Conselho Universitário (aparentemente obtido via entrevista com o engenheiro). É possível perceber a presença de temas que acompanham as discussões do movimento moderno e dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs), e também a convergência com o pensamento de Atcon e com os projetos urbanísticos das universidades das décadas anteriores, tais como: a racionalidade funcional das construções; a característica de setorização e zoneamento; a preocupação com a articulação da circulação de veículos e pedestres, e com aspectos ambientais como a incidência de insolação. Nas palavras de Arcuri:

A adoção de nova concepção dada às cidades universitárias, baseada no moderno urbanismo que se propõe humanizar as cidades e restabelecer o equilíbrio entre o individual e o coletivo e assim transformar a vida fragmentária consequente da simples associação de indivíduos em vida comunitária é condição essencial sem a qual será impossível criar uma comunidade de fato. [...] Podemos, então, considerar num plano do “*Campus*” Universitário, dois setores distintos-: o de vivência e o de ensino e pesquisa, os quais deverão vincular-se funcionalmente.

O setor de vivência, compreendido pelas três zonas: habitacional, esportiva e comunitária-cultural, deve constituir um único conjunto urbanístico, caracterizado pela proximidade, pela facilidade de acesso e de circulação unicamente de pedestres e pela posse de todos os órgãos e elementos que venham favorecer e promover a comunhão entre alunos e professores, criando, assim, entre eles, uma formação universitária sem a qual a Universidade perde sua função.

O setor de ensino e de pesquisas vai naturalmente desenvolver-se em torno do núcleo correspondente ao setor de vivência tendo em mira o acesso próximo e fácil, a topografia do terreno, a orientação e a insolação das unidades de ensino e, sobretudo, a estrutura da própria Universidade. (CAMPELLO *et al.*, 2009, p17-18)⁶⁰

A Coplaciú, além de desenvolver o projeto a partir do partido inicial de Arcuri, promove as adaptações necessárias para atendimento dos requisitos da Reforma Universitária – em especial no que diz respeito à reestruturação administrativa da universidade promovida pela departamentalização, à implantação do ciclo básico, e à

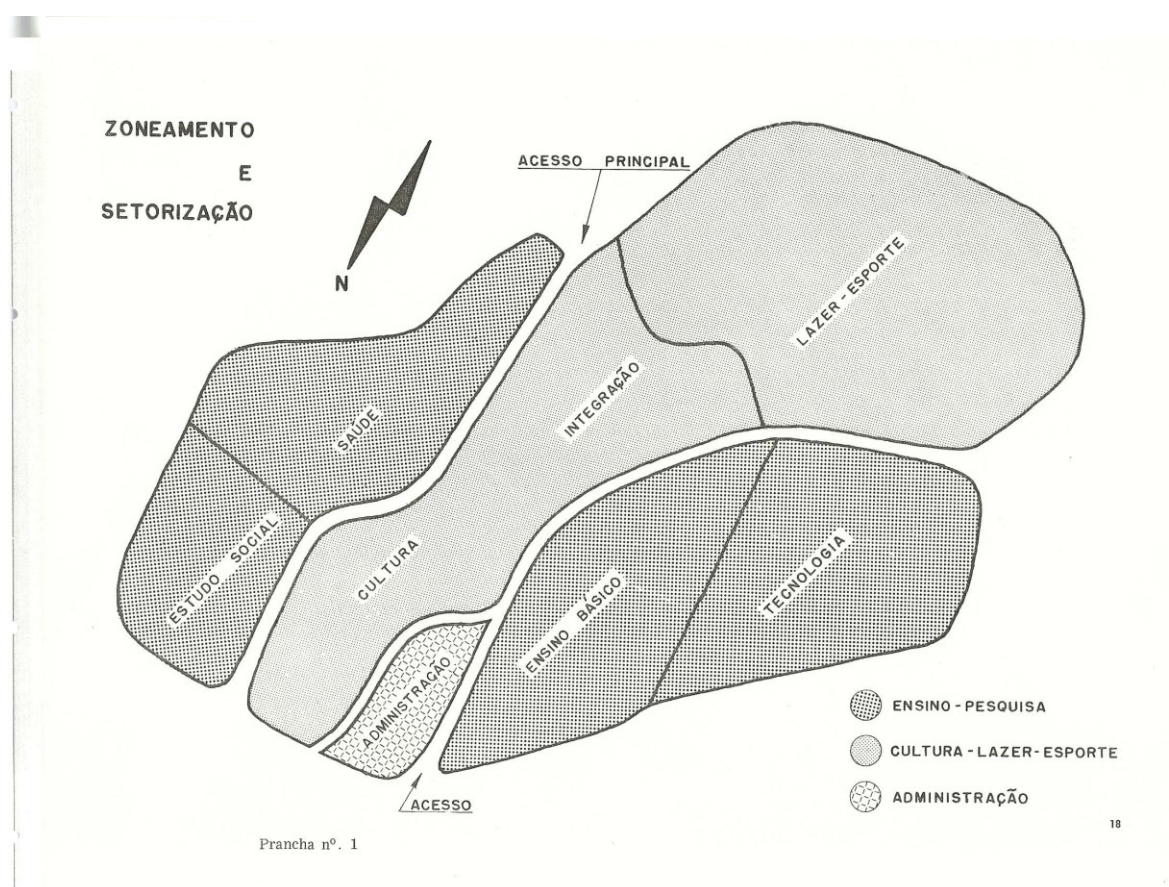
significativas obras no município quando o mais novo se formava na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1937. Essa mesma autora relata que, por influência de sobrinhos que estudaram na ENBA, Arthur passou a se interessar por arquitetura e a se familiarizar com a produção de Le Corbusier. Quando contratado para o projeto do *campus*, ele já havia trabalhado em projetos de expressividade como a nova Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora e diferentes residências – projetos nos quais incorporou conceitos de influência do movimento moderno (inclusive a residência Frederico de Assis, de 1955, cuja futura demolição esteve relacionada a um amplo debate acerca do patrimônio municipal).

⁶⁰ A grafia original foi adaptada para corresponder ao acordo ortográfico atual.

modernização das instalações possibilitando a implantação de novos cursos (UFJF, 1973). Campello *et al.* (2009) mencionam o engenheiro Nicolau Kleinsorger como um dos membros da Coplaci responsável por elaborar projetos que complementaram a implantação inicial de Arcuri. As próximas figuras ilustram aspectos dessa concepção original.

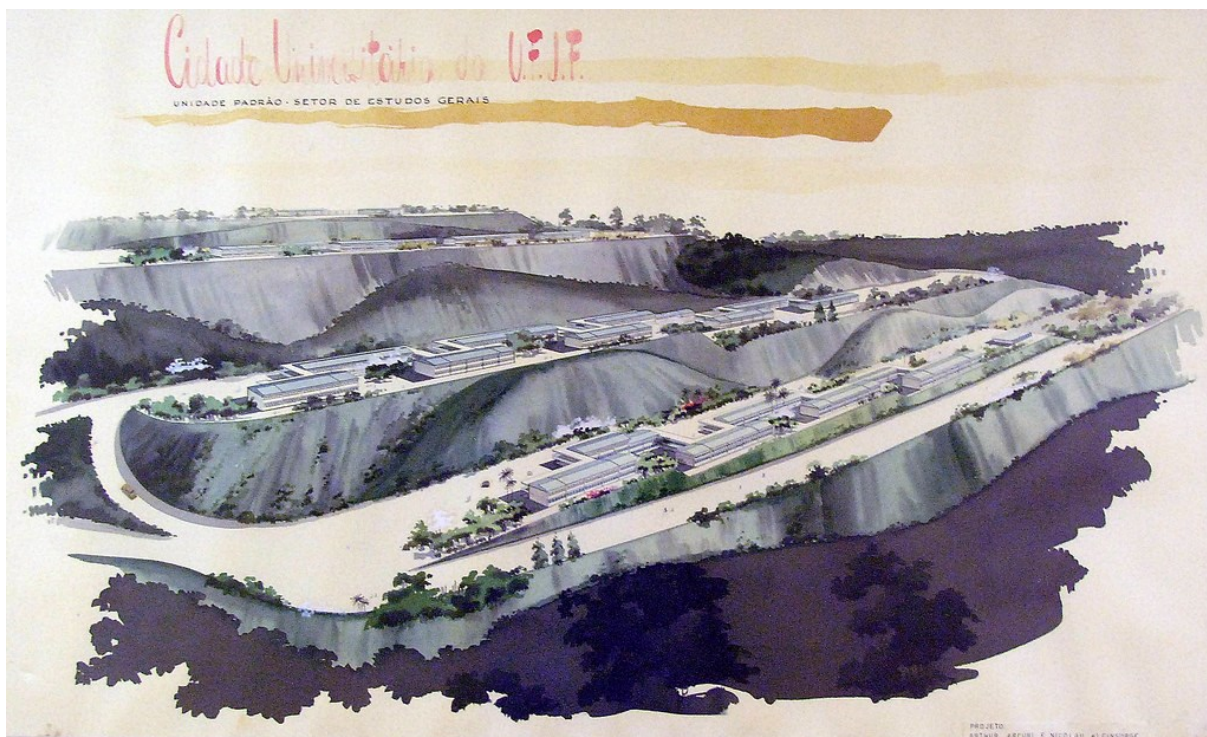
Na Figura 4 é possível ver a setorização organizada a partir da divisão entre ciclo básico (concentrado na unidade tipológica chamada de Unidade Padrão I ou instituto) e ciclos profissionalizantes (concentrados nas unidades tipológicas chamadas de Unidade Padrão II), além da concentração das atividades comunitárias e culturais ao centro. A Figura 5 apresenta uma das perspectivas do projeto original de implantação do setor de estudos gerais (ciclo básico) na qual é possível ver a relação com a topografia do terreno. Finalmente, a Figura 6 traz uma vista geral do *campus* no início da década de 1970 em que tanto a estrutura de setorização quanto a distribuição das unidades tipológicas ficam bastante evidente.

Figura 4 - Setorização do *campus* prevista no Plano Diretor Físico de 1973



Fonte: UFJF, 1973.

Figura 5 - Perspectiva original da concepção de implantação dos institutos básicos



Fonte: UFJF - NOTÍCIAS, 2020a.

Figura 6 - Vista geral do *campus* na década de 1970

Fonte: 60 ANOS UFJF, 2022b.

A respeito dessas, cabe mencionar que o projeto contemplava de forma complementar soluções tipológicas para auditórios e anfiteatros e uma unidade descrita como pavilhão adaptável para abrigar laboratórios, ensino prático e oficinas. Termos relacionados à racionalização, economia e flexibilização aparecem nas descrições das tipologias, corroborando as tendências do período:

As características desta filosofia foram traduzidas em sistema modular, permitindo a padronização de materiais, conversibilidade dos espaços e adoção de unidades padronizadas. Tais unidades padronizadas compatibilizam espaços e custos, permitindo implantação, a tempo, da Reforma Universitária preconizada pelas Leis 53/66 e 252/67, rigorosamente executada em termos dos recursos existentes. (UFJF, 1973, p.24)

O Plano Diretor Físico de 1973 configura-se como um marco na documentação da evolução do ambiente construído da UFJF no período. Entre os dados que ele apresenta, está um programa de complementação das obras identificadas como necessárias para o pleno funcionamento da universidade (conforme demonstrado na Figura 7).

Figura 7 - Cronograma de complementação das obras para consolidação do *campus*

7.4.2 Cronograma de Execução:

P R O J E T O		P R A Z O				
N.º	E S P E C I F I C A Ç Ã O	ESTIMATIVA meses	INÍCIO		TÉRMINO	
			mes	ano	mes	ano
1	CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	10	dez	1972	out	1973
2	CENTRO OLÍMPICO	43	mai	1972	dez	1976
3	ACESSO — AV. INDEPENDÊNCIA	08
4	SETOR DE SAÚDE	20
5	SETOR DE TECNOLOGIA	12
6	CENTRO COMUNAL	20
7	INFRA-ESTRUTURA	20

Fonte: UFJF, 1973.

As pendências então prioritárias (o Centro de Documentação e Difusão Cultural, que abriga a Biblioteca Central, o Centro Olímpico e o acesso pela Avenida Independência – atual Itamar Franco), foram inauguradas em 1975, 1973 e 1976, respectivamente (UFJF - NOTÍCIAS, 2020c). Conforme dito anteriormente, a transferência do Hospital Universitário para o *campus* não ocorreu naquele momento, assim como as demais

complementações previstas. A conclusão deste conjunto caracterizou a consolidação da fase de implantação inicial da UFJF.

Retomando o contexto geral de influência da assistência técnica norte-americana (importante para o estabelecimento da fase seguinte de consolidação da UFJF com a participação no acordo MEC-BID III), Pereira (2017, p.176) menciona que, à época do segundo convênio MEC/Usaid (1966) e da contratação da Universidade de Houston pelo CRUB para prestação de assessoria, os consultores estrangeiros coordenaram seminários regionais, muito pouco divulgados, para debater temas relacionados ao planejamento de *campus*. O autor identifica pelo menos sete eventos dessa natureza e questiona que eles teriam sido realizados com a motivação de transferência cultural – inclusive por meio da cooptação de arquitetos e engenheiros para darem prosseguimento a cursos e treinamentos no exterior⁶¹.

Esse mesmo autor relata que, no seminário de 1969, sediado na própria UFJF, a exposição feita por Arthur Arcuri centrava-se na sociabilidade comunitária dentro do *campus* como ponto de interseção com as premissas norte-americanas:

Nessa direção, defendeu tanto a integração funcional baseada na estrutura acadêmica e requerida pela reforma universitária, quanto a integração de “todo o pessoal universitário”. Por isso, deu ênfase ao “centro comuncultural”, composto por praças, museu, teatro, biblioteca, institutos de arte, serviços de documentação e de difusão; clube de estudantes e reitoria. Para Arcuri (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 1969b, p. 3), essa orientação alinhava-se à premissa de Ransom de priorizar os estudantes, depois os docentes e, por último, os edifícios (Premissa II). A afinidade com esse consultor também se estendeu ao entendimento que o *campus* ia além dos edifícios, o que se traduziu na proposta de aproveitamento da natureza através da criação de um parque com lago e arborização. (PEREIRA, 2017, p.189)

A esse respeito, Pereira (2017) diz que o discurso de Arcuri era contraditório com as intenções disciplinadoras da ditadura de desmobilizar o movimento estudantil na medida em que o *campus* promovia o *lócus* da articulação. Segundo ele, relaciona-se a essa razão a falta de apoio do MEC-BID para subsidiar empréstimos, nas décadas posteriores, voltados à construção completa do núcleo de convivência e atividade

⁶¹ Os seminários foram realizados em: janeiro de 1968, sediado na Universidade Federal do Espírito Santo; julho de 1968, sediado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; maio de 1969, sediado na Universidade Federal de Juiz de Fora; junho de 1969, sediado na Universidade Federal da Paraíba; março de 1970 e maio de 1971, sediados na Fundação Educacional de Bauru; 1972, sediado na Universidade Federal de Pernambuco. Os seis primeiros dos eventos listados foram coordenados por Harry Ransom. Eles seguiam um roteiro fixo de temas, debatendo premissas para a constituição das universidades.

cultural pretendido pelo engenheiro para a UFJF, mantendo o financiamento concentrado nas unidades acadêmicas e relacionando-se com o aspecto mencionado no capítulo anterior de “concretização seletiva do *campus*”.

Da concepção de Arcuri de um *core* central, circundado pelo anel viário, no qual seriam implantados diversos equipamentos (como biblioteca, instituto de arte, teatro, salas de exposições, museu, grêmios, clubes, cinema, além da administração da universidade e restaurante universitário), apenas a construção da biblioteca se concretizou, tendo havido a transferência da reitoria para o mesmo prédio anos depois e o entorno se configurado na forma da praça cívica – que guarda características de parque⁶². Souza (2013, p.97-98) comenta que, aliado ao desafio de transposição das distâncias verticais proporcionadas pela topografia do terreno, a incompletude das proposições originais resultou numa distância entre a proficuidade da vida comunitária imaginada no projeto da forma urbanística e a realidade de integração entre os setores da UFJF. Os edifícios foram implantados em setores determinados pelo zoneamento por área de conhecimento e cada um desses localiza-se em platôs com cotas diferentes distribuídos ao longo do relevo ao redor do núcleo central, mais baixo. Na prática, por isso, a circulação entre os institutos, faculdades e a área de convivência é bastante dependente da utilização de automóveis. O conjunto conformado pelo anel viário, no entanto, é frequentemente utilizado como equipamento de lazer pelo público externo à UFJF.

O Plano Diretor de 1973, acerca da questão do centro comunal, versa que:

O Centro Comunal, privilegiadamente situado graças aos condicionantes topográficos do *campus* é fator integrador por excelência, permitindo quase espontaneamente essa integração, pois congrega, sobretudo, Biblioteca Central, Restaurante e Centro Olímpico. Por seu paisagismo – lago, bosques e jardins, motiva comunhão natureza-homem. (UFJF, 1973, p.21)

Essa fala parece ser especialmente ilustrativa da perspectiva redentora que perpassava a mentalidade do urbanismo moderno. O fato de que a concepção original não se concluiu nesse sentido, especialmente com a implantação do Restaurante Universitário em uma das cotas mais altas do terreno (próximo à Faculdade de

⁶² No contexto do Reuni, foram acrescentados outros equipamentos, diferentes do plano original, como um Centro de Ciências (com observatório astronômico e planetário), Jardim Sensorial e um segundo prédio – que abriga tanto setores administrativos, como a Diretoria de Relações Exteriores, quanto uma área prevista para locação por parte de restaurantes privados (cuja ocupação flutua tendo em vista desafios contratuais), chamado de Centro de Vivência.

Engenharia), também permite questionar o quão diferente teria sido esse aspecto integrador caso o projeto tivesse sido efetivado. Segundo dados da Pró-reitoria de Infraestrutura e Gestão, a diferença de cota entre os setores A (região da praça cívica) e E (região do Restaurante Universitário) gira em torno de 70m. Embora atualmente a frequência de circulação do transporte coletivo interno seja maior do que já foi no passado, ainda assim trata-se de uma configuração limitante. Em relação à acessibilidade para o público externo, na região das vias principais vizinhas ao acesso Norte (bairro São Pedro), por sua vez, a cota se mantém similar à do anel viário – o que facilita o intercâmbio de pedestres entre as duas regiões. No acesso Sul, o anel se conecta à Avenida Itamar Franco em uma região de declive, porém a afluência principal do público externo que frequenta o *campus* por esse ponto se dá através de carros – inclusive por perfil socioeconômico – o que evita que a conformação topográfica se torne um impedimento.

Acerca da questão da circulação no *campus*, o Estudo Preliminar de um novo Plano Diretor Físico para a UFJF elaborado em 2004 pela empresa ArqSol Arquitetura e Tecnologia sob a liderança de Sebastião Lopes, Ricardo França e Roberta Oliveira (disponível no arquivo da Proinfra, sem publicação oficial) comenta que:

A configuração inicial do *campus* era racional e funcionalista, sob a influência da construção de Brasília, transplantando para a nova área a disposição fragmentária preexistente na malha urbana, zoneando-se o território segundo as funções de cada edifício. As ilhas de ocupação só se articulariam perfeitamente pela existência de um ágil sistema de transporte, o que evidentemente não ocorreu, dificultando enormemente a integração das partes num todo coerente, e também desse todo universitário com o restante da cidade, levando-se em consideração não somente as distâncias de percurso, mas também os desníveis a vencer, em alguns casos bastante significativos. Nota-se ainda uma descontinuidade física, que se reflete fatalmente nas interações sociais, entre dois dos institutos de ensino superior básico e as faculdades profissionais da área correspondente, sendo a distância média em linha reta:

- Entre o ICB e as faculdades de Saúde – 400m
- Entre o ICB e a faculdade de Educação Física – 640m
- Entre o ICHL e as faculdades de Ciências Sociais – 360m

Essa descontinuidade repete-se entre a locação das faculdades da área de Saúde e o novo prédio do CAS, distantes entre si de aproximadamente 1km. Apenas o ICE encontra-se razoavelmente próximo à área das Engenharias, mas tendo como contrapartida o fato dessas estarem distantes 570m da Biblioteca Central, sempre considerando-se o percurso em linha reta, o que não corresponde exatamente à realidade, mesmo considerando-se que as

pessoas, ao caminharem, tenderem a buscar atalhos, ainda que fora das áreas urbanizadas.⁶³

Finalmente, observa-se o fato de que em 1975 o Premesu promoveu uma verificação de demandas das instituições de ensino para fundamentar a elaboração do escopo dos acordos MEC/BID II e III. Levanta-se a hipótese de que a elaboração do Plano Diretor Físico da UFJF de 1973 possa estar relacionada a tal esforço, por conta da data de sua formulação e do teor diagnóstico da parte final na qual são definidos custos, prioridades e condições de execução para as obras futuras, além da menção à criação de uma prefeitura para o *campus* pelo estatuto da instituição. Na prática, parte dos imóveis construídos na vigência do acordo constavam no cronograma de pendências do plano sem terem sido contemplados, tais como a complementação do setor de saúde (especificamente o conjunto destinado ao então Centro Integrado de Saúde – CIS, atual Faculdade de Odontologia), ainda que mesmo com o aporte do MEC/BID a transferência do Hospital Universitário para o *campus* não tenha acontecido.

Data de 1980 um texto técnico elaborado pelo mesmo órgão na forma de relatório do Estudo Preliminar do MEC/BID III em que são apresentadas as características gerais do acordo e dentro do qual a UFJF está abrangida, marcando uma nova fase de gestão do seu espaço físico (PREMESU, 1980)⁶⁴. Constata-se no texto a intenção de que o investimento nela funcionasse como fator de descentralização do desenvolvimento na região sudeste através de cidades de porte médio, como Juiz de Fora, em relação aos polos das capitais – dando reforço ao argumento de Rodrigues (2013) citado no início da seção. Além disso, em um reflexo de controle heterônimo por parte do órgão, priorizar-se-ia as universidades que demonstrassem esforço no sentido de adequar suas estruturas às diretrizes das reformas universitária e administrativa: mais uma vez, a “concretização seletiva do *campus*”. Sendo assim, é favorecida a complementação das unidades necessárias ao funcionamento do ciclo básico, bem como a finalização da transferência para o *campus* de cursos ainda ocupantes de imóveis externos – comenta-se, inclusive, a já mencionada

⁶³ Estudo Preliminar de Plano Diretor Físico, datado de 2004 com autoria de “ArqSol Arquitetura e Tecnologia”, p.28-29, disponível na Proinfra, UFJF.

⁶⁴ Versão digitalizada do Estudo Preliminar assinado pela Coordenadoria de Desenvolvimento das Instalações do Ensino Superior do PREMESU datado de 1980 e disponibilizado no portal “Domínio Público” pelo MEC.

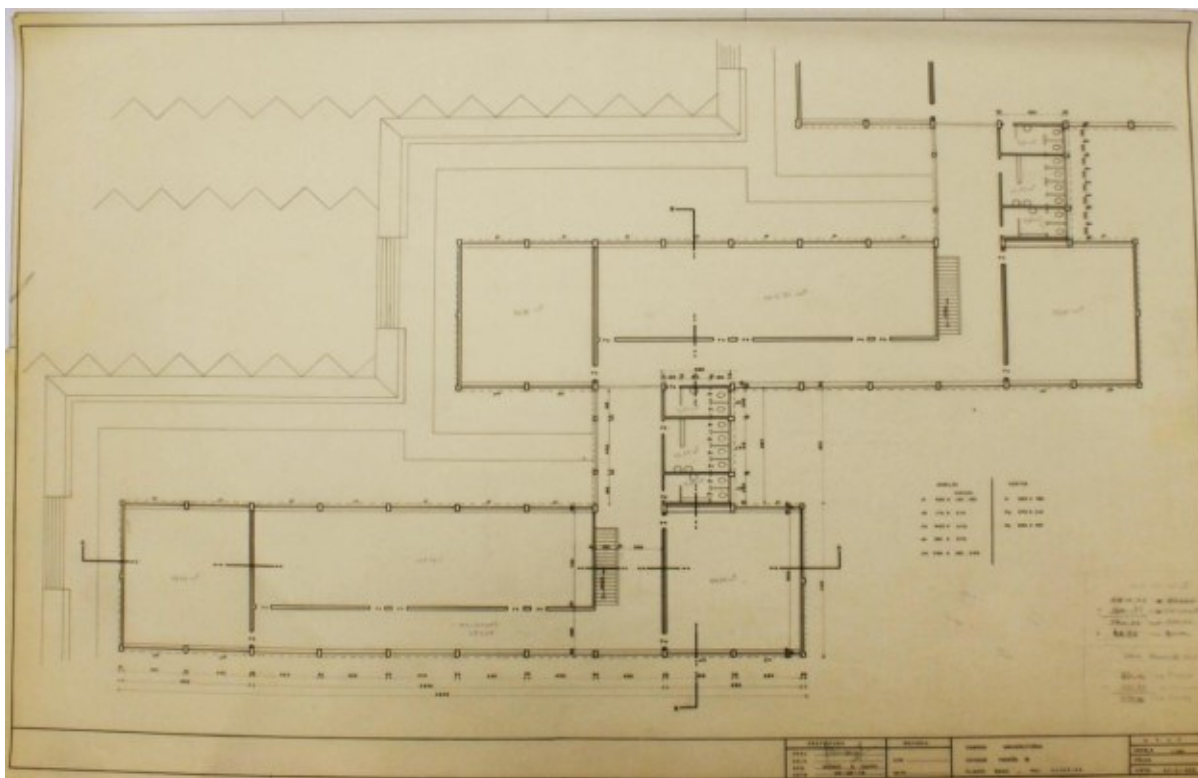
possibilidade de alienação (raramente executada no caso da UFJF, a qual ainda mantém posse sobre a maior parte do patrimônio advindo das faculdades isoladas)

A respeito da participação da UFJF no MEC/BID III a partir de 1983, Souza (2013, p.94-118) analisa as diferenças entre a estruturação da equipe técnica e as práticas de projeto adotadas neste momento em contraponto ao da implantação inicial. Segundo sua pesquisa, o ritmo acelerado imposto para as obras de criação do *campus* (anos 1960 e 1970) repercutiu na elaboração de projetos pautados em diretrizes generalizantes, não considerando programas de necessidades específicos ou mesmo uma participação robusta da comunidade acadêmica. Nessa fase, Souza (2013, p.109) comenta ter havido a intenção de prover uma solução voltada à racionalização da construção pela repetição de elementos construtivos, com “economia de escala” e flexibilidade para adaptação ao uso. Em relação à questão da flexibilidade, a informação trazida pelo autor na verdade sugere que essa se restringe mais à inespecificidade da compartimentação interna do que se desenvolve em uma concepção cuidadosa relacionada a temas como coordenação modular ou articulação com um sistema estrutural (como acontece no caso a ser exemplificado à frente, da UFMG). O indício dessa ausência é reiterado pela fala de Souza (2013) quando menciona a singeleza das informações técnicas presentes nos projetos, elaborados com pouco volume de pranchas e detalhamentos (seja nas disciplinas de arquitetura ou complementares).

Não obstante, a intenção de trazer tais relatos não é de sugerir falta de qualidade construtiva ou inadequação projetual a essas edificações. Ressalta-se, conforme dito por Souza (2013), a introdução de áreas ajardinadas nos interstícios frontais e laterais criados pela implantação alternada das unidades-padrão, favorecendo a insolação, ventilação e qualidade ambiental destes. Embora não mencionado por esse autor, é visível na utilização desses edifícios a presença da circulação, com dimensão generosa, contornando externamente os pavilhões e abrindo-os para integração com tais áreas livres remanescentes da implantação. Mesmo que dificilmente sejam consideradas nos projetos arquitetônicos, essas áreas têm potencial para apropriação espontânea voltada ao estabelecimento de espaços de convivência e integração – já que o projeto urbanístico original apenas contempla a convivência na escala macro através do *core* central, e os projetos subsequentes geralmente adotam uma abordagem fragmentada que trata do edifício e do limite imediato de seu encontro com

o solo, não se expandindo para o platô como um todo. A Figura 8 é utilizada por Souza (2013) para ilustrar seu argumento a respeito do volume de informações apresentado nos projetos originais (nesse caso, da Unidade-Padrão II), enquanto a Figura 9 dialoga com a situação da abertura das edificações para os espaços intersticiais residuais.

Figura 8 - Projeto Unidade-Padrão II (1970)



Fonte: SOUZA, 2013, p.110.

Figura 9 - Unidade-Padrão II



Fonte: PROINFRA, 2019.

Ainda sobre essa fase inicial, Souza (2013) observa que:

No Brasil, a natureza dos projetos arquitetônicos e urbanísticos envolvidos no intenso programa de implantação de diversos *campi* nas décadas de 1960 a 1970 esteve diretamente relacionada às qualidades específicas do arquiteto, que não estava ligado a uma hierarquia acadêmica. A ausência ou, em outros casos, a fragilidade dos programas acadêmicos, acabou por ser a marca de alguns projetos dessa época, fazendo com que estivessem diretamente conectados à interpretação do arquiteto sobre a principal tarefa acadêmico-institucional. (SOUZA, 2013, p.99)

Destaca-se nessa passagem a problematização feita pelo autor em relação à interpretação individual por parte do arquiteto das questões de projeto ligadas a atividades acadêmico-institucionais e à falta de uma sistematização do trabalho. Guilherme Junior (2019), ao entrevistar gestores sobre suas percepções do processo de contratação e execução de obras no Reuni, obteve respostas mencionando a ausência de mecanismos para coordenar a expansão das universidades por parte do Governo Federal. Nos relatos registrados surgem comparações com o período de ação centralizadora do MEC (nas parcerias com BID) em que pesavam não só análise e aprovação dos projetos elaborados, mas também apoio técnico na forma de orientações, consultorias, seminários.

A fala de Maciel (2011, p.2), trazida na introdução do presente texto, acerca da experiência de projeção desenvolvida na UFMG menciona “a diluição das questões autorais em favor de uma ampliação da atuação de equipes multidisciplinares”. Isso corrobora a percepção de mudança no desenvolvimento de projeto que Souza (2013) narra ter acontecido nos anos 1980, na UFJF, na qual a contratação de novos profissionais de Engenharia e Arquitetura trouxe robustez para a capacidade projetual. Sob reflexo do processo gradual de democratização da estrutura de governo, o autor identifica uma “mudança de paradigma na concepção das edificações no *campus* da UFJF” (SOUZA, 2013, p. 105-106). Naquele contexto, a comunidade acadêmica vinha ganhando maior autonomia e participação nos processos de projeção, que resultaram em programas mais alinhados a necessidades específicas nos edifícios, inclusive de maior demanda por recursos tecnológicos. Consequentemente, as edificações aparecem com uma resposta singular em contraposição à solução tipificada anterior – conforme demonstrado pela Figura 10 e Figura 11.

Figura 10 - *Campus da UFJF, anos 1970*

Fonte: 60 ANOS UFJF, 2022a.

Figura 11 - Centro de Línguas da UFJF (atual Instituto de Letras), construído por volta de 1988



Fonte: SOUZA, 2013, p.113.

No âmbito da ocupação urbanística, ainda que os projetos arquitetônicos caminhassem para uma abordagem diversa, a estrutura original de setorização e circulação, por exemplo, mantinha-se inalterada – até mesmo pela ausência de suporte em um Plano Diretor revisado, em vigência.

O acordo com o BID é encerrado no início da década de 1990, e o entendimento sobre como a UFJF se organiza para planejar e executar a gestão de seu espaço físico no período que se estende entre o momento de expansão inicial e o segundo momento de crescimento verificado (Reuni) merece, ainda, maior aprofundamento. A perspectiva histórica da instituição apresentada pelo PDI reitera a percepção apresentada no capítulo anterior sobre a década de 1990, a qual consta como um momento em que os governos ajustavam sua atuação de modo a reduzir a presença do Estado, transferindo parte de suas responsabilidades (e lucros) para a iniciativa privada:

Muitas mudanças afetaram o ensino superior, e o próprio serviço público, no período, como a intensificação das atividades, as ações de remuneração por produtividade, reformulação do trabalho acadêmico, que passava a priorizar o ensino em detrimento da pesquisa, e um elemento de bastante relevância que foi o regime jurídico único dos servidores públicos federais (lei 8.112/90). Muitas dessas mudanças, conjuntamente, atendiam a recomendações externas, como estudos do Banco Mundial, e respondiam à crescente penetração da agenda de reformas na estrutura do serviço público. (UFJF, 2022, p. 39)

Encontra-se no arquivo da Proinfra um documento de autoria não identificada cujo título se coloca como “Plano Diretor do *campus* da UFJF – 94/98”. Apesar do nome, ele não constitui efetivamente um Plano Diretor dado o formato e extensão do conteúdo apresentado. O texto sugere, na verdade, ser parte de uma apresentação ao Conselho Superior da universidade na qual a proposta de elaboração futura de um plano está sendo pleiteada e justificada como uma decorrência do Plano de Gestão 1994/98. Entre os fatos mencionados consta que:

A necessidade de realização desse plano surgiu no dia a dia da administração acadêmica, marcada pela rotina de se responder a certo número de demandas por espaços, de diferentes qualidades e quantidades, sem contar com qualquer diretriz em que se basear. Em que pesem os instrumentos já elaborados com estes fins, abordados no item 2 deste trabalho, poucas são as efetivas contribuições neste momento, dada sua notória desatualização

face às atuais demandas. Observa-se também a tendência de tratamento das questões físicas à margem desses Planos.⁶⁵

Novamente é mencionada a carência por diretrizes estruturantes para o trabalho. Questiona-se o quanto isso pode ter implicado em desagregação por parte da equipe em torno de um pensamento voltado ao espaço urbano da universidade como um todo articulado e complexo, para além das questões relacionadas a edifícios específicos, mas questiona-se, também, o quanto isso pode ser reflexo do enfraquecimento das entidades públicas mencionado no contexto geral da década. O texto segue relatando o momento de planejamento físico do território da UFJF em que os recursos do BID financiavam a expansão universitária. Menciona-se a designação da Unidade Executora Local (UEL) cuja postura foi:

Seu primeiro fruto consistiu na intenção de elaboração de um Estudo Preliminar. Com este estudo, que apresentava um enfoque diferente do adotado até então, visava-se lançar uma base para posterior detalhamento na forma de um Plano consistente, compatível com o porte dos recursos envolvidos. Partia-se da avaliação de que o Plano anterior refletia a falta de entrosamento entre demandas acadêmicas existentes e propostas e metas definidas do ponto de vista físico, que mais se assemelhavam a lista das necessidades de cada unidade.⁶⁶

A respeito da estrutura técnica da UFJF, Souza (2013) comenta a mudança ocorrida no período de influência do MEC/BID III, quando o Escritório Técnico da Comissão da Cidade Universitária (ETEC) foi transformado em Prefeitura da Cidade Universitária. As ações relativas ao programa MEC/BID III, no entanto, eram de atribuição da Pró-Reitoria de Planejamento a qual constituiu a Unidade Executora Local (UEL), de forma a atender as exigências do MEC/CEDATE. Sendo assim, as operações de manutenção do *campus* funcionavam sob administração da Prefeitura, enquanto as ações de expansão eram foco exclusivo da UEL. Após um tempo a UEL passou a integrar a Prefeitura, porém mantendo a especificidade de sua atribuição.

⁶⁵ O trecho ressaltado é parte do documento de autoria desconhecida encontrado no arquivo de documentos digitais da Proinfra com o título “Plano Diretor do *campus* da UFJF – 94/98”, na página 1. O documento encontra-se arquivado na seção histórica do servidor da pró-reitoria, na pasta “DS_000 - *Campus*” e na subpasta “DS_000_Planos Diretores” e a data de modificação do arquivo é 23 jul. 2003, não sendo possível precisar neste momento sua data de criação.

⁶⁶ Documento de autoria desconhecida encontrado no arquivo de documentos digitais da Proinfra com o título “Plano Diretor do *campus* da UFJF – 94/98”, na página 2. O documento encontra-se arquivado na seção histórica do servidor da pró-reitoria, na pasta “DS_000 - *Campus*” e na subpasta “DS_000_Planos Diretores” e a data de modificação do arquivo é 23 jul. 2003, não sendo possível precisar neste momento sua data de criação.

Em algum momento futuro, a denominação de Prefeitura do *Campus* foi substituída pela Diretoria de Logística, como é possível verificar no timbre dos documentos internos do início da década de 2000. Mais à frente, essa diretoria passa a ser chamada de Pró-Reitoria de Infraestrutura, até sofrer a atualização mais recente em que recebe a alcunha de Pró-Reitoria de Infraestrutura e Gestão. Pode ser interessante, como um aprofundamento da presente pesquisa, a condução de entrevistas com funcionários ligados a tais setores (ou consulta a outras fontes de dados administrativos) para melhor compreender tanto o processo quanto o impacto de tais mudanças organizacionais nos procedimentos de projeção e rotinas de trabalho (e gestão, tendo em vista a possível diferença tanto na atribuição de prefeitos, diretores ou pró-reitores, bem como na origem de sua nomeação ou eleição a partir de sua caracterização como cargos técnicos ou cargos políticos).

Conforme consta no documento de 1994/98, as ações do programa MEC/BID III na UFJF foram baseadas: no “Estudo Preliminar – versão 84/85” encaminhado para aprovação de Brasília como uma segunda versão do Plano Diretor Físico (de 1973); em um documento de “Diretrizes Básicas da Ação – 81/84”; e em um “plano ao nível executivo”, cujo caráter não fica muito explícito. Esse conjunto pretendia compilar as necessidades e demandas das unidades da UFJF em uma análise da situação presente em termos de potenciais estimados para as áreas físicas, instalações e paisagismo. É relatado, no entanto, insuficiência e conflitos entre os dados obtidos no sentido de obter a precisão desejada acerca das reais necessidades. O texto também menciona a permanência do não atendimento pleno de metas consideradas prioritárias desde o Plano de 1973, como a consolidação do setor de saúde que, apesar do crescimento, continuou à época com problemas relacionados às instalações da Faculdade de Medicina e do Hospital Universitário.

Até o presente momento, não foi possível encontrar uma cópia dos materiais citados no arquivo da Proinfra (seja o compilado das diretrizes do programa, seja a revisão do Plano Diretor Físico de 1973) de maneira que fosse viabilizada uma interpretação dos documentos para além do relato acima citado. O texto de 1994/98 segue, também, comentando a respeito da nova fase estabelecida na transição para a década de 1990, pós encerramento do programa com o BID:

Ainda na preocupação de harmonizar as demandas espaciais existentes, a partir da década de 90 – portanto já depois da implantação do projeto MEC-BID, foi criado o NUPLAN – Núcleo de Planejamento Estratégico, na Pró-Reitoria de Planejamento. Durante quase dois anos foram ouvidas as principais lideranças e levantados os dados que nos possibilitam avaliar as alternativas de caminhos a percorrer. A partir deste trabalho pudemos observar que a cultura do planejamento tem amadurecido na UFJF e que hoje já é possível implantar esse processo, bastando para tanto o uso de instrumentos adequados. Um desses instrumentos, testado e aprimorado na NUPLAN é o SPATE – Sistema de Planejamento e Administração de Tempo e Espaço, de autoria do arquiteto Sebastião de Oliveira Lopes da UFMG. Essa metodologia permite uma avaliação sistemática do uso dos espaços e poderá vir a ser implantada em sistema de rede, com acesso on line a partir de cada Unidade.⁶⁷

Acerca do instrumento supracitado, Soares (2016) o descreve como uma metodologia que avalia índices de ocupação e utilização do espaço físico de prédios existentes ou projetados de forma a identificar possíveis déficits ou superávits, visando maximizar e racionalizar o uso das áreas institucionais. Resgata-se, como correlação, o trecho do PDI citado anteriormente que descreve os anos 1990 como um período de ações voltadas à remuneração por produtividade – inclusive no âmbito do espaço físico, ao que parece. Além disso, a mencionada criação do NUPLAN como órgão de Planejamento Estratégico também se alinha a uma tendência do período⁶⁸.

Chama a atenção, tanto neste trecho quanto na fala anterior de Souza (2013) sobre a mudança na estrutura técnica à época do MEC/BID III, a ligação das ações de expansão da estrutura física à Pró-Reitoria de Planejamento. Seria interessante compreender se a desvinculação a esse órgão com a posterior criação de uma pró-reitoria independente teve impacto (seja positivo, seja negativo) na cultura de planejamento que se estabelece acerca do espaço físico – a passagem gradual de um setor que traz o termo planejamento em sua denominação, para um setor que passa a tratar de gestão (Proinfra: Pró-reitoria de Infraestrutura e Gestão). Por um lado, essa mudança organizacional parece favorável ao desenvolvimento operacional dos diversos setores a ela associados, porém essa separação possivelmente demanda uma integração institucional maior entre as unidades administrativas superiores. Além disso, é importante observar como essa transição se reflete no

⁶⁷ Documento de autoria desconhecida encontrado no arquivo de documentos digitais da Proinfra com o título “Plano Diretor do *campus* da UFJF – 94/98”, na página 3. O documento encontra-se arquivado na seção histórica do servidor da pró-reitoria, na pasta “DS_000 - *Campus*” e na subpasta “DS_000_Plano Diretor” e a data de modificação do arquivo é 23 jul. 2003, não sendo possível precisar neste momento sua data de criação.

⁶⁸ A prática do Planejamento Estratégico se relaciona a uma concepção neoliberal que posiciona o planejamento a partir de uma ótica empresarial, visando eficiência.

processo de conformação do organograma interno da unidade, e na conseqüente hierarquia e autonomia decisória.

Outros documentos foram encontrados no arquivo digital da Proinfra e demonstram estarem relacionados ao período em questão, estendendo o entendimento sobre a abordagem que se tinha da problemática espacial à época – ainda que alguns aspectos tenham ficado por esclarecer. Esse momento é marcado como uma fase de transição, em alguns sentidos diferentes, como por exemplo: em relação aos marcos históricos que representam as fases principais das políticas voltadas à expansão do ensino superior público; em relação às mudanças na estrutura organizacional e de gestão da universidade; e em relação às evoluções tecnológicas que impactaram o processo de digitalização dos procedimentos. No sentido desse último comentário, o conjunto de documentos e projetos que representa a produção desse recorte temporal encontra-se arquivado de uma forma menos consistente que a dos momentos precedentes (marcados majoritariamente pelas cópias físicas de protocolos e processos) ou sucessores (em que a digitalização já encontrava adesão ampla e sistematizada). Foi comum encontrar textos nos quais a estrutura de formatação e organização de pastas de arquivo indicava que os documentos possivelmente foram impressos em uma etapa intermediária de elaboração para conclusão do processo de forma física – mas cujas cópias finalizadas nem sempre foram rastreadas. Ou então, casos em que o material foi elaborado em uma data, porém digitalizado (por vezes transposto de mídia, como no caso da passagem de disquete para disco rígido) em um momento posterior e por isso a informação da temporalidade de sua criação perde precisão.

O material relativo à consultoria dada pelo arquiteto Sebastião Lopes à então Diretoria de Logística da universidade foi um dos que apresentou o desafio relatado quanto à organização do arquivamento. Entre os arquivos de relevância ligados a seu trabalho que foram rastreados encontram-se duas minutas de proposta: para elaboração de diagnóstico computadorizado da UFJF (feito com aplicação do *software* SPATE), datada de março de 2003 e para elaboração de Plano Diretor Físico do *Campus* da UFJF, datada de abril de 2003. As minutas especificam os pormenores do serviço

oferecido e os requisitos a serem cumpridos entre as partes⁶⁹. Além disso, encontram-se também orientações para aplicação da metodologia e fichas para coleta de informações, aparentemente de autoria do consultor, assim como relatórios de aplicação e propostas de desenvolvimento de intervenções em unidades acadêmicas feitas pela equipe da UFJF. Alguns destes relatórios referenciam anos que vão de 1999 a 2002, indicando uma inconsistência em relação à data da minuta que precisa ser melhor apurada.

A primeira das minutas de proposta citadas⁷⁰ se estrutura a partir de cinco partes. A avaliação do diagnóstico consiste em uma análise para filtrar os ambientes da universidade que possuem índice de uso inferior a 50% do tempo e organizá-los e agrupá-los por tipos. Em seguida, seriam analisadas as razões para ociosidade: se técnicas, funcionais ou comportamentais. Nos casos de questões técnicas, uma segunda etapa consistia em planejar adequações arquitetônicas para saná-las. Nos casos de baixo uso por limitações funcionais, seriam propostas fusões de espaços com finalidades semelhantes e o compartilhamento de espaços administrativos. O quarto passo da proposta consistia na implantação de um sistema informatizado de gestão do espaço físico através do *software* SPATE, o qual demandaria o estabelecimento de uma equipe treinada para apresentar diagnósticos semestrais, fazer registros e recomendar melhorias para o uso das áreas. Por fim, uma última etapa dizia respeito ao acompanhamento, orientação e avaliação do processo de implantação desse sistema.

A segunda minuta de proposta⁷¹, relacionada à elaboração do Plano Diretor Físico para o *campus* da UFJF, previa que ele seria composto por: introdução; histórico

⁶⁹ Ainda que não sejam cópias assinadas, o teor dos documentos sugere que a autoria tenha partido do arquiteto para avaliação e aceite por parte da UFJF. Em um momento oportuno, será importante verificar junto aos setores responsáveis por essa contratação a data precisa e validade dessa versão dos textos.

⁷⁰ Documento subscrito por Sebastião Lopes na condição de Diretor Técnico da empresa ARQSOL Arquitetura e Tecnologia Ltda., direcionado ao Diretor de Logística da UFJF. Encontra-se arquivado com o título “DOCUMENTOS – Minuta Proposta UFJF SPATE Consultoria 2003” no acervo de documentos digitais da Proinfra, seção histórica do servidor da pró-reitoria, na pasta “DS_009 – PRÓ-REITORIA DE INFRAESTRUTURA”, subpasta “DOCUMENTOS”. A data de modificação do arquivo é 28 jul. 2003.

⁷¹ Documento subscrito pelo arquiteto Sebastião Lopes, direcionado ao Diretor de Logística da UFJF. Encontra-se arquivado com o título “DOCUMENTOS – Minuta Proposta Consultoria PDiretor UFJF” no acervo de documentos digitais da Proinfra, seção histórica do servidor da pró-reitoria, na pasta “DS_009 – PRÓ-REITORIA DE INFRAESTRUTURA”, subpasta “DOCUMENTOS”. A data de modificação do arquivo é 28 jul. 2003.

resumido da instituição e da implantação do *campus*; estudo sobre o universo de atuação da UFJF contextualizado tanto nacionalmente quanto localmente; discussão acerca da conceituação de *campus*; detalhamento da situação existente; e proposição de novo arranjo espacial. A etapa de estudo da situação existente conta com a descrição de um amplo escopo de trabalho cujo objetivo seria o real dimensionamento das necessidades:

O pré-dimensionamento da população universitária será determinante para definir a taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento do terreno do *Campus*, o número de vagas em estacionamento, a taxa de área verde, o sistema viário o desenho de equipamentos urbanos, o transporte interno do *Campus*, o sistema de alimentação do *Campus*, o sistema de Bibliotecas, os sistemas de lixo, esgoto, energia elétrica, etc.

Com base na estrutura existente e no plano de expansão serão estudadas as ligações entre as faculdades que integrarão o *Campus*, considerando-se:

- O compartilhamento das disciplinas comuns entre cursos e de faculdades diferentes;
- O contato entre faculdades que oferecem cursos e disciplinas distintas;
- O contato entre laboratórios para montagem de projetos de pesquisa e pós-graduação;
- A redução do percurso para os estudantes que demandam disciplinas em diferentes faculdades;
- A evolução de áreas de conhecimento tornando possível a médio prazo, a criação de novos cursos dentro das faculdades previstas.

Essas ligações serão esquematizadas em gráficos de relacionamento ordenadas em três intensidades (pequena, média, grande).

Será analisado o diagnóstico do SPATE para ser organizado o programa de necessidades atual da UFJF.⁷²

O produto final desse plano seria organizado em um documento técnico que agrupasse todos os textos e ilustrações necessários para demonstrar as análises, bem como o zoneamento e conjunto de diretrizes resultantes. De acordo com o texto, a proposta era que a planta de zoneamento do *campus* se fundamentasse nos gráficos de relacionamento e demais indicadores para ordenar o crescimento do projeto de urbanização e orientar um plano de obras a ser definido junto à administração superior da UFJF. As diretrizes mencionadas abrangeriam os aspectos sob três áreas principais: urbanização, arquitetura e projetos complementares de urbanização e edificações:

⁷² Documento subscrito pelo arquiteto Sebastião Lopes, direcionado ao Diretor de Logística da UFJF, p.4-5. Encontra-se arquivado com o título "DOCUMENTOS – Minuta Proposta Consultoria PDiretor UFJF" no acervo de documentos digitais da Proinfra, seção histórica do servidor da pró-reitoria, na pasta "DS_009 – PRÓ-REITORIA DE INFRAESTRUTURA", subpasta "DOCUMENTOS". A data de modificação do arquivo é 28 jul. 2003.

- Diretrizes para urbanização (parâmetros urbanísticos, sistema viário, acessos e segurança, paisagismo e comunicação visual, acessibilidade urbana)
- Diretrizes para arquitetura (espaço aprendizagem, arquitetura bioclimática, cores na arquitetura, acessibilidade nos edifícios, dimensionamento adequado ao programa de necessidades, sistema construtivo x flexibilidade)
- Diretrizes para projetos complementares de urbanização e edificações (sistemas de esgotos pluviais, de alimentação de água, de proteção contra incêndio de engenharia ambiental, paisagismo e microfauna, de lixo, de esgotos, de iluminação pública)⁷³

Dessa colaboração com o mencionado arquiteto derivou-se apenas uma versão preliminar de estudo para um novo Plano Diretor Físico da UFJF⁷⁴, o qual não chegou a ser consolidado e referendado pelo Conselho Superior da UFJF como parte de uma política de planejamento em vigência. A falta de tal consolidação pode ter sido crucial na forma como a expansão possibilitada pelo Reuni foi conduzida, poucos anos depois. Esse estudo, embora não oficializado, está disponível integralmente e é possível utilizar mapas e conteúdos por ele apresentados para construir uma base de comparação com ações precedentes ou posteriores.

Ainda que não tenham sido feitas investigações mais aprofundadas a respeito dos motivos para a inconclusão dessa elaboração, alguns aspectos podem ser ressaltados como possíveis pontos críticos para o processo. Chama a atenção o prazo previsto na proposta de 180 dias para entrega do Plano Diretor (após liberação das informações requisitadas), em comparação com a amplitude das análises e diretrizes pretendidas. Além disso a proposta pontua como pré-requisito a constituição de uma nova equipe técnica de trabalho, embora não mencione qual sua natureza (se pertencente ao corpo de funcionários da universidade ou ao corpo da empresa) e também não deixe claro o grau de envolvimento e participação da comunidade acadêmica na elaboração das diretrizes. O aceite da proposta de consultoria aparece condicionado à realização do diagnóstico da situação existente através da utilização

⁷³ Documento subscrito pelo arquiteto Sebastião Lopes, direcionado ao Diretor de Logística da UFJF, p.6. Encontra-se arquivado com o título “DOCUMENTOS – Minuta Proposta Consultoria PDIreitor UFJF” no acervo de documentos digitais da Proinfra, seção histórica do servidor da pró-reitoria, na pasta “DS_009 – PRÓ-REITORIA DE INFRAESTRUTURA”, subpasta “DOCUMENTOS”. A data de modificação do arquivo é 28 jul. 2003.

⁷⁴ Estudo Preliminar de Plano Diretor Físico, datado de 2004 com autoria de “ArqSol Arquitetura e Tecnologia”, disponível na Proinfra, UFJF.

do sistema SPATE, bem como da entrega de demais informações relacionadas a plantas, horários de uso e dados dos cursos.

Entre as anotações manuscritas sobre a cópia impressa do estudo preliminar arquivada na pró-reitoria, constam algumas percepções relacionadas ao modo como o material foi recebido. A Figura 12 ilustra uma lista de problemas de ocupação física do *campus* a serem abordados em um texto com fotos, entre eles: meio-ambiente, lixo, tratamento de esgoto, ocupação desordenada em eixos principais do plano diretor anteriormente vigente, assim como consequências futuras. As marcações ao longo do documento como um todo demonstram negativas a respeito da análise que deriva da aplicação do SPATE, a qual apresenta índices de ocupação e utilização para os espaços demonstrando ociosidades e potenciais de otimização.

Figura 12 - Recorte do Estudo Preliminar do Plano Diretor da UFJF (2004) com grifos manuscritos


Cine-Theatro Central

Desde julho de 2001, quando a UFJF assumiu a administração do Cine-Theatro Central, iniciou-se um trabalho em prol da popularização do teatro juntamente com a valorização do local e a formação de público.

Inaugurado em 1929, o Cine-Theatro Central pretendia ser um ambiente que abrigasse apresentações teatrais e cinematográficas. Porém, devido à sua amplitude, tornou-se palco dos mais diferentes tipos de manifestações artísticas. Considerado um dos dez mais belos teatros do Brasil, tanto em termos de infra-estrutura, quanto de valor artístico-cultural, o Central passou a pertencer à UFJF, em 1994, após ser restaurado e tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional.

Arquivo Histórico


O Arquivo Histórico iniciou suas atividades em março de 1985, contribuindo para a pesquisa histórica através do recolhimento, organização, preservação e difusão de arquivos e coleções de documentos de interesse para a história do Brasil e, especialmente, para a história regional e local. Possui um material riquíssimo, como o arquivo cartorário, com processos cívicos desde 1834, o arquivo de Odilon Braga, que participou de vários momentos importantes da história brasileira e a coleção Minas Colonial, uma documentação que está em Portugal e que pode ser acessada através de CDs digitais. Além de contribuir para a pesquisa e o fomento de técnicas nas áreas de arquivologia, o Arquivo Histórico presta consultoria, assessoria e assistência técnica na organização, microfilmagem e informatização de arquivos, e na conservação e restauração de documentos em suporte de papel. O Arquivo Histórico fica na Av. Rio Branco, 3.460.




Fachada do Cine-Theatro Central

FAZER TEXTO COM FOTOS DOS PRINCIPAIS PROBS DE OCUPAÇÃO FÍSICA DO CAMPUS

1) ATRAVESSAMENTO 2) MEIO-AMB; 3) LIXO
 4) SEQUENCIA NO TAB; 5) TRAT. ESGOTO
 6) FOTOS TEE; IRLH (OUVARO); TEB
 7) LINHAS PRINCIPAIS DO PL. DIR ATUAL DO CAMPUS QUE ESTÃO SENDO OCUPADAS DE-
 -QUADRUABAMENTE
 8) CONSEQUÊNCIAS FUTURAS



PLANO DIRETOR: UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA / Arquitetos: Sebastião Lopes - Ricardo França - Roberta Oliveira



35/90

Fonte: PROINFRA, 2004.

Embora tratem de aspectos importantes, que atualmente permanecem sendo discutidos (como por exemplo o compartilhamento de espaços entre cursos), tais análises parecem focar excessivamente no que chamam de desperdícios e deseconomias na disponibilização de áreas, trabalhando com referencial na ocupação

de 100% e sem se aprofundar na problematização ou mitigação dos desafios que tais situações trazem. Entre os estudos desenvolvidos com propostas de intervenções nas unidades acadêmicas, uma avaliação acerca do diagnóstico feito com a ferramenta no Instituto de Ciências Exatas⁷⁵ comenta questões como o fato de que o SPATE não tinha por objetivo a análise qualitativa do espaço (o que incidiu na dificuldade de contabilizar postos de trabalho sem diferenciar se os mesmos encontravam-se operacionais ou não), bem como dificuldades relacionadas à obtenção de dados precisos sobre o uso e à ausência (à época) de um sistema de endereçamento para o *campus*.

Outras negativas em relação ao estudo preliminar do plano recaem principalmente sobre: os trechos em que são mencionadas a transposição de parâmetros da lógica urbanística da legislação municipal sobre o *campus*; as diretrizes para urbanização do sistema viário e as diretrizes para projetos complementares de sistemas urbanos e prediais. Ainda que as notas não indiquem uma recepção em particular aos parâmetros determinados nas diretrizes arquitetônicas, observa-se um caráter genérico em algumas seções, como por exemplo a que trata do sistema construtivo e flexibilidade:

DA5.2 – Algumas providências poderão facilitar enormemente as modificações futuras, não sendo difíceis nem complexas na sua adoção. Uma se refere às características dos materiais e componentes de partições e forros: devem ser leves e (pelo menos parcialmente) reutilizáveis, com boa estanqueidade acústica, com reduzida geração de entulhos e poeira (em caso de sua remoção), interferindo pouco com as atividades em curso nas vizinhanças. Isso fará com que as partições possam ser instaladas ou removidas sempre que necessário ao reordenamento do espaço físico, e em qualquer posição independentemente do sistema estrutural.⁷⁶

Em que pese a diferença de contexto no qual esse material foi formulado (momento bastante anterior ao atual), cabe ressaltar que tal tipo de diretriz, embora fale de tópicos importantes, deixa de enfatizar outros aspectos tão ou mais fundamentais e desafiadores no cotidiano do *campus*. Em relação à especificação de sistemas e materiais, por exemplo, a prática corrente, estabelecida entre a equipe técnica, é de

⁷⁵ Documento de autoria desconhecida, mas aparentemente relacionada à equipe técnica da UFJF. Encontra-se arquivado com o título “ICE – Diagnóstico-2ª etapa” no acervo de documentos digitais da Proinfra, seção histórica do servidor da pró-reitoria, na pasta “DS_009 – PRÓ-REITORIA DE INFRAESTRUTURA”, subpasta “SPATE”, pasta compactada “DOCUMENTOS – SPATE”. A data de modificação do arquivo é 27 nov. 2002.

⁷⁶ Estudo Preliminar de Plano Diretor Físico, datado de 2004 com autoria de “ArqSol Arquitetura e Tecnologia”, p.82, disponível na Proinfra, UFJF.

sempre levar em conta a expertise consolidada e disponibilidade de mão-de-obra de execução e principalmente de manutenção praticada no *campus* – ponto de vista que não figura entre as diretrizes. Igualmente importante é o estabelecimento cuidadoso e rigoroso de critérios técnicos de performance mensuráveis pela fiscalização a serem exigidos nas planilhas orçamentárias para evitar que o impacto do menor preço previsto nas modalidades licitatórias recaia sobre a durabilidade das edificações.

Finalmente, conforme dito na seção introdutória do texto, a atual prioridade dada a um novo Plano Diretor Físico-territorial e Patrimonial para a UFJF constitui-se como importante oportunidade, em especial levando em conta o fato de que sua elaboração será conduzida internamente, com envolvimento direto de seu corpo técnico e acadêmico. A partir do amadurecimento das reflexões a respeito das experiências passadas e da observação sobre o crescimento já constatado e os limites por ele impostos ao futuro do *campus*, cabe inclusive pensar sobre o quanto um plano dessa natureza se beneficia ou não em ser prescritivo sobre uma grande abrangência de temas. Parece importante estabelecer, em contraponto, a possibilidade de que ele se restrinja e aprofunde em aspectos estruturantes, referenciando outros materiais de sistematização voltados a procedimentos institucionais específicos quando necessário.

Uma vez que a ação atualmente prevista se subdivide em uma etapa diagnóstica voltada à síntese da situação atual dos territórios do *campus* (sede e avançado) e dos imóveis externos, foi constatada a superposição de interesses entre a presente pesquisa e o novo Plano Diretor no sentido de caracterizar o território da UFJF – ainda que com enfoques e escopos de trabalho diversos. Por esse motivo, deu-se o compartilhamento da base cartográfica que vem sendo desenvolvida no *software* de informação georreferenciada QGIS®, de uso livre, por parte da equipe responsável pelo plano⁷⁷. Essa base cartográfica foi desdobrada nos procedimentos e análises descritos a seguir. Espera-se que o resultado da pesquisa colabore para trazer uma maior carga de informação histórica acerca do processo que culmina no objeto

⁷⁷ Além disso, a equipe também colaborou através de parceria que conjugou a realização de atividades de estágio supervisionado do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFJF com o trabalho de coleta de dados da presente pesquisa.

analisado no diagnóstico em questão, aumentando a capacidade de percepção da sua complexidade na crítica que se elaborará.

3.2 Observações sobre o procedimento

Fazendo a interligação entre o material desenvolvido no capítulo anterior e o trabalho de diagnóstico em operação no contexto do novo Plano Diretor Físico-Patrimonial da UFJF, a segunda ferramenta que se propõe neste momento como parte do inventário dinâmico é o mapa de evolução das construções do *campus*-sede da universidade.

A referida base cartográfica, cedida pela equipe do plano, configura-se como um inventário cadastral de edificações, equipamentos, arruamento (incluindo vias, canteiros, trilhas e estacionamentos), divisas territoriais, cursos d'água, cobertura vegetal e curvas de nível. A vetorização para georreferenciamento desses elementos, quando necessária, foi realizada a partir de imagem obtida por satélite disponível entre os complementos do *software* e com a utilização das referências de coordenadas e projeções recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A equipe também incluiu nesse conjunto a setorização atualmente utilizada no endereçamento interno do *campus*.

Para a elaboração da ferramenta de pesquisa, primeiramente foi construída uma base de dados com múltiplas entradas relativas às licitações de obras da UFJF. O percurso da coleta de informações partiu do reconhecimento da documentação disponível no arquivo próprio da Pró-Reitoria de Infraestrutura e Gestão da universidade, o qual é mantido sob responsabilidade da secretaria do órgão e não conta com o auxílio de um arquivista ou de um sistema catalográfico especializados que proporcione uma rápida busca. Foi necessário, então, organizar uma estrutura de identificação que permitisse o constante retorno ao material previamente levantado. O passo inicial foi a numeração das estantes nas quais são guardadas as caixas-arquivo com os documentos de cada processo licitatório. Entre elas, constam caixas contendo tanto editais e ofícios das licitações em si, quanto caixas para contratos, ordens de serviço, diários de obras e demais notas relacionadas à execução e fiscalização das construções. Por isso, em seguida, os processos encontrados foram listados em uma planilha (Planilha de Coleta de Dados) com indicação de sua numeração, modalidade (concorrências, tomada de preços e convites, na maioria dos casos) e objeto. Quando

disponíveis, foram registradas também as participações na contratação por parte de entidades como fundações de apoio às universidades federais ou outras organizações financeiras (por exemplo o BID, no caso do programa MEC/BID III).

Em um segundo momento, os processos foram separados por tipo de intervenção: licitação para construção, reforma, ampliação, complementação de construção, infraestrutura, elaboração de projetos ou uma combinação entre esses.

Figura 13 - Exemplo da estrutura de arquivamento da Proinfra/UFJF



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Na sequência, em princípio, decidiu-se por restringir a análise aos limites do *campus* sede e trabalhar apenas com os casos relativos à construção, complementação de construção e ampliação (tendo em vista o objetivo de criar um mapa do surgimento das edificações do *campus*). Diferencia-se a complementação de construção como uma situação em que a obra foi iniciada, paralisada por motivos vários e posteriormente retomada sem alteração significativa de área ou escopo em relação ao planejamento inicial. As ampliações, por sua vez, pressupõem crescimento dos edifícios nesse sentido. Ao longo dessa etapa foi necessário sobrepor uma interpretação própria dessa classificação em relação à descrição que constava nos processos licitatórios, os quais não faziam uma diferenciação criteriosa e por vezes tratavam como reforma um quadro de ampliação, por exemplo, entre outros.

Para cada um dos casos selecionados a partir do conjunto inicial foi atribuído um código. Esse código permitiu criar uma indexação para cruzamento entre as

informações da planilha e os respectivos arquivos digitais dos projetos que compuseram cada contratação, os quais foram localizados e organizados em pastas também discriminadas por estante. A partir da identificação dos projetos, novas colunas foram acrescentadas na planilha para demarcar a responsabilidade por sua autoria (se da equipe própria da Proinfra, se externa ou um misto de ambas – além do nome do Responsável Técnico em si, presente nos selos das folhas).

Figura 14 - Recorte / exemplo das notas registradas em diário durante a coleta de dados

concorrência também incluiu um projeto de construção de vestiário e quadra de areia na FAEFID. Ao que tudo indica, nenhuma das intervenções foi executada e não foi possível encontrar o arquivo em dwg das mesmas.

10/01/2023

- N100) O documento de designação da comissão para recebimento definitivo de obras encontrado na caixa D3 da estante 2 menciona duas ordens de execução de serviços - uma relativa à obra do Centro Pedagógico (atual FACED) e outra relativa à obra do Centro de Línguas no antigo ICHL. Ainda não foi encontrado uma referência ao contrato ou à licitação que deu origem a essas intervenções, e nem uma data precisa para elas, então a planilha foi temporariamente preenchida com a informação destes documentos (a data é a data deste termo de nomeação). Os projetos incluídos na pasta da estante são aqueles que parecem melhor corresponder ao projeto original. Atualização: com base no documento encontrado na caixa E7 da mesma estante, a data do Centro Pedagógico foi alterada para 1987 por conta do número de processo (23071.015713/87-37).
- N101) Ao que tudo indica, o mesmo projeto estrutural registrado nesta caixa foi utilizado também na CC008-2013. Nenhuma das duas licitações parece ter sido executada.
- N102) Há informações conflitantes quanto ao contratante deste objeto em particular. A prancha fotografada na caixa B9 da estante 01 apresenta o selo da FADEPE, enquanto o arquivo dwg nomeado como "versão final" que está na pasta da licitação no servidor possui o selo da FCT. Optou-se por utilizar a FCT na planilha

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A localização das pranchas de projeto, assim como o correto apontamento da autoria ou mesmo a precisão do limite da intervenção, foi um desafio – principalmente em relação às licitações mais antigas, em que o rigor na institucionalização e padronização de procedimentos talvez fosse menor e em que a ausência de digitalização tornava mais complexo o processo de arquivamento. Sempre que possível o preenchimento dessas lacunas foi estimado com a alternativa mais provável e uma justificativa foi registrada em um diário de notas (conferir recorte na Figura 14). Esse diário foi mantido durante todo o período de coleta de dados para anotação de intercorrências, dúvidas e observações diversas. Cada nota recebeu uma numeração própria, referenciada em uma das colunas da planilha, e foi separada por data. Futuramente, a depender do uso que se pretenda para tais informações, sugere-

O conteúdo da Planilha de Coleta de Dados foi classificado a partir da coluna de numeração das estantes, por conta da ordem na qual as caixas do arquivo foram visitadas. Ao ser finalizada a inclusão de informações, uma nova classificação foi feita com foco na coluna do tipo de licitação.

Em consonância com o critério anteriormente descrito, apenas as linhas que continham o preenchimento completo (ou seja, aquelas de licitações de construção, complementação de construção e ampliação) foram copiadas para uma nova planilha, chamada de Tabela de Atributos das Edificações. Essa nova tabela teve como ponto de referência a informação da codificação de blocos e setores do endereçamento. Isso se deu pelo fato de que a base cartográfica cedida pela equipe do Plano Diretor Físico-Patrimonial também organiza os vetores representativos de cada edificação utilizando tais códigos, proporcionando mais uma vez indexação e intercambialidade. As próximas imagens (Figura 17, Figura 18 e

Figura 19) apresentam a configuração tomada pela tabela.

Figura 17- Recorte parcial da Tabela de Atributos das Edificações - parte I

SETOR	BLOCO	SITUAÇÃO	APELIDO	UNIDADE ORGANIZACIONAL	ÁREA DE CONHECIMENTO	CATEGORIA
E	E01	Construído	Edifício Engenheiro Itamar Franco	FACULDADE DE ENGENHARIA	Engenharias	Edificação
E	E02	Construído	Edifício Engenheiro Itamar Franco	FACULDADE DE ENGENHARIA	Engenharias	Edificação
E	E03	Construído	Engenharia Elétrica	FACULDADE DE ENGENHARIA	Engenharias	Edificação
E	E04	Construído	Engenharia de Produção e Engenharia Mecânica	FACULDADE DE ENGENHARIA	Engenharias	Edificação
E	E05	Construído	Auditório/Anfiteatro	FACULDADE DE ENGENHARIA	Engenharias	Edificação
E	E06	Construído		FACULDADE DE ENGENHARIA	Engenharias	Edificação
E	E07	Construído	PROAC; Engenharia Sanitária e Ambiental	FACULDADE DE ENGENHARIA	Engenharias	Edificação
E	E08	Construído	Secretaria; Direção; Coordenação; Empresa Júnior	FACULDADE DE ENGENHARIA	Engenharias	Edificação
E	E09	Construído		FACULDADE DE ENGENHARIA	Engenharias	Edificação
E	E10	Construído	/Anfiteatro Escadinha; Estruturas; Mecânica Aplicada	FACULDADE DE ENGENHARIA	Engenharias	Edificação
E	E11	Construído	Transportes e Geotecnia; Construção Civil; Elétrica	FACULDADE DE ENGENHARIA	Engenharias	Edificação
E	E12	Construído	Modelagem Computacional	FACULDADE DE ENGENHARIA	Engenharias	Edificação
E	E12-1	Construído	Modelagem Computacional	FACULDADE DE ENGENHARIA	Engenharias	Edificação
E	E12-2	Construído	Modelagem Computacional	FACULDADE DE ENGENHARIA	Engenharias	Edificação
E	E13	Construído	Galpão Engenharia Civil	FACULDADE DE ENGENHARIA	Engenharias	Edificação
E	E14	Construído	Almoxarifado Central	PRÓ-REITORIA DE INFRAESTRUTURA E GESTÃO	Não se aplica	Edificação
E	E15	Construído	Galpão Engenharia Elétrica	FACULDADE DE ENGENHARIA	Engenharias	Edificação
E	E16	Construído	Galpão Arquitetura e Urbanismo	FACULDADE DE ARQUITETURA	Ciências Sociais Aplicadas	Edificação
E	E17	Construído	Restaurante Universitário	PRÓ-REITORIA DE INFRAESTRUTURA E GESTÃO	Não se aplica	Edificação
E	E17-1	Construído	Restaurante Universitário	PRÓ-REITORIA DE INFRAESTRUTURA E GESTÃO	Não se aplica	Edificação
E	E17-2	Construído	Restaurante Universitário	PRÓ-REITORIA DE INFRAESTRUTURA E GESTÃO	Não se aplica	Edificação
E	E17-3	Construído	Restaurante Universitário	PRÓ-REITORIA DE INFRAESTRUTURA E GESTÃO	Não se aplica	Edificação
E	E17-4	Construído	Restaurante Universitário	PRÓ-REITORIA DE INFRAESTRUTURA E GESTÃO	Não se aplica	Edificação

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Figura 18- Recorte parcial da Tabela de Atributos das Edificações - parte II

CATEGORIA	USO	ÁREA CONSTRUIDA	N. PAVIMENTOS	ANO DE CONTRATAÇÃO	LICITAÇÃO	FONTE DO RECURSO
Edificação	Aula; Estudo; Laboratório	4282	3	2009	CC010-2009	UFJF
Edificação	Auditório/Anfiteatro	1549	1	2009	CC010-2009	UFJF
Edificação	Laboratório; Gabinete	1112	2	2008	CC005-2008	FCT
Edificação	Laboratório; Administrativo; Gabinete	1112	2	2008	CC005-2008	FCT
Edificação	Auditório/Anfiteatro; Cantina	626	1	1972	Construção do campus	Não se aplica
Edificação	Gabinete; Laboratório; Aula	1219	2	1973	Construção do campus	Não se aplica
Edificação	Pesquisa; Auditório/Anfiteatro; Aula; Laboratório; Gabinete	1079	2	1973	Construção do campus	Não se aplica
Edificação	Administrativo; Estudo; Aula; Extensão	1588	2	1972	Construção do campus	Não se aplica
Edificação	Laboratório; Administrativo; Serviço	1263	2	1972	Construção do campus	Não se aplica
Edificação	Laboratório; Gabinete; Auditório/Anfiteatro	1209	2	1972	Construção do campus	Não se aplica
Edificação	Aula; Pesquisa; Gabinete; Laboratório	1091	2	1972	Construção do campus	Não se aplica
Edificação	Administrativo; Laboratório; Pesquisa; Gabinete; Biblioteca	391	2			
Edificação	Administrativo; Laboratório; Pesquisa; Gabinete; Biblioteca	265	1	2007	TP10-2007	UFJF
Edificação	Administrativo; Laboratório; Pesquisa; Gabinete; Biblioteca	126	1	2009	TP005-2009	UFJF
Edificação	Laboratório; Gabinete; Aula	1822	2	1972	Construção do campus	Não se aplica
Edificação	Serviço; Administrativo	1067	2	1972	Construção do campus	Não se aplica
Edificação	Administrativo; Laboratório; Gabinete; Auditório/Anfiteatro	1922	2	1972	Construção do campus	Não se aplica
Edificação	Administrativo; Pesquisa; Laboratório; Extensão; Gabinete; Aula	2174	2	1972	Construção do campus	Não se aplica
Edificação	Serviço; Administrativo	2783	2			
Edificação	Serviço; Administrativo	1082	2	1972	Construção do campus	Não se aplica
Edificação	Serviço; Administrativo	1339	1	2007	TP011-2007	UFJF
Edificação	Serviço; Administrativo	339	1	2008	CC006-2008	UFJF
Edificação	Serviço; Administrativo	23	1	2008	TP20-2008	UFJF

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Figura 19- Recorte parcial da Tabela de Atributos das Edificações - parte III

FONTE DO RECURSO	ELABORAÇÃO DO PROJETO	AUTOR DO PROJETO	OBSERVAÇÕES
UFJF	Externa	Daniel C. Mosqueira (Mafra Arquitetura)	Área desatualizada
UFJF	Externa	Daniel C. Mosqueira (Mafra Arquitetura)	Área desatualizada
FCT	Externa	Paulo Roberto Miana, Miguel Paoliello Pimenta	Área desatualizada
FCT	Externa	Paulo Roberto Miana, Miguel Paoliello Pimenta	Área desatualizada
Não se aplica	Projeto Original	Projeto Original	Área desatualizada
Não se aplica	Projeto Original	Projeto Original	Área desatualizada
Não se aplica	Projeto Original	Projeto Original	Área desatualizada
Não se aplica	Projeto Original	Projeto Original	Área desatualizada
Não se aplica	Projeto Original	Projeto Original	Área desatualizada
Não se aplica	Projeto Original	Projeto Original	Área desatualizada
Não se aplica	Projeto Original	Projeto Original	Área desatualizada
UFJF	Própria	José Carlos Simão Maluf	Área desatualizada
UFJF	Própria	José Carlos Simão Maluf	Área desatualizada
Não se aplica	Projeto Original	Projeto Original	Área desatualizada
Não se aplica	Projeto Original	Projeto Original	Área desatualizada
Não se aplica	Projeto Original	Projeto Original	Área desatualizada
Não se aplica	Projeto Original	Projeto Original	Área desatualizada
Não se aplica	Projeto Original	Projeto Original	Área desatualizada
Não se aplica	Projeto Original	Projeto Original	Área desatualizada
UFJF	Externa	Daniel Smarzarzo Galhano, Juliana Borges (Lima Sales Consultoria e Projetos)	Área desatualizada
UFJF	Mista	Daniel Smarzarzo Galhano, Juliana Borges (Lima Sales Consultoria e Projetos) > José Carlos Simão Maluf	Área desatualizada
UFJF	Própria	José Carlos Simão Maluf	Área desatualizada

Fonte: Elaborado pela autora, 2023,

Os demais passos do procedimento metodológico, que serão descritos a seguir, possibilitam visualizar as correlações entre os dados através de gráficos – ou mesmo a sua distribuição espacializada pela elaboração de mapas temáticos.

A forma como a Tabela de Atributos das Edificações foi construída teve como norte tanto o acréscimo de informações operativas de uso frequente no cotidiano da Pró-Reitoria de Infraestrutura (tais como a unidade organizacional responsável pelo ambiente, seus usos majoritários, área construída e número de pavimentos), quanto a transposição dos aspectos diretamente ligados à Planilha de Coleta de Dados (licitação, fonte do recurso, elaboração do projeto). O preenchimento das colunas, quando não obtido diretamente da primeira planilha, foi feito em colaboração com a

equipe da Proinfra e do Plano Diretor através do compartilhamento de seus levantamentos. O resultado dessa tabela é equiparável a uma fotografia do olhar que está sendo construído sobre as edificações do *campus* no momento presente, mas que está em constante movimento de atualização e alteração na medida em que o trabalho técnico sobre o território se efetiva e amadurece.

O título dado à Tabela de Atributos das Edificações se embasa no recurso do *software* livre de informação georreferenciada QGIS®, o qual associa campos de informação textual ou numérica às feições demarcadas nas diferentes camadas dos mapas (no nosso caso, os vetores representativos das edificações que foram desenhados a partir da imagem de satélite e compatibilizados com as implantações de projeto localizadas durante a coleta de dados). Este recurso permite a importação e associação da tabela feita durante o percurso da pesquisa com a base cartográfica do *campus*, tendo em vista que ambos compartilham a referência dos códigos de setores e blocos. Através desta ligação é possível gerar mapas de forma instantânea, desde que sejam informados ao *software* os critérios para a categorização, graduação ou filtragem dos atributos. Na subseção a seguir serão apresentados resultados e interpretações tanto deste procedimento, quanto do trabalho com os dados da tabela através de gráficos.

Durante o processo, as licitações foram adotadas como critério inicial para a inserção de dados na ferramenta tanto pela característica de rastreabilidade das informações proporcionada pela formalidade burocrática desses procedimentos, quanto pelo componente de temporalidade (data da contratação) que possibilitaria uma relação imediata com a linha do tempo panorâmica do ensino superior. Futuramente, outras categorias de dados podem ser acrescentadas à planilha para obter análises de diferentes naturezas trazendo o dinamismo pretendido. Uma possibilidade que se vislumbra é o retorno aos dados licitatórios para correlacioná-los aos seus respectivos contratos de execução. Esses contratos adicionam diretamente o componente da produção do espaço à análise. Isso porque a partir deles poderiam ser compilados elementos como: empresas contratadas; responsabilidade técnica sobre a obra (diferente da responsabilidade pelo projeto, já apurada); tempo de execução; responsabilidade (interna) pela fiscalização do contrato; montante de recurso financeiro empenhado; fragilidades de projeto e planejamento verificadas; problemas de execução e alteração de projetos; data de finalização das construções, entre outros. Possibilidades adicionais poderiam envolver o retorno aos dados de

infraestrutura para registrar, por exemplo, o processo evolutivo da urbanização do *campus* em termos viários ou de redes de infraestrutura, bem como expandir a análise para as propriedades da UFJF localizadas em outras áreas do município (fora do *campus*-sede) – ou mesmo replicar os procedimentos para o *campus* avançado na cidade de Governador Valadares (MG).

3.3 Resultados

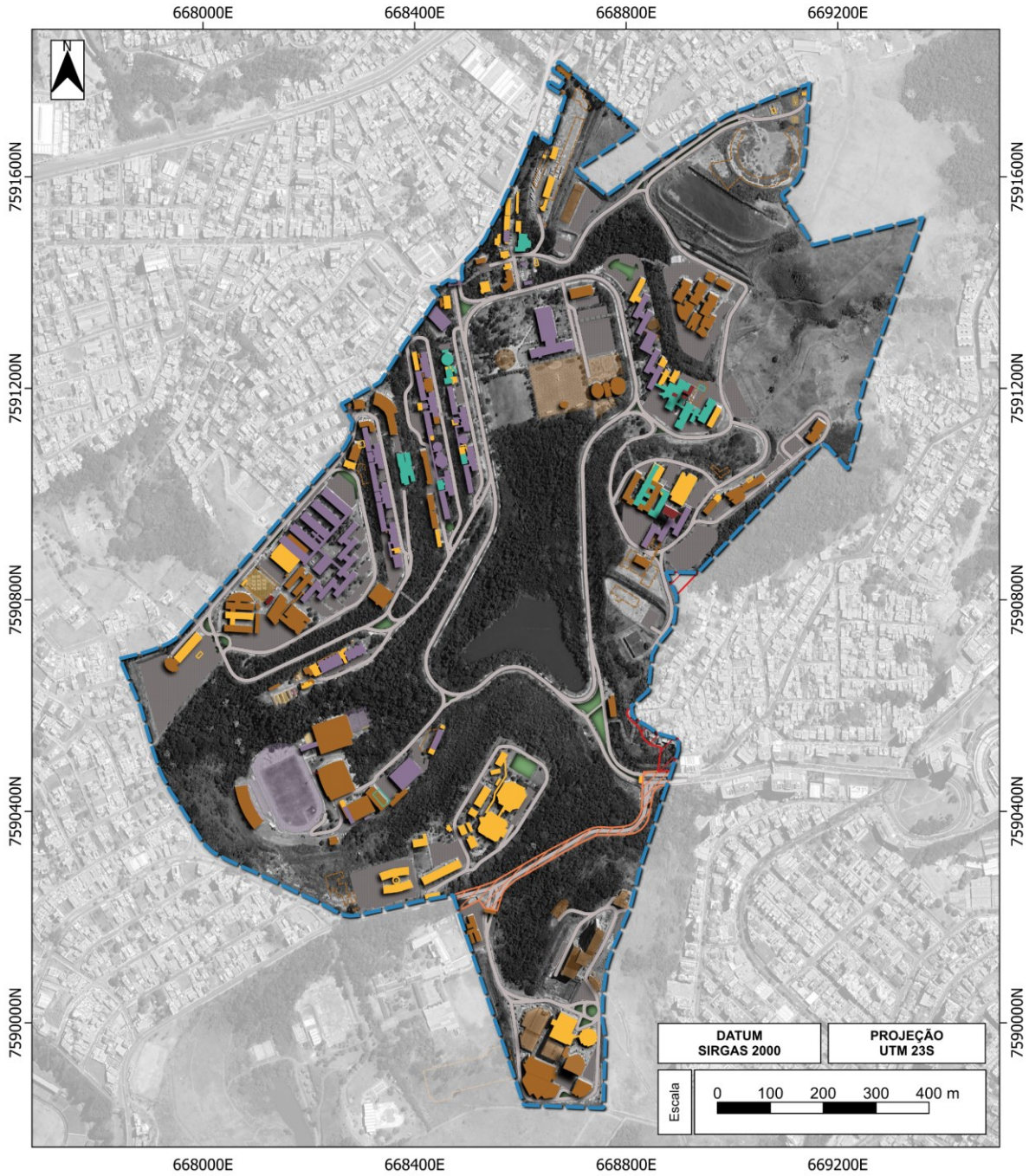
O primeiro resultado obtido diretamente do procedimento anteriormente descrito foi o Mapa 3. Esse mapa utiliza o critério do ano de contratação da construção como regra para determinar a cor das feições que representam as edificações e equipamentos. Foram estabelecidas cinco cores, cada uma para um período da trajetória de consolidação do espaço urbano da UFJF que se relaciona com a periodização descrita no capítulo 2. É necessário, no entanto, fazer uma ressalva em relação às diferenças na periodização adotada no capítulo 2 e a periodização apresentada nesta seção. Entende-se, inclusive, que essa diferenciação seja natural ao processo de intercambialidade de escalas e temporalidades mencionado na seção 2.1.

Na construção da linha do tempo que se orienta a partir dos fatos do ensino superior brasileiro e acrescenta outras camadas de informação, as mudanças na política educacional de governo e o lançamento de programas voltados à expansão e reestruturação do ensino nacional foram a principal referência para demarcação dos períodos. No panorama geral, o processo de implantação, inauguração e construção das primeiras unidades do *campus* da UFJF se situou na transição de dois períodos, estando sua consolidação no início da década de 1970 e os anos de vigência do acordo MEC-BID III (1983 a 1990) dentro de um mesmo período. Neste mapa, optou-se por diferenciar o conjunto de implantação inicial do conjunto que integrou a expansão da década de 1980, dado o entendimento de que foram esforços bem distinguíveis de tratamento do ambiente construído. Conforme descrito no início deste capítulo 3, o projeto de implantação foi conduzido pela equipe que integrava o engenheiro Arthur Arcuri e a Coplaciú, enquanto no momento do MEC-BID III a Prefeitura do *Campus* e a Unidade Executora Local já haviam se organizado como desdobramentos do escritório técnico. Além disso, as edificações concebidas nas duas fases possuem características programáticas, formais e construtivas diversas. De forma similar, as décadas de 1990 a 2010 foram vinculadas a um único período na

linha do tempo, enquanto no mapa da UFJF esse conjunto foi desmembrado em três fases diferentes – principalmente com o intuito de delimitar o recorte de vigência do Reuni (2007 a 2014), caracterizar o intervalo entre o MEC-BID III e o Reuni como uma fase de transição da organização do trabalho técnico, bem como de diferenciar as consequências da expansão recente percebidas nos anos posteriores a ele (2014 a 2022).

Embora menos perceptível na escala aqui apresentada, o mapa também diferencia, dentro de cada período, edificações de equipamentos e a situação das construções licitadas: se concluídas, em execução, paralisadas, demolidas ou não executadas.

Mapa 3 - Evolução da ocupação do *campus* por períodos



LEGENDA

PERÍODOS

- 1960 a 1983 - Implantação inicial
- 1983 a 1990 - MEC-BID III
- 1990 a 2007
- 2007 a 2014 - Reuni
- 2014 a 2022

LEGENDA COMPLEMENTAR

- Edificações construídas
- Edificações em execução
- Edificações paralisadas
- Edificações demolidas
- Edificações não executadas

Equipamentos

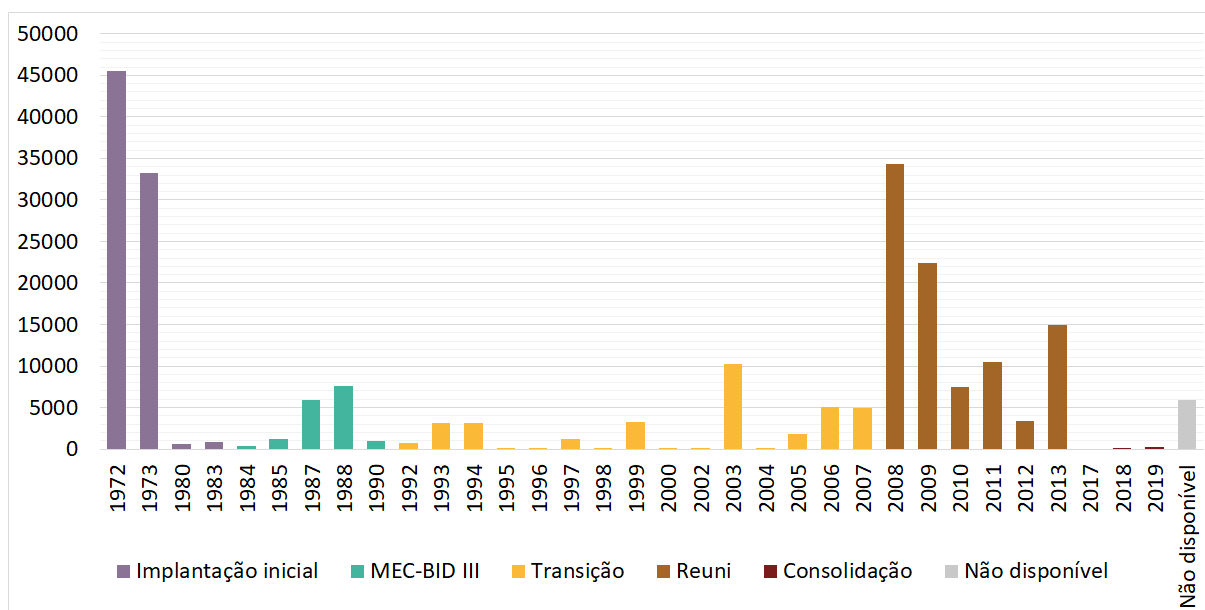
OUTROS

- Divisas consolidadas do campus
- Trecho de divisa imprecisa
- Servidão

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A partir das entradas de dados nas tabelas que são associadas aos blocos representados no mapa foi possível também elaborar gráficos que sintetizam alguns aspectos dessas informações, ajudando a destrinchar a sua análise. O Gráfico 1 contabiliza o total de área construída por ano, identificando pela mesma padronagem de cores a vigência de cada período.

Gráfico 1 - Área construída (m²) por ano de contratação



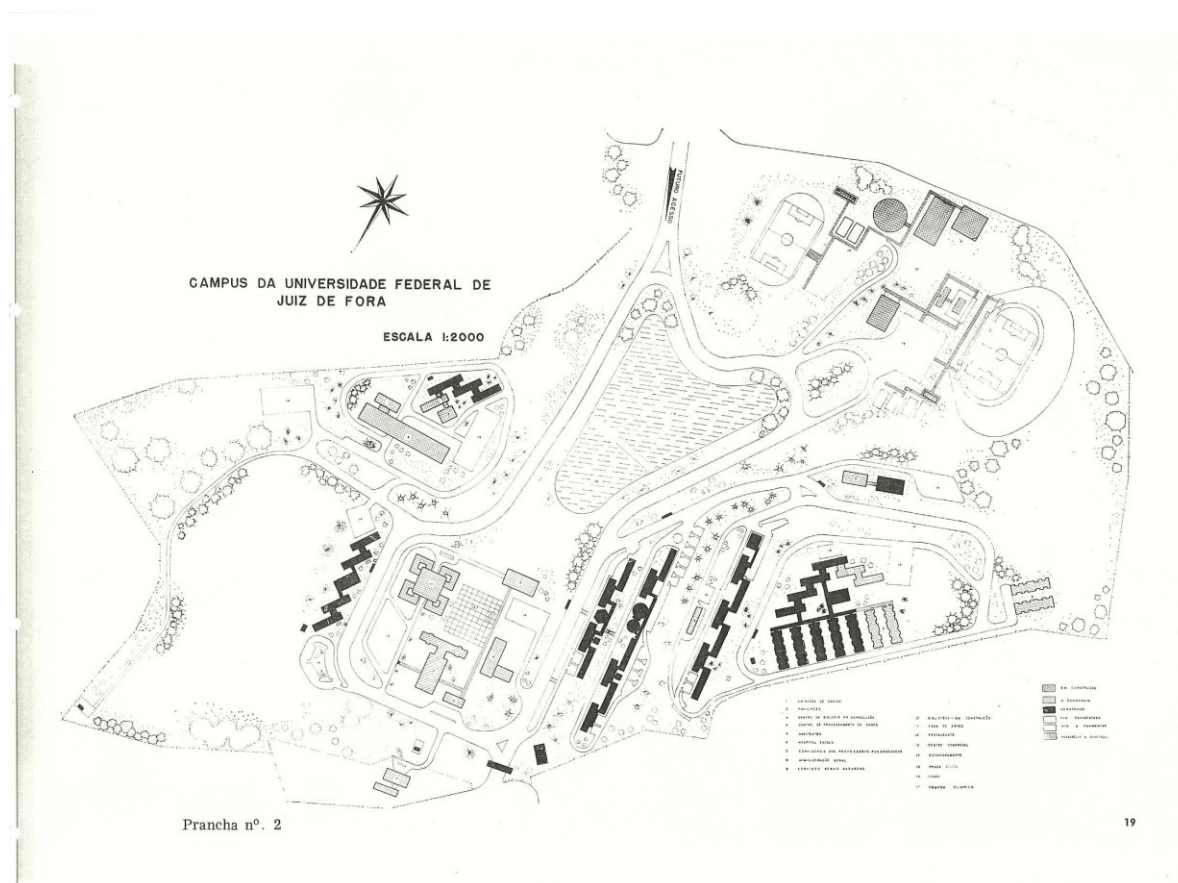
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

É importante fazer duas ressalvas quanto à forma com que se apresentam as datas nesses mapas e gráficos. A primeira delas é que os anos contabilizados são sempre os anos de publicação da licitação, ou seja, anos de contratação das obras. Quando se distingue, mais à frente, área contratada e área construída por ano o que se pretende é a diferenciação de casos em que as licitações foram lançadas, porém a construção foi paralisada, futuramente demolida ou mesmo não iniciada. Para ser possível elaborar o material a partir do ano de conclusão e inauguração das edificações seria preciso voltar à documentação encontrada no arquivo e analisá-la mais a fundo. Sendo assim, na prática o Gráfico 1 apresenta uma leve distorção na medida em que demonstra a área que foi contratada por ano (excluindo os casos de contratação que não resultaram em construção imediata), mas que efetivamente será construída apenas dentro de um intervalo estimado de um a dois anos, em média.

A segunda ressalva a ser feita diz respeito ao período de implantação inicial. Uma vez que as primeiras construções do *campus* integraram um único “pacote”, por assim

dizer, não há rastreabilidade na informação de contratação das mesmas que permita diferenciar ano a ano cada uma delas. Por conta disso optou-se por tomar como base o mapa representado na Figura 20, que compõe o Plano Diretor Físico de 1973. Nele consta a ilustração das edificações concluídas até aquele momento (hachuradas em preto), bem como as que estavam em construção ou eram ainda pretendidas. Todos os objetos representados como construídos nesse documento estão contabilizados na Tabela de Atributos com a data de 1972. No arquivo digital da Proinfra consta uma versão muito similar desse mapa, datada de 1973, em que poucas edificações tiveram seu status modificado para concluídas e assim foram transcritas na tabela a partir dessa referência. Essa distorção explica os primeiros picos a serem observados no Gráfico 1 relativos aos anos de 1972 e 1973. Entende-se, no entanto, não se tratar de uma distorção tão impactante na medida em que ainda assim se tem uma ideia do montante de área que integrou a implantação inicial do *campus*.

Figura 20 - Mapa representativo do progresso de implantação do *campus* - 1972



Fonte: UFJF, 1973.

Continuando a análise do Gráfico 1, percebe-se claramente o movimento ascendente do total de construções durante o período de vigência do MEC-BID III – sendo esse

restrito nos primeiros anos (de planejamento e implantação do programa), crescente nos seguintes e finalizando em um decréscimo abrupto após seu encerramento em 1990. Ainda assim, cabe ressaltar que o programa tratou de uma complementação do primeiro conjunto e abrangeu por isso uma escala bastante menor. A fase de transição entre o MEC-BID III e o Reuni apresenta um fluxo irregular de distribuição anual da área construída – possivelmente relacionado com o contexto da década de 1990 em que os investimentos nas instituições públicas sofrem questionamentos político-econômicos. É notável um primeiro pico, na casa de 3.000m², nos anos de 1993 e 1994, que possivelmente relaciona-se com a consolidação da infraestrutura administrativa na região da então Prefeitura do *Campus* e com a construção do galpão para o Parque Tecnológico (atual Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia – Critt). Outro pico, em 1999, está ligado à construção do Centro de Ciências da Saúde (CCS) – atual Faculdade de Enfermagem.

A respeito do crescimento constatado nos períodos do MEC-BID III e no período de Transição, o Estudo Preliminar para o Plano Diretor da UFJF, de 2004, faz alguns apontamentos⁷⁸. O texto corrobora a informação trazida na seção 3.1 de que nos anos de 1984 e 1985 foi conduzida a elaboração de uma nova versão do Plano Diretor Físico de 1973, formatado como um Estudo Preliminar para encaminhamento do programa MEC-BID III. É mencionada a implantação das faculdades de Medicina, Enfermagem e Odontologia do *campus*, na configuração de um Centro Integrado de Saúde (CIS), como meta prioritária juntamente com obras de infraestrutura. Em seguida, o autor relaciona a incompletude no atendimento das metas dessa natureza ao longo de todo o país com os índices de inflação e correção monetária e sua influência nos preços de construção – corroborando os impactos da crise econômica que se instala durante e a partir da década de 1980, conforme mencionado no capítulo de contextualização. Isso, segundo ele, teria resultado na inviabilidade da transferência da Faculdade de Medicina da UFJF para o *campus*, bem como a demanda de compartilhamento de espaços entre as demais. De fato, na pesquisa pelos processos licitatórios foi identificado um contrato para elaboração de projetos destinados a esse conjunto em 1986 e posteriormente duas licitações de 1991 e 1992 do tipo complementação de construção indicando a retomada de obras paralisadas,

⁷⁸ Estudo Preliminar de Plano Diretor Físico, datado de 2004 com autoria de “ArqSol Arquitetura e Tecnologia”, p.28, disponível na Proinfra, UFJF.

já fora da vigência do programa MEC-BID III, sugerindo alguma intercorrência durante essa fase.

Ainda no Estudo Preliminar de 2004, a fala abaixo reitera o indicativo de que as instalações do Centro de Ciências da Saúde (atual Faculdade de Enfermagem) e a consolidação do conjunto construído da Proinfra estejam relacionados aos picos verificados:

A partir da constatação de que a metodologia proposta no Estudo Preliminar para a determinação das demandas espaciais pelas comunidades acadêmica e técnico-administrativa, e sua harmonização em termos de prioridades, não permitia uma correta avaliação do quadro devido à insuficiência ou não confiabilidade dos dados coligidos, foi ressaltada a importância de haver, na Universidade, um organismo permanente de planejamento físico, sendo então criado no início da década de 90, o NUPLAN – Núcleo de Planejamento Estratégico, sediado na Pró-Reitoria de Planejamento. O NUPLAN encarregou-se de levantar dados, ouvir a comunidade universitária e formular alternativas de modelamento do futuro da Universidade, dentro das limitações orçamentárias, administrativas e culturais sempre existentes. Implantou-se a partir daí as instalações para os cursos de Medicina, Fisioterapia, Arquitetura e Serviço Social, a ampliação de diversas outras áreas de ensino e a construção de instalações para apoio logístico e de transportes.⁷⁹

O maior índice de crescimento da área construída do período de Transição, no entanto, é registrado em 2003 com a contribuição do início da implantação do novo Hospital Universitário, dessa vez na região do *campus* – o Centro de Atenção à Saúde (HU-CAS no bairro Dom Bosco)⁸⁰. Ainda assim, esse índice ficou limitado à ordem de grandeza dos 10.000m², inferior aos números dos anos principais do Reuni que estiveram em torno de 15.000m² (2013), 22.000m² (2009) e 34.000m² (2008).

Por essa comparação é possível se ter dimensão do quão expressivo foi o crescimento pelo qual a universidade passou durante a vigência do Reuni. Além disso, o esforço de compilação das licitações lançadas no período também permitiu verificar um grande volume delas que não foram viabilizadas por motivos diversos⁸¹. Os anos mais recentes, da fase de consolidação, estiveram essencialmente ligados à retomada

⁷⁹ Estudo Preliminar de Plano Diretor Físico, datado de 2004 com autoria de “ArqSol Arquitetura e Tecnologia”, p.28, disponível na Proinfra, UFJF.

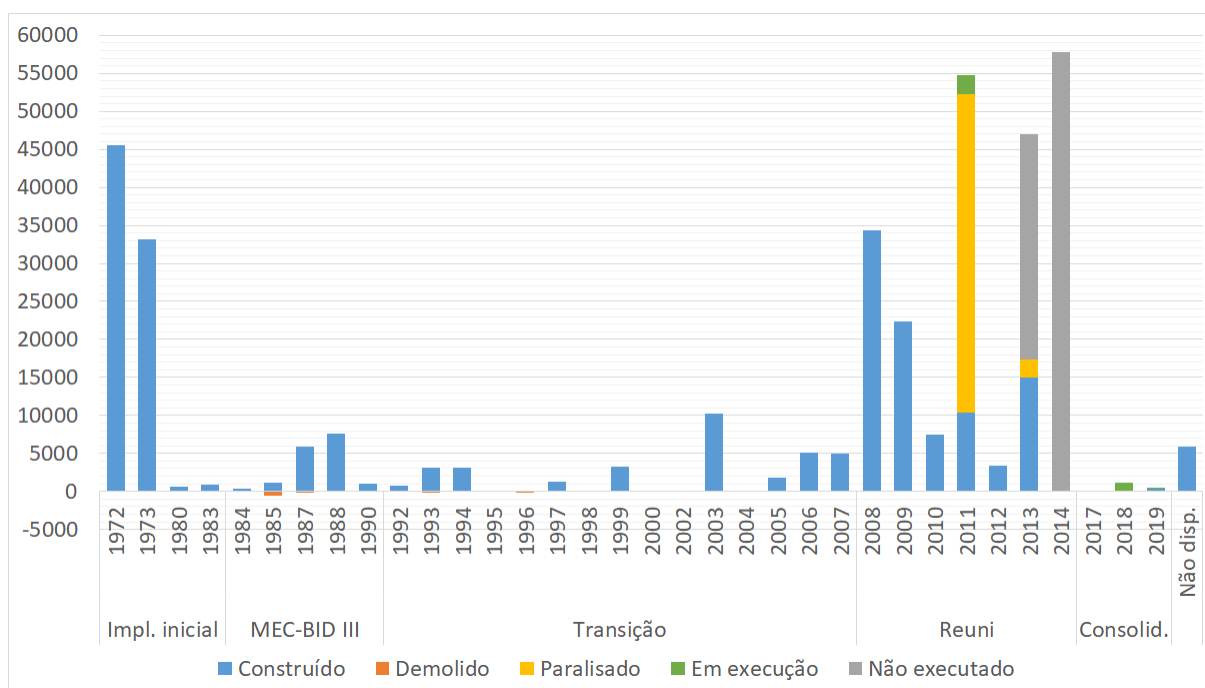
⁸⁰ A respeito do histórico preciso do Hospital Universitário e sua trajetória de expansão, conferir a seção informativa na página institucional do HU-UFJF dentro do sítio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), atualmente responsável por sua administração: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sudeste/hu-ufjf/aceso-a-informacao/institucional>. Acesso em 15 mar. 2023.

⁸¹ A esse respeito, novamente, indica-se a leitura do trabalho de Guilherme Junior (2019) o qual se aprofunda nos desafios administrativos (contratuais e de execução) das obras deste período no contexto da UFJF.

de obras paralisadas ou à complementação de demandas não atendidas pelo Reuni. Limitaram-se, por isso, a uma quantidade significativamente menor de obras e caracterizaram-se como um período de importante revisão crítica interna dos procedimentos e intenções para com o conjunto urbano da instituição.

Para se configurar um panorama do volume de obras que não resultou em inauguração de novos espaços (e se ter a dimensão do crescimento pretendido), o Gráfico 2 apresenta a inserção das áreas contratadas por ano – para além das áreas construídas, conforme dito anteriormente. O desenho base desse gráfico é essencialmente o mesmo do gráfico anterior (aqui uniformizado na linha azul) estando sua principal diferença no acréscimo das novas informações no período do Reuni e da Consolidação.

Gráfico 2 - Área contratada (m²) por ano de contratação

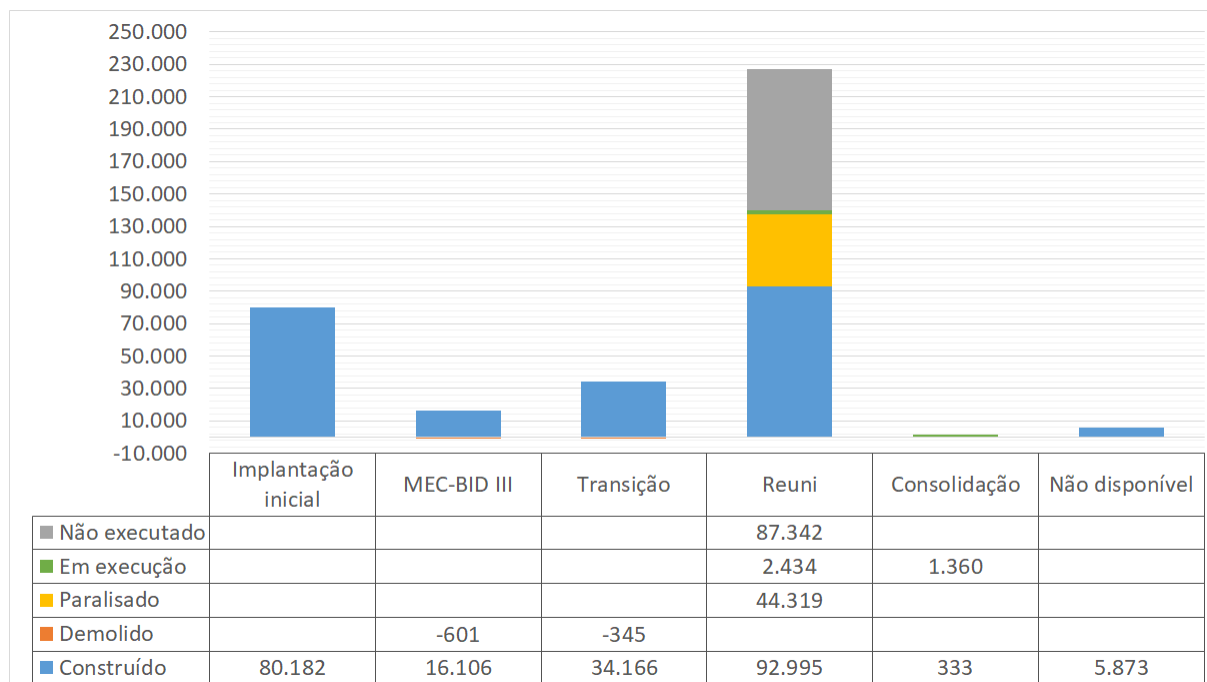


Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O Gráfico 3, por sua vez, faz uma síntese do crescimento por período, trazendo os números precisos de cada um deles. Nele ressalta-se o que já era imaginado em relação ao fato de que o período da década de 1960 (implantação inicial) e o período do Reuni (fim dos anos 2000 e anos 2010) foram os grandes momentos de consolidação da universidade brasileira – e da UFJF, por consequência. Além disso, é possível notar que o montante de obras não concluídas na fase do Reuni foi quase equivalente ao construído. Se o conjunto implantado por esse programa já interpôs

desafios diversos – tanto no sentido de administrar os contratos e obras simultaneamente em andamento tendo em vista o tamanho da equipe técnica disponível, quanto no impacto sobreposto ao ambiente construído e à urbanização pré-existente do *campus* – conjectura-se sobre qual teria sido a consequência da implantação completa pretendida caso tivesse sido efetivada.

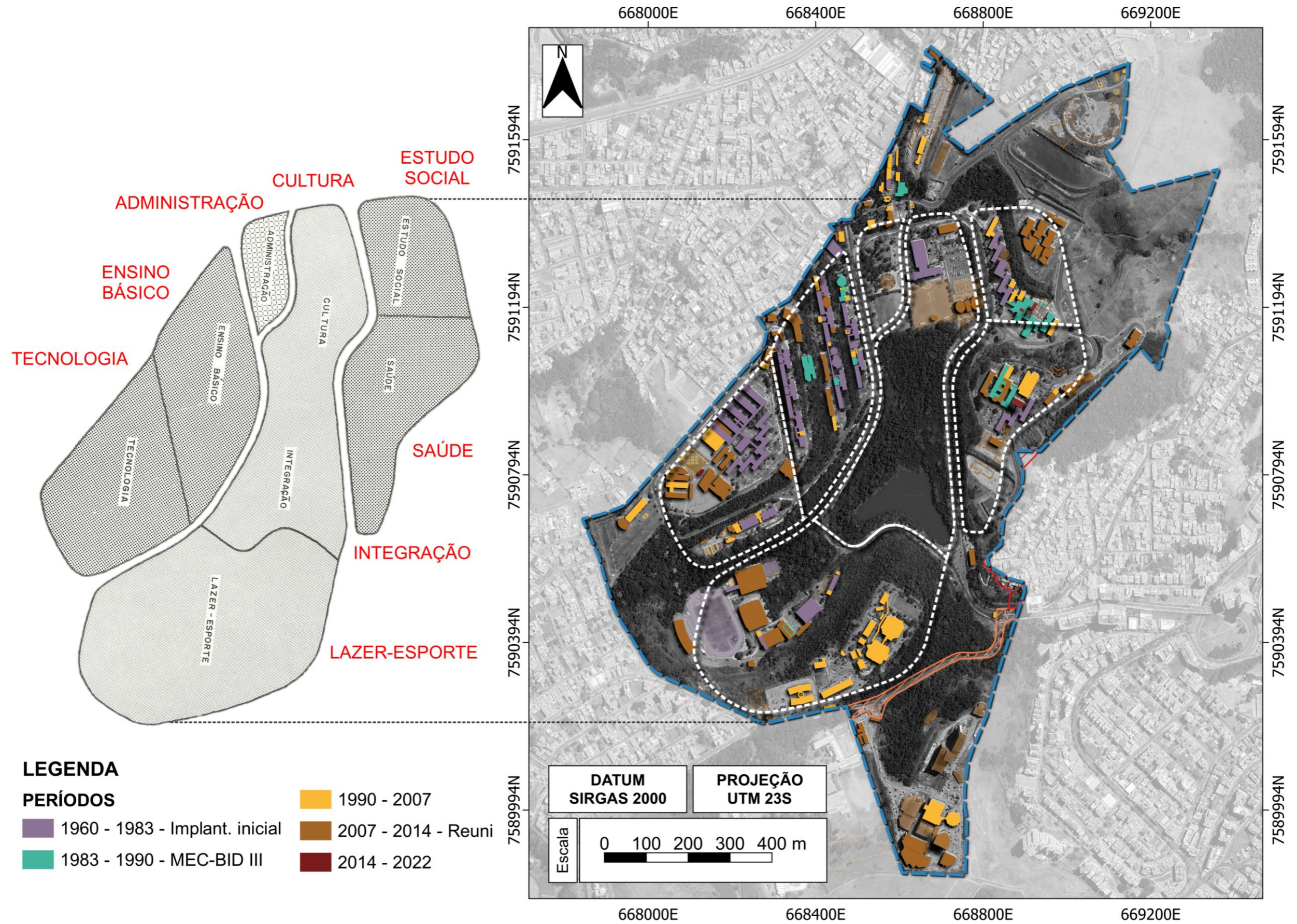
Gráfico 3 - Resumo das áreas contratadas (m²) por período



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Voltando ao mapa de evolução das construções, dessa vez com intuito de observar os diferentes setores do *campus*, primeiramente propõe-se uma contraposição entre a setorização original que compôs o Plano Diretor Físico de 1973 (Figura 4) e o mapa atual – conforme ilustrado no Mapa 4. Essa setorização, com esperados refinamentos, ainda se mostra presente na dinâmica de ocupação do *campus* no que diz respeito à destinação dos espaços. É importante lembrar que ela foi proposta no contexto da existência de um ciclo básico de ensino e que por isso se estruturava na divisão entre esse e o ensino profissionalizante.

Mapa 4 - Comparação entre setorização original e mapa de evolução das construções



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A área destinada ao Ensino Básico englobava três platôs na topografia da UFJF, tendo sido, por muitos anos, cada um dedicado a um dos institutos: Instituto de Ciências Humanas e Letras, Instituto de Ciências Biológicas e Instituto de Ciências Exatas. Apenas no período do Reuni é que houve uma quebra nessa distribuição com a transferência das Ciências Humanas para um novo platô criado com esse fim, próximo ao setor de Estudo Social (Ciências Sociais Aplicadas, na terminologia corrente). O setor de Tecnologia original manteve de uma forma geral o mesmo uso, sendo hoje desmembrado em dois setores que atendem, por um lado, as Engenharias (com acréscimo do Instituto de Artes e Design e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo), e, por outro, uma área de pesquisa ligada às Ciências Biológicas. O setor de Lazer e Esporte continua abrigando a infraestrutura da Faculdade de Educação Física e Desportos, ainda que as atividades de lazer hoje ocorram com maior frequência na área do anel viário central. Uma parte desse setor foi concedida à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no fim dos anos 1990⁸², a qual possui acesso independente através da servidão que corta o *campus* (Av. Eugênio do Nascimento). Nesse limite setorial também se encontra o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da UFJF (CAEd, projeto ligado à Faculdade de Educação) que, do mesmo modo, possui acesso independente pela avenida.

Os setores de Saúde e Estudo Social preservaram seu uso, ainda que novos setores tenham sido acrescentados nas suas proximidades à época do Reuni. Entre os novos setores estão: um segmento, já mencionado, para receber o Instituto de Ciências Humanas; um segmento que abriga a Faculdade de Comunicação e a Faculdade de Economia; um segmento hoje considerado não apto para ocupação dado à sua conformação topográfica; e um segmento que seria destinado à implantação de uma nova Reitoria para a universidade (da qual apenas um platô para estacionamento começou a ser executado e permanece sem uso). Esse projeto representa uma importante fatia do volume de obras não executadas do *campus*, o qual também conta com: ampliações nas faculdades de Educação Física, Administração e Engenharias;

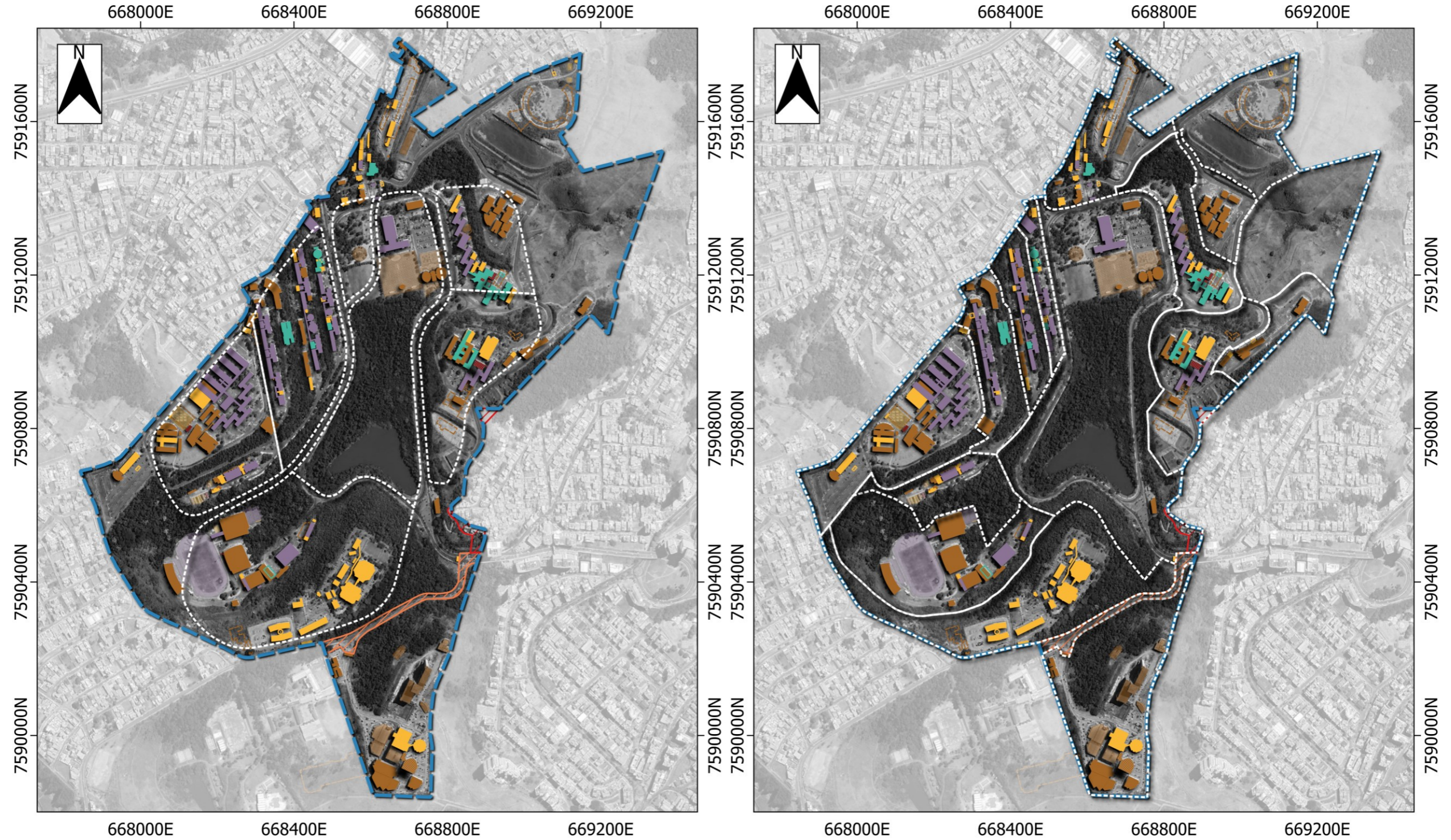
⁸² Mais uma vez considerando o contexto de esvaziamento do investimento nas instituições públicas, crê-se que havia certa descrença quanto às possibilidades de crescimento da universidade na época que a possibilitaram de prescindir dessa importante área. Além disso, apesar de a Embrapa constituir-se como uma empresa pública, ela possui um caráter de subsídio à pesquisa voltada a um dos setores considerados estratégicos para o crescimento econômico do país e, possivelmente, por esse motivo sua implantação foi viabilizada à época. Seria relevante a verificação futura dessa percepção em um aprofundamento da pesquisa.

ampliação no setor de Transportes do *campus* para abrigar a frota da universidade (também objeto de projetos de expansão); construção de um Centro de Microscopia e um Centro de Rádio e Televisão; uma unidade de Pronto Atendimento e um Edifício Garagem para o setor do Hospital Universitário – além de projetos voltados para áreas fora do *campus*.

A área central do *campus* hoje funciona como um misto de lazer, cultura e administração, abrigando a Reitoria da UFJF e também equipamentos como: praça cívica, jardim sensorial, academia comunitária, pista de skate e centro de ciências (com planetário e observatório astronômico). Um novo setor adjacente ao acesso Norte da universidade abriga também o uso administrativo, recebendo a Pró-Reitoria de Infraestrutura e Gestão (e suas gerências de obras, manutenção, contratos e convênios, suprimentos, informática, patrimônio, estoque, transporte, vigilância e sustentabilidade). Cabe, por fim, ressaltar a expansão do Setor de Saúde que hoje engloba a área oposta à Av. Eugênio do Nascimento e recebe a expansão do Hospital Universitário pela implantação de diferentes unidades, bem como as Faculdades de Medicina e Faculdade de Fisioterapia. Este novo setor é um dos que abriga o maior volume de obras paralisadas dentre as contratadas no contexto do Reuni, por conta de embargos administrativos e contratuais – hoje em processo de transferência para gestão pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh).

Os dois próximos mapas apresentam uma comparação entre a demarcação da setorização original e a demarcação da setorização atual utilizada como referência para o endereçamento da UFJF (ilustrada no Mapa 1 no início do capítulo). O primeiro (Mapa 5) utiliza como base o já apresentado mapa de evolução das construções do *campus* separadas por períodos. Na parte esquerda consta a sobreposição aproximada dos setores pretendidos na década de 1970, enquanto na parte direita figuram os contornos recentes. A mesma dinâmica de representação é utilizada no segundo (Mapa 6), porém este foi construído a partir de outro filtro aplicado aos atributos da tabela. Ele toma por referência as áreas de conhecimento adotadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para identificar por cor as construções, criando uma visualização concentrada no uso acadêmico. Essa visualização prejudica a interpretação do uso das áreas de suporte ao ensino, mas ainda assim proporciona uma leitura satisfatória para a finalidade proposta.

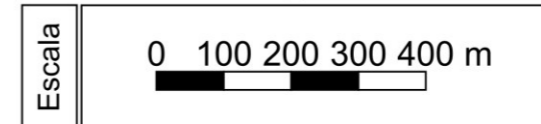
Mapa 5 - Comparação entre setorizações original e atual no mapa de evolução das construções



PERÍODOS

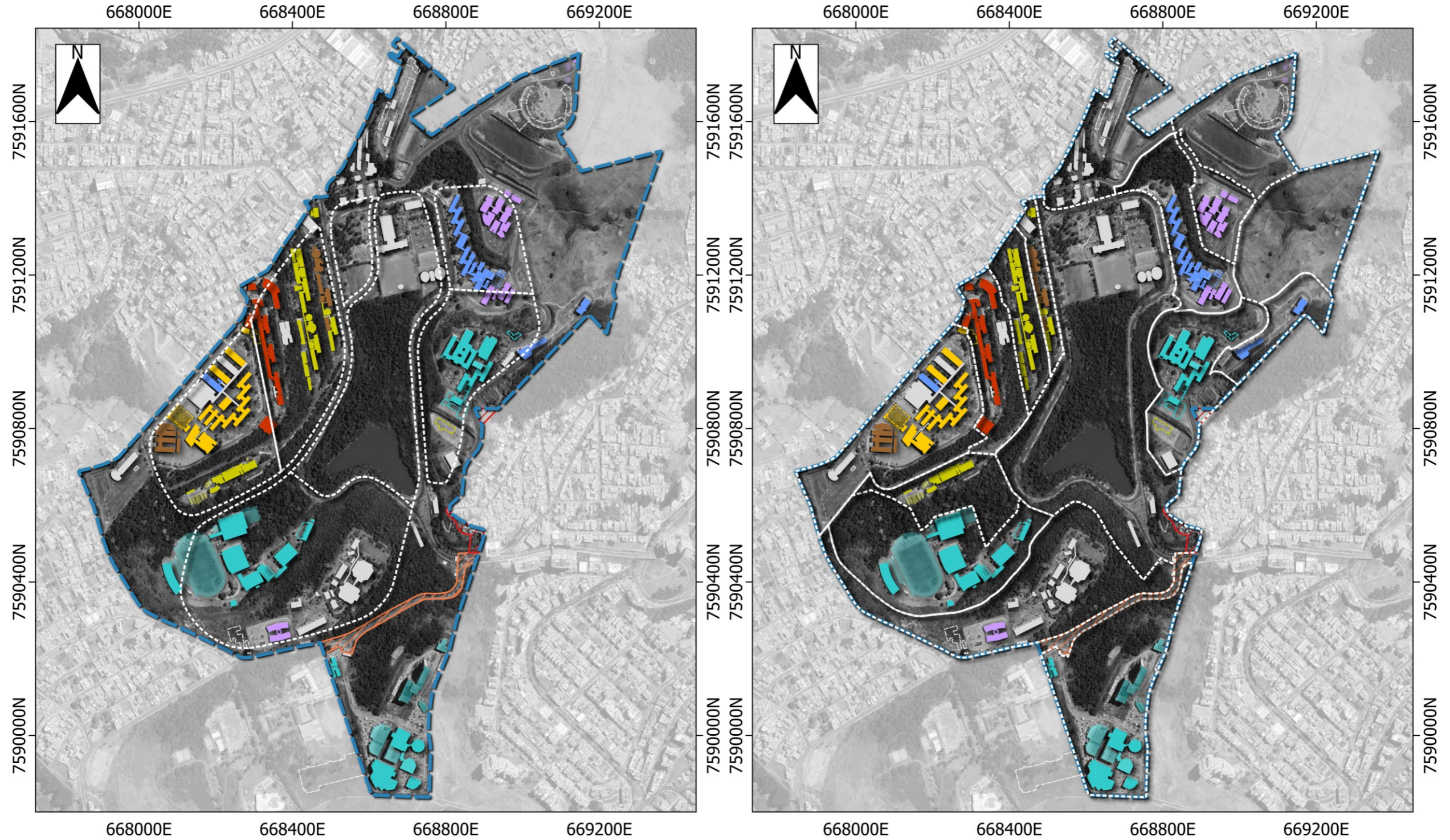
- 1960 - 1983 - Implantação inicial
- 2007 - 2014 - Reuni
- 1983 - 1990 - MEC-BID III
- 2014 - 2022
- 1990 - 2007

DATUM SIRGAS 2000	PROJEÇÃO UTM 23S
-----------------------------	----------------------------











Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

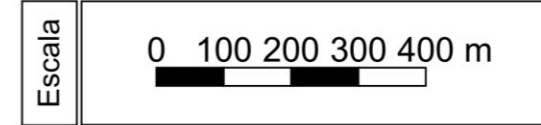
Mapa 6 - Comparação entre setorizações original e atual no mapa de distribuição por área de conhecimento



ÁREA DE CONHECIMENTO

- | | | |
|--|--|---|
|  Ciências Biológicas |  Ciências Humanas |  Linguística, Letras e Artes |
|  Ciências da Saúde |  Ciências Sociais Aplicadas |  Não se aplica |
|  Ciências Exatas e da Terra |  Engenharias | |

DATUM SIRGAS 2000	PROJEÇÃO UTM 23S
-----------------------------	----------------------------



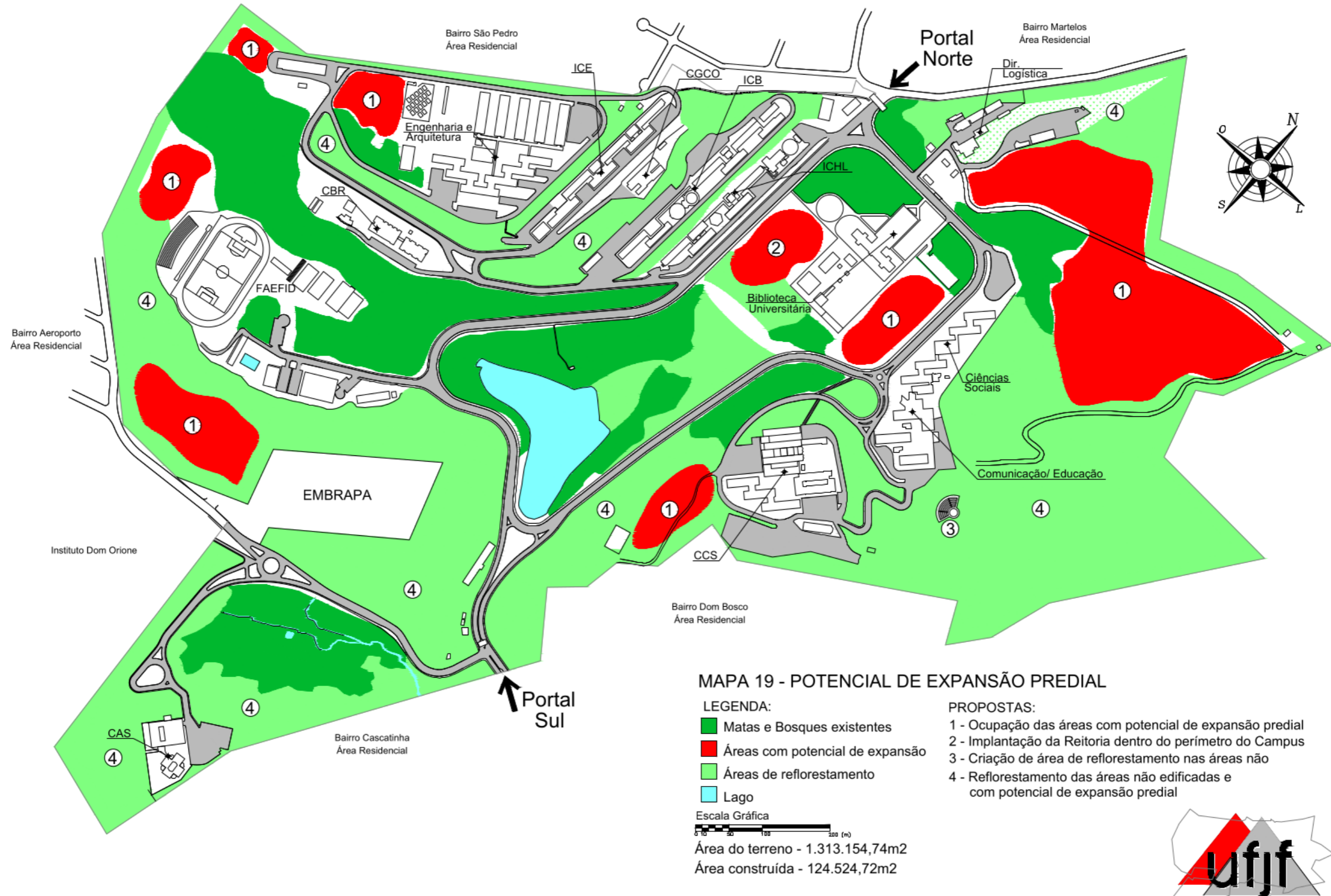
Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Finalmente, considera-se pertinente resgatar o Mapa 7, parte integrante do material desenvolvido no contexto do Estudo Preliminar do Plano Diretor da UFJF de 2004, no qual são demarcadas zonas com potencial para expansão predial no *campus*. Essa ilustração diferencia em verde claro áreas de reflorestamento, em verde escuro matas e bosques existentes e em vermelho os locais com o referido potencial. Para uma dessas áreas de crescimento, colocada na região central do anel viário à esquerda da Biblioteca Central, sugere-se especificamente a implantação da Reitoria no *campus*. À época, a direção administrativa da universidade situava-se na área central do município, sendo posteriormente transferida para a parte térrea do prédio da Biblioteca Central – originalmente concebido sobre pilotis. No entanto, em um momento mais à frente em que se efetivamente projetou a expansão da Reitoria, focou-se em transferi-la para outra área, acima do setor de Ciências Sociais e Ciências Humanas.

O Mapa 8 coloca lado a lado essa informação sobre potencial de crescimento e o mapa de evolução elaborado na pesquisa. Ainda que algumas das áreas identificadas no plano de 2004 não tenham sido efetivamente ocupadas, foram feitos estudos para a maioria delas – os quais tornaram-se licitações de construção não executada, como justamente o caso da Nova Reitoria, projetada para ocupar a área em vermelho na parte superior da figura. Chama a atenção, no entanto, que para além dessas áreas de expansão claramente identificáveis, o período do Reuni foi responsável por um adensamento em vários dos setores. Um outro documento cujo processo de elaboração se coloca como objeto de verificação futura também se encontra no arquivo digital da Proinfra, sem indicação clara de autoria (mas com o selo da Pró-Reitoria de Planejamento), com data de modificação remetendo ao ano de 2007, sob o título de “Documentos – *campus* expansão”⁸³. O conteúdo deste configura-se como uma apresentação de mapas com aproximações a cada uma das áreas identificadas com potencial para ocupação elaborando uma projeção bastante mais adensada do que a do estudo de 2004 – e mais próxima do que se implantou na prática. O Mapa 9 apresenta uma visão geral desse planejamento para efeito de comparação (observar as marcações em marrom), enquanto o Mapa 10 une os comparativos.

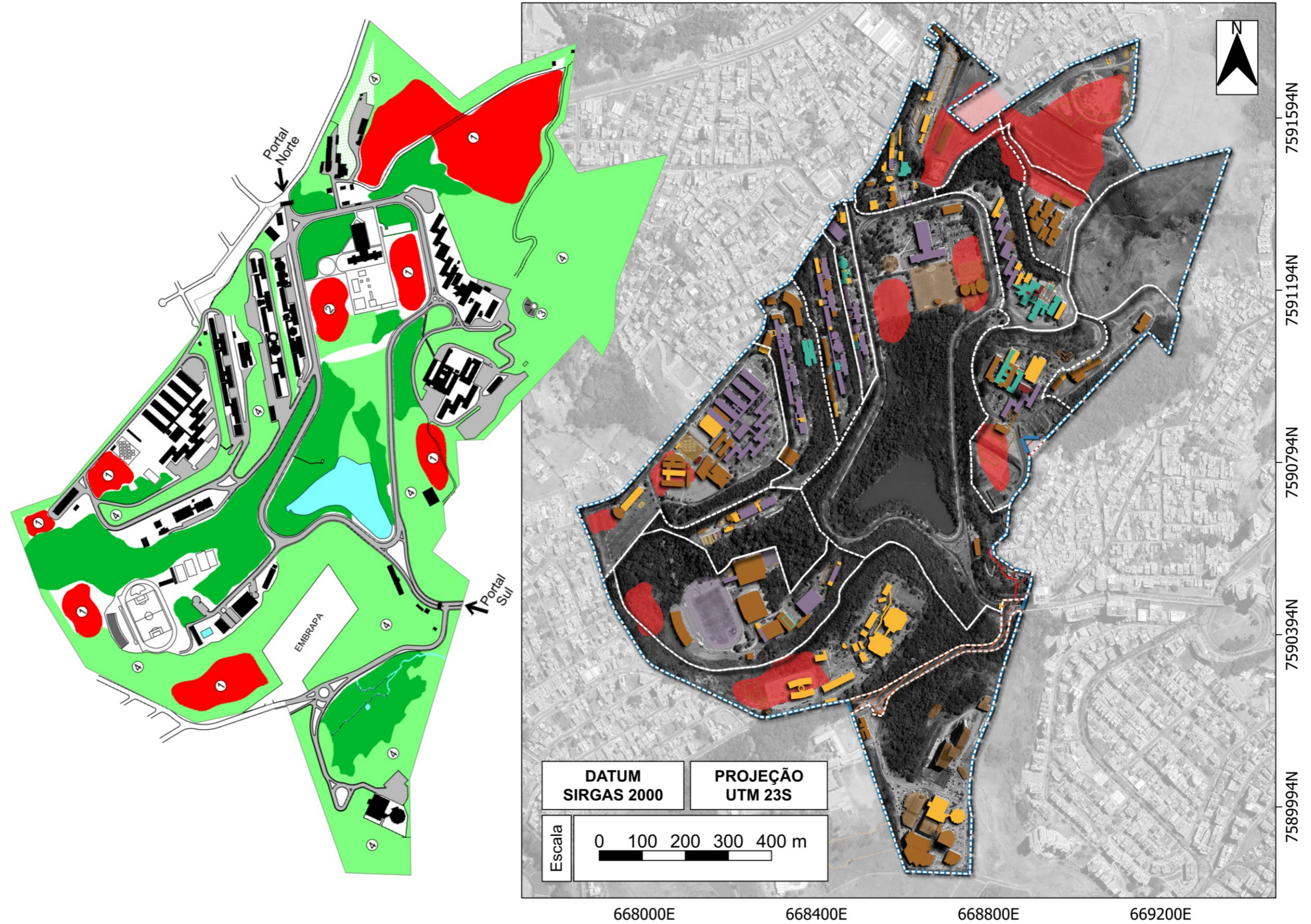
⁸³ Documento de autoria desconhecida. Encontra-se arquivado com o título “Documentos – *campus* expansão 2” no acervo de documentos digitais da Proinfra, seção histórica do servidor da pró-reitoria, na pasta “DS_000 – CAMPUS”, subpasta “DS_000_DOCUMENTOS”. A data de modificação do arquivo é 20 jun. 2007.

Mapa 7 - Mapa de potencial para expansão predial - Estudo Preliminar do Plano Diretor da UFJF (2004)



Fonte: PROINFRA, 2004.

Mapa 8 - Comparativo entre o potencial de expansão identificado em 2004 e o crescimento efetivo da UFJF



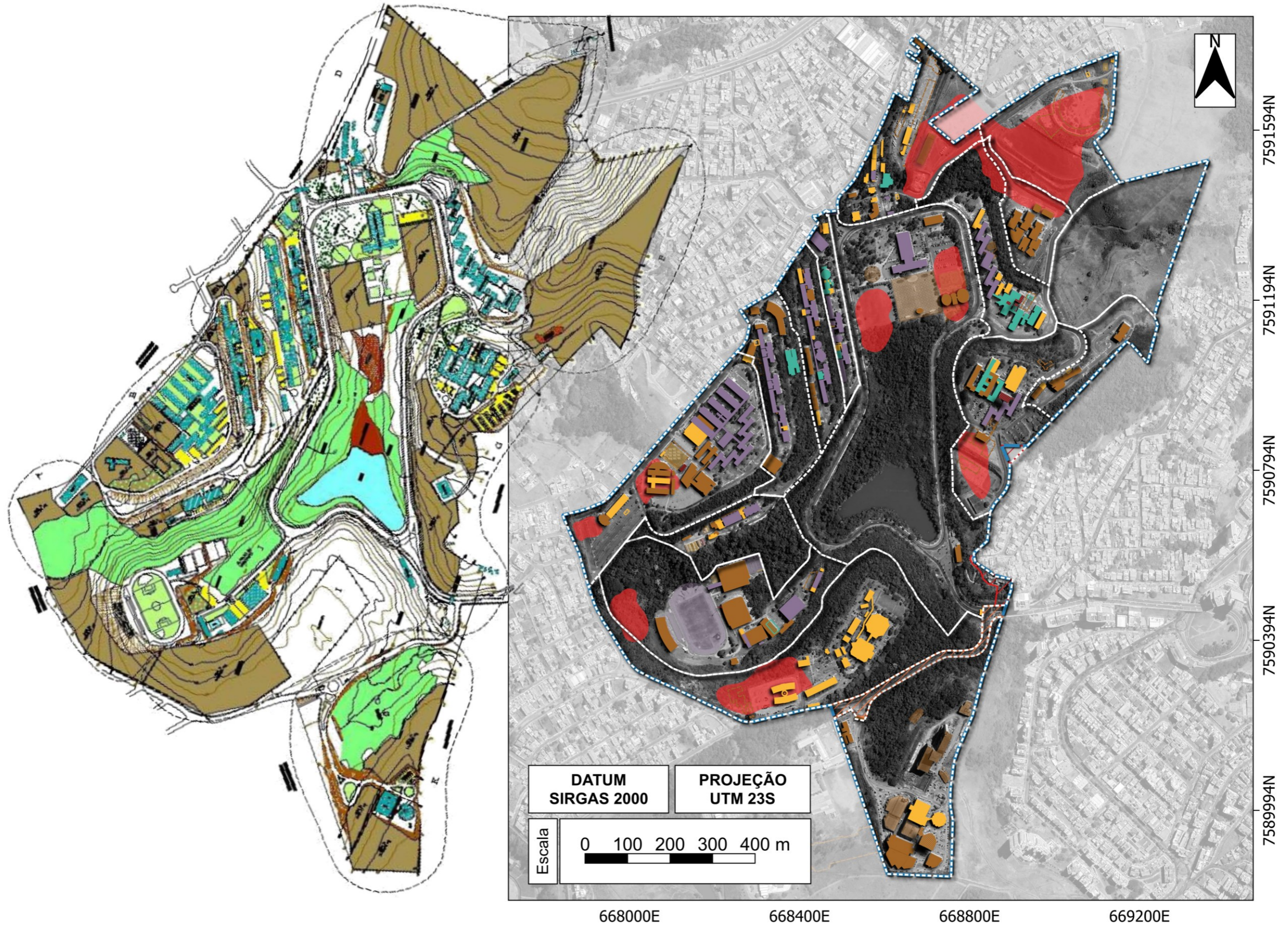
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Mapa 9 - Mapa atualizado em 2007 com identificação de áreas com potencial para ocupação

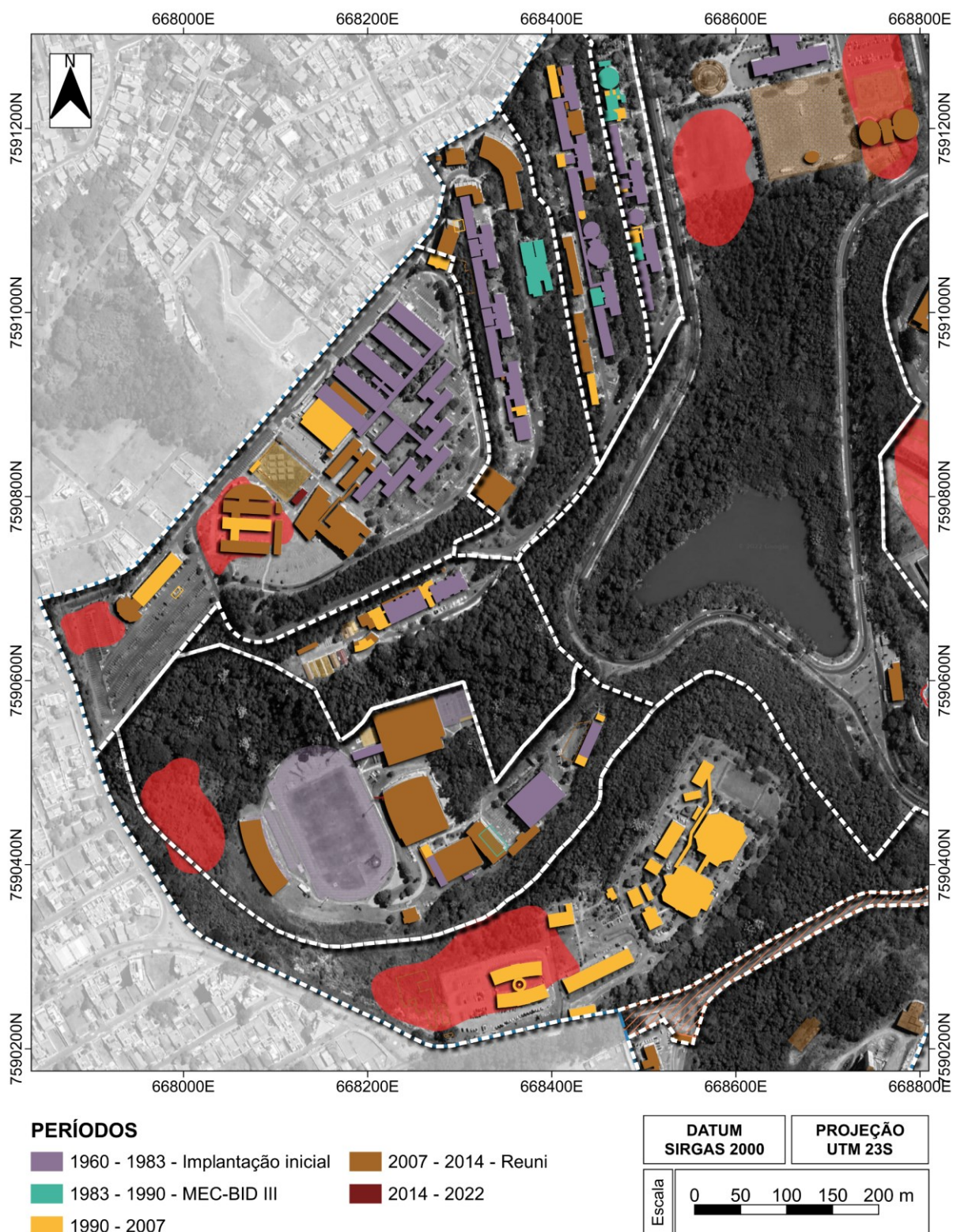


Fonte: PROINFRA, 2007.

Mapa 10 - Comparativo entre o potencial de expansão identificado em 2004, 2007 e o crescimento efetivo da UFJF



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Mapa 11 - Mapa ampliado da porção esquerda do território do *campus* - evolução das construções

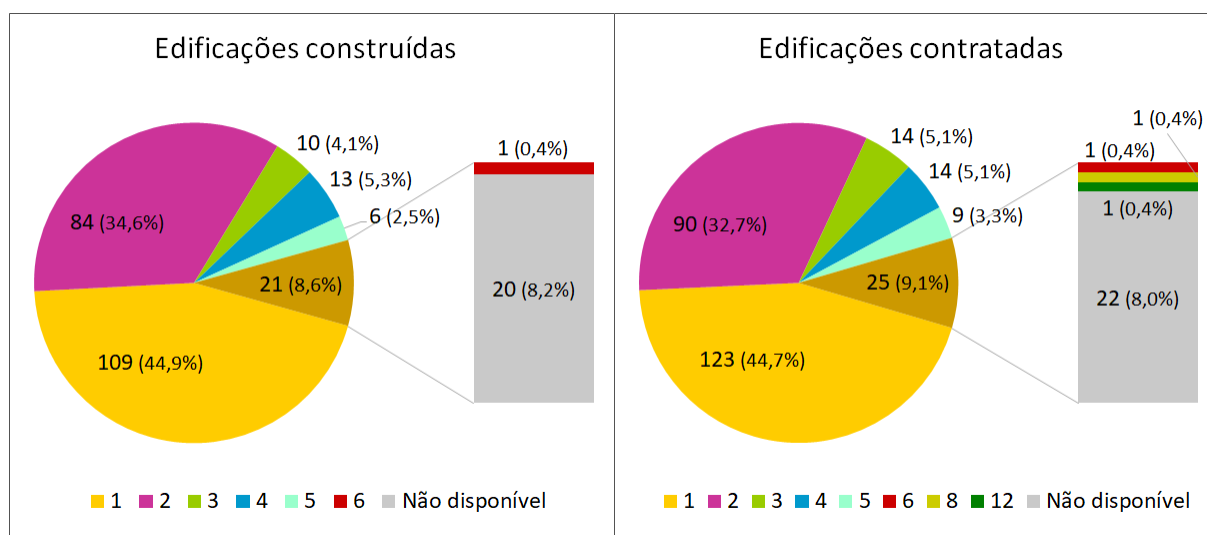
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O Mapa 11 traz uma aproximação do mapa de evolução das construções focada na porção esquerda do território do *campus* na qual estão localizados os Institutos de Letras, Ciências Biológicas, Ciências Exatas, Engenharias, Centro de Biologia da

Reprodução, Faculdade de Educação Física e Desportos, Embrapa e Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, com o objetivo de melhor visualização desse tipo de crescimento.

A fim de concluir a exposição dos resultados presentemente alcançados a partir da formulação da ferramenta, três outras análises foram iniciadas e serão apresentadas. A primeira delas é uma observação comparativa sobre o gabarito do *campus*. A partir das informações da tabela de atributos, o Gráfico 4 compila e contrapõe a proporção das edificações construídas e contratadas (conforme comparação já feita em outras situações) de acordo com o número de pavimentos, fazendo uma contagem simples.

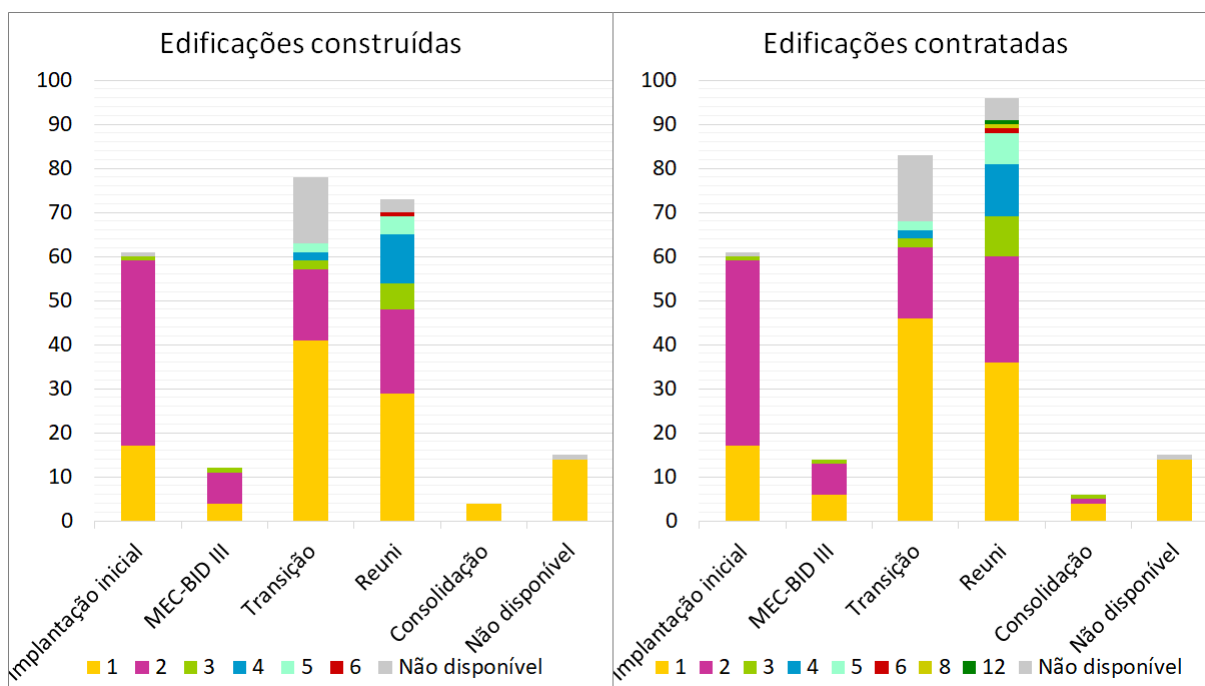
Gráfico 4 - Contagem de edificações por gabarito



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Como se pode notar, quase 80% das edificações construídas têm entre um e dois pavimentos – padrão de gabarito da concepção original – sugerindo um índice de verticalização ainda baixo no *campus*. O Gráfico 5 complementa a informação apresentada acima, acrescentando a distribuição desses números por período. Nele é possível notar que a diversidade de altura entre as edificações começa a ser inserida em suas concepções com maior relevância a partir da fase de transição. É no Reuni, sobretudo, que ela se expande – ainda que não pareça protagonizar a distribuição quando comparada com o gabarito predominante.

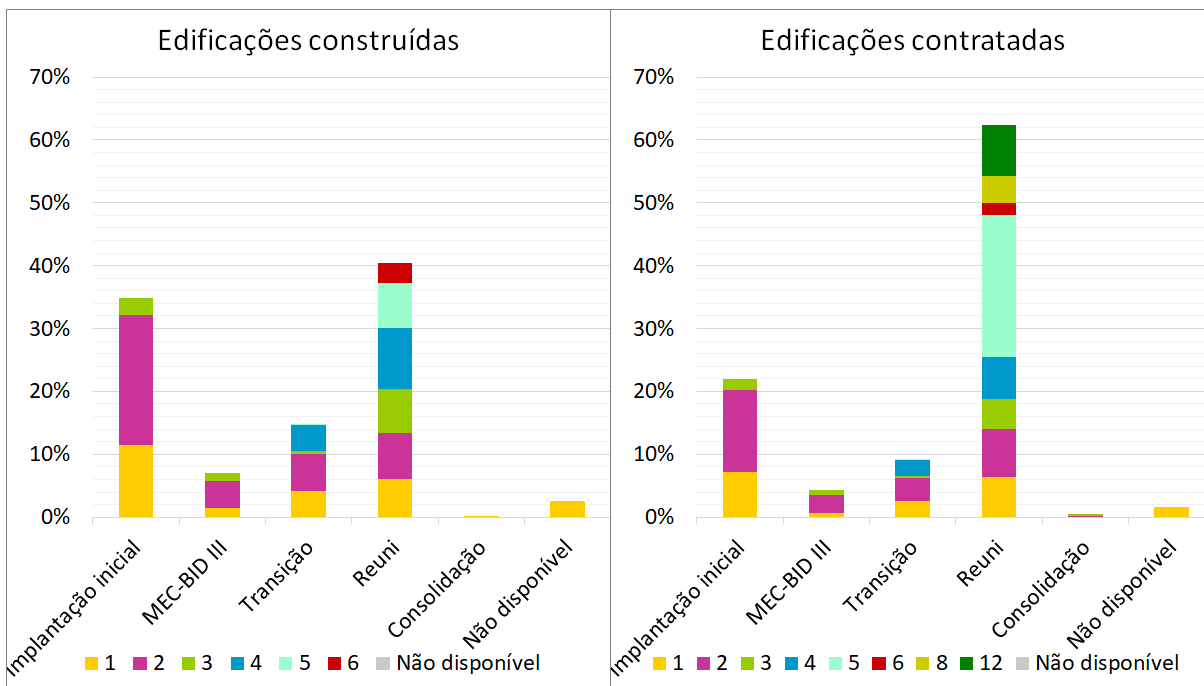
Gráfico 5 - Contagem de edificações por gabarito, período a período



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

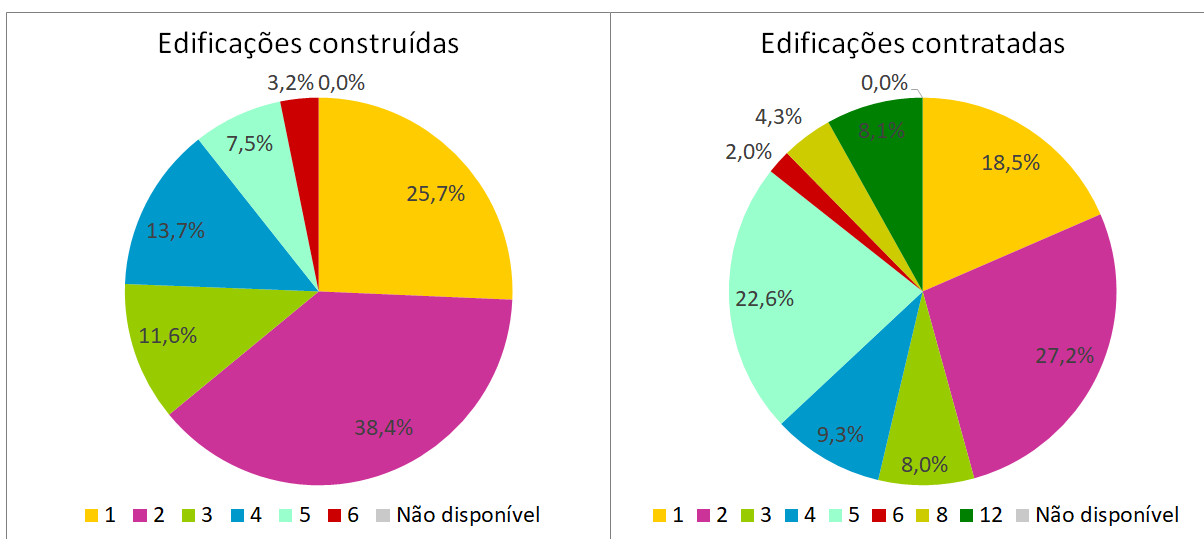
Contudo, coloca-se como necessário transpor essa contagem simples de número de edificações para uma observação da área construída, para se ter real dimensão do impacto de cada uma delas. O Gráfico 6 e o Gráfico 7 oferecem essa análise, demonstrando que, embora em menor número, as edificações de maior altura representaram percentuais importantes da soma total dessa área. O fato de que as edificações de baixo gabarito ainda prevaleçam em número pode indicar que a recente expansão alcançou os dois vetores de crescimento: em altura e em dispersão territorial. Ou seja, o período do Reuni consolidou definitivamente a necessidade de discussão acerca da relação entre verticalização e adensamento do *campus*, de forma que isso entre no horizonte dos parâmetros a serem abordados em um futuro Plano Diretor.

Gráfico 6 - Proporção de edificações por gabarito no percentual da área total, período a período



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

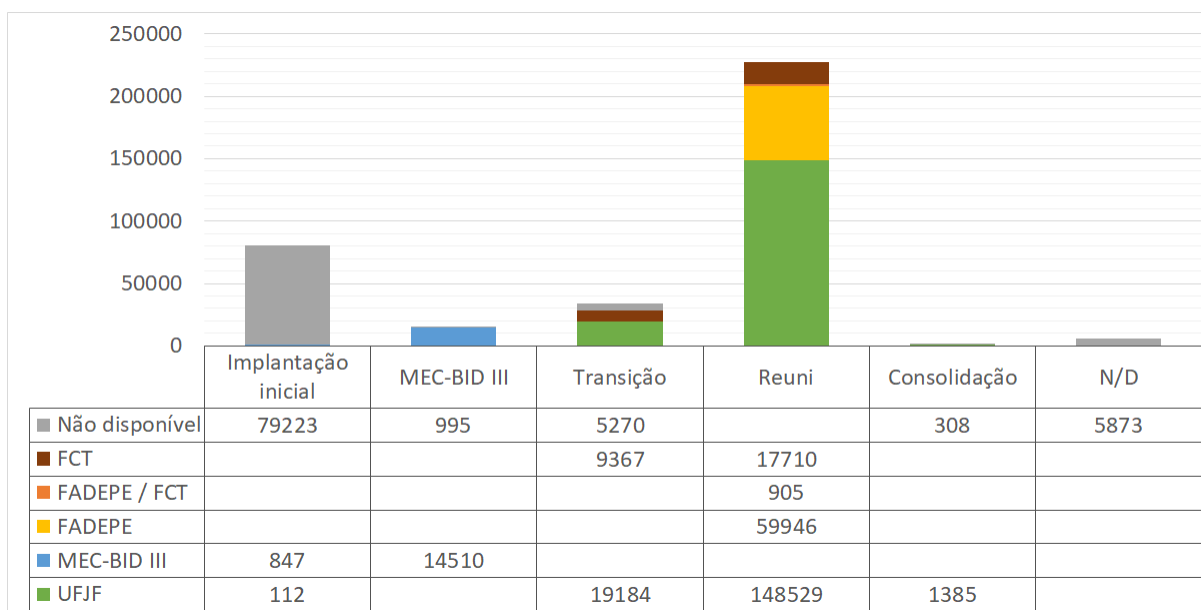
Gráfico 7 - Proporção de edificações por gabarito no percentual da área total



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A segunda análise a ser comentada neste momento diz respeito à participação das fundações de apoio às universidades federais e outras organizações financeiras na destinação de recursos e financiamento das construções. A coluna da Planilha de Coleta de Dados que subsidia o Gráfico 8 foi preenchida com informações coletadas das menções explícitas à essas entidades nos textos de editais, contratos, planilhas de medição, entre outros, bem como em folhas timbradas e carimbos nas pranchas de projeto.

Gráfico 8 - Resumo por período da participação das fontes de recurso nas áreas contratadas



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No gráfico nota-se a presença da Fundação Centro Tecnológico (FCT) no período de Transição, ligada à expansão do Hospital Universitário, unidade CAS-Dom Bosco, no início dos anos 2000. Além disso, essa fundação também esteve envolvida na construção de dois blocos destinados às Engenharias Elétrica, de Produção e Mecânica no período do Reuni – bem como nas construções não executadas de um bloco para a Engenharia Computacional e de um novo edifício sede para a Faculdade de Engenharia.

A Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FADEPE) esteve envolvida, no limite da região do *campus* sede na construção de: laboratórios destinados a pesquisas diversas; um Centro de Convenções para a Faculdade de Medicina; uma Central de Monitoramento para a vigilância da UFJF; ampliação da infraestrutura da Faculdade de Educação Física e Desportos, através do Ginásio Poliesportivo, do novo Ginásio de Ginástica e de um prédio não executado para salas de aula (considerando o contexto das Olimpíadas e as Paraolimpíadas do Rio de Janeiro em 2016, no qual a universidade teria feito acordo para oferecer suas instalações ao treinamento de delegações⁸⁴); um novo edifício para a Faculdade de

⁸⁴ Conferir a notícia veiculada no site da UFJF: <https://www2.ufff.br/noticias/2015/02/12/faefid-da-andamento-a-obras-para-receber-atletas-que-disputarao-as-olimpiadas-de-2016/>. Acesso em 24 mar. 2023.

Comunicação; obras não executadas de um Centro de Televisão e Rádio e um Edifício Garagem para o Hospital Universitário.

A relação estabelecida entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e as fundações de apoio é prevista e regulamentada pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 (BRASIL, 1994) e pelo Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010). As fundações de apoio são entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos cuja finalidade é dar apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico às universidades. Essas entidades são registradas e credenciadas dentro dos parâmetros previstos no citado decreto. Segundo a Lei nº 8.958:

Art. 1º As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e as demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, de que trata a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos. (Redação dada pela Lei nº 12.863, de 2013)

§ 1º Para os fins do que dispõe esta Lei, entendem-se por desenvolvimento institucional os programas, projetos, atividades e operações especiais, inclusive de natureza infraestrutural, material e laboratorial, que levem à melhoria mensurável das condições das IFES e demais ICTs, para cumprimento eficiente e eficaz de sua missão, conforme descrita no plano de desenvolvimento institucional, vedada, em qualquer caso, a contratação de objetos genéricos, desvinculados de projetos específicos. (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

§ 2º A atuação da fundação de apoio em projetos de desenvolvimento institucional para melhoria de infraestrutura limitar-se-á às obras laboratoriais e à aquisição de materiais, equipamentos e outros insumos diretamente relacionados às atividades de inovação e pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

§ 3º É vedado o enquadramento no conceito de desenvolvimento institucional, quando financiadas com recursos repassados pelas IFES e demais ICTs às fundações de apoio, de: (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

I - atividades como manutenção predial ou infraestrutural, conservação, limpeza, vigilância, reparos, copeiragem, recepção, secretariado, serviços administrativos na área de informática, gráficos, reprográficos e de telefonia e demais atividades administrativas de rotina, bem como as respectivas expansões vegetativas, inclusive por meio do aumento no número total de pessoal; e (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

II - outras tarefas que não estejam objetivamente definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional da instituição apoiada. (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010) (BRASIL, 1994)

A necessidade de melhor entendimento futuro sobre como se estabeleceram as relações específicas de financiamento à contratação de obras no caso da UFJF, na prática, é respaldada por uma comunicação feita pelo então Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União em 2002, Ministro Valmir Campelo. Sem intenção de aprofundar nas especificidades jurídicas dos órgãos de controle, o intuito de trazer essa fala é de apenas observar que ressalvas devem ser feitas e é necessário cuidado no tratamento dessa informação – até mesmo imaginando que no curso dos últimos vinte anos que se passaram desde seu registro, é provável que fatores tenham se alterado. O autor comenta a implementação da lei acima citada como um marco no sentido de prover amparo legal à existência e à condução de suas ações (CAMPELO, 2002, p.365). A prévia ausência de regulamentação teria levado a um acúmulo de deliberações para correção de procedimentos irregulares que sugeriam a extinção dessas entidades. Nesse sentido, a legislatura atuou como um atendimento à demanda de dirigentes das universidades no sentido de conquistar uma ação administrativa de maior flexibilidade (ainda que essa permaneça restrita aos parâmetros normativos sobre contratações na esfera pública). Campelo (2002) observa que a existência das relações entre IFES e suas fundações deve ser pautada em um princípio de complementaridade, contudo na prática do exercício de controle do órgão surgem problemas de ordem operacional e legal que apontam para um afastamento do propósito de vedar “a duplicação de estruturas para o mesmo fim”:

A questão referida pode ser analisada, também, sob o ponto de vista da formalidade. Neste mister observa-se que a relação entre IFES e suas fundações pode ser ilustrada pelo seguinte leque de ocorrências:

- Modelo administrativo marcado pela deficiência de controles gerenciais.
- IFES realizando contratações de Fundação sem a devida licitação
- Pagamento, pelas IFES às suas Fundações, de taxa de administração
- Transferência das IFES às Fundações de atos de competência exclusiva da Universidade (compras, realizações de obras de engenharia, serviços de manutenção do *campus*, manutenção e limpeza de instalações).
- Contratos firmados, entre IFES e Fundações, sem especificação do objeto a ser realizado, do preço/valor e das condições de pagamento.
- Cessão pelas IFES às suas Fundações de imóveis ou instalações gratuitamente, sem contrato e sem controle gerencial.
- Ausência de prestação de contas das Fundações às respectivas IFES.
- Repasse, das Universidades às Fundações, de recursos cuja aplicação é prerrogativa das IFES, a exemplo de recursos oriundos do SUS. (CAMPELO, 2002, p.367)

A citação acima sugere haver algum grau de complexidade e indeterminação nas relações entre ambas as entidades, o que pode impactar nas limitações encontradas

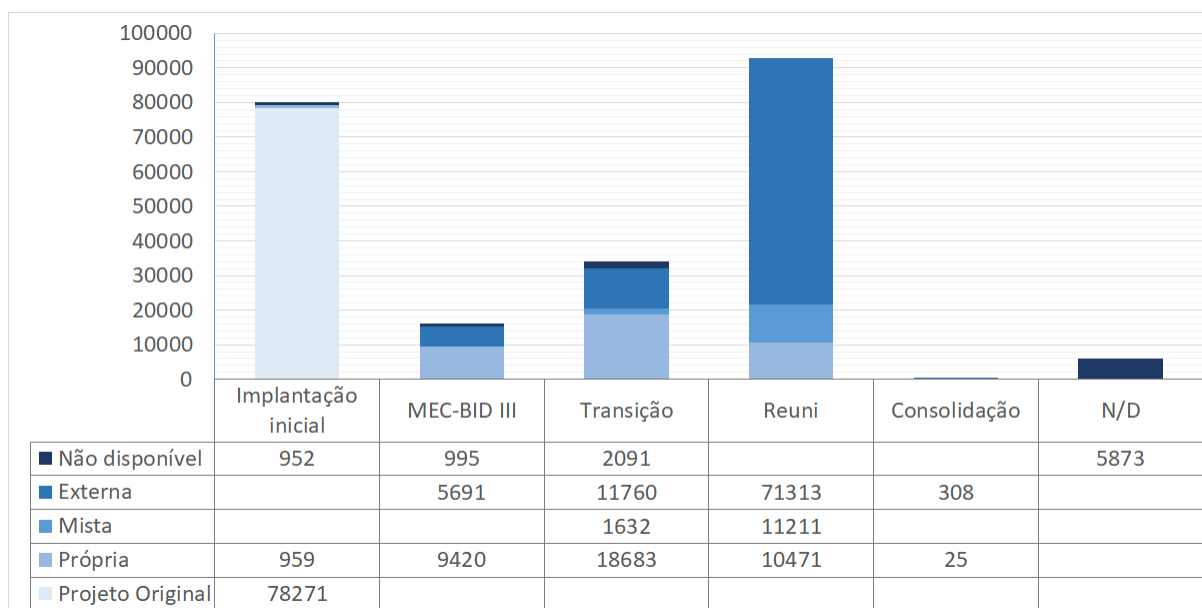
no percurso da coleta de dados na pesquisa, bem como indicar a necessidade de observar o motivo de as fundações terem se relacionado com as contratações específicas acima identificadas. Durante o trabalho de catalogação dos dados, então, alguns desafios foram encontrados. O preenchimento dessa coluna na planilha deu-se, principalmente, a partir da consulta aos selos das pranchas de projeto, timbres de documentos e etiquetagem das caixas arquivo. Ao longo dos anos, no entanto, foram feitas diversas alterações na configuração desses elementos pelos diferentes autores, somado ao fato de que nem todos fazem uso da normatização de representação gráfica adotada pela UFJF. Lida-se, portanto, com a possibilidade de preenchimento incompleto (ou incorreto) dos documentos que deram apoio à coleta de dados, sendo ideal que essa informação adviesse de fontes mais confiáveis. Possivelmente esses dados podem ser aprofundados na consulta às documentações dos setores institucionais ligados a planejamento e contratos. Ainda assim, reconhece-se validade nesse indício, que aponta para a insuficiência do aporte diretamente repassado pelo governo através dos programas como o Reuni para completude de toda expansão que era desejada ou para um anseio por flexibilidade para implementação do recurso.

Um outro aspecto das análises diz respeito à questão da responsabilidade pela autoria dos projetos, e provavelmente se relaciona a esse último descrito na medida em que a participação de diferentes fontes de recurso pode se dar implicando na contratação de profissionais externos ao quadro próprio da UFJF. Durante a etapa de coleta de dados foram estabelecidas quatro categorias com o objetivo de diferenciar a forma como as proposições que deram origem às licitações foram elaboradas. Em primeiro lugar, optou-se por separar o projeto original do *campus* como uma categoria, por ter sido fruto de uma configuração da equipe técnica na organização da Coplaciú que não se repetirá. Em seguida, os projetos foram divididos em: elaborados pela equipe própria da Proinfra, elaborados através da contratação de escritórios externos à universidade, e elaborados de forma mista (geralmente sendo a Proinfra responsável pelo estudo preliminar ou anteprojeto, e o desenvolvimento dos projetos básicos ou executivos sendo terceirizados).

O Gráfico 9 apresenta os números que foram compilados a partir desse ponto de vista, considerando a área das edificações construídas. Essencialmente, ele demonstra um grande aumento na contratação externa de serviços para realização de projetos durante o período do Reuni – o que faz sentido na medida em que se resgata a

informação de que a equipe técnica era insuficiente, à época, para o volume de trabalho tanto ligado a projetos, quanto ligado à fiscalização das obras em andamento (e que também não havia respaldo em uma ação consolidada, prévia, de planejamento do território). Há também um crescimento na modalidade de envolvimento misto nas etapas de projeto.

Gráfico 9 - Área projetada por período, de acordo com a responsabilidade pelo projeto



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Essa análise conecta-se a um ponto de vista de grande relevância para a pesquisa, na medida em que ela se propõe ao debate sobre intencionalidade, reflexão e autonomia no trabalho técnico sobre o território – e a sua capacidade de abrir-se para a pesquisa ativa e para a integração com o conhecimento acadêmico. Sendo assim, coloca-se uma expectativa sobre o entendimento acerca da elaboração das proposições para o *campus* no sentido de entender se o fato de serem concebidas internamente pode contribuir para a qualidade do produto que resulta no ambiente construído, ou não, e quanto, ou como. Contudo, o subsídio proporcionado pela coleta de dados elaborada até aqui ainda é insuficiente para uma compreensão aprofundada dessa questão.

Novamente volta-se à questão mencionada sobre a confiabilidade do preenchimento dos selos como fonte de dados. Nesse sentido, foram encontradas situações em que o preenchimento era incompleto (não havendo, por exemplo, indicação explícita do responsável técnico pelo projeto), ou mesmo incoerente com outros dados localizados

na documentação, indicando estarem incorretos ou desatualizados. Além disso, esse preenchimento não é suficiente para fornecer uma compreensão clara da relação que se estabelece entre a Proinfra e as empresas externamente contratadas. Há situações em que a concepção do projeto parece ter sido da equipe da universidade, mas a prancha encontrada é do projeto executivo (feito externamente) e traz apenas as informações relativas àquela etapa – e por isso o projeto foi classificado como externo.

O ideal, tanto para minimizar essas distorções, quanto para aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas por trás da produção desse espaço, seria o movimento de retorno aos dados. No caso em que empresas externas foram convidadas ou contratadas para participar dos processos, é provável que haja um vestígio documental do estabelecimento dessa relação – especialmente considerando a regulamentação legislativa sobre os procedimentos aquisitivos nas entidades públicas. Foram poucos os processos catalogados, no entanto, em que o tipo de intervenção foi listado como licitação de elaboração de projetos, o que leva a concluir que essa documentação provavelmente também se encontra arquivada em outro setor da universidade. Além disso, mais uma vez o mapeamento dos processos e informações poderia se beneficiar da obtenção de relatos e da realização de entrevistas com pessoas que trabalharam diretamente nas obras e setores institucionais.

Voltando ao gancho deixado pela investigação sobre a forma com que são elaborados os projetos pela equipe técnica na universidade, o capítulo a seguir revisita uma experiência documentada sobre o fazer arquitetônico em um *campus* universitário – o da UFMG. O objetivo de buscar essa conexão passa tanto pelo aprendizado possível a partir do estudo de uma abordagem sistemática da projeção de um território, quanto pela busca de interfaces de comunicação entre ambos os trabalhos – aquele e este. Propõe-se a construção de uma experiência reflexiva de extração de categorias de análise e coleta de dados a partir daquele trabalho, de forma a amadurecer a caracterização do espaço institucional a que se propõe este.

4 DESDOBRAMENTOS E DIÁLOGOS

4.1 Observações prévias

O livro *Ufmg, implantação do campus, PROJETOS 1971*, publicado pelo Conselho de Planejamento e desenvolvimento da UFMG, em 1970, contém um capítulo sobre o projeto de implantação do ICB, trazendo dados relativos ao planejamento acadêmico e ao planejamento físico do Instituto. O processo de projetamento do ICB revelou duas questões que, posteriormente, se verificaram fundamentais na revisão metodológica que a ele se seguiu. Uma delas foi que seria impossível continuar tratando assistematicamente o processo de levantamento de necessidades das Unidades mais complexas e que envolviam uma grande quantidade de laboratórios e uma intrincada rede de interações acadêmicas entre usuários e espaços. Isso apontou para a necessidade de desenvolver uma metodologia científica para o conhecimento e análise das diversas atividades que formam o cotidiano da universidade, bem como as interações existentes entre essas atividades e as configurações espaciais. Daí a elaboração do trabalho *O Território Universitário: proposta de modelo para um sistema ambiental*, o “livro preto”. (MALARD, 1995, p.2)

A fala acima, da professora e arquiteta Maria Lúcia Malard, demonstra o ponto de principal interesse do diálogo a que se propõe este capítulo: a metodologia desenvolvida para analisar as atividades, interações e configurações espaciais que constituem o cotidiano universitário. Importa observar as reflexões produzidas e sistematizadas na década de 1970 como um exemplo relevante de abordagem do espaço universitário o qual, mais do que replicar o saber-fazer estabelecido no campo geral da Arquitetura e Urbanismo, se propõe a refletir sobre a sua complexidade e a transformar a prática de projeto pela pesquisa.

O processo de construção do principal *campus* da UFMG, o *campus* Pampulha, remonta à década de 1940 – contexto em que a então Universidade de Minas Gerais passa pelo processo de federalização (consolidado em 1949) e a sua região de implantação é fruto de um processo de urbanização modernizante, ganhando expressividade no campo da Arquitetura e Urbanismo. Desde a sua formação institucional em 1927 até o período mencionado da década de 1970, a produção desse espaço foi disputada como expressão de conjunturas de interesses diversos, articulando a universidade às esferas de governo municipal, estadual e federal⁸⁵.

⁸⁵ A pesquisa feita por Beatriz Fialho em sua dissertação de mestrado, sob o título “Da cidade universitária ao *Campus* da Pampulha da UFMG: arquitetura e urbanismo como materialização do ideário educacional (1943-1975)”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais em 2012, apresentou e discutiu os diferentes projetos para implantação dessa infraestrutura universitária desenvolvidos no período mencionado. Especificamente, a autora contextualiza e analisa o plano geral de urbanização

O Plano de Implantação do Sistema Básico, entregue ao MEC em 1970, é um desdobramento de um cenário em que alguns aspectos são ressaltados. Conforme mencionado no capítulo 2 do presente texto, a oficialização da Reforma Universitária de 1968 responde a um movimento corrente ao longo dessa década em que a reestruturação do ensino vinha sido debatida, inclusive pelo movimento estudantil, alavancada pela proposta pedagógica vanguardista da UnB. Promulgada no mesmo ano que o Ato Institucional nº5 (marco do endurecimento do regime ditatorial), a reforma incorpora parte das reivindicações, altera o teor de outras e é marcada principalmente pela mudança organizacional que promove e pelo discurso de eficiência e racionalidade. Além disso, retoma-se também o momento de estabelecimento dos programas de assistência técnica, financiamento (e, de certa forma, transferência cultural) como parte da política externa dos Estados Unidos voltada à aceleração do desenvolvimento na América Latina, a qual promove expansões nos sistemas de ensino, especialmente no âmbito da Guerra-Fria – em destaque, menciona-se a “Aliança para o Progresso”, lançada em 1961.

A esse respeito, o arquiteto chefe do Setor Físico do Conselho de Planejamento e Desenvolvimento da UFMG de 1968 a 1973, Alípio Pires Castello Branco, comenta no texto “A arquitetura do Sistema Básico da UFMG” de 1973:

Além das motivações de ordem acadêmica, a definição por parte do governo federal da implantação do Sistema Básico como programa prioritário de construção dos *campi* universitários e a perspectiva de um empréstimo externo em negociação também pela União, e que seria destinado ao financiamento desse programa, contribuíram fundamentalmente para que o Conselho de Planejamento, por determinação do Magnífico Reitor, empreendesse a elaboração de um projeto global para o referido Sistema Básico.

Integrado institucionalmente por seis unidades que constituem o setor de ciência fundamental, filosofia e artes da Universidade, o Sistema Básico já tinha instalados no *campus*, quando se decidiu pelo seu projeto global, a Escola de Belas Artes e o Instituto de Ciências Exatas (ICEx), estando em construção o Instituto de Ciências Biológicas e a Biblioteca Central.

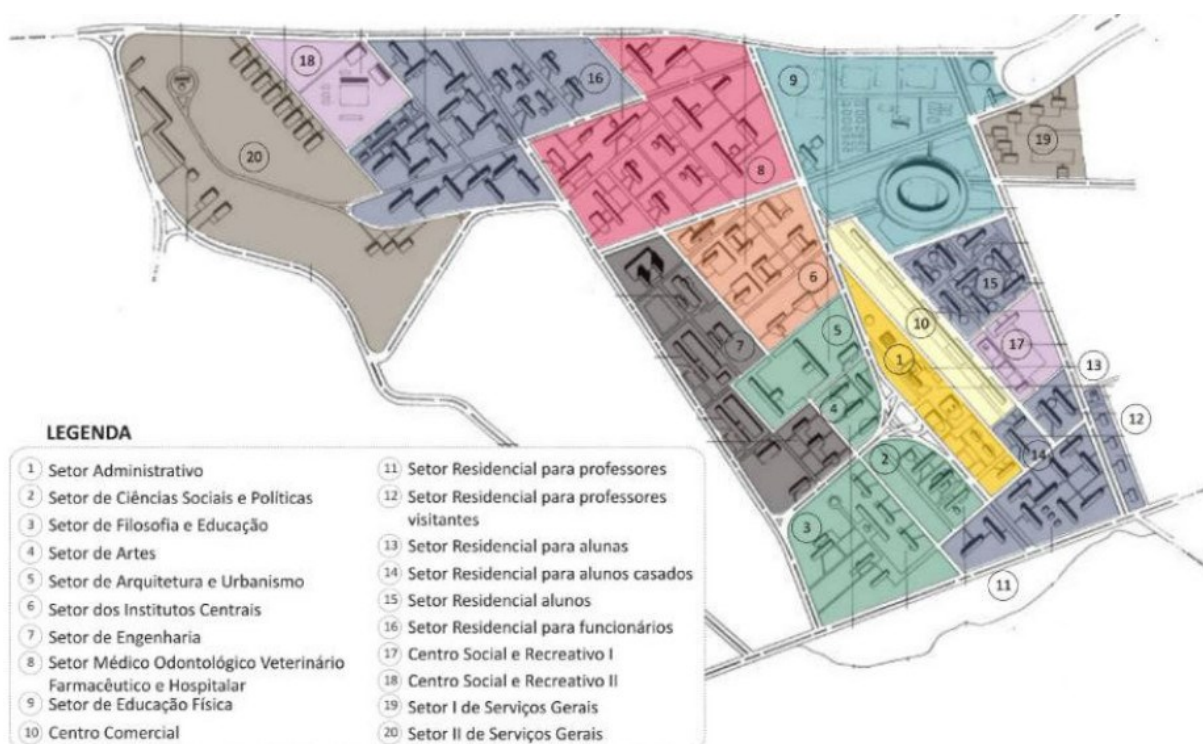
Tomando-se como definitiva a situação do ICB, da Biblioteca Central e do Departamento de Química do ICEx, que tem a sua graduação e a sua pesquisa instaladas num prédio recém-construído, o projeto deveria abranger o restante do ICEx – Departamentos de Física, Matemática e Ciências da Computação –, a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas –

assinado por Eduardo de Vasconcellos Pederneiras em 1943 e suas revisões, que vigoraram até cerca de 1955 (conhecido como “Plano Pederneiras”); o plano desenvolvido pelo Escritório Técnico em 1956 sob a chefia de Eduardo Mendes Guimarães, com caráter de Plano Diretor para a Cidade Universitária; e, finalmente, o Plano Paisagístico do *Campus* (“Plano Cordeiro”) concebido pelo Setor Físico do Conselho de Planejamento e Desenvolvimento com assessoria de Waldemar Cordeiro em 1968.

Departamentos de Filosofia, História e Ciências Sociais, Ciências Políticas, Psicologia (com a respectiva clínica) –, Faculdade de Letras e o Instituto de Geociências. Deveria também incluir o Centro de Computação, o Centro de Processamento de Dados, o Centro Audiovisual e redefinir a destinação do Pavilhão Central de Aulas, atualmente servindo ao ciclo básico das carreiras em ciências exatas, prédio que apresenta notórios inconvenientes para uma utilização por grande número de alunos. (MACIEL; MALARD, 2012, p.73)

A prioridade dada pelo Governo Federal em relação ao Sistema Básico acima mencionada tem relação com o Decreto nº 63.341 de outubro de 1968 que dizia dar preferência ao financiamento de universidades que construíssem seu *campus* e, dentro deles, tratassem primeiramente das unidades que abrigariam o ciclo de estudos iniciais da graduação, oferecido de forma comum a grupos de cursos afins (sistema, ou ciclo, básico). A perspectiva de empréstimo externo provavelmente se relaciona à atuação no Brasil, naquele período, das agências estadunidenses voltadas ao âmbito anteriormente descrito, como a *United States Agency for International Development* (Usaid) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, braço financeiro da Aliança para o Progresso).

Figura 21 - Plano Diretor da UFMG, 1957



Fonte: FIALHO, 2012, p.131.

A elaboração de um projeto global para responder às necessidades do Sistema Básico na UFMG parece se articular com discussões que já vinham acontecendo durante a formulação dos planos que o antecederam. No contexto do Plano Diretor de 1957,

elaborado pelo Escritório Técnico de Eduardo Guimarães, Fialho (2012, p.125) menciona a previsão de uma “ocupação racionalizada do terreno, através de zonas e setores monofuncionais” e de uma concepção arquitetônica que privilegiava a verticalização, padronização e distribuição homogênea dos edifícios.

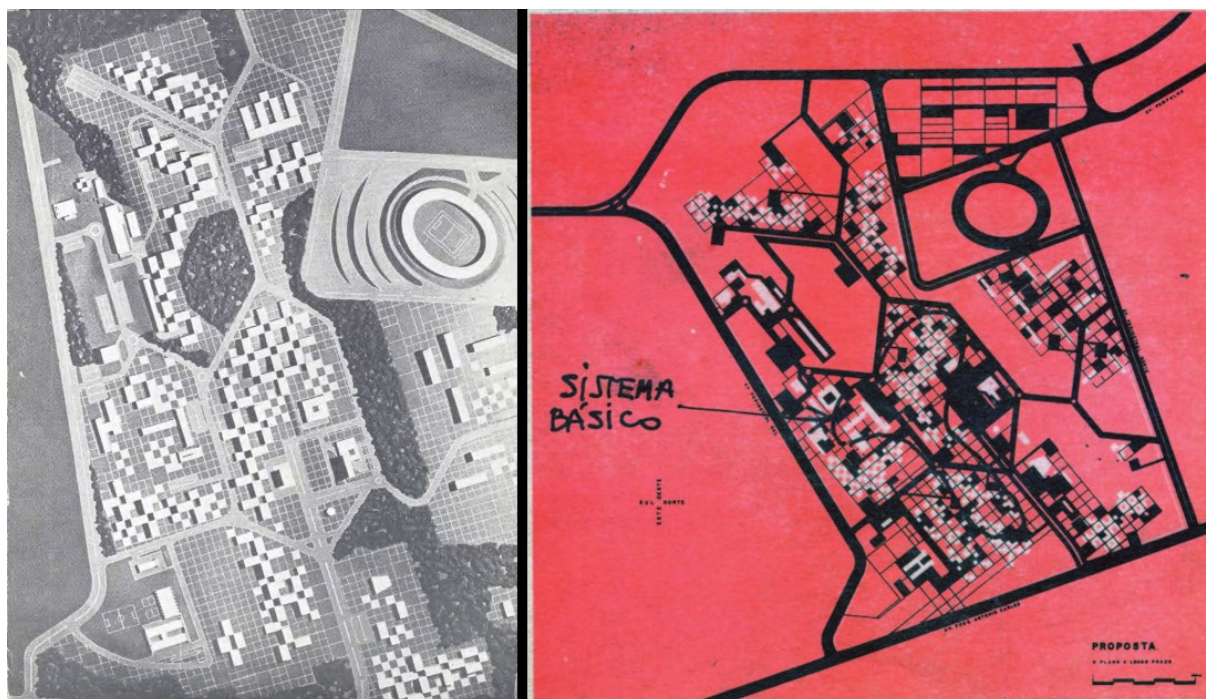
No contexto do “Plano Cordeiro”, de 1968, essas ideias são atualizadas e aperfeiçoadas. Fialho (2012, p.177) menciona uma fala de Castello Branco a respeito da colaboração com o paisagista Waldemar Cordeiro em que afirma que ele o teria influenciado a conceber uma arquitetura que orientada para a padronização, de forma a estar preparada para a industrialização e para ser feita eletronicamente. Acerca da implantação da UFMG na Pampulha e do seu alinhamento a um novo modelo, de *centro universitário*⁸⁶, o arquiteto diz que:

O novo modelo diferencia-se, sobretudo, de todos os três modelos tradicionais [faculdades isoladas, complexo universitário e *campus*, porque tende a se configurar como um sistema de organização aberto, coerente com o conjunto de princípios e concepções, em cuja direção tende a renovação do ensino superior: a recuperação da unidade da cultura através de um intercâmbio contínuo entre as especializações, a afirmação do currículo livre de estudos, a unificação e o aperfeiçoamento da didática, a expansão e a convergência interdisciplinar da pesquisa, a máxima mobilidade do trabalho de grupo, a interpretação fluente e contínua entre as atividades universitárias e o contexto das atividades sociais e culturais que se desenvolvem na cidade e no território. Do ponto de vista morfológico, o modelo se configura como um sistema flexível de formas capazes de seguir o moto-contínuo dos sistemas de organização, sem nunca perder a identidade no curso da mutação. O princípio que governa os sistemas das estruturas e das formas é, portanto, centrado não em uma predisposição estática das representações físicas, mas nas relações dinâmicas de um processo criativo, que continuamente produz novas situações estruturais e formais. (MACIEL; MALARD, 2012, p.69)

Para que a estrutura física admitisse diferentes estruturas organizacionais, Castello Branco mencionava a delimitação de três partes do projeto, as quais seriam combinadas entre si em diferentes arranjos: os espaços de ensino, os núcleos de serviços administrativos e as áreas de sociabilidade. Estas são chamadas por ele de “espinha dorsal do projeto” por serem o local da articulação e da integração, no sentido da convergência interdisciplinar pretendida (MACIEL; MALARD, 2012, p. 75).

⁸⁶ Observa-se que essa categoria de centro universitário aqui mencionada não parece ter relação com a entidade jurídica que se diferencia das universidades mencionada por Cunha (2000) citada nas subseções do capítulo 2.

Figura 22 – Justaposição maquete Plano Cordeiro (1968) e implantação do Sistema Básico



Fonte: Elaborado pela autora a partir de UFMG, 1971 e GUSMÃO, 1970

A arquiteta e professora Maria Lucia Malard fez parte do Setor Físico do Centro de Planejamento e Desenvolvimento (CPD) a partir de 1969, sob a direção de Castello Branco. Em 1973, quando esse se transforma na Diretoria de Planejamento (DIPLAN) para dar prosseguimento ao trabalho de implantação do Sistema Básico, ela passa a assumir a posição de coordenadora (FIALHO, 2012, p.176) até ingressar na carreira docente durante a década de 1980 (MACIEL; MALARD, p.131). Malard, a respeito do Plano Cordeiro, acima ilustrado na Figura 22, comenta:

Embora articulasse um discurso vanguardista, o plano, em sua expressão física, era extremamente formalista, não levando em conta sequer a topografia do território, seus acidentes naturais e componentes ambientais. Traduzia de fato um rompimento com o modernismo no que se refere à hierarquização de funções, de sistema viário, de planos e volumes. Entretanto, rompida a hierarquia, o que se lhe substituía era uma geometria rígida de arruamentos dispostos a 45° relativamente à avenida principal. Sobre o desenho urbano do território assentava-se uma rede modular contínua, de 1,20m x 1,20m, geradora de módulos construtivos que se articulavam por uma das faces ou pelas extremidades. (MACIEL; MALARD, 2012, p.131)

Segundo a autora, a implantação do ICB (presente na primeira de suas falas citadas no começo desta seção) também serviu para constatar a limitação de um sistema modular quadrado, que se articulava apenas pelas pontas e por duas de suas faces. Apesar de bem desenvolvido técnica e funcionalmente, a estrutura desse módulo demandava moldagens e arremates de execução delicada e artesanal, que conflitava

com a racionalidade a que o projeto se propunha. Por isso, outras malhas, modulações e soluções estruturais foram desenvolvidas⁸⁷. Um dos relatos de Malard (MACIEL; MALARD, 2012, p.145), analisando retrospectivamente a proposição de um sistema construtivo único, no entanto, comenta que o principal benefício advindo dessa decisão deveria ser a racionalização do processo de construção e viabilização da extensa metragem quadrada necessária de ser executada em tempo exíguo. Em sua essência, o procedimento conceitual de formulação de projetos (articulação entre metaprograma e metaprojeto, a ser melhor detalhada em seguida) não requeria a restrição de sistemas construtivos, apenas demandava flexibilidade e perspectiva sobre o crescimento. Havia, no entanto, debates e expectativas quanto à homogeneidade do conjunto em termos de linguagem e arranjos formais que acabavam por atravessar tais discussões e influenciar também em sua condução.

Fialho (2012, p.211) comenta que as noções de integração, crescimento e flexibilidade permearam o discurso de várias instituições de ensino superior brasileiras – ainda que transmutadas em soluções distintas. A autora cita, por exemplo, o caso do Instituto Central de Ciências da UnB⁸⁸ em que as atividades universitárias foram integradas fisicamente em uma ampla edificação com 780m de extensão por 80m de largura. Nesse sentido, Fialho (2012, p.204) observa o surgimento de propostas na linha das chamadas “megaestruturas” no âmbito da arquitetura internacional, surgidas no contexto de crise dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) nos anos 1960 por parte de grupos como o Team X. Maciel (2011, p.20) também resgata essa referência, acrescentando a relação com o Archigram e os Metabolistas Japoneses, ao citar um debate em relação à “ampliação da escala da arquitetura em direção à estruturação do território”. Em seu texto, este autor parte da recuperação de casos da arquitetura dos anos 50 a 70 que tomam como ponto de partida aspectos construtivos e infraestruturais, para posteriormente discutir a conceituação de

⁸⁷ Maciel (MACIEL; MALARD, 2012, p.27) diferencia dois sistemas principais. O primeiro deles, baseado em um módulo de 1,24m estruturado através de vigas paralelas conformando um estrado, foi aplicado no desenvolvimento dos projetos para o Instituto de Ciências Biológicas, a Escola de Belas Artes, a Escola de Veterinária, o Hospital Veterinário e o Centro Pedagógico. A partir da análise crítica dessa primeira experiência, o autor relata que o projeto da Escola de Educação Física ofereceu a oportunidade de definição de um novo padrão, centrado em um módulo quadrado com quatro pilares e laje nervurada conhecido como grelha. Ele foi aplicado com diferentes variações nos projetos do Departamento de Física, Faculdade de Letras, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Ciência da Informação, Instituto de Geociências e Biblioteca Central.

⁸⁸ A proposta para a UnB foi amplamente estudada por Alberto (2008) e sua pesquisa é referenciada pela autora ao citá-la.

estruturas abertas – as quais relaciona com a experiência do Sistema Básico. A partir do comentário sobre a Teoria dos Suportes (1962) de N. John Habraken e sobre a obra dos arquitetos Georges Candilis, Alexis Josic e Shadrach Woods, observa que:

Ao definirem princípios gerais para a abordagem do projeto – articulação de funções, articulação dos limites do espaço, articulação dos volumes e dos espaços e articulação dos domínios público e privado – deslocam o foco do projeto da produção do objeto para o desenho das estruturas de suporte ao cotidiano, abertas e indeterminadas. São especialmente importantes para a construção do conceito dos edifícios infraestruturais, representando aportes importantes na questão do crescimento, da transformação e da permanência no tempo, dois projetos não construídos, apresentados em concursos: a reordenação do Centro Histórico de Frankfurt (1963) e a Universidade Livre de Berlin (1963). Ambos propõem sistemas ambientais de percursos de público, redes de infraestruturas, pátios e construções em uma retícula que evita a elaboração de um edifício, buscando a conformação de sistemas 'orgânicos' de estruturas.

As diferenciações claras entre espaços servidos e espaços de serviço, a abertura à transformação do uso no tempo e à personalização do espaço pelo usuário, com previsão de crescimento e forte coordenação modular que se estende do edifício para a estrutura urbana são precedentes importantes para a caracterização dos sistemas ambientais abertos que constituem o Sistema Básico da UFMG. Maciel (2011, p.11-13)

O autor também diz que:

De 1969 é a publicação de “A cidade como arquitectura”, de Nuno Portas. Considerado pelo próprio autor como um desdobramento da abordagem de Aldo Rossi e de Vittorio Gregotti em “O território da arquitetura”, apresenta uma abordagem do ato de projetar como intrinsecamente ligado à produção do espaço urbano, aponta os limites da prática convencional e desenvolve uma metodologia para a criação arquitetônica baseada nas ideias de Meta-programa e Meta-Projeto, entendendo programa e projeto em relação dialética, não linear e não causal. Tais conceitos – Meta-programa, Meta-projeto e Tipologias espaciais – são fundamentais para a análise do Sistema Básico da UFMG, por apresentarem analogia direta com a abordagem estruturalista que orientou a sua concepção. Maciel (2011, p.17)

Sobre a dimensão próxima da vertente do estruturalismo que se coloca na raiz da proposta metodológica desenvolvida na publicação “O território universitário: proposta de modelo para um sistema ambiental”, Malard (MACIEL; MALARD, 2012, p.140) pontua a leitura da universidade como um sistema gerador – baseada na teoria de Christopher Alexander. Ou seja, a estrutura universitária não deveria ser considerada como uma totalidade, mas sim a partir de um processo de estruturação em constante movimento de sobreposição de totalidades – uma combinatória de possibilidades estruturais construídas a partir da práxis, do conjunto de suas atividades, que inclusive significaria um processo simultâneo de desestruturação de combinações preexistentes. Em síntese:

O objeto virtual UFMG, assim construído, seria a Universidade desejada e viável, simultaneamente. Esse objeto revelaria as exigências da vida universitária e as interações entre essas exigências. As informações daí advindas seriam sistematizadas num metaprograma físico-espacial. O diagrama de representação desse metaprograma, mostrando suas articulações de proximidade física e seus requisitos de flexibilidade e crescimento, seria um metaprojeto que pudesse abrir um leque de alternativas projetuais. Um modelo assim construído nada mais é do que um projeto conceitual do objeto e tem de ser transposto, ou traduzido para a linguagem arquitetônica. (MACIEL; MALARD, 2012, p.140)

4.2 Livro Preto - O território universitário: proposta de modelo para um sistema ambiental

Nos termos descritos pela própria publicação que dá título a esta seção, o modelo de “Sistema ambiental” desenvolvido pela Universidade Federal de Minas Gerais emprega métodos científicos para investigar, analisar e racionalizar as necessidades espaciais da universidade, tanto diagramando e quantificando o sistema espacial, quanto definindo as características do território a partir das interações humanas (GUSMÃO, 1970, p.7). O trabalho foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar – aspecto que Maciel (2011, p.2) reforça como um dado no sentido da contemporaneidade de sua proposta e de relevância para justificar sua preservação. Segundo Luciano Damázio de Gusmão, um dos responsáveis pela publicação em questão, entre os principais envolvidos no conteúdo das ideias arquitetônicas apresentadas estiveram os arquitetos do Conselho de Planejamento da UFMG – Alípio Castello Branco, José Abílio Belo Pereira e Maria Lúcia Malard.

A proposta trazida no livro tem início com a seção chamada “O território como um processo de comunicação”, na qual são discutidas questões como a urbanidade do espaço universitário – o caráter de sistema aberto em que o território se constrói a partir da atividade, da relação entre partes, da experiência comunitária. Em seguida, apresenta-se a seção “Um modelo de projetamento sistemático”, em que são conceituados os já mencionados termos meta-programa e meta-projeto. Recapitulando, o meta-programa coloca-se como:

O modelo de análise psico-sociológica parte do estabelecimento das redes de comunicação dos grupos no contexto atual da Universidade; explicando, ao mesmo tempo, essas estruturas, com indicadores que relacionam o comportamento ao espaço tempo em que ele se desenvolve. Pretende também estabelecer, com o auxílio de dados objetivos, bases de interpretação prospectiva para uma estrutura social modelo.

A estrutura social e a estrutura espacial são confrontadas, em cada nível de complexidade de suas análises, resultando sempre uma estrutura ambiental que pretende reproduzir, tanto quanto possível, a atividade das pessoas no espaço.

[...] A cada componente dessas estruturas se faz corresponder uma série de **valores**, de significados espaciais – segundo as exigências de **privacidade, relacionamento programado ou espontâneo, de especialização, de ambientação, de flexibilidade ou de crescimento**: da atividade ou do grupo de pessoas que a desempenham.

Estes componentes espaciais se prestam à uma combinatória. Digamos que eles constituem um código da linguagem do meta-programa espacial, cujos *textos* serão as alternativas de projeto geradas pelo meta-projeto. (GUSMÃO, 1970, p.39 – grifo nosso)

Mais do que explicar a fundo a operação de projetamento completa a que se propõe a publicação, interessa sobretudo o tipo de fala grifado na passagem acima em que se compõe uma forma de analisar as atividades e traduzi-las em análises espaciais correspondentes. A intenção de diálogo que se estabelece com essa publicação funda-se na imaginação de uma nova inserção de dados nas tabelas e ferramentas propostas na presente pesquisa que tome por inspiração e ponto de partida a metodologia desenhada pela equipe da UFMG.

É importante ressaltar que o trabalho desenvolvido pela equipe técnica da UFMG obteve reconhecimento dos pares, à época, conforme narrado por Malard (MACIEL; MALARD, 2012, p.149-150). Inicialmente apresentado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil ao XIII Congresso Pan-americano de Arquitetura, de 13 a 18 de setembro de 1970 em San Juan de Puerto Rico, obteve reconhecimento nacional e internacional. A autora comenta a deficiência de quadro próprio especializado para a finalidade de assistência técnica por parte do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) dentro do MEC e que por isso a divisão de planejamento físico da UFMG foi convidada a compor um convênio de cooperação técnica e prestar consultoria a outras universidades federais, a partir de 1974. Entre as ações, destaca-se o “Curso de Aperfeiçoamento em Planejamento Físico de *Campi*” oferecido em 1975 que marcou a influência dos estudos, pesquisas e projetos desenvolvidos na UFMG e tornou-a sede do Núcleo de Assistência Técnica ao Planejamento de *Campi* (NAT-02). Essa data e o propósito dessa ação coincidem com o contexto delimitado no capítulo 2 de realização de seminários para discussão da produção sobre *campi* no país.

A arquiteta observa que, durante as visitas prestadas a outras instituições, era importante estimular a percepção da importância sobre conhecer criticamente as

atividades cotidianas e suas transposições em especializações para que o planejamento se tornasse efetivamente uma oportunidade de ressignificação da vida acadêmica para além das construções, pois:

Assim que o programa foi instituído, as universidades federais passaram a requisitar nossa presença em suas sedes, principalmente para discutir problemas de metodologia de planejamento de *campi* e de projetos de unidades acadêmicas. Na percepção das equipes locais, o método desenvolvido para a UFMG era como uma receita que, seguida à risca, asseguraria bons projetos. E mais: essa receita reduzia-se a um programa de computador, para estudar as relações físicas entre os espaços (a setorização arquitetônica, como preferem dizer os professores de projeto), um conjunto de formulários, para registrar dados sobre equipamentos e mobiliários, e um sistema construtivo modular, para gerar espaços readaptáveis. O que havia sido concebido como um modelo de sistema ambiental estava sendo apreendido e transportado para outras realidades tão somente como um modelo técnico-construtivo. (MACIEL; MALARD, 2012, p.149)

O objetivo de trazer a reflexão acima está ligado ao relato mencionado no capítulo anterior acerca da última experiência de elaboração de um Plano Diretor para a UFJF antes da atual, durante a década de 2000. Nota-se tanto a importância de apreender criticamente o uso do espaço, para além de replicar modelos, quanto o fato de que melhor pode ser essa reflexão quando elaborada “de dentro”, pelos agentes diretamente envolvidos.

Voltando às propostas do “livro preto”, resgata-se a definição de três conceitos-chave dentro do meta-programa: sistema, estrutura, unidade (GUSMÃO, 1970, p.41-55). Resumindo superficialmente, considera-se a universidade como um sistema (o dito “sistema gerador”, formado pela articulação de totalidades abertas umas sobre as outras) que compreende subsistemas de forma estruturada – possui uma estrutura. Os componentes mínimos aos quais a estrutura pode ser decomposta (unidade) revelam uma ordenação (regras de combinação, de ligação – axiomas). A partir de tais regras, outros conjuntos de mesma estrutura podem ser gerados. A depender da variedade de unidades e regras, tem-se determinada complexidade estrutural. A depender das necessidades de comunicação interna ao sistema, uma complexidade funcional. As unidades diferenciam-se entre unidades de operação (correspondentes à atividade mínima programada, que não pode ser decomposta sem prejuízo à organização de seus componentes – pessoa, equipamento, mobiliário, tipo de espaço, quantidade de tempo) e as unidades funcionais (integração entre unidades de operação que, por exemplo, compartilhem ou permutem equipamentos, possuam ligação direta ou indireta de circulação ou linguagem comum). A todos os critérios

analisados são atribuídos diferentes pesos e valores para composição de uma matriz (matriz de interações espaciais), que é tratada, então, por um computador para construir alternativas de arranjo. As unidades funcionais integradas e os complexos funcionais são, como o próprio nome sugere, formações complexas de unidades funcionais a partir de seus pontos de contato e relacionamentos estabelecidos.

O meta-projeto, por sua vez, parte da consideração de dois aspectos: o tipo de definição de funções e conformações que apenas delimita zonas (como em um plano diretor) não oferece um suporte dinâmico ou um espaço urbano vital para as atividades; a arquitetura precisa agir com táticas diferenciadas sobre as funções diferenciadas do território – nesse sentido, entende-se a estrutura espacial da unidade ou complexo funcional como um local potencial de interpenetração e conexão de diferentes graus de atividade (especializada, semiespecializada, não-especializada) (GUSMÃO, 1970, p.57-66). A articulação entre espaços, para além de circulação é também semiologia na medida em que representa limites, tensões (privado / comunitário, visível / oculto, exterior / interior, natural / artificial, por exemplo). A tipologia espacial dialoga com conceitos como diversificação (formas que proporcionam diferentes percepções em um “espaço-tempo psíquico”); grau de especialização; frequência de visitação; escala de privacidade (privado-semiprivado-comum); flexibilidade; crescimento.

Finalmente, o texto discorre sobre um modelo de comportamento relativo às expectativas dos atores que diferencia dois níveis: o quanto a situação apresentada é desejável por eles e em que medida é indesejável e seria necessária a proposição de alternativas (GUSMÃO, 1970, p.115-119). Os grupos de atividade são também definidos como um sistema em que os elementos estabelecem constante relacionamento: se comunicam entre si e formando redes internas; ou extrapolam o limite interno na direção de outros grupos. São formadas as chamadas redes sociométricas, a partir das quais são atribuídos correlatos quantitativos (indicadores, índices) para dados qualitativos.

4.3 Livro Ocre – Proposta para um sistema ambiental

Ao publicarmos este volume sobre o trabalho do Setor de Planejamento Físico da UFMG, faz-se necessário que explicitemos nossa maneira de encarar a criação do espaço, e em especial do espaço universitário.

Acreditamos na dialética espaço-comportamento, quando o espaço corresponde às necessidades das pessoas que o utilizam, oferecendo-se à mudança na medida em que essas necessidades evoluem. Os lugares adquirem sentido quando apropriados.

[...] Procuramos criar o espaço universitário incorporando a ele, relações e significados retirados do espaço urbano, tornando-o assim mais facilmente apropriável.

Por outro lado, procuramos reinventá-lo a partir das possibilidades de evolução das atividades nele desenvolvidas, definidas pelas necessidades e aspirações dos usuários que entrevistamos e pelas nossas próprias convicções.

[...] A metodologia adotada para o levantamento, tratamento e análise dos dados procura superar o corte no tempo, na medida em que estimula o usuário a pensar prospectivamente e a explorar as relações possíveis das suas diversas atividades, conferindo-lhe ainda, numa fase de abstração, aspectos relativos à flexibilidade e crescimento.

Finalmente, o conceito de tipologia (relação entre os atributos que geram o desenho do objeto dentro de um contexto) orientou toda a estruturação do espaço. (UFMG, [1976?], p.11)

A publicação do documento “Proposta para um sistema ambiental”, conhecido como “livro ocre” ou “livro amarelo”, advém de um amadurecimento do esforço que o precede, publicado no “livro preto”. Novamente fruto de um trabalho interdisciplinar que envolveu, entre outros, Luciano Damázio de Gusmão (análise de sistema e proposta metodológica), Alípio Pires Castello Branco e José Abílio Belo Pereira (proposta arquitetônica) e Sebastião de Oliveira Lopes (sistema construtivo⁸⁹), teve por objetivo apresentar o “modelo de projeto desenvolvido pelo setor de Planejamento Físico da Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento da UFMG (DIPLAN)” (UFMG, [1976?], p.9):

A fim de abarcar a complexidade do “organismo universitário”, a publicação detalha a sistematização de três etapas – relativas à coleta, análise e processamento de dados (UFMG, [1976?], p.15). A coleta diz respeito ao fichamento das diversas atividades de cada departamento, imaginando sua provável evolução. A análise, por sua vez, divide-se em alguns passos: inicialmente, tem-se a determinação das unidades de operação (ver subseção anterior) e a listagem dos espaços necessários; em seguida é feita a quantificação dos espaços através do estudo de índices de ocupação e *layouts*; a partir disso, estabelecem-se as matrizes de relacionamento entre as atividades para

⁸⁹ A publicação “Proposta de coordenação modular e sistema construtivo para um modelo universitário” deriva da experiência da equipe responsável pelas construções do *campus* e complementa esse conjunto de documentos.

obter as estruturas de relacionamento físico das unidades funcionais⁹⁰; visando à qualificação das estruturas, os requisitos funcionais são traduzidos em tipologias funcionais, enquanto os requisitos ambientais são traduzidos em tipologias ambientais. Finalmente, no processamento são montadas as matrizes para obtenção das estruturas de relacionamento interdepartamental – responsáveis pela determinação do zoneamento. A passagem para o projeto sintetiza-se na definição da estratégia de ocupação do território (uma configuração de implantação, em essência, observando a relação de áreas construídas e livres, número de pavimentos, etc.), na determinação de módulos construtivos e suas articulações (arranjos espaciais feitos a partir das tipologias da análise anterior) e na sistematização do processo construtivo (resposta às questões postas sobre flexibilidade, crescimento, padronização, etc.).

Tendo em vista o fato de que os procedimentos acima descritos se referem à ação de projetamento do espaço, enquanto o foco da presente pesquisa encaminha-se para o pensamento sobre lugares já existentes é mais produtivo que a discussão se detenha sobre aspectos da metodologia acima descrita que possam auxiliar a construção de um olhar analítico. Isso porque o exercício proposto é o de refletir sobre a transformação desses em novas categorias para coleta de dados dentro da ferramenta da Tabela de Atributos das edificações do *campus* da UFJF, permitindo a criação de novas classificações georreferenciadas – novas leituras críticas espacializadas, baseadas em critérios de implantação, morfologia, sistema construtivo e processo construtivo. A etapa de coleta, assim como os primeiros passos da etapa de análise, contribui menos para o objetivo pretendido, sendo dessa forma particularmente interessante o olhar sobre a ação de qualificação das estruturas.

Conforme dito, uma primeira classificação trata da categoria de tipologias funcionais – as quais referem-se a características de funcionamento e evolução dos espaços: especialização, acessibilidade (em termos de frequência de visitação ou afluência de pessoas), flexibilidade (espaços polarizadores, que requerem remanejamento, interconversão ou expansão interna) e crescimento (que pode ser por expansão externa ou multiplicação) (UFMG, [1976?], p.85-89). Uma segunda classificação diz respeito à apropriação do espaço universitário como ambiente – ou espaço sensível,

⁹⁰ Nesse sentido, observar o comentário feito na subseção 2.4 sobre a percepção de aumento na complexidade dos estudos desenvolvidos acerca das relações de integração e interdisciplinaridade na estrutura organizacional da universidade, no contexto da criação da UnB.

que demanda comportamentos diferentes a depender dos grupos que o ocupam e das atividades das quais estes participam (UFMG, [1976?], p.91-96). Por isso, nesse segundo sentido diferencia-se três níveis de organização social: coletivo, de grupos (pessoas com um objetivo comum ou que compartilham área de conhecimento ou profissão) e de subgrupos (especializados em recortes menores de áreas determinadas, com características bastante homogêneas). As categorias de tipologias ambientais relacionam-se a esses níveis ao tratar de: apropriação de uso (grau de compartilhamento dos espaços) e privacidade. A depender da interseção entre esses dois parâmetros, a resposta arquitetônica pode se dar na forma de espaços de transição, separação parcial, extrapolação ou separação total. As estruturas de relacionamento interdepartamentais decompõem-se, resumidamente, em: contatos bilaterais ou unilaterais entre departamentos; e crescimento do departamento por introdução de temas, especialização da pesquisa, fusão com ampliação ou contração, ou partição (UFMG, [1976?], p.105-107).

Esse estudo metodológico inseriu-se e buscou responder a um contexto da produção teórica e espacial que vinha acontecendo no campo da Arquitetura e Urbanismo. É, portanto, relevante mencionar que o pensamento acerca do espaço universitário tenha se dado em diálogo tanto com a pesquisa, quanto com a produção concreta – já que, segundo exposto por Malard (MACIEL; MALARD, 2012, p.87) em comunicação sobre a construção do *campus* Pampulha feita em 1975, a Prefeitura da UFMG executava suas próprias obras por administração direta “em virtude da experiência acumulada ao longo desses anos”, utilizando de técnicos e operários formados por essa experiência e capazes de dialogar com o padrão de qualidade e o custo da obra pretendidos. Sua aplicação e evolução ao longo do tempo não se exime de críticas, naturais ao processo, inclusive por parte da própria equipe envolvida, e por isso resultou em reformulações que serão mencionadas a seguir. Segue sendo importante ressaltar o desejo da universidade de manter algum controle sobre como seu espaço é produzido e de agir intencionalmente sobre ele – mesmo quando a aplicação do Sistema Básico passa a ser custosa e inviável⁹¹ sob os moldes das estruturas de

⁹¹ A percepção que se estabelece em relação à onerosidade do sistema merece ser melhor aprofundada em uma investigação futura, por se colocar na relevante interseção entre a questão das estruturas de contratação por menor preço, a questão da dualidade entre quadro próprio de funcionários e terceirização no contexto das alterações nas estruturas econômicas que desestabilizam relações trabalhistas, e a questão dos desafios na proposição construtiva do sistema em relação aos limites da pré-fabricação e industrialização de componentes.

contratação e financiamento de obras atuais. Maciel (2011, p.8) diz explicitamente que “a partir dos anos 90, o sistema construtivo passou a ser excessivamente oneroso e foi reavaliado, deixando de ser implantado”.

4.4 Reformulação – Territórios da Universidade: permanências e transformações

O crescimento da pesquisa e da pós-graduação, decorrente da implementação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva para os docentes, permitiu o desenvolvimento da carreira acadêmica, e a UFMG passou a viver um novo contexto. Esse crescimento qualitativo, que se deu de forma acelerada a partir da década de 1980, coincidiu com a falta de investimentos federais para a construção de novas edificações e mesmo para a manutenção das edificações existentes. Ao final da década de 1990, a Universidade já estava consolidada nos seus fins (ensino, pesquisa e extensão) e, por isso mesmo, madura no seu pensar. E esse pensar a levou à conclusão de que ela precisaria transferir para a Pampulha as unidades que estavam dispersas na cidade e ampliar aquelas que se encontravam no *Campus*, sob pena de ficar estagnada em algumas áreas, pela inadequação e exiguidade de espaços. Tomou-se, então, a decisão de se elaborar o Projeto *Campus* 2000, que era um plano de investimentos em obras, para acabar com a interminável fila de demandas.

[...] Definiu-se, também, que, além de ser um trabalho técnico de arquitetura e urbanismo – e, portanto, uma oportunidade para os docentes desenvolverem a prática profissional -, o Projeto *Campus* 2000 deveria se constituir numa experiência acadêmica relevante, em termos de pesquisa e geração de conhecimentos no âmbito da Arquitetura e Urbanismo. Assim, do ponto de vista metodológico, o projeto tentaria inovar os procedimentos convencionais de criação arquitetônica e adotar o processo de criação coletiva. (MACIEL; MALARD, 2012, p.157-158)

O trecho acima descreve um pouco a passagem de uma fase para a outra dentro da evolução do planejamento do território na UFMG. Trata-se de um processo complexo e gradual, no entanto, a respeito do qual não se irá deter tendo em vista o foco da discussão voltar-se sobre a contribuição oferecida pelos procedimentos metodológicos adotados para a coleta de dados. Malard (MACIEL; MALARD, 2012, p.151-156) aborda o momento, ainda na década de 1980, em que duas iniciativas se sobrepunham: a conclusão da implantação do Sistema Básico com os projetos das Faculdades de Letras e de Filosofia e Ciências Humanas, e uma ação de planejamento a médio prazo apelidada internamente de “Partiplan” (por se propor a ser uma experiência de planejamento participativo, que ressoa com as reformulações no campo cultural e da produção arquitetônica e urbanística discutida no capítulo 2). Enquanto evolução do trabalho anterior, e enquanto resposta ao contexto internacional de formulações a respeito da questão da participação, propunha-se a compor uma visão prospectiva formada pela recuperação de dados da realidade vivida

no território. Inicialmente, se delineou como uma leitura do *campus* através de observações sistemáticas para conhecer as interações entre usuários e espaços, identificando esse espaço não como um suporte neutro perante os acontecimentos sociais que intermedia, mas como um agente que pode sugerir-los, facilitá-los, dificultá-los ou condicioná-los. Essas ações de médio prazo, além de enfrentarem um estrangulamento frente às demandas de curto prazo, encontraram uma ausência de vontade política que as promovesse. Conforme relatado acima, foi no projeto do *Campus 2000* que novas formulações de planejamento foram melhor desenvolvidas.

Nas palavras da arquiteta, a metodologia adotada na transição para a década de 2000 respondia a um pensamento baseado na lógica de Karl Popper sobre a criação intelectual: “temos um problema, construímos soluções e descartamos, uma após a outra, aquelas que não o resolvem bem; ficamos com a que resolve. Nesse processo desenvolvemos nosso aprendizado sobre o problema” (MACIEL; MALARD, 2012, p. 159). O primeiro passo dessa metodologia, de caracterização das demandas, formulou-se como um trabalho cooperativo entre dirigentes, usuários e arquitetos – esses últimos assumindo uma posição ativa na coleta de dados refinando as perguntas direcionadas às outras partes em busca de respostas mais reflexivas, que os conduzissem a proposições inovadoras. O segundo passo, de levantamento e registro de informações, priorizava a elaboração de croquis, *layouts* e imagens durante o processo de entrevistas, a serem complementados por textos, invertendo a lógica tradicional de formulários dessa natureza. O levantamento de dados organizacionais novamente partia de uma inversão de lógica na qual era feita uma conjectura prévia por parte da equipe a ser verificada e complementada em campo durante as entrevistas. Finalmente, foi conduzido um esforço de registro de dados com indicadores para dimensionamento e quantificação dos espaços. A concepção dos edifícios partiu de sessões de criação coletiva em que os processos de tentativa de solução e avaliação crítica aconteciam, rumo à solução final. Adotou-se a preferência por alguns parâmetros de projetos: arquitetura pavilhonar, com orientação preferencial norte-sul; sistemas construtivos modulados; coberturas de uma água com calha periférica; distribuição de *shafts* verticais; entre outros. Os estudos de implantação partiam de três atividades: o mapeamento da arborização, posteamento, insolação e redes de água, esgoto, energia, dados; o estudo de locação no terreno com áreas limítrofes da edificação, do tratamento paisagístico, de estacionamentos,

acessos e circulações; e o levantamento topográfico, de sondagem, dos ventos dominantes e fluxos existentes (MACIEL; MALARD, 2012, p.161-177).

Contemporaneamente, segundo relato de Maciel (MACIEL; MALARD, 2012, p.252-268), o Departamento do Planejamento Físico e Projetos da UFMG desenvolveu uma nova interpretação de sistema ambiental a partir de projetos-piloto (Unidade Administrativa V, Bloco de Aulas Práticas do Instituto de Ciências Biológicas e Anexo para o Colégio Técnico) – o Sistema Ambiental Infraestrutural⁹². Esse pensamento a respeito do território funda-se sobre cinco pilares: *res publica* (ou o valor da coisa pública), equidade, relação com a cidade, transformação e crescimento, sustentabilidade ambiental.

O fato de a Universidade encontrar-se em um momento de transição para um modelo de construção baseado na licitação pública tem grande influência na orientação predominante em direção à industrialização, padronização e racionalização da construção. Busca-se assim contribuir para o estabelecimento de padrões de qualidade que sejam menos suscetíveis às oscilações do mercado da construção civil.

[...] Por se tratar de um sistema, interessam os princípios geradores, e não a forma final e os materiais dos edifícios, que devem necessariamente permitir ajustes a partir do contexto específico de aplicação – seja o lugar e suas preexistências, seja a tipologia da edificação, seja o momento específico que condiciona a disponibilidade e o custo de técnicas e materiais. (MACIEL; MALARD, 2012, p.253-254)

Em ressonância com o raciocínio de implantação mencionado anteriormente, o primeiro dos princípios propostos neste sistema é o de articulação territorial. Nele nota-se, mais uma vez, a predominância da orientação norte-sul, a consideração das variações topográficas significativas, a consideração de preexistências relevantes (conjuntos naturais ou edificados), a ampliação da conectividade da edificação com outras existentes ou com o espaço urbano e o pleno atendimento à acessibilidade no sentido da norma ABNT NBR 9050:2020 (à época da publicação, ainda na revisão de 2004). O segundo princípio é o da construção industrializada, em que são determinadas as preferências, por exemplo, em termos de: estrutura principal em concreto armado pré-fabricado; estruturas metálicas leves para elementos secundários de pequena escala e/ou alta complexidade geométrica; elementos

⁹² Observa-se a relação entre a proposição de um sistema Infraestrutural e a fala anterior deste mesmo autor sobre as experiências de projeção no campo da Arquitetura e Urbanismo do período entre 1950 e 70 que dialogam com estruturas abertas, baseadas na alternância entre princípios estruturantes e apropriações indeterminadas.

industrializados de atenuação solar; entre outros. O terceiro princípio denomina-se flexibilidade, adaptabilidade e crescimento e dialoga com os conceitos do Sistema Básico. Neste caso, enfatiza-se o “desenho dos elementos permanentes, de modo a liberar os espaços principais para rearranjos funcionais variados” sugerindo uma “hierarquia de permanência e mutabilidade” (MACIEL; MALARD, 2012, p.260). Desse raciocínio derivam-se mais conceitos, como por exemplo: a organização das atividades identificando as coletivas e as individuais (e com qual grau de privacidade); a articulação de pátios internos ou a potencialização de climatização natural a depender da publicidade das atividades; a priorização de instalações aparentes e mobiliário industrializado, entre outros. Por fim, o princípio de sustentabilidade referencia, por exemplo: cuidado na orientação de aberturas e atenuadores solares; inclusão de elementos tecnológicos para economia de consumo energético; previsão de medições individualizadas de consumo de recursos; sistemas de reuso de águas pluviais; entre outros. Cabe mencionar, ainda, a inclusão do raciocínio voltado à flexibilidade e compartilhamento de uso de infraestruturas como parte das ações de sustentabilidade na proposição atual.

4.5 Síntese propositiva

Supondo, a partir da exposição resumida acima, a análise de um conjunto construído da UFJF com a contribuição oferecida pelo estudo das abordagens metodológicas descritas, um primeiro passo seria a recuperação dos desenhos e documentos de projeto entregues para composição do conjunto que subsidia o processo licitatório. O objetivo, então, seria a observação das propostas desenhadas de forma a tentar identificar a presença intencional ou não de um raciocínio voltado para as principais temáticas abordadas.

Começando pela questão da implantação, uma primeira observação seria: qual o limite de interseção com o território que o projeto aborda? Ele se concentra no “pouso” do edifício sobre o terreno, ou os desenhos e memoriais também abrangem o entorno imediato (ou a escala mediana dos platôs, por exemplo)? São apresentadas informações que sugerem uma consideração topográfica, de sondagem ou de levantamento dos elementos vizinhos principais (arbóreos, hidrográficos, edificados, de infraestrutura)? A resposta de projeto informa algum pensamento acerca da orientação solar ou tratamento climático? E quanto à identificação de redes de

infraestrutura preexistentes, há menção? Existe proposição de tratamento paisagístico? E em relação à acessibilidade, “circulabilidade” ou *wayfinding*?

Aproximando o foco para uma visão geral do edifício, dados relativos ao sistema construtivo poderiam ser elencados, tais como o do sistema estrutural predominante – tanto em termos de material (diferenciando estruturas de concreto, metálica ou madeira, por exemplo), como em termos de produção (industrializada ou moldada *in loco*), e ainda em termos morfológicos (como a conformação de grelhas, estrados, etc.). Os sistemas de vedação e esquadrias também poderiam ser analisados em termos semelhantes. Finalmente, caberia o levantamento da presença de soluções de sustentabilidade, no sentido mencionado anteriormente.

O arranjo morfológico geral das unidades, em termos arquitetônicos, também poderia ser estudado levando em conta a contribuição das discussões conceituais apresentadas. Seria pertinente observar se as soluções propostas são favoráveis ou desfavoráveis, e se respondem a qual grau de flexibilidade (demanda alta, média ou baixa, com possibilidade de remanejamento, interconversão ou expansão interna). Nesse sentido, são previstas possibilidades de crescimento – ou, se são também favoráveis ou desfavoráveis? A partir das noções de unidade funcional e de estruturação a partir do relacionamento entre as atividades, poderiam ser listadas quais unidades funcionais estão sendo abrigadas: se única ou múltipla, e, se múltipla, com qual tipo de relacionamento entre as partes (mesma área de conhecimento, mesmo departamento, áreas afins, atividade meio ou atividade fim similares, por exemplo). Em seguida, poderiam ser marcados o funcionamento predominante por bloco: se especializado, semiespecializado ou não especializado. Em consonância com as proposições relacionadas às tipologias ambientais, os projetos poderiam ser estudados em termos do nível de compartilhamento predominante (coletivo, grupo ou subgrupo) e do grau de privacidade das atividades priorizadas (privado, semiprivado, não privado). Em interface com a ideia de crescimento, como são os índices de ocupação e o esgotamento da capacidade instalada? O projeto prevê espaço para atividades não programadas, espaços intermediários de articulação entre atividades ou incorpora áreas de sociabilidade?

As possibilidades consideradas acima, ainda que não estruturadas, conformam um *brainstorming* acerca dos diálogos possíveis. Uma primeira possibilidade de trabalho

seria a simples seleção de critérios principais, de um recorte exemplo do *campus* da UFJF e de aplicação de perguntas do tipo “sim-não” em relação a esses temas. Com esse exercício poderiam ser respondidos questionamentos em relação à uniformidade do tratamento de tais temáticas entre os diversos autores de projetos que atuaram ao longo da evolução da trajetória do *campus*. Em alguma medida, o grau de amadurecimento técnico, conceitual e teórico dos projetos propostos também poderia ser avaliado ao longo do tempo e do atravessamento de complexidades que os alimentam. Algumas observações acerca do grau de influência de mudanças na configuração das políticas educacionais sobre a qualidade construtiva e ambiental dos espaços universitários deveriam ser também verificadas, promovendo a intercambialidade entre as ferramentas de pesquisa. Encerra-se assim um pequeno ensaio propositivo em relação a essas questões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em ressonância aos debates já levantados durante a dissertação, as limitações burocráticas e o enfrentamento ideológico em torno do financiamento das universidades não são desconsideráveis. A realidade do trabalho cada vez mais pautado pela terceirização e pela racionalidade econômica do “menor preço” demanda um engajamento crítico e ativo por parte da comunidade no sentido de buscar promover a faceta da realidade universitária que não é replicável fora dela. Coloca-se, então, como horizonte para a pesquisa (ainda que nem sempre alcançável diretamente pelas discussões e resultados promovidos) a reflexão sobre uma possibilidade de convergência entre prática profissional, ensino e pesquisa resistente ao avanço da estrutura produtiva do mercado sobre este território.

Conforme dito na seção introdutória, a pesquisa pautou-se pelo desafio da proposição de um amplo escopo – o do registro sistematizado de ações voltadas ao planejamento e formação do território da Universidade Federal de Juiz de Fora. Para abordá-lo, foi preciso desenvolver uma estratégia que, mais do que dar conta de esgotá-lo, pudesse permitir o mapeamento dos dados, a estruturação das ações e o futuro retorno com intuito de aprofundamento. Durante esse trabalho, duas escalas de análise estiveram presentes: a de um contexto nacional, relacionado tanto à formulação de políticas públicas voltadas para o ensino superior, quanto à produção presente no campo profissional da Arquitetura e Urbanismo; e a escala da conformação institucional da Universidade Federal de Juiz de Fora – principal objeto da pesquisa. Para que o trânsito entre essas escalas se efetivasse, foi necessária a proposição de duas bases de coleta de dados e duas ferramentas para sistematizar as informações tratadas.

A primeira das bases, detalhada no capítulo 2 – “Contextualização” – formulou-se a partir do reconhecimento dos campos, agentes e fatores que constituem o sistema de ensino superior brasileiro através de suas articulações e embates, identificados durante a pesquisa bibliográfica com seus fatos correspondentes na construção da ferramenta da linha do tempo. No trabalho de sua análise foi proposta a construção de uma periodização que organizasse uma narrativa sintética – a formação do panorama de base que contextualiza as inserções posteriores, dialogando com um dos objetivos específicos que diz respeito à compreensão de forças externas e

heteronomias que concorreram e interferiram ao longo deste processo, influenciando-o.

A segunda base de dados, detalhada no capítulo 3 – “A inserção da UFJF em perspectiva” – aproximou o foco para abordar o recorte de caso em questão, cuja escolha foi motivada pelo convívio cotidiano, pela participação no âmbito técnico da conformação territorial da universidade e pelo reconhecimento de sua relevância, tão significativa quanto são os desafios enfrentados durante a produção de seu espaço. Através da operação de conjugação entre os dados coletados junto à Pró-Reitoria de Infraestrutura e Gestão, transformados em atributos correlacionados à base cartográfica compartilhada com a equipe responsável pela elaboração do novo Plano Diretor Físico-territorial e Patrimonial, foi configurada a ferramenta do mapa de evolução das construções.

Entre os resultados obtidos durante essa fase estão um refinamento da periodização proposta para a escala nacional das políticas de ensino superior que traduzisse uma estrutura própria de periodização da trajetória da UFJF – e a possibilidade de sua visualização espacializada no mapa que ilustra e localiza as contratações de construções e ampliações realizadas ano a ano. Os gráficos decorrentes dessa mesma conformação de dados conectam os períodos ao volume de obras, à situação dessas (se concluídas, em execução, paralisadas ou demolidas), à sua separação por área de conhecimento e informações preliminares acerca de outros dados como gabarito, fonte de recursos financeiros e responsabilidade pela elaboração de projetos.

Tendo em vista o objetivo geral voltado para a compreensão sobre como a gestão urbanística e a organização do trabalho técnico voltado ao território se transformou ao longo do tempo, e quais seus reflexos nos procedimentos projetuais e no produto construído, aborda-se as principais limitações e perspectivas futuras para a pesquisa. Entre as limitações estão a incompletude dos dados levantados. O universo de informações que podem ser coletadas acerca das obras realizadas no *campus* é extenso e adotou-se, neste momento, apenas o critério das licitações como fonte. Apesar da boa rastreabilidade e confiabilidade proporcionada pela formalidade burocrática, essa fonte produz um achatamento de questões (como por exemplo a autoralidade, o financiamento ou quaisquer outros aspectos que envolvam processos)

por se tratar de um procedimento de síntese. Por vezes a consulta a documentos licitatórios como selos de pranchas de projeto ou timbres de planilhas orçamentárias não foi suficiente para esclarecer estruturas envolvendo a participação de agentes externos (como empresas terceirizadas para elaboração de projetos) ou de relacionamentos interdepartamentais no âmbito organizacional (como negociações de contratações ocorridas em setores diversos dos que operam o procedimento licitatório). Em muitos casos, notou-se prejuízo de percepção das complexidades ao não serem realizadas entrevistas e consultas a outras fontes de dados de forma a complementar as bases.

Nota-se que o reforço de um caráter de abertura e dinamismo que se pretendeu dar às ferramentas elaboradas tem a ver com a percepção de que será necessário amadurecimento para que os registros sistematizados sejam suficientemente robustos para responder ao amplo escopo delineado. Além disso, imagina-se que a formulação de ferramentas desta natureza, que correlacionem informações georreferenciadas e espacializadas a dados técnicos ou históricos, possam tornar-se alternativas permanentes de subsídio às práticas de planejamento cotidianas. Entre os propósitos delineados pelo PDI 2022-2027 menciona-se o fortalecimento institucional – percepção à qual a pesquisa se alinha na medida em que identifica que a UFJF poderia ter se beneficiado de outras formas de uma política de financiamento à expansão de sua infraestrutura como o Reuni caso possuísse uma visão sistematizada e consolidada de planejamento do espaço físico vigente entre a equipe (que foi renovada em proporções importantes durante o processo).

Além disso, considerando o contexto socioeconômico e político presente, em que é premente a revisão do papel do Estado e das instituições públicas no sentido de lidar com a exacerbação de desigualdades e o estado geral de incertezas, bem como de absorver as extensas mudanças no modo de vida proporcionadas pelas inovações tecnológicas informacionais, coloca-se o desejo de abrir a reflexão sobre o papel futuro da universidade. No âmbito de seu território, inclusive, é necessário discutir a permanência da rigidez de estruturas e setorizações tradicionais, não necessariamente no sentido de resgatar a ótica economicista de produtividade do espaço, mas de imaginar uma mudança no contexto de relações sociais. Resgata-se a convocação de Gaspar (2015) feita na seção 2.6 acerca de retomada do sentido do

público e da esfera coletiva da existência como alternativa para enfrentamento das várias adversidades vislumbradas.

No exercício de observar como a universidade caminha rumo ao “sexto período” (momento atual dentro da periodização proposta na linha do tempo panorâmica) cabem discussões acerca de tendências voltadas a temáticas como o compartilhamento de espaços e novas concepções de layouts que respondam à maior presença de organizações híbridas de trabalho presencial e remoto mais largamente instituídas pelo contexto da pandemia de Covid-19 nos anos recentes – ou mesmo a prevalência, em contraponto, da necessidade e relevância do uso dos espaços abertos ao público, voltados ao lazer e estudo compartilhado, à ocupação de áreas livres, verdes e apropriação dos interstícios entre edifícios como forma de suprir a carência por convivência e espaços que a suportem.

Entre os usos futuros que possam ser subsidiados pela aplicação de uma ferramenta conjugada do tipo a que se propõe o inventário estão o registro historiográfico sistematizado e aplicado à uma visualização especializada que permeia a proposição da pesquisa, mas também a correlação dessas informações ao contexto gerencial da universidade relacionado ao seu patrimônio e planejamento. Além disso, o inventário possui potencial para ser aplicado como instrumento de apoio à prática projetual na medida em que seja alimentado com dados mais detalhados relativos a características construtivas ou de manutenção, ou mesmo como ferramenta de imaginação prospectiva caso possa subsidiar ensaios acerca de cenários futuras de crescimento do território da universidade. Essencialmente, tanto a forma como a pesquisa se organizou, quanto as potencialidades enxergadas na aplicação das ferramentas se voltam a instruir o processo decisório (seja de projeção ou administrativo), e estruturar possibilidades de discussão (seja internamente ao contexto técnico, seja no âmbito acadêmico).

No capítulo 4 – “Desdobramentos e diálogos” – foi proposta, então, a retomada de uma experiência institucional diversa na qual uma metodologia de projeção foi amplamente discutida e registrada em publicações diversas, pautada em formulações teóricas do campo arquitetônico, urbanístico e cultural. Neste capítulo conclusivo, desenhou-se um misto de recuperação bibliográfica com um esboço de procedimento imaginativo que poderia se transformar em uma primeira decorrência direta da

pesquisa – relacionada à outras formas de caracterização qualitativa do ambiente construído que caminhem rumo a responder qual a interrelação entre as inflexões no contexto das políticas públicas, suas correspondências nas estruturas contratuais e os reflexos na produção efetiva do espaço. Da observação deste caso propõe-se um pensamento inicial sobre a extração de novas categorias de coleta de dados e ampliação do escopo do inventário para caminhar rumo aos potenciais identificados.

Essa proposição imaginativa preliminar coloca-se como uma provocação, não no sentido impositivo, mas de abertura do diálogo para com os interessados em continuar estudando e repensando o ensino superior, a universidade pública e seu território – e da perspectiva de manter acesa uma reflexão acadêmica no âmbito do trabalho técnico, de forma a extrapolá-lo e integrá-lo às demais esferas. O trabalho que se estabelece, principalmente a partir da perspectiva colaborativa posta junto à equipe responsável pelo planejamento da instituição, será certamente aperfeiçoado pelo esforço coletivo do grupo.

REFERÊNCIAS

60 ANOS UFJF. **Fotos históricas e antigas do campus**. 2022a. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/60anos/fotos-historicas-e-antigas-do-campus/>. Acesso em: 18 abr. 2022.

60 ANOS UFJF. **Nossos vídeos**. 2022b. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/60anos/nossos-videos/>. Acesso em: 18 abr. 2022.

ALBERTO, Klaus Chaves. **Três projetos para uma Universidade do Brasil**. 2003. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

ALBERTO, Klaus Chaves. **Formalizando o ensino superior na década de 1960: a cidade universitária da UnB e seu projeto urbanístico**. 2008. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

BASTOS, Maria Alice Junqueira; ZEIN, Ruth Verde. **Brasil: arquiteturas após 1950**. 1.ed. 2.reimpr. São Paulo: Perspectiva, 2015. 432p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. Acesso em: 17 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 18 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 63.341, de 1 de outubro de 1968**. Estabelece critérios para a expansão do ensino superior e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1968a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63341-1-outubro-1968-404684-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010**. Regulamenta a Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, e revoga o Decreto no 5.205, de 14 de setembro de 2004. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7423.htm. Acesso em: 12 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.** Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.350, de 25 de maio de 2022.** Altera as Leis nºs 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, para aperfeiçoar a sistemática de operação do Programa Universidade para Todos (Prouni). Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14350.htm. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 3.858 de dezembro de 1960.** Cria a Universidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1960. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3858.htm. Acesso em 18 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1968b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 18 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em 18 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.** Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8958.htm. Acesso em 18 abr. 2022.

CALDERARI, Elaine Saraiva; FELIPE, Joel Pereira (org.). **Novos campi universitários brasileiros: processos e impactos**. Brasília: Universidade de Brasília, 2021. 201p. ISBN 978-65-992384-6-8. E-book. DOI: <https://doi.org/10.29327/543631>. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/134>. Acesso em: 3 abr. 2023

CAMPELO, Valmir. As fundações de apoio às universidades no contexto do controle externo. **Revista do TCU**, Brasília, v.33, n.94, out./dez. 2002. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/776>. Acesso em: 3 abr. 2023.

CAMPELLO, Mauro Santoro; BRAGA, Raquel Dias Vieira; CRUZ, Gabriel; SILVEIRA, Paulo Stuart; OLIVEIRA, Filipe Quaresma; ZANOLI, Fabrício; VIANNA, Bruna Hamacek; MOREIRA, Beatriz Elena de Assis; DINI, Lorena Noé; VIANNA, Luiza Almeida; RODRIGUES, Lucas Souzalima; VELASCO, Maurício Henrique; TEPERINO, Luciana; CARVALHO, Dalton Evandro de; CASTANHEIRA, André. A Forma Arquitetônica do Campus da Universidade Federal de Juiz de Fora. *In: XIII Seminário de Arquitetura Latinoamericana*, 2009, Panamá. SAL - XIII, 2009. CAMPELLO, Mauro Santoro. et al. A Forma Arquitetônica do Campus da Universidade Federal de Juiz de Fora. *In: XIII Seminário de Arquitetura Latinoamericana*, 2009, Cidade do Panamá. Actas del SAL - XIII, Cidade do Panamá, 2009.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Portal da Transparência. **Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF**: despesas do órgão - execução orçamentária e financeira. 2018. Disponível em: <https://www.portaldatransparencia.gov.br/orgaos/26237?ano=2018>. Acesso em: 20 jul. 2022.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Portal da Transparência. **Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF**: despesas do órgão - execução orçamentária e financeira. 2022. Disponível em: <https://www.portaldatransparencia.gov.br/orgaos/26237?ano=2022>. Acesso em: 24 jul. 2022.

CUNHA, Luiz Antonio. Autonomia universitária: teoria e prática. *In: VESSURI, Hebe (org.). Universidad e investigación científica*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p. 13-31. ISBN: 978-987-1183-62-3. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/vessuri/Luiz%20A%20Cunha%20.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022.

CUNHA, Luiz Antonio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. *In: LOPES, Elaine Marta Teixeira et al. (orgs). 500 anos de Educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-204.

CUNHA, Luiz Antonio. O legado da ditadura para a educação brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr.-jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000200002>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/Tm5wH75ZnW3DLpxLbLFqcv/abstract/?lang=pt>. Acesso em 14 fev. 2022.

ESTADO DE MINAS GERAIS. **Conheça Minas**: geografia. Lista de meso e microrregiões do IBGE. 2010. Disponível em: https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_04_li stamesomicro.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

ESTEVES, Juliana Cardoso. **Planejamento e gestão do ambiente construído em universidades públicas**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

FACULDADE DE MEDICINA DA UFJF. **Histórico**. 2022. Disponível em: <https://www.ufjf.br/medicina/institucional/historico/>. Acesso em: 18 abr. 2022.

FIALHO, Beatriz Campos. **Da cidade universitária ao Campus da Pampulha da UFMG**: arquitetura e urbanismo como materialização do ideário educacional (1943-1975). 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

GASPAR, Ricardo Carlos. A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 17, n.33, p. 265-296, maio 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3312>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/rbnKdf7jR6gT3mLbcQmNgKG/?lang=pt>. Acesso em: 03 mar. 2022.

GUILHERME JÚNIOR, Vicente dos Santos. **Contratação e execução de obras públicas**: estudo de caso da Universidade Federal de Juiz de Fora no contexto da expansão ocorrida a partir de 2007. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

GUSMÃO, Luciano Damazio de. **O território universitário**: proposta de modelo para um sistema ambiental. Belo Horizonte: Edição do Conselho de Planejamento e Desenvolvimento da UFMG, 1970.

LUSA, Mailiz Garibotti; MARTINELLI, Tiago; MORAES, Samara Ayres. A Universidade pública em tempos de ajustes neoliberais e desmonte de direitos. **Revista Katálysis**, v. 22, n. 3, p. 536–547, set. / dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n3p536>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/BLdLLDvkvxfHRGWNpkMJPbc/?lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MACIEL, Carlos Alberto. O sistema básico da UFMG e seus precedentes: infraestrutura, crescimento, superação da função e construção da paisagem. *In*: Seminário Docomomo Brasil, 9., 2011. **Anais do 9º Seminário Docomomo Brasil**. Brasília, 2011. Tema: Interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente. Disponível em: <https://docomomobrasil.com/wp->

content/uploads/2016/01/110_M25_RM-OSistemaBasicoDAUFMG-ART_carlos_maciel.pdf. Acesso em: 06 set. 2022.

MALARD, Maria Lúcia; MACIEL, Carlos Alberto. (Org.) **Territórios da Universidade: Permanências e transformações**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. v. 1000. 316p.

MALARD, Maria Lúcia. O campus da Pampulha: o pensamento e a prática. *In*: MALARD, Maria Lúcia. **Memorial**. Concurso para o cargo de professor titular. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. Departamento de projetos. Belo Horizonte, 1995.

PEREIRA, Fúlvio Teixeira de Barros. **Exporting progress**: os norte-americanos e o planejamento do campus no Brasil. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PINTO, Gelson de Almeida; BUFFA, Ester. **Arquitetura e educação: câmpus universitários brasileiros**. São Carlos: EdUFSCar, 2009. ISBN 978-85-7600-374-8. E-book. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 23 abr. 2023.

POCHMANN, Marcio. Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da Nova República. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p.309-330, abr.-jun., 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017176603>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/nGzLpfZ3XpXFVcWbhTQkFBB/abstract/?lang=pt>. Acesso em 04 mar. 2022.

PREMESU. Coordenadoria de Desenvolvimento das Instalações do Ensino Superior. **MEC-BID III: III Acordo Ministério da Educação e Cultura / Banco Interamericano de Desenvolvimento**. [s.l.]: Premesu, 1980. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002091.pdf>. Acesso em 28 fev. 2022.

REZENDE, Raquel Fernandes; REZENDE, Vera Lucia Ferreira Motta. O campus da Universidade Federal de Juiz de Fora, a contribuição de um projeto moderno para uma cidade contemporânea. *In*: 8º Seminário Docomomo Brasil, 2009, Rio de Janeiro. **Anais do 8º Seminário Docomomo Brasil**, Cidade moderna e contemporânea: síntese e paradoxo das artes, v. 1., p. 1-1., 2009. Disponível em: <https://docomomo.org.br/course/8-seminario-docomomo-brasil-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 14dez. 2020.

RODRIGUES, Andreia de Souza Ribeiro. **A produção do espaço urbano de Juiz de Fora/MG: dinâmicas imobiliárias e novas centralidades**. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

RODRIGUES, Luiz Augusto Fernandes. **Universidade e a fantasia moderna: a falácia de um modelo espacial único**. 1. ed. Niterói: EDUFF, 2001.

SANTOS DUMONT. **Lei Orçamentária nº 4572, de 20 de dezembro de 2021.**

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Santos Dumont para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências. Santos Dumont, MG: Prefeitura Municipal, 2021.

SANTOS, Roberto Eustaáquio. Atrás das Grades Curriculares: da fragmentação do currículo de arquitetura. *In: Projeter 2003*, 2003, Natal - RN. I Seminário Nacional sobre Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura, 2003.

SOUZA, Márcio de Oliveira Resende. **O programa MEC/BID III e o CEDATE na consolidação dos campi universitários no Brasil.** 2013. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) - Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil: 1900-1990.** 3.ed. 2.reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SEGAWA, Hugo. Rio de Janeiro, México, Caracas: cidades universitárias e modernidades 1936-1962. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, Salvador, n. 7, p. 38-47, jul./dez. 1999.

SILVA, Patrícia Aparecida da. **O Reuni na UFJF: um estudo sobre os principais desafios enfrentados pelos gestores.** 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

SINGULANE, Dalila Varela. Memória e imaginários: estudo sobre a composição do Patrimônio Cultural material de Juiz de Fora (MG). **Temporalidades – Revista de História**, Belo Horizonte, v.12, n.1, p.303-324, jan.-abr., 2020. ISSN 1984-6150.

Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/19872>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SOARES, Eduardo Fajardo. **Cidade Universitária da UFMG: um território urbano em um campus?** 2016. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

UFJF retoma implantação de Parque Tecnológico. **UFJF|Notícias**. Juiz de Fora, 20 out. 2020. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2020/10/20/ufjf-retoma-implantacao-de-parque-tecnologico/>. Acesso em: 24 jul. 2022.

UFJF - NOTÍCIAS. Arthur Arcuri: o campus e a genialidade do engenheiro com alma de arquiteto. **Diretoria de Imagem Institucional**, Juiz de Fora, 19 out. 2020a.

Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2020/10/21/arthur-arcuri-o-campus-e-a-genialidade-do-engenheiro-com-alma-de-arquiteto/>. Acesso em: 28 jun. 2021.

UFJF - NOTÍCIAS. 'Objetivo principal foi tirar a panela do fogo', diz ex-ministro sobre criação de campus em JF. **Diretoria de Imagem Institucional**, Juiz de Fora, 10 dez. 2020b. Disponível em:

<https://www2.ufjf.br/noticias/2020/12/10/objetivo-principal-foi-tirar-a-panela-do-fogodiz-ex-ministro-sobre-criacao-de-campus-em-jf/>. Acesso em: 18 abr. 2022.

UFJF - NOTÍCIAS. O nascimento da Biblioteca Central, Praça Cívica, Centro Olímpico e de acesso ao campus. **Diretoria de Imagem Institucional**, Juiz de Fora, 9 dez. 2020c. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2020/12/09/o-nascimento-da-biblioteca-central-praca-civica-centro-olimpico-e-de-acesso-ao-campus/>. Acesso em: 18 abr. 2022.

UFJF, Universidade Federal de Juiz de Fora. **Acesso à informação:** Alunos. 2018. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/acesso-a-informacao/alunos/>. Acesso em: 30 set. 2021.

UFJF, Universidade Federal de Juiz de Fora. **Dados abertos:** servidores. Relação de Contratos de terceirização - Dedicção exclusiva de mão-de-obra. 2017. Disponível em: https://www2.ufjf.br/transparencia//files/2018/02/Terceirizadas-Contratos-vigentes_atual.-at%c3%a9-31.12.2017-1.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

UFJF, Universidade Federal de Juiz de Fora. Conselho Superior. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Juiz de Fora: Conselho Superior, 2022. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/pdi/wp-content/uploads/sites/249/2022/05/PDI-UFJF-2022a2027.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.

UFJF, Universidade Federal de Juiz de Fora. **Plano Diretor do Campus da Universidade Federal de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, MG: Gráfica da UFJF, 1973

UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais. **Implantação do campus**. Projetos. 1971. [Plano de implantação do Sistema Básico – Projeto de Investimentos para 1971]. Belo Horizonte: [1971] 101p.

UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais. **Proposta para um sistema ambiental**. Belo Horizonte: [1976?] 101p.

WAISMAN, Marina. **O interior da história:** historiografia arquitetônica para latino-americanos. Tradução: Anita di Marco. 1.ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. 207p.